



OS JESUÍTAS E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NOS SÉCULOS XVI E XVII

António de Abreu Freire



CLEPUL | Centro de Literaturas
e Culturas Lusófonas
e Europeias
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

**OS JESUÍTAS E A
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
NOS SÉCULOS XVI E XVII**

FICHA TÉCNICA

Título: *Os Jesuítas e a divulgação científica nos séculos XVI e XVII*

Autor: António de Abreu Freire

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Lisboa, Agosto de 2017

ISBN – 978-989-8814-67-8

Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto “UID/ELT/00077/2013”

António de Abreu Freire

**Os Jesuítas e a
Divulgação Científica
nos Séculos XVI e XVII**

CLEPUL

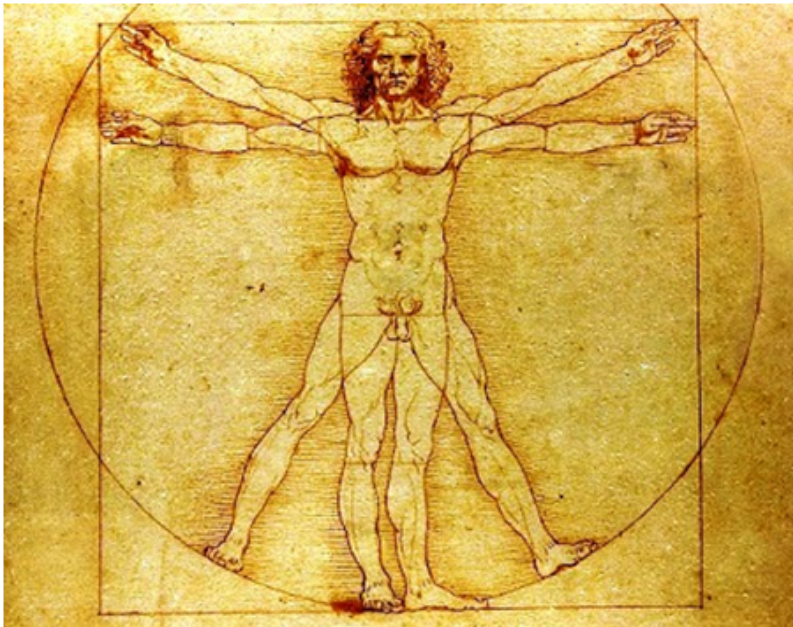
Lisboa

2017

Índice

Inovação em Tempo Global	7
Os Jesuítas e a Divulgação Científica nos Séculos XVI e XVII . . .	55
Portugueses pelo Oriente	89
Camões e Vieira	139
O Advento do Vº Império	149
Um Sermão de Santo António	189
O Sermão da Rainha Santa Isabel	211

INOVAÇÃO EM TEMPO GLOBAL



Nos anos 30, e ainda mais na década de 40, as inovações tecnológicas invadiram literalmente a sociedade. A produção e distribuição de energia eléctrica desenvolveram-se, disponibilizando em qualquer lugar a potência necessária para fazer funcionar motores, alimentar instrumentos ou simplesmente iluminar os locais. A generalização das comunicações rádio estimulou o desenvolvimento da indústria electrónica. Estavam reunidas as condições para a invenção de um instrumento científico de grandes repercussões: o acelerador de partículas. Com

feito, neste período surgiram, sucessivamente, o acelerador de Van der Graaf, o acelerador linear e o ciclotrão. Eram ainda ensaios, protótipos, mas que tiveram o grande mérito de confirmarem os princípios de funcionamento e de mostrarem o caminho para a construção de instrumentos capazes de servirem à exploração da matéria.

De 1940 a 1945 uma guerra atravessou o mundo com o cortejo habitual de destruições e sacrifícios. Para muitos físicos tratou-se de um período dramático. Às privações materiais e de liberdade, física ou intelectual, que afectaram a generalidade dos cidadãos, adicionou-se a responsabilidade moral de conceber e produzir uma arma de destruição maciça. Referimo-nos às bombas de urânio e plutónio que arrasaram Hiroxima e Nagasáqui.

João Varela, *O século dos Quanta*,
Lisboa, Gradiva, 1996, p. 115

Um mundo de gente

Fomos todos surpreendidos pelo fenómeno da globalização, quando tomámos consciência desta já então inevitável realidade na década de '70 do século passado. Três décadas após as matanças da última guerra grande, sem que se tivessem apagado nas gavetas da memória os ódios e os horrores da guerra dantes, ninguém queria acreditar que começava um tempo novo, o da incerteza, desta vez com um manual de instruções inspirado nos almanaques *Borda d'Água*. O mesmo acontecera no século XVI quando de repente se espalharam notícias dizendo que o mundo não era o que se apregoava nem na forma nem no tamanho, que as raças humanas eram muito mais diferenciadas do que até então se imaginava e que tinha outros deuses desconhecidos, adorados por humanos, habitantes de arquipélagos e de continentes dos quais ninguém ouvira falar. Estava até então a terra dividida em três continentes (Europa, Ásia e África), tantos quantos os filhos de Noé, quando surgiu um quarto continente (a América), abordado e reconhecido nos últimos anos do século XV: e *na quarta parte*

que Vossa Alteza mandou descobrir além do oceano, por a eles (os antigos) ser incógnita (...) foi no ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme (...) por vinte e oito graus de latitude contra o polo antártico, onde é achado nela muito e fino brasil com muitas outras coisas com que os navios vêm grandemente carregados (Esmeraldo, livro I, cap. 2 e 3, pars 15, 16 e 18). De repente os eruditos ficaram a saber que através dos oceanos se podiam contatar todos os habitantes do planeta e os especuladores entenderam que quem tivesse navios mercantes e fragatas armadas poderia dominar todo o mundo. A sucessão de descobertas científicas e de inovações tecnológicas que aconteceram logo após o achamento do *Novo Mundo* atropelou violentamente as mentalidades e no lapso de duas gerações instalou-se a dúvida como método, em nome do rigor e da racionalidade, a propósito de quase tudo o que era tido por certo e verdadeiro. Por causa dessa dúvida, aceite como novidade positiva e apoiada na lógica matemática para apurar a verdade racional, a curiosidade científica disparou e acelerou a corrida ao conhecimento; a procura de novas emoções e a satisfação de desejos até então censurados, reprimidos e proibidos, provocaram a inovação. O *Discurso do Método* do médico, matemático e filósofo francês René Descartes (1596-1650) foi escrito e publicado em 1637 na cidade de Leiden, quando as sete províncias do norte dos Países Baixos, onde vigorava um clima de tolerância e de abertura a ideias novas, se lançavam numa arriscada aventura comercial e militar pelos oceanos e rincões produtivos do planeta. Nesse mesmo ano Maurício de Nassau desembarcava no Brasil à frente da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC), pelo açúcar de Pernambuco; os holandeses já tinham fundado a norte do continente americano a cidade de New Amsterdam, hoje New York, uma dúzia de anos antes. Foi um tempo de euforia, o exultar da curiosidade, de procura por novos espaços de liberdade e por novas fontes de riqueza, de temerárias aventuras do comércio e do livre pensamento, na alvorada do modernismo.

Verdade era um fonema sublime que sugeria o imutável e o universal e estas duas noções faziam parte, desde tempos imemoriais, dos pilares do sistema de pensamento que identificava e definia a civilização ocidental. Havia uma visão do mundo e do universo que, entendiam os

eruditos, os gestores das consciências e os governantes, não era suscetível de ser posta em causa, já que levava mais de dois mil anos a fixar-se, confrontara-se com outras filosofias refutando-as e assentava na revelação divina; era uma visão geométrica, romanesca e pictórica tão sedutora que dificilmente se imaginaria outra melhor. Foi o resultado da conjugação da filosofia grega, racional e prática, com a teologia hebraica, mística e escatológica, uma coligação que levou séculos a sistematizar. Os antigos gregos nunca desenharam a terra, nem a cosmografia dos astros, nem as rotas dos cometas, nunca se interessaram pela forma do planeta nem pela sua durabilidade; os filósofos, matemáticos e naturalistas que se aventuraram em palpites sobre a forma e o tamanho da terra ou sobre a matéria e a natureza dos astros, dos pedregulhos e dos bichos, não angariaram audiências. Foi o caso do arrogante e misantropo Heráclito, do divertido e risonho Demócrito e do astuto Aristóteles, mestre e tutor do grande Alexandre da Macedónia, foi o caso também de Euclides, o pai da geometria ocidental. Pelo contato com outras civilizações no tempo da grande aventura expansionista de Alexandre o Grande da Macedónia, no século IV ac, os filósofos gregos foram solicitados e até forçados a imitar as culturas orientais e a desenhar um boneco do mundo; fizeram-no do modo mais simples possível, à maneira de um quadro *naïf* mas que era um sistema lógico, coerente e racional: colocaram a terra encima de um alicerce de colunas espetadas no abismo e imaginaram sete esferas cristalinas cobrindo-a, por onde se moviam, sem risco de colisão, os diferentes corpos celestes. A sétima esfera, acima do éter incorruptível onde se fixavam as estrelas, reservaram-na para os seres imortais, como residência principal das divindades criadas e divulgadas pelos poetas. No fundo do abismo o fogo infernal explicava as convulsões do planeta e servia de lixeira de toda a maldade terrestre. Os escolásticos medievais acataram o desenho, chamaram à esfera superior o *céu empíreo* e fizeram dela o lugar exclusivo da divindade, dos santos e das almas bem-aventuradas. Esta visão pictórica do universo perdurou imutável até aos finais do século XVII e servia perfeitamente para explicar a arquitetura das coisas criadas, o mistério da redenção e a história da salvação.

A simplicidade da arquitetura do projeto, divulgado em linguagem poética, não suscitou grandes controvérsias, mas faltava um dado importante: explicar a génese do sistema, descrever como toda esta engenharia ti-

na surgido! A resposta já tinha sido ensaiada pelos poetas antigos e resumida na *Teogonia* de Hesíodo, um poeta popular contemporâneo da literatura homérica (séc. VIII a.C.); o enredo já não podia resultar somente do imaginário dos poetas, porque exigia um sistema organizado de ideias que servisse para explicar a origem do mundo. O resultado foi o seguinte: tudo o que existe decorre de um relacionamento amoroso violento, de uma guerra entre Céu (Urano) e Terra (Gaia): o mundo e as criaturas resultam de uma façanha ousada de Cronos, o filho mais novo de Céu e Terra, que escapou à raiva do pai. Céu saciava-se devorando todos os filhos que Terra paria, mas Cronos (o tempo) foi retido pela mãe no seu ventre quanto bastasse para esta lhe ensinar a odiar o pai; no seio infernal da Terra, Cronos fabricou uma foice com a qual castrou o progenitor e libertou a mãe da violência, derramando de uma só vez todo o sémen divino e tornando o Céu inofensivo: era assim que as crianças gregas aprendiam no catecismo poético a origem da matéria e da vida. Pelo gesto ousado e bem-sucedido, Cronos tornou-se o símbolo de libertação: ele foi o primeiro grande inovador do universo, o mais jovem dos titãs da segunda geração divina, que pôs termo à era da violência e iniciou, derramando o esperma celeste, os ciclos imparáveis da vida. Cronos é o pai de Zeus, também ele escapado da fúria devoradora herdada pelo progenitor, divindade suprema da terceira geração divina, gestor do mundo e curador da história da humanidade. A cultura grega impôs-se no ocidente muito além do tempo da sua hegemonia militar e política, continuando a dominá-lo durante o tempo do poder romano e não só: os planetas do sistema solar, mesmo aqueles que só foram conhecidos a partir do século XVIII, receberam nomes de divindades gregas.

Mas os hebreus, que constituem a outra grande vertente das culturas ocidentais, insistiram numa descrição mais rigorosa da terra e dos astros, que se impôs sobretudo quando o cristianismo ganhou o concurso da gestão cultural do ocidente, no tempo da decadência do império romano. Para os hebreus o universo mora dentro de um espaço vazio, num buraco entre águas, aberto propositadamente por Deus (Yawheh Elohim), que as separou para que debaixo dessa ameaça permanente se realizasse uma história com começo, meio e fim. *Deus fez o firmamento, que separou as águas que estão debaixo das águas que estão por cima* (Gén., 1, 7). A terra firme jazia aglutinada nas águas de baixo e os astros pendiam, sus-

penso como luzeiros, das águas de cima. Uma figura pictórica sedutora mas medonha, uma imagem de terror, porque não tem lógica nem suporte que não seja a bondade e a misericórdia do Criador que escapa a todos os perigos por morar fora do espaço que ele criou para sua glória e divertimento. Este mundo frágil e insustentável pode desabar a qualquer momento; ele só dura enquanto Deus o quiser e o permitir. Então o que fazer para acreditar no tempo, sustentar o inevitável, inventar razões para fazer sementeiras, ensinar os poldros a cavalgar, gerar filhos e projetar um futuro? Uma aliança com o dono do buraco, um tratado de paz com Yawheh Elohim, um plano para o futuro cumprindo os termos de um negócio. Por isso, para os hebreus, o mundo só existe porque tem um negócio exclusivo, um monopólio acordado entre Deus e o seu povo, uma Aliança que pressupõe uma história por acontecer cujo plano é divino. A força do judaísmo assenta sobre esta premissa: o mundo existe pelo contrato entre o povo hebraico e o seu Deus, firmada e confirmada repetidamente desde o tempo do patriarca Abraão, sem prejuízo do que possa acontecer com as demais nações que povoam a terra. Na perspectiva hebraica, o mundo só existe para que se cumpra o destino do povo escolhido; a história dos outros povos é perfeitamente aleatória. É o *milagre de Deus*, que escolheu aquele como seu povo, por amor. *Pelo teu grande amor, eu entro na tua casa e me prostro no teu sagrado templo, cheio de temor* (Salmo 5, 8). O tempo do mundo mede-se pelo relógio hebraico. Esta foi também uma poderosa inovação, construída ao longo de gerações de um povo disseminado por nações estranhas mas que marcou pela sua criatividade e sabedoria todas as culturas da história ocidental, deixando em herança a civilizações vindouras esta ideia original da exclusividade do relacionamento de Deus com uma comunidade de crentes.

O cristianismo veio sofisticar ainda mais a ideologia de uma aliança com Deus, através da *História da Salvação* que se impôs como uma nova aliança entre o mesmo Deus hebraico e outras raças de outras gentes, os habitantes de um mundo muito mais vasto, cidadãos de um império que os unia pelas leis, pelas pontes, pelas estradas e rotas do comércio; o império romano tornou-se o suporte temporal do cristianismo, graças ao génio rebelde, iluminado e inovador de Paulo de Tarso, um judeu turco e negociante bem-sucedido que se rebelou contra as ideias redutoras dos primeiros discípulos de Jesus Cristo e imaginou uma história nova, que

se estendia a todos os súbditos do império, mestres e escravos, patrícios e plebeus. Nos primeiros anos do século V, o bispo de uma comunidade cristã do norte de África escrevia uma obra monumental, porventura um dos textos mais geniais de toda a produção intelectual da humanidade. Chamava-se Agostinho Aurélio (354-430) e a obra intitulava-se *De Civitate Dei*. O império Romano Ocidental separara-se do Oriental nos últimos anos do século IV (396); minado pela corrupção e o abandono das virtudes tradicionais estava então em profunda decadência e vivia dos seus últimos alentos. Roma, a capital do império, tinha sido saqueada em 410 pelos Visigodos e a cidade de Hipona (Hippo Regius, hoje Annaba, na Argélia), onde Agostinho era bispo, seria saqueada e destruída pelos Vândalos no ano da sua morte. A *Cidade de Deus* é o *Povo de Deus* no final dos tempos: *civitate* não significa no latim de Agostinho *cidade*, mas *povo*, com o mesmo significado do título de Caio Octávio Turino no interregno monárquico entre a República e o Império Romano, *Princeps Civitatis*: o *Príncipe do Povo*. *Civitate Dei* significa portanto: *Povo de Deus*. Para Santo Agostinho o *Povo de Deus* é a humanidade inteira, aquela que está muito para além do Império decadente que sucumbirá em 476 à invasão dos Hérulos, um povo germânico comandado por Odoacro, um familiar de Átila, chefe dos invasores Hunos – o *flagelo de Deus*. A mais extraordinária criação literária e ideológica da história do cristianismo surgiu num momento de crise e de incerteza: o da queda do Império

O mesmo Deus que permitia a duração do mundo para que a história judaica se realizasse estendia agora a mesma concessão a todos os homens para que se cumprisse a *Redenção*. Qualquer ideia que defendesse uma provável existência do mundo e do universo independente da vontade divina seria banida pelo cristianismo, o que aconteceu muitas vezes ao longo dos primeiros quinze séculos da história cristã. Mas não aconteceu apenas no cristianismo, já que as duas outras religiões monoteístas, o judaísmo que é a matriz das duas e o islão que nasceu num momento expansionista do mundo árabe no século VII, temiam as mesmas ideias e perseguiram severamente os poetas, filósofos, naturalistas e cosmólogos que se aventuravam a imaginar e difundir qualquer visão do universo diferente da bíblia hebraica, referência obrigatória e comum às três religiões monoteístas.

Um mundo de números

Aconteceu que, a partir do século XIII da nossa era, uma incontida curiosidade fez com que alguns estudiosos e viajantes divulgassem, primeiro clandestinamente e depois com notável algazarra, uma visão diferente do mundo, levantando sérias suspeitas sobre as imagens canónicas que se-duziam e enquadravam, havia séculos, a cultura ocidental. A primeira das heresias consistiu em duvidar da forma e do tamanho da terra e logo a seguir questionaram o posicionamento do planeta que nos acolhe no conjunto dos astros que tinham nome e função: os primeiros foram os poetas e filósofos muçulmanos norte africanos e ibéricos que, retomando algumas ideias dos antigos poetas gregos, imaginaram que a terra poderia não ser um espaço privilegiado do universo, que ela poderia não estar fixa nem ancorada no abismo, ter uma forma diferente da de um imenso queijo flutuando num oceano de águas infinitas e até mesmo ser um astro suspenso no espaço, semelhante à lua. Porém, como eram poetas os primeiros defensores de tão disparatadas ideias e habitavam as terras do fim do mundo – desde tempos antiquíssimos o estreito de Gibraltar era um dos marcos do fim do mundo – estas ideias inovadoras não levantaram grande polémica. O grande texto de referência da astrofísica medieval, que se impôs como manual por todos os países da Europa cristã, era o *Tratado da Esfera* do matemático inglês João de Sacrobosco, da primeira metade do século XIII, sucessivamente traduzido e muito comentado durante séculos (em Portugal por Pedro Nunes e D. João de Castro, entre outros). A grande revolução nas ideias da física celeste começou quando novos geógrafos retomaram as medições que o filósofo e astrónomo Eudoxo de Cnido (do século IV ac), Arquimedes de Siracusa, o maior matemático da antiguidade e pai da engenharia e o pai da geografia Eratóstenes de Cirene (estes do século III a.C.), já tinham feito mil e quinhentos anos antes. Desta vez eles estavam equipados com uma grande inovação, a representação dos valores numéricos por algarismos, com os quais revelaram uma quantidade de inovações devastadoras: que a terra era redonda como uma abóbora, que mudava de posição ao longo do ano, até calcularam o seu perímetro e enganaram-se em poucas dezenas de quilómetros, confirmando os cálculos de Eratóstenes, um matemático que dirigira a biblioteca de Alexandria no início do século II a.C. (viveu entre 276-194

a.C.). Este chegara a tais resultados com o auxílio de uma simples vara, medindo o comprimento e o ângulo da sua sombra em dois pontos diferentes do Egito, a norte e a sul, no primeiro dia do verão. No século XIII da nossa era, os geógrafos muçulmanos passaram a divulgar uma ideia completamente inédita da terra e dos seus habitantes e denunciavam o maior dos enganos, afirmando que a terra não estava fixa em lugar nenhum, que ela girava sobre ela mesma em um dia e rodava à volta do sol em trezentos e sessenta e cinco dias, ratificando os cálculos que Eudoxo também aprendera a fazer no Egito e que tinham servido de base à fixação do *Calendário Juliano* decretado por Júlio César no ano 46 a.C. E, para perturbar ainda mais as mentalidades conservadoras, acrescentavam que o sol era o centro à volta do qual rodavam todas as luminárias do universo, confirmando assim a intuição de Aristarco de Samos (310-230 a.C.), o primeiro matemático da antiguidade a propor o heliocentrismo. Apenas alguns eruditos enxergavam tamanha confusão, mas muitas certezas do passado entraram em colapso e explodiram que nem uma bomba.

Tudo aconteceu como resultado de uma inovação introduzida por um astrónomo apaixonado pela matemática chamado Abdalah Muhamed Al-Quarizmi, nascido em terras do atual Uzbequistão e que emigrou para a cidade mais rica do mundo de então, onde ficava a corte do soberano mais respeitado e poderoso do mundo, o califa de Bagdade. O sábio viveu entre 780 e 850 da nossa era e ensinava na *Casa da Sabedoria*, uma espécie de grande biblioteca pública fundada pelo califa abássida Rashid Al-Haroun (o mesmo das lendárias *Mil e uma Noites*, que reinou de 786 até 809) onde se estudavam e se praticavam todas as ciências e todas as artes de então; apaixonado pelos conhecimentos dos outros povos, sobretudo os do longínquo oriente, Al-Quarizmi inventou uma forma original de fazer cálculos através de novos símbolos que ficaram conhecidos como *algarismos* e acrescentou um novo símbolo até então nunca utilizado, o *zero*. A invenção obteve um enorme sucesso quando foi divulgada na segunda metade do século X em latim pelos muçulmanos ibéricos, cuja proximidade com os cristãos da Europa permitia um intercâmbio sustentado de conhecimentos. Já Carlos Magno, o imperador cristão do ocidente (742-814) tinha trocado embaixadas e pergaminhos de homens sábios com o califa Rashid Al-Haroun pelos anos de 802 e um dos grandes responsáveis pela difusão desta prodigiosa inovação dos algarismos entre os cristãos foi um monge

benedictino francês de nome Gerbert d'Aurillac, filósofo e matemático, que conviveu vários anos com sábios judeus e muçulmanos da Península Ibérica, por Segóvia, Toledo e Córdoba, no tempo áureo do califado omíada e que governou a igreja católica durante os anos de 999 a 1003 como papa Silvestre II.

O inventor dos algarismos morreu em Bagdade com áurea de génio e de santo, mas os intelectuais muçulmanos da Península Ibérica foram declarados heréticos, o território foi invadido no final do século XI por muçulmanos fundamentalistas chegados dos confins da África civilizada, os Almorávidas (*Al Murabitùn*, monges guerreiros vindos do fundo do Saará, da atual Mauritânia, da poderosa etnia mandinga), o que provocou o rápido declínio do poder político e económico do Al-Andaluz. Mas as tabuadas e os algarismos sobreviveram à intolerância e às razias, vingaram e deram frutos, uma colheita abundante que ultrapassou tudo quanto o seu inventor pudera imaginar. No século XII o geógrafo e cartógrafo ibérico Muhamed Al-Idrisi, que nasceu em Ceuta e viveu em Córdoba (1099-1166) e que nos deixou a mais perfeita descrição da Península Ibérica do tempo em que era dominada pelos fundamentalistas Almorávidas, elogiava os conhecimentos astronómicos dos sábios do Al-Andaluz e a sua aplicação na descrição geográfica dos climas habitados do planeta; ele relatou também a largada de uma expedição marítima que saiu de Lisboa rumo a um destino longínquo algures no oceano, para escapar à intolerância dos invasores, cujos capitães se guiavam pelos astros, aplicando os cálculos dos seus posicionamentos. Não consta onde terão chegado, ninguém sabe o que lhes aconteceu.

Já no tempo de novos invasores muçulmanos, os Almóadas de Marrocos (*Al-Muhaidun*, os monoteístas, que tomaram conta da Península Ibérica muçulmana a partir de meados do século XII), o rei cristão de Leão e Castela, Afonso X *O Sábio* (foi o avô do nosso rei D. Dinis e viveu de 1221 a 1284), mandou traduzir para castelhano o primeiro esboço de um almanaque perpétuo, do astrólogo norte africano Aben Ragel (c. 965 – c. 1040), *El Libro Complido de los Judizios de las Estrellas*; insatisfeito com o resultado, o rei juntou sábios cristãos, judeus e muçulmanos em Toledo e mandou compilar nos *Libros del saber de Astronomia* os cálculos sobre a declinação do sol, os movimentos dos planetas e dos astros mais visíveis em cada dia do ano, o que explicava os movimentos da terra e que viria a

servir de base à cartografia e à navegação astronómica. Contam as sagas que o sultão mandinga Abou Bakr II, conhecedor dos segredos dos astros, armou uma frota de navios e zarpou do Senegal pelos anos de 1310 ou 1312, fazendo-se ao oceano na esperança de alcançar novas terras, mas nunca mais voltou. O reino muçulmano do povo Wolof (etnia dispersa hoje pelo Senegal e Gâmbia), conhecido no tempo da expansão portuguesa como *o reino do Grão-Jalof* e que herdara a sabedoria dos mandingas, era no século XIV uma das civilizações mais avançadas da África sub-saariana. Um arcebispo acompanhado por seis bispos e uma multidão de crentes terão largado não se sabe ao certo donde com destino a uma grande ilha situada algures a ocidente do Atlântico e lá fundaram sete cidades, numa fabulosa Antília; até há quem diga que muito mais tarde lá se refugiou el-rei Encoberto depois da derrota de Alcácer-Quibir. No mesmo ano em que os últimos muçulmanos abandonaram oficialmente o domínio político da Península Ibérica e em que os judeus foram obrigados a abandonar as terras da coroa dos reis católicos, em 1492, um navegador com o pseudónimo de Cristóvão Colombo largava de uma pequena aglomeração da ria de Huelva, Palos de la Frontera, com destino a terras do oriente então conhecidas como Cataio (a China) e Cipango (o Japão), situadas para além das ilhas já habitadas do oceano Atlântico, como constava no mapa-mundi de Paolo Toscanelli (de 1474) e no globo terrestre montado em Nuremberga por Martin Behaim (1491). Ele nunca as alcançou, mas ficou para a história como o descobridor do *Novo Mundo*, vocábulo criado pelo geógrafo renascentista italiano Pedro Mártir de Angleria a partir de 1494 nas *Decadas de Orbe Novo* e amplamente divulgado por Vespucci e Da Verrazzano, também eles italianos ao serviço dos reis ibéricos. Como material de navegação Colombo levava com ele cartas e tabelas do posicionamento dos astros, o resultado prático das medições e dos cálculos desenvolvidos pelos cosmógrafos peninsulares durante mais de quatrocentos anos, graças à inovação do génio de Bagdade, os algarismos. Era graças a essas tabelas de números em resmas de papel que ele pretendia guiar as naus da sua frota até às terras tão cobiçadas, em busca de fabulosas fortunas. O almirante não alcançou as terras pretendidas, mas foi e voltou, tornou a ir e tornou a voltar navegando com precisão... por quatro vezes, a última das quais em 1502. Faleceu em Valladolid em 1506, convencido de ter alcançado as ilhas avançadas (as ante-ilhas,

que hoje chamamos *Antilhas*) do continente asiático. O intrometido continente americano, que o português Duarte Pacheco Pereira terá visitado em 1498 a mando do rei D. Manuel, tendo ficado pasmado com a sua dimensão, baralhou os planos do almirante. Entretanto, os algarismos passaram a substituir, primeiro nas publicações náuticas e científicas e depois em todas as outras ao longo do século XVI, a clássica numeração romana.

Um mercador de Veneza, Marco Polo (1254-1324), tinha feito a viagem até Cataio por terra e regressara por mar, seguindo as rotas do comércio da seda e das especiarias. Contou a viagem num livro redigido por um companheiro de prisão, narrando as fabulosas experiências que teve pelo imenso império onde reinava um neto do grande Gengis Kahn o mongol, Kublai Kahn, livro publicado somente uns cento e cinquenta anos após a sua morte, despertando a curiosidade e a cobiça dos especuladores ocidentais. Os corajosos frades franciscanos também tinham iniciado a cristianização das gentes dessas paragens longínquas e estranhas, o que acrescentava mais ansiedade à vontade de encontrar os cristãos dispersos por terras tão incógnitas. O marroquino Ibn Battuta, nascido em Tânger e que viveu em Granada (1304-1377), também visitou os reinos muçulmanos do oriente, alcançou a China e deixou relatos detalhados das suas viagens. Outro mercador de Veneza, Nicolau de Conti (1395-1469), viajou durante vinte e cinco anos pelo oriente médio e pela Índia, deixando um relato publicado em 1469 (*De Varietate Fortunae*). Os grandes viajantes medievais muito contribuíram para que a curiosidade se tornasse o motor da descoberta e da inovação. À coragem de empreender tão arriscadas viagens em cata de mercadorias, devemos acrescentar e admirar sobretudo a vontade de alargar os horizontes do conhecimento, enfrentando e desafiando o destino.

Um judeu espanhol refugiado em Portugal durante alguns anos, o médico e astrónomo Abraão Zacuto (1450-1522), natural de Salamanca onde estudou, foi quem mais e melhor contribuiu para o sucesso das navegações longínquas ao publicar em Leiria, em 1496, em latim e castelhano, o *Almanaque Perpétuo* (um dos quatro primeiros livros impressos em Portugal), que permitia calcular com precisão a latitude (o posicionamento numa linha de polo a polo da terra) a partir da declinação do sol. Graças às tabelas de Zacuto o astrolábio, um antiquíssimo instrumento de obser-

vação astronômica, foi adaptado para uso náutico e tornou-se o principal aparelho de medição a bordo dos navios do Atlântico, pouco depois completado pela balestilha, sendo esta uma adaptação bem-sucedida de outro antigo instrumento de medição de ângulos, muito utilizado e aperfeiçoado pelos navegadores árabes no oceano Índico e trazido para Portugal no regresso da primeira viagem de Vasco da Gama. Os cálculos divulgados por Zacuto foram fundamentais para o sucesso das viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares de Gouveia (Cabral); expulso também de Portugal por ser judeu e não querer renegar a sua fé (em 1502), Abraão Zacuto refugiou-se no norte de África (Tunes) e depois na Síria, em Damasco, para onde levou os seus conhecimentos e onde faleceu, cerca de 1522.

Com base no trabalho e no ensinamento do judeu publicaram-se logo outras tabelas mais completas, mais rigorosas e adaptadas à náutica, que garantiam o sucesso das grandes navegações e o rigor da cartografia. Ao longo do século XVI o desenvolvimento da cosmografia foi prodigioso em toda a Europa e em 1582 o papa Gregório XIII ordenou uma reforma do calendário (até então vigorava o *Calendário Juliano*, decretado por Júlio César no ano 46 a.C.), corrigindo erros acumulados ao longo de séculos. No novo *Calendário Gregoriano*, passou-se do dia 4 de Outubro para o dia 15 do mesmo mês; a grande maioria dos países europeus adotou de imediato o novo calendário, outros como a China (1912), a Rússia (1918) e a Turquia (1926) introduziram-no muito mais tarde. Cosmógrafos e cartógrafos portugueses do século XVI foram exímios matemáticos, capitães e pilotos que partilhavam o topo da ciência náutica e geográfica. Os seus feitos provocaram arriscadas e rentáveis ações de espionagem. Foi com os portugueses que o comerciante e navegador alemão Martin Behaim (Martinho de Boémia) obteve os conhecimentos necessários para construir o globo terrestre (*Erdapfel*) de Nuremberga cerca de 1491 (ele navegou com Diogo Cão e trabalhou com Abraão Zacuto) e foi em Lisboa que o mercador e espião Alberto Cantino comprou em 1502 uma cópia do mais célebre dos planisférios do século XVI, onde pela primeira vez se esboça com notável precisão parte do continente americano (conservado na *Biblioteca Estense*, em Módena, Itália). Nos primeiros anos do século XVI (cerca de 1508) o navegador e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira fixava no seu *Esmeraldo de Situ Orbis* (cap. 2, par. 16) a distância de um grau de meridiano em dezoito léguas, em medidas atuais o equivalente

a 107.856 metros; ora, com os meios sofisticados de que dispomos hoje, sabemos que o grau de latitude corresponde a 111.120 metros (60 milhas náuticas), um erro de apenas 3.264 metros. Outro alemão instalado em Portugal e conhecido pelo nome de Valentim Fernandes, famoso como editor e discreto como espião, enviou ao pintor Albrecht Dürer uma descrição pormenorizada do rinoceronte asiático que o sultão de Cambaia oferecera a Afonso de Albuquerque e que espantou o povo de Lisboa em 1514: o pintor desenhou o animal sem nunca o ter visto e a gravura do *Rhinoceros* provocou tanta curiosidade em Nuremberga e nos meios eruditos da Alemanha no ano seguinte como o próprio animal provocara à chegada a Lisboa. Foi no entanto um elefante asiático que maior sensação causou em Roma quando o rei D. Manuel de Portugal enviou nesse mesmo ano ao papa Leão X uma espalhafatosa embaixada.

No século XVI muitos intelectuais portugueses beneficiaram de bolsas generosamente atribuídas pelos reis para estudarem em universidades europeias (Salamanca, Bolonha, Paris...). Foi o caso do grande físico e matemático Francisco de Melo, amigo do humanista Nicolau Clenardo e mencionado por Gil Vicente no *Auto da Feira* por ser o melhor matemático do reino, que dedicou ao rei D. Manuel uma extraordinária obra em 1521, só agora acessível aos leitores portugueses (*Obras Matemáticas*); um outro Francisco de Melo, seu contemporâneo e companheiro de estudos em Paris, veio a ser o primeiro bispo nomeado para a diocese de Goa (da qual nunca chegou a tomar posse efetiva). E teve Jerónimo Osório, Damião de Góis, André de Resende, Diogo de Teive, André de Gouveia, Pedro Nunes... O colégio de Santa Bárbara, em Paris, fundado por um grande intelectual renascentista que foi o académico e diplomata Diogo de Gouveia (1471-1557), albergava a partir de 1520 mais de meia centena de estudantes e não só portugueses; lá se encontraram os fundadores da Companhia de Jesus, cuja primeira missão lhes foi confiada pelo rei D. João III (ao enviar como missionários para a Índia Francisco Xavier e dois companheiros, os padres Francisco de Mansilha e Paulo Camerte, que chegaram a Goa em 1542).

As ciências náuticas não se aprendiam nas universidades, dominadas pelo poder religioso; elas apoiavam-se em disciplinas académicas como a cosmografia, a matemática e a geometria, mas pertenciam a um domínio diferenciado do saber, uma espécie de conhecimento tecnológico orien-

tado para a área prática e específica da navegação comercial onde os eclesiásticos não se atreviam a opinar. D. João de Castro (1500-1548), quarto vice-rei da Índia, que terá sido discípulo (ou apenas admirador) de Pedro Nunes, um militar com uma carreira excepcional, foi também um dos grandes intelectuais e cientistas do nosso renascimento, um exemplo notável de humanista esclarecido, que dedicou ao estudo da matemática e da astronomia uma parte considerável da sua vida; foi ainda um pioneiro no estudo do magnetismo terrestre, mas os seus conhecimentos, destinados a solucionar problemas práticos, não foram adquiridos em nenhuma universidade. O intelectual Pedro Nunes (1502-1578), que foi professor universitário, matemático e o primeiro cosmógrafo-mor do reino (em 1547), sempre propôs nos seus textos, mesmo nos destinados aos navegantes, soluções aberrantes e impraticáveis. O livro *De Crepusculis* (1541), sem dúvida a obra mais original do matemático, nunca teve qualquer utilidade prática e o *nónio*, por ele inventado para medir os minutos de grau, nunca serviu para nada, enquanto o conhecimento prático dos navegantes e a inovação na construção de navios, matérias que não se ensinavam em nenhuma universidade, fizeram de Portugal o país mais avançado do mundo na primeira metade do século XVI. Em 1584 o cosmógrafo Luís Teixeira, discípulo de Pedro Nunes e patriarca de uma famosa família de cartógrafos portugueses, desenhava a primeira carta náutica (do arquipélago dos Açores) onde figuravam as declinações magnéticas. Poucos anos depois o mesmo desenhava outra carta náutica com linhas isogónicas, desta vez do oceano Pacífico (Filipinas, ilhas Salomão e Nova Guiné). A cartografia foi uma técnica que cresceu rapidamente, respondendo à procura dos navegantes. Tinham passado pouco mais de cinquenta anos desde as primeiras cartas náuticas portuguesas assinadas, da autoria do mestiço Pedro Reinel, *mestre de cartas e agulhas de marear* e de seu filho Jorge hoje no espólio de museus e bibliotecas da Europa e da América (na biblioteca de Modena, em Itália, encontra-se uma carta náutica portuguesa não assinada, datada de 1471).

Um mundo excêntrico

Um cônego da catedral de Frombork na distante Polónia, o médico, astrónomo e matemático Nicolau Copérnico (1473-1543), formado nas uni-

versidades italianas de Bolonha, Pádua e Ferrara, teve a ousadia de subscrever umas tantas e controversas teorias que contrariavam o texto da Bíblia e que já tinham em tempos despertado a curiosidade de outros atrevidos e até suscitado relevantes observações clandestinas. Copérnico só aceitou publicar o resultado das suas investigações no final de uma vida dedicada à ciência astronómica e depois de muita pressão de admiradores e seguidores, em especial de um discípulo chamado Jorge Joaquim de Porris (1514-1574), um jovem matemático austríaco, cartógrafo e fabricante de instrumentos náuticos, que ficou conhecido pelo nome de Rheticus que adotou; o discípulo convenceu o mestre a modificar o título da obra, para que o choque das novas ideias não fosse tão violento: *De Revolutionibus Orbium Coelestium*. A obra do cientista polaco, escrita nas margens do Mar Báltico, foi publicada em Nuremberga, a mais de mil quilómetros de distância da Polónia católica, no mesmo dia em que ele faleceu (24 de Maio) e o título parecia anunciar exatamente o contrário do conteúdo: *Sobre as Revoluções das Orbes Celestes*. Nuremberga era o centro cultural do humanismo renascentista alemão e aderira à Reforma após a excomunhão de Lutero em 1520, num clima inovador de liberdade de pensamento; a cidade possuía desde 1471 o melhor observatório astronómico da Europa, construído pelo cosmógrafo e matemático Johannes Müller, o famoso Regiomontano. A teoria revolucionária de Copérnico, agora estampada, na prática conhecida e aplicada há mais de trezentos anos, foi dedicada ao papa Paulo III, o mesmo que concedeu a D. João III a instalação da Inquisição em Portugal (1536), que aprovou a Companhia de Jesus (1540), e que convocou o concílio de Trento, o mais longo da história dos concílios (1545-1563). A obra do cónego polaco foi proibida pela igreja católica que detinha o poder de decidir, contra qualquer evidência, o que era certo e o que estava errado. O tribunal do Santo Ofício condenou a teoria do heliocentrismo em 1616, setenta e três anos após a morte de Copérnico, considerando-a herética.

Acontece que, à data da publicação do livro de Copérnico, o planeta terra estava praticamente todo visitado pelos navegadores europeus, que lhe tinham tirado as medidas, desenhado a forma e mapeado os movimentos; os navegadores portugueses alcançavam o Japão, iniciava-se a colonização do norte do continente americano e as navegações faziam-se com precisão e rigor utilizando os cálculos dos cosmógrafos que descreviam e

mapeavam os movimentos aparentes dos corpos celestes. As navegações longínquas foram iniciativas inovadoras das duas mais antigas nações europeias incondicionalmente fiéis a Roma, Portugal e Espanha e o poder supremo da igreja sancionou o tratado da divisão do mundo por descobrir e explorar em benefício exclusivo das nações ibéricas. Mas os líderes religiosos católicos não conseguiam harmonizar os novos dados científicos nem os feitos concretos dos navegadores com o ensino tradicional e, no confronto dos poderes, o mais incipiente perdeu a partida. Na prática, os navegantes alcançavam os seus destinos, em qualquer ponto do globo, apoiados numa ciência proibida pela mesma igreja de Roma que lhes encomendava e sancionava o esforço de propagação da fé cristã e da civilização ocidental. Sem um conhecimento rigoroso da posição da terra em relação ao sol, aos planetas e às estrelas mais importantes, sem os calendários e as tabelas da declinação dos astros para cada dia do ano, nunca os navegantes alcançariam qualquer destino nas navegações longínquas. Ora, isso já acontecia muito antes da primeira viagem de Colombo, meio século antes da publicação da obra de Copérnico. Quando Gil Eanes, após várias tentativas frustradas, ultrapassou finalmente o cabo Bojador e regressou são e salvo com as suas tripulações ao reino de Portugal, navegando pela volta do oeste, serviu-se das tabelas e do quadrante, um antecessor do astrolábio; isso aconteceu em 1434, cento e nove anos antes da publicação da obra de Copérnico. Os navegadores dos reinos católicos onde aquelas teorias eram proibidas contribuíram para uma das maiores inovações de toda a história da humanidade, mas a ciência que fundamentava as suas técnicas só era divulgada e apreciada em países que não estavam sujeitos ao constrangimento do poder do catolicismo. A ciência náutica e a cartografia permitiram a primeira visão global do planeta terra e dos seus habitantes: as caravelas das descobertas e as naus do comércio transportaram cultura, religião, mercadorias, ciências e técnicas, artes e sonhos, remédios e epidemias, fazendo do planeta uma grande *feira universal* – foi assim que o cronista João de Barros denominou Malaca, no tempo em que aquela cidade da Malásia era o pivô do comércio oriental português, quando corria pela segunda metade o século XVI, nos anos de todas as euforias. Os oceanos passaram a ser o elo de ligação entre todos os povos do planeta.

O italiano Galileu Galilei, o austríaco Johannes Kepler e o britânico Isaac Newton foram os grandes inovadores que modificaram por completo e definitivamente todas as teorias anteriores. Entre o nascimento de Galileu (1564) e a morte de Newton (1727) passaram-se cento e sessenta e três anos de frenesim. Quando nasceu Galileu o *Novo Mundo* começava a ser vasta e intensamente colonizado, o oriente estava vasculhado nos seus mais inacessíveis recônditos e mais de duas dezenas de empreitadas de navegação tinham efetuado voltas ao mundo destinadas a tirar-lhe as medidas exatas, a encontrar as últimas raças humanas e culturas ainda desconhecidas, a melhorar a cartografia e sobretudo em cata de mercadorias exóticas; à morte de Isaac Newton a Inglaterra já era a maior potência marítima mundial, a América do norte estava a cinquenta anos de ser uma nação independente, a Rússia tomava o rumo de uma nação moderna e ocidentalizada, tinha sido criada a bolsa de Paris e as ideias da Revolução Francesa já fervilhavam na incubadora.

O italiano Galileo Galilei nasceu em Pisa, na Toscana, em 1564, vinte e um anos depois da morte de Copérnico. Filho de um construtor de alaués, foi o primeiro grande divulgador das ideias do astrónomo polaco, graças às observações que realizou a partir da sua própria invenção de um telescópio, com o qual conseguiu observar em 1610 quatro (dos sessenta e sete) satélites de Júpiter, os anéis de Saturno e as manchas solares. Graças ao seu método experimental de estudo dos fenómenos celestes e terrestres, abandonando o método especulativo tradicional, ele é considerado o pai da ciência moderna. Os estudos sobre o movimento pendular conduziram à invenção do relógio de pêndulo, a mais prática de todas as suas invenções, técnica desenvolvida pelo matemático e astrónomo holandês Christian Huygens pelos anos de 1657, que passou a enfeitar as torres das igrejas e das muralhas em substituição dos relógios de sol que não mostravam as horas em dias de chuva. No tempo de Huygens, os navegantes sentiam a necessidade de ter relógios fiáveis a bordo das embarcações, para poderem determinar com exatidão as longitudes, o que só viria a acontecer no século XIX (o primeiro relógio marítimo de alta precisão foi construído pelo relojoeiro inglês John Harrison em 1765); nas suas tentativas para construir um relógio que servisse aos navegantes, o holandês ficou perplexo, em 1665, quando verificou que dois relógios de pêndulo próximos e ligados por qualquer suporte comum, se sincronizavam

espontaneamente nos seus movimentos e a explicação deste fenómeno só aconteceu no ano de 2015, ou seja trezentos e cinquenta anos depois, por dois investigadores portugueses do departamento de Física do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, Luís Melo e Henrique de Oliveira.

A formulação matemática da queda dos corpos em planos inclinados fez de Galileu o pai da física matemática, inovação que teve que esperar também uns trezentos anos até encontrar lugar nas disciplinas académicas. Os seus conhecimentos revelam o perfil de um génio eclético, aberto às mais estranhas teorias, uma verdadeira enciclopédia, mas sobretudo um espírito insatisfeito, crítico e inovador. Foi como professor de matemática e de astronomia na universidade de Pádua que conquistou celebridade mundial depois de morto, já que durante a vida sofreu constrangimentos e ameaças e nem os próprios colegas aceitavam sequer olhar os corpos celestes através do telescópio para confirmarem o rigor e a veracidade das suas observações. Eles simplesmente recusavam-se a observar o que não queriam aceitar, perturbados pelos conflitos que o reconhecimento desses novos dados provocavam nas mentalidades fortemente moldadas pelo poder clandestino das ideologias estabelecidas. A igreja católica, perturbada pelas noventa e cinco teses que o monge agostiniano reformista Martim Lutero afixara em 1517 nas portas da igreja do castelo de Wittenberg, na Alta Saxónia, conseguira a proeza de ser reconhecida pelos poderes políticos mais ocidentais e latinos como a representante do poder e da vontade de Deus na terra, a única detentora da verdade e a curadora dos destinos da humanidade.

Os conflitos da razão

A cultura cristã ocidental formou-se lentamente, ao longo de séculos, graças ao trabalho de compilação e de preservação das fontes do conhecimento que foi obra obstinada dos monges beneditinos; eles foram a matriz incubadora do modelo ocidental da cultura. Porém, no século XVII eram os jesuítas, uma ordem religiosa inovadora e agressiva, que menos de um século após a sua fundação fez deles os maiores educadores da Europa, do *Novo Mundo* e dos espaços da expansão pelo Oriente, os donos e os

senhores do saber. A *Ratio Studiorum*, que regulamentava o ensino nos colégios dos padres da Companhia de Jesus por todo o mundo a partir de 1599, foi uma prodigiosa inovação no ensino que vigorou até ao final do século XVIII, quando a ordem foi suspensa (em 1771). Inicialmente concentrados na formação dos seus membros para fins misericordiosos e missionários, logo alargaram as atividades ao ensino das letras, das artes e das ciências a uma vasta clientela, alcançando uma notável amplitude de conhecimentos e de prestígio. O rei português D. João III foi o primeiro soberano a solicitar os serviços da ordem recém-criada, recebendo o primeiro grupo de quatro jesuítas em 1540 e calhando a três deles no ano seguinte a primeira missão impossível: a evangelização da Índia. Em 1559 eles tomaram conta da Universidade de Évora, que guardariam por duzentos anos até à expulsão da Companhia pelo Marquês de Pombal (1759). Não tardou até que entre eles se encontrassem os maiores matemáticos e astrónomos da época, que se encarregaram de expandir as novidades científicas pelo espaço imenso das missões, as do *Novo Mundo* como as do Oriente. Eles tornaram-se os maiores, os melhores e os mais credíveis divulgadores da cultura ocidental. No final do século XVI, quando o cronista e matemático João Batista Lavanha foi nomeado cosmógrafo-mor do reino, extinta a cátedra de Matemática que Pedro Nunes lecionara em Coimbra, ensinava-se Cosmografia na “*Aula de Esfera*” do colégio jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, um verdadeiro curso superior de matemática aplicada à náutica e à astrofísica. Um dos principais responsáveis pelo Calendário Gregoriano, fixado em 1582 e que serve de referência temporal em quase todos os países do planeta, foi o jesuíta italiano Cristóvão Clávio, matemático formado com os jesuítas na Universidade de Coimbra, discípulo de um outro famoso jesuíta, Pedro da Fonseca e grande admirador de Pedro Nunes.

O Colégio Romano, fundado em 1551 por Inácio de Loyola (hoje Universidade Gregoriana), transformou-se em poucos anos numa instituição pioneira pela qualidade de ensino, uma verdadeira academia do conhecimento que ratificava ou denunciava as novas teorias. A residência do colégio albergava os missionários jesuítas que iam e vinham pelo mundo inteiro, facilitando o intercâmbio de conhecimentos em todos os sectores do saber, muito para além da gramática, das ciências humanas e da doutrina cristã. Em 1611 Galileu defendeu no Colégio Romano as suas

teorias e teve na assistência o cardeal Maffeo Barberini, toscano como ele, de família florentina, futuro papa Urbano VIII. O concílio de Trento, o mais longo de toda a história da igreja católica (1545-1563), dera uma nova vida ao catolicismo abalado pela reforma protestante e os padres da Companhia de Jesus assumiram uma fatia muito importante da contrarreforma, a de uma tarefa missionária pioneira que tanto se exercia junto dos povos mais primitivos do planeta como ao lado dos cientistas mais inovadores.

Os jesuítas aceitaram de bom grado e com convicção as teorias de Galileu. Porém, em 1616, o tribunal do Santo Ofício (Inquisição), dominado pelos rivais dominicanos, uma ordem religiosa tradicionalista e severa, declarou herética a teoria de Copérnico, por não se adequar à narrativa bíblica; uma decisão anacrônica, já que a prática confirmava o essencial da nova teoria e por isso a autoridade religiosa permitia que o modelo matemático proibido fosse utilizado e divulgado para aplicações concretas, sobretudo no que dizia respeito à navegação. A proibição aos católicos da leitura das obras de Galileu só seria levantada pela igreja de Roma em 1864, pelo papa Pio IX, o pontífice que mais tempo governou a igreja (1846-1878) e que condenava na encíclica *Quanta Cura os delírios* da liberdade de consciência e da liberdade de culto religioso. A encíclica desse ano de 1864 era acompanhada de um *Syllabus* que denunciava os erros da modernidade que os católicos estavam proibidos de assumir, quando já se desenvolvia à escala do planeta uma nova e inovadora era na história da humanidade, a da navegação a vapor. Fazia nesse ano duzentos e quarenta e quatro anos que os *Pilgrim Fathers* tinham zarpado de Plymouth, Inglaterra, rumo à América do Norte, a bordo do navio *Mayflower*, à procura de um *Novo Mundo* onde pudessem realizar sonhos proibidos e praticar livremente a sua religião. Nesse mesmo ano de 1864 inaugurava-se o Metropolitano de Londres e a linha férrea Lisboa-Porto (Gaia). O comboio a vapor já interligava várias capitais europeias.

Galileu foi perseguido pela Inquisição, mas como era amigo do grão-duque da Toscana, do papa Paulo V (que criticou as suas teorias) e do papa Urbano VIII seu conterrâneo, seguidor e admirador (que as proibiu), a vítima condenada a morrer na fogueira pelas mesmas ideias inovadoras, falando de um universo infinito, com muitas estrelas e planetas possivelmente habitados como a terra, foi um frade dominicano, viajado e erudito,

que se rebelou contra a intolerância da sua própria ordem, chamava-se Giordano Bruno, era napolitano e foi queimado vivo em Roma como herege em 1600, quando Galileu tinha trinta e seis anos e era jovem professor de geometria, mecânica e astronomia na universidade de Pádua. O frade temerário foi a vítima expiatória, o mártir das ideias revolucionárias do amigo dos poderosos, um sério aviso ao toscano atrevido e rebelde. Entretanto, na corte do imperador da China, o padre jesuíta Matteo Ricci, ao serviço do *Padroado* Português, montava um observatório astronómico e ensinava as mais recentes descobertas que tanto frenesim causavam em Roma. Reinava o papa Clemente VIII, outro toscano severo que tinha sido núncio apostólico na Polónia, que arbitrou os conflitos ideológicos entre jesuítas e dominicanos e não admitia desvios à tradição, mas que, depois de a provar, autorizou os cristãos a tomarem uma bebida revigorante, o café, até então apreciada e comercializada pelos infieis muçulmanos e por povos das nações pagãs do *Novo Mundo*.

Dentre as muitas teorias defendidas pelo génio inquieto e inovador de Galileu está a do atomismo que tinha sido antigamente avançada pelos filósofos gregos Leucipo e Demócrito, pelo poeta latino Lucrecio e por um dos maiores génios do cristianismo emergente, Orígenes de Alexandria (185-253): a matéria seria composta por minúsculas partículas sem medida nem peso (átomos) e toda a matéria do universo seria a mesma: astros, pedregulhos, florestas, oceanos e bichos, assim como toda a humanidade, tudo feito do mesmo material, infinito e eterno. Esta intuição genial provocou o maior pânico que se pode imaginar entre as autoridades religiosas e foi na realidade a principal causa da condenação de Galileu (e também de Orígenes em vários concílios cristãos); mas como era muito complexa, difícil de enxergar e de explicar, ficou para a história pessoal do génio aquela rebeldia de pretender convencer toda a gente que a terra andava à volta do sol como uma égua em cio, murmurando à exaustão a célebre frase que lhe atribuem até à morte: *eppur si muove*.

Num mundo dominado pela intolerância, as teorias inovadoras de Galileu causaram-lhe inúmeros dissabores; a distância entre o conhecimento, a curiosidade científica e o poder das autoridades religiosas era demasiado grande para que houvesse entendimento. Galileu era um homem religioso e nunca abdicou da sua fé nem se exilou nem se refugiou junto de poderes mais tolerantes à procura de maior liberdade, submetendo-se

ao silêncio na prisão domiciliar a que foi condenado em 1633 (faleceu nove anos depois, em 1642, reinava ainda em Roma o papa Urbano VIII, Mafeo Barberini). Sempre escreveu em língua italiana, o que tornava os seus textos acessíveis a um vasto leque de leitores. *O Mensageiro das Estrelas*, escrito em 1610, foi um dos livros mais influentes de todo o século XVII. A língua erudita era o latim, reservada às elites cultas do tempo, mas Galileu não partilhava os seus conhecimentos apenas com os doutos e os poderosos. Entre o poder e a inteligência ganhou o poder e cedeu a razão; Nicolau Maquiavel, que era toscano como Galileu, grande conhecedor dos mecanismos do poder, deixou essas coisas muito claras quando escreveu, em 1513, um livro famoso, *O Príncipe*. Quando Galileu nasceu já o livro de Maquiavel servia de manual de instrução dos mandatários do poder há cinquenta anos. Os corpos de Maquiavel e de Galileu repousam ambos na mesma basílica franciscana de Santa Cruz, na cidade de Florença. O físico e filósofo francês René Descartes, que se refugiara nos Países Baixos onde reinava a tolerância entre os anos de 1629 a 1649 e que pretendia publicar um tratado de física intitulado *O Mundo* (ou *Tratado da Luz*), quando soube da proibição do livro *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo* e da condenação da teoria de Galileu como herética, desistiu da publicação. Faleceu em 1650 na capital da Suécia, ao serviço da excêntrica rainha Cristina, cuja conversão ao catolicismo muito se deve ao filósofo francês e a um jesuíta português, o padre António Macedo, legado especial do rei D. João IV. Em 1667 a igreja católica proibia também a leitura dos livros de Descartes. Deram-lhe sepultura na igreja da abadia de Saint-Germain-des-Prés, a mais antiga de Paris.

O século XVII foi um tempo de especial inovação em novas teorias do conhecimento, um momento de ruptura com os métodos escolásticos medievais. Já não se pretende somente chegar ao conhecimento racional da natureza, mas tenciona-se conhecê-la para poder dominá-la e proporcionar aos humanos melhores condições de vida. Francis Bacon (1561-1626), chanceler do rei Jaime I de Inglaterra e filósofo, foi um dos eixos da viragem para o pensamento moderno, com a publicação do *Novum Organum* em 1620, onde expôs uma nova metodologia científica, baseada na observação empírica e uma nova classificação do saber (em ciências da imaginação, da memória e da razão). Na *Nova Atlântida*, o último texto de sua lavra

publicado já depois da morte do autor, ele descreve uma sociedade imaginária onde existe um grandioso centro de pesquisa científica – a *Casa de Salomão* – cuja principal finalidade seria o estudo das causas e do movimento de todas as coisas, a fim de se poderem alargar e estender os limites do conhecimento humano e o domínio do homem sobre a natureza, quiçá uma imitação moderna, passados oito séculos, daquela *Casa da Sabedoria* fundada pelo califa abássida de Bagdad, Haroun Al-Rachid.

Johannes Kepler (1571-1630), matemático e astrónomo, apenas sete anos mais novo que Galileu, formulou as leis da mecânica celeste e inspirou as da gravitação universal (que viriam a ser formuladas por Isaac Newton). Ele não tinha os constrangimentos de Galileu porque pertencia à igreja reformada e vivia na Áustria (império austro-húngaro), longe do fundamentalismo e da alçada do poder de Roma. Partindo das mesmas intuições de Copérnico e de Galileu, desenvolveu-as e deu-lhes expressão matemática; ele que era também profundamente religioso, considerava o universo como uma imagem de Deus e não encontrava nenhuma contradição entre a fé e a ciência, defendendo muitas vezes a ideia de que as descobertas científicas conduziriam a uma melhor apreciação da obra do Criador e a uma melhoria das condições de vida da humanidade. Ele foi o primeiro cientista da era moderna a defender inequivocamente que a inovação científica contribuía para a felicidade dos homens. Separado do mundo de Galileu pela cadeia montanhosa dos Alpes, vivendo num ambiente religioso diferente, onde reinava a tolerância, o seu espírito inovador não foi tolhido pelos poderes instituídos. Pelo contrário, recebeu todo o apoio ao ser nomeado matemático e conselheiro dos imperadores Rodolfo II e Matias, para continuar a obra do seu mestre, o astrónomo e matemático dinamarquês Tycho Brahe. Kepler dialogou com Galileu e publicou várias obras de relevante importância para a astronomia e a física, entre elas a *Astronomia Nova* em 1609 e entre 1615 e 1621 os três volumes da *Epitome Astronomiae Copernicae*, onde formula as leis dos movimentos dos planetas. Dedicou-se também à publicação de almanaques astrológicos de teor profético, onde anunciava não só previsões climatéricas como também acontecimentos políticos importantes para uma Europa em guerra (dos Trinta Anos). O investigador e divulgador científico Carl Sagan descreveu-o como *o último astrólogo e o primeiro astrofísico*. Ele foi sem dúvida o cientista que provocou a maior revolução no conheci-

mento científico moderno. A sonda que a NASA enviou para o espaço em 2009 à procura de planetas extrassolares (exo-planetas) tem o seu nome – Képler. Ela permitiu descobrir até hoje (Junho de 2016) 1.284 novos planetas, dos quais 104 parecem ter características semelhantes à Terra.

Quando o matemático e astrónomo inglês Isaac Newton nasceu, já Galileu (italiano) e Kepler (austríaco) tinham falecido. O autor da teoria da gravitação universal e um dos criadores do cálculo infinitesimal (mérito partilhado com o filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibnitz – 1646-1716) nasceu a 4 de Janeiro de 1643 numa Inglaterra anglicana (que ainda seguia o calendário Juliano e indicava 25 de Dezembro de 1642), quase um ano depois da morte de Galileu (8 de Janeiro de 1642) e, como os outros cientistas com os quais partilhava crenças e esperanças, também era um homem profundamente religioso e defendia que toda a mecânica celeste estava ordenada desde o começo do mundo pelo próprio Deus. Ele cultivava o misticismo, acreditava nas profecias e na influência dos astros sobre a vida dos homens, sobretudo na dos cometas; o cardeal e professor na universidade de Paris Pierre d'Ailly, um precursor de Copérnico, já difundira as mesmas ideias em 1414 no seu texto *De concordia astronomice veritatis et narrationis historice*, ideias que, mais de duzentos anos passados, continuavam ainda consideradas dentro do prazo de validade. Influenciado pelo movimento espiritual rosa-cruz (uma fraternidade esotérica que preconiza a evolução da humanidade através do conhecimento, à qual pertenceu também Francis Bacon), Newton acreditava no poder dos anjos como intermediários entre os humanos e a divindade. Toda a sua obra científica está repleta de alusões à intervenção divina nos destinos da humanidade e aos sinais cósmicos desta intervenção; até a questão da data exata da construção do templo de Jerusalém sugerida pelos profetas despertou a curiosidade do cientista.

Foram cientistas como Newton e Kepler que, para além da revolução científica que provocaram, lançaram as bases de um novo humanismo, enraizado nas ideias cristãs e aberto a todas as criaturas e a todas as culturas do planeta, a civilizações muito diferentes das europeias, àquelas mesmas civilizações que os navegantes da expansão marítima e comercial encontraram pelos continentes achados e pelos oceanos enfim violados. Eles contribuíram para uma visão global da humanidade, consagrada no artigo décimo da Declaração Rosacruziana dos Deveres do Homem: *Todo*

indivíduo tem o dever de considerar a humanidade inteira como sua família e de se comportar em toda circunstância e em todo lugar como um cidadão do mundo, fazendo assim do humanismo a base do seu comportamento e da sua filosofia. Depois da descoberta do *Novo Mundo*, nascia enfim a consciência de um *Mundo Novo*

O grande tratado de Newton, *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, outra obra de grande impacto no desenvolvimento da ciência moderna, foi escrita no mesmo ano que a *Carta sobre a Tolerância* do filósofo John Locke (1687), também ela uma viragem nas ideias políticas e religiosas da época. Ambos os textos foram redigidos em latim, a língua universal de então e tanto Newton como Locke preconizavam num futuro próximo uma era de progresso e de felicidade, que coincidiria com o final dos tempos, uma espécie de preâmbulo do fim do mundo. No seu retiro da Quinta do Tanque, em Salvador, o padre Antônio Vieira, que não conhecia nem Newton nem Locke, polia os seus textos sobre uma outra história do futuro, obra-prima que ele queria deixar como testamento aos vindouros; esses textos falavam do Quinto Império, uma nova era de riqueza e de felicidade durante a qual os portugueses desempenhariam um papel preponderante na história da humanidade. A *Clavis Prophetarum* do jesuíta estava sendo redigida também em latim e destinava-se, como os textos de Isaac Newton e de John Locke, aos homens cultos do mundo inteiro. O jesuíta também se preocupava com o significado das aparições de cometas e de outros fenómenos celestes que anunciavam acontecimentos relevantes. O primeiro texto de teor profético do padre Antônio Vieira data de 1 de Janeiro de 1642, um sermão pregado na capela real em Lisboa. Uma semana depois morria Galileu em Florença e, passado mais um ano, nascia Isaac Newton numa aldeia inglesa.

O século XVII foi extraordinário: não só na eclosão da ciência moderna como também em génios literários. Foram contemporâneas três grandes figuras de três culturas literárias diferentes: Cervantes (1547-1616), Shakespeare (1564-1616) e Vieira (1608-1697). Entre o nascimento de Cervantes e a morte de Vieira passaram-se cento e cinquenta anos; entre o nascimento de Galileu e a morte de Newton passaram-se cento e sessenta e três; entre o nascimento de Cervantes e a morte de Newton passaram-se apenas cento e oitenta anos, o que naquele tempo era o equivalente a quatro gerações. Todos eles marcaram profundamente o seu tempo e

os séculos vindouros, a uma escala global. E assim como aconteceu na área científica, aconteceu na área das humanidades: os génios criaram-se em diferentes áreas culturais, em climas diferentes, de diferentes nações e regimes políticos e religiosos, dando continuidade a ideias inovadoras. De todos estes génios científicos e literários que abriram as portas da modernidade, apenas um cresceu e se formou no *Novo Mundo*, o padre António Vieira; a cidade de Salvador da Bahia tem o mérito de ser a referência da naturalidade por ele escolhida. Curiosamente, não havia nesse tempo na colónia brasileira nenhuma instituição oficial de ensino superior nem nenhuma imprensa lá tinha sido instalada; contudo, já existiam universidades no México, no Peru e nas Filipinas, tipografias portuguesas em Goa, Macau e Nagasaki...

À sua maneira, Vieira imaginou uma história em muito semelhante à de Kepler (que ele cita, assim como Copérnico) e de Newton (que ele não conheceu): uma história do futuro num reino por acontecer, feito de riqueza e prosperidade, anunciado pelos profetas e pelo aparecimento de cometas, cujos augúrios (Vieira dizia, nos últimos anos da sua vida, que eles eram *a voz de Deus ao mundo*) faziam parte da especulação dos homens cultos do tempo. Para além da cultura jesuítica que Vieira recebeu no colégio de Salvador, resultado da expansão religiosa e cultural dos portugueses pelo espaço das suas descobertas e conquistas, ele viajou pela Europa erudita do tempo: Inglaterra, França, Holanda e Itália, numa situação privilegiada para se inteirar das ideias na moda, como embaixador especial do rei D. João IV. Nesses ambientes discutiam-se as inovações mais polémicas do tempo ao mais alto nível, enquanto se tentavam resolver, pela via diplomática, os conflitos políticos e religiosos que incendiavam a Europa. Mas foi no Maranhão, num dos pedaços mais primitivos do *Novo Mundo*, que Vieira imaginou o Vº Império. Também o britânico Thomas More (chanceler de Henrique VIII, contemporâneo de Maquiavel), inspirado nas novidades do tempo e nas descrições do *Novo Mundo* divulgadas por Américo Vespucci, tinha imaginado a sociedade perfeita numa ilha distante da civilização, a ilha da Utopia – e o mordomo que introduzia o leitor na inovadora realidade política e social era um marinheiro português com um nome estranho: Rafael Hitlodeu. *A Utopia* do chanceler inglês e *O Príncipe* do oficial da chancelaria toscana, foram ambos escritos entre 1513 e 1516, em plena euforia da expansão do comércio marítimo pelo

novo mundo e pelo oriente, quando Afonso de Albuquerque, governador e vice-rei da Índia, sonhava com um império português que destruísse definitivamente o poder muçulmano e libertasse a Terra Santa; os textos continuam sendo obras de referência de todo e qualquer peregrino culto do século XXI.

A razão dos conflitos

Um grande viajante, um judeu sefardita português refugiado na Holanda, chamado António Montesinos (a não confundir com o homónimo dominicano espanhol que foi um dos primeiros grandes defensores da liberdade dos índios um século antes), chegou em 1644 a Amesterdão de regresso de uma grande viagem pela América do Sul e anunciou que tinha encontrado na selva amazónica colombiana vestígios das tribos perdidas de Israel. Ele era um dos homens mais ricos dos Países Baixos de então, comerciante e naturalista por vocação que viajava com um séquito impressionante de servidores e por isso o seu testemunho não estava sujeito a qualquer contestação. A notícia espalhou-se rapidamente pelas comunidades judaicas e cristãs e foi quanto bastasse para que muitas coisas mudassem na Europa: em Inglaterra, em França e no império austro-húngaro. Os judeus foram aceites em Inglaterra e passaram a poder circular e criar os seus negócios livremente em todas as colónias inglesas. O mesmo aconteceu nos países germânicos. A crença de que uma nova era de riqueza e de felicidade estava prestes a acontecer, com a chegada de um messias libertador, esperado por cristãos e judeus, fez ressurgir os movimentos messiânicos e ressuscitar antiquíssimas profecias sibilinas que anunciavam o começo do fim dos tempos. Até chegou a ser apontada uma data que estava ao alcance das previsões e das esperanças de vida dos pregadores: 1666 – porque 666 é o número que assinala as *Bestas*, a marítima e a terrestre, no livro do Apocalipse: *Quem é inteligente calcule o número da Besta, pois é o número de um nome de homem: seu número é 666!* (Ap., 13, 18).

Em 1666 houve em Inglaterra acontecimentos terríveis: um grande incêndio destruiu em cinco dias mais de treze mil casas da capital e a famigerada peste negra dizimou em dois anos cerca de cem mil habitan-

tes, um terço da população de Londres. Isaac Newton já tinha publicado os primeiros ensaios científicos, refugiou-se no campo, em casa da mãe e escapou à calamidade; com toda a autoridade de um jovem cientista de vinte e quatro anos formado na universidade de Cambridge, interpretou a tragédia como uma punição divina pela intolerância que vigorava em Inglaterra. Reinava o rei católico Carlos II, casado com Catarina de Bragança, recuperada a coroa perdida por seu pai, fatalidade que permitira um interregno republicano, o governo dos Cromwell. Enquanto a filha de D. João IV, mal-amada pelo esposo libertino, ensinava os cortesãos ingleses a tomar chá e a apreciar o doce de laranja, o rei seu esposo caprichava na perseguição violenta aos anglicanos, num clima de terror. Newton apregoava com alguma timidez uma nova ordem política e religiosa, baseada na tolerância e na racionalidade. Esta ideia da tolerância, defendida pelo médico e filósofo John Locke no exílio holandês onde se refugiara das perseguições do sucessor de Carlos, Jaime II (de 1683 a 1688), foi a grande inovação ética da segunda metade do século XVII, o contributo maior de uma ideologia cristã reformada para as gerações vindouras. Newton recorreu à clandestinidade e à proteção da igreja anglicana para salvaguardar a integridade física e seria finalmente na Inglaterra reformista do calvinista Guilherme de Orange (Guilherme III de Inglaterra desde 1688) e de sua esposa a rainha católica Mary II (filha de Jaime II, sobrinha de Carlos II e de Catarina de Bragança), que as ideias de tolerância vingariam. A Inglaterra ultrapassou todos os países europeus em criatividade intelectual e em inovação científica e tornou-se a maior potência marítima mundial até meados do século XX.

Nesse ano profético de 1666, o padre António Vieira, um mestiço irreverente que foi pregador e confessor do rei, embaixador, chefe das missões do Maranhão, o divulgador da grande utopia do V^o Império, estava preso, a ser julgado num processo por delito de heresia pelo mais temido e intolerante tribunal do reino, o do Santo Ofício, a polícia judicial e canónica da Inquisição, tinha cinquenta e oito anos. No Oriente, o império português sonhado por Albuquerque chegara ao fim, mas o maior intercâmbio cultural que jamais existiu entre civilizações continuava ativo. Numa Europa em ebulição, viviam-se momentos de liberdade e tolerância num lugar e cometiam-se excessos de radicalismo e de perseguição ideológica em outros, a curtas distâncias. As águas de um rio banhavam

margens de tolerância e desaguavam arrastando corpos queimados dos condenados pela intolerância. Enquanto Londres ardia e a peste dizimava um terço da sua população, a igreja de Roma exibia o poder e o domínio sobre o mundo construindo a colunata de Bernini, encomendada pelo mais poderoso e último dos papas renascentistas, o toscano Alexandre VII. Duzentas e oitenta e quatro colunas e cento e quarenta estátuas de santos testemunham a grandeza do catolicismo, à volta de um obelisco de quarenta metros que o imperador Calígula mandara trazer do Egito para um circo no final dos anos 30 da nossa era e que o severo papa Sisto V mandara deslocar para o centro da praça de São Pedro no início do seu mandato (1585), substituindo a bola de ouro com as cinzas de Júlio César por uma cruz; o mesmo papa colocaria uma estátua de São Pedro no topo da coluna de Trajano, erguida no *Forum* no ano 113 à glória do imperador de origem ibérica que estendera o Império até aos limites da Europa. A igreja dominava dois símbolos de dois poderosos impérios. O catolicismo estendia-se por todos os continentes, acompanhando a expansão marítima e comercial pelo *Novo Mundo* e pelo Oriente, da América do Sul até ao Japão, graças à intrepidez dos missionários dos padroados ibéricos; em 1504 fora fundada a primeira diocese do *Novo Mundo*, em Santo Domingo e em 1588 tinha sido criada a diocese mais oriental do mundo, em Funai, no Japão, depois de uma embaixada de jovens samurais cristãos a Roma, organizada pelo jesuíta Alexandre Valignano, visitador das missões portuguesas no Oriente. Convertida ao catolicismo, apadrinhada pelo papa Alexandre VII, a extravagante rainha Cristina Alexandra da Suécia cavalgava por esses anos com seu séquito espalhafatoso pela praça de São Pedro, perante os cardeais deslumbrados. As ruínas de Londres e a catedral de São Paulo ainda fumegavam e o ambiente por terras anglicanas heréticas era de morte. Nada era demasiado para exhibir o poder de uma igreja católica romana, ufana e eufórica.

Não podemos esquecer porém que até ao final do século XVIII, ou seja até à eclosão e expansão do Iluminismo, vivíamos num tempo em que não havia diferença entre astronomia e astrologia e a disciplina que hoje denominamos física era um ramo da filosofia, a cosmologia; os movimentos dos corpos celestes eram, para Galileu como para Kepler e Newton, antes de tudo o mais, sinais celestes, secretas mensagens divinas que sugeriam interpretações sobre o presente e o futuro da história dos homens, sobre-

tudo as conjunções planetárias e os movimentos dos cometas, esses astros errantes que surgiam do nada e que perturbavam as inteligências. O médico e astrólogo português Manuel Bocarro Francês (Rosales Hebreo), aluno dos jesuítas no colégio de Santo Antão em Lisboa, cristão-novo de fachada que nunca abandonara o judaísmo, anunciava na sua *Anacephaleosis da Monarquia Lusitana*, publicada em 1624, a restauração da monarquia portuguesa, através da leitura dos movimentos dos corpos celestes. Ciência e magia não eram matérias incompatíveis nem dissociadas. Era uma astrofísica incipiente, uma astrologia desvairada, até houve quem lhe chamasse um messianismo científico.

Somente em 1705 o matemático e astrofísico inglês Edmond Halley (1656-1742) publicou os dados das observações e estudos sobre um cometa que visitava regularmente o nosso planeta a cada setenta e cinco ou setenta e seis anos, assinalado desde a mais remota antiguidade e que passou desde então a ter o seu nome. A última passagem do astro tinha acontecido em 1682 e Newton, que era amigo de Halley, não deixara de tecer prognósticos relativos ao fenómeno: um presságio da vitória no ano seguinte dos cristãos sobre os turcos muçulmanos que devastavam as melhores terras da Polónia, da Rússia e da Ucrânia. O derrotado foi o vizir Mustafá Kara e o herói foi o rei polaco Janusz Sobieski, católico e peregrino de Compostela, que travou em Viena a última tentativa de infiltração otomana em espaço cristão. Já em 1456 o médico, astrónomo e geógrafo toscano Paolo Toscanelli tinha observado e descrito a passagem do dito cometa. Em 1531 fora a vez do matemático e astrónomo alemão Petrus Apianus se interessar por tão curioso fenómeno celeste. Em 1607 o mesmo cometa fora observado por Kepler em Praga, quando era matemático imperial do arquiduque Fernando II de Habsburgo e também na serra de Ibiapaba pelos primeiros padres jesuítas que se aventuraram pelo Ceará, no nordeste do Brasil; o jovem padre alentejano Luís Figueira assinalou o avistamento que teve lugar no mês de Setembro e relatou-o no texto que escreveu, a *Relação do Maranhão*. Os índios tabajaras chamaram-lhe *tatabebe* (o fogo voador) e, se presságios carregava o astro, eles eram muito ruins: o companheiro de Luís Figueira, o padre açoriano Francisco Pinto seria morto pelos indígenas poucas semanas depois da passagem do cometa e a primeira missão jesuítica a norte do rio Jaguaribe foi um fracasso. Quando o cometa se mostrou em 1682 António Vieira já vivia em

Salvador, cidade assolada então por uma epidemia; refugiado na Quinta do Tanque, não prestou grande atenção ao cometa, mas numa carta ao Marquês de Gouveia (a 23 de Julho) ele fala da influência do astro e *os efeitos da conjunção máxima* sobre um casamento real anunciado que ele não aprovava e que até nem chegou a acontecer. Nos últimos anos de vida (1695) o jesuíta escreveu um texto sobre os cometas (*Voz de Deus ao Mundo...*) onde defendia, como outros doutos de então, que ao longo dos tempos o próprio Deus tinha mandado mensagens à humanidade através dos patriarcas, dos reis e dos profetas; finalmente, depois que acabaram os profetas, seriam os cometas os mensageiros dos desígnios de Deus. Que augurariam estes doutos cavalheiros se alguém lhes profetizasse que um dia os homens conseguiriam enviar uma bugiganga metálica sofisticada, a sonda *Philae*, para cavalgar o núcleo de um cometa com o nome romântico de *67P*, na sua trajetória louca pelo espaço a uma velocidade de mais de sessenta e seis mil quilómetros por hora? E qual não seria a decepção se soubessem que o cometa era apenas um pedregulho em tudo igual a um morro compacto de calhaus que não transportava mensagens, nem vaticínios... nem diamantes?!

O racionalismo dos enciclopedistas franceses foi um momento marcante na história da civilização ocidental, o ponto de viragem que deslumbrou gerações de intelectuais, políticos e especuladores financeiros, por entre delírios coletivos que aplaudiam o terror e o espetáculo das guilhotinas. O ocidente entrou na era do Iluminismo e das grandes revoluções (a revolução francesa e a revolução industrial) guiado por ideais sublimes: liberdade, igualdade e fraternidade universais. Pela primeira vez na história do ocidente e talvez na história da humanidade o conhecimento deixou de ser considerado um privilégio das classes dominantes e passou a ser reconhecido como um bem comum disponível e acessível a todos os cidadãos. O chanceler de Jaime I de Inglaterra, filósofo e “imperador rosacruciano” Francis Bacon (1561-1626), um dos grandes patriarcas da ciência moderna, dera o mote: *conhecimento é poder*. A Enciclopédia (*Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*), inspirada na classificação do conhecimento descrita no *Advancement of Learning* (1605) do chanceler, condensava todo o conhecimento humano do século XVIII em trinta e três volumes, quantos os graus filosóficos da maçonaria segundo o rito escocês antigo e aceite, ou tantos

quantas as vértebras do corpo humano – escolha exotérica ao critério de cada um. Obra de intelectuais e homens de letras franceses liderados pelos editores Jean d’Alembert (1717-1783) e Denis Diderot (1713-1784), com a participação de grandes figuras de renome como François Marie Arouet, conhecido como Voltaire (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu (1689-1755), tornou-se a obra de referência e o assunto de conversa dos homens cultos. Destinada a esclarecer todos os cidadãos, para lutar contra todas as formas de escravatura, contra o despotismo e o obscurantismo herdados do passado, começou a ser publicada em 1751, foi proibida logo no ano seguinte pelo estado francês e em 1759 incluída no índice dos livros proibidos pela igreja católica (papa Clemente XIII), o que não impediu a sua completa publicação e ampla difusão pelos subscritores, acrescida de dois volumes suplementares. A obra, completada em 1772, continha dezoito mil páginas, setenta e um mil oitocentos e dezoito artigos e duas mil oitocentas e oitenta e cinco ilustrações e foi fundamental na formação dos grandes intelectuais, políticos e cientistas ocidentais do século XIX. Levou quinze anos a redigir e vinte e um a publicar; até 1789 venderam-se vinte e quatro mil exemplares da *Encyclopédie*. Os enciclopedistas e os seus seguidores do século XVIII acreditavam que o conhecimento científico conduziria a um futuro glorioso, a uma nova era de riqueza e de felicidade, um tempo novo para a humanidade esclarecida. Porém, aconteceu o contrário: a civilização ocidental mergulhou numa longa fase de crises e conflitos por mais de duzentos anos, dos períodos mais negros e traumatizantes da sua história, que nem as mais ousadas obras literárias e artísticas do romantismo, exaltando a introspeção, a subjetividade e o nacionalismo, conseguiram atenuar. A pintura de Eugène Delacroix, a música de Giuseppe Verdi, a prosa de Víctor Hugo, de Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco e José de Alencar em língua portuguesa, foram algumas das erupções artísticas deste tempo de fissuras e de indefinições que sucedeu ao Iluminismo.

As novas teorias dos enciclopedistas impunham aos cientistas uma obrigação moral: conduzir as investigações para aplicações práticas que se traduzissem numa melhoria das condições de vida dos cidadãos, o que implicava a procura de novas fontes de riqueza para aliviar as carências e satisfazer as necessidades mais fundamentais para a sobrevivência da

humanidade. No final do século XVIII começaram as grandes explorações dos continentes por naturalistas e geógrafos, entusiasmados pela possibilidade de encontrarem em lugares exóticos e inexplorados novos espaços de intervenção humana. Desde Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), matemático, astrónomo e naturalista francês, incansável explorador em África, no Médio Oriente e na América do Sul até Charles Darwin (1809-1882), naturalista inglês que fez uma viagem à volta do mundo durante quase cinco anos (1831/36), passando pelo nobre Alexander von Humboldt, geógrafo, naturalista e explorador alemão (1769-1859), todos os grandes génios que abriram o caminho da modernidade foram influenciados pelas ideias dos enciclopedistas. Portugal contribuiu com grandes cientistas, nascidos no Brasil e formados na Universidade de Coimbra depois da reforma pombalina, pioneiros da modernidade: o paulistano Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798) explorou o interior do Brasil e fez a primeira tentativa de travessia do continente africano de Moçambique até Angola e o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) foi o maior explorador de sempre da Amazónia, tarefa que ocupou dez anos da sua vida. Estas *viagens filosóficas* inspiraram Alexander von Humboldt (1769-1859) que iniciou sete anos depois (no porto espanhol de A Coruña em 1799, tinha 30 anos) uma viagem exploratória pela América do Sul e Central, o que o catapultou para uma carreira ímpar de investigador e diplomata. A empreitada durou cinco anos durante os quais percorreu cerca de dez mil quilómetros, estudou o fenómeno alucinante das enguias capazes de matar um cavalo com uma descarga elétrica em Calabazo, na Venezuela, escalou a montanha mais alta do mundo, a do vulcão Chimborazo, no Equador (6.286 metros de altitude, 6.384 kms do centro da terra, um vulcão extinto há mais de dez mil anos) e publicou em Paris, em 1807, uma obra extraordinária: *Ensaio sobre a Geografia das Plantas*. Ele foi o fundador da ciência contemporânea europeia; a maior universidade alemã e uma das maiores do mundo evoca e dignifica o seu nome. *Cosmos* é a sua grande obra (5 vols., 1845-1862).

Ainda o romantismo impunha suas regras e cânones quando um jovem britânico chamado Charles Darwin (1809-1882), que abandonara a medicina e a teologia para se tornar naturalista, criava uma teoria inovadora depois da extraordinária viagem exploratória pelos continentes e oceanos do mundo. A viagem a bordo da barca *Beagle* terminou em 1836, tinha

o cientista apenas vinte e sete anos; aos cinquenta, em 1859, Darwin publicou uma obra sensacional que revolucionou todos os conceitos até então em vigor sobre a história da vida no planeta terra: *On the origin of species by means of natural selection* – no mesmo ano em que faleceu A. Von Humboldt. A teoria da evolução das espécies, resultado de décadas de investigações rigorosas, causou a maior polêmica em todo o mundo, tornou-se a teoria científica mais discutida de todos os tempos e provocou a maior confusão da era moderna sobre a natureza e a evolução da humanidade. As teorias de um professor e pastor anglicano sobre o crescimento da população e o da produção de bens alimentares tinham alarmado políticos, religiosos, investidores e intelectuais, e influenciado consideravelmente as investigações de Darwin. Thomas Robert Malthus (1766–1834) foi o primeiro a alertar para a necessidade de modificar por completo a produtividade alimentar a fim de garantir a sobrevivência da humanidade. A solução estava no poder de inovação dos cientistas e no desenvolvimento prodigioso da tecnologia, coisas em que Malthus não acreditava; ninguém imaginava, em meados do século XIX, já no tempo da máquina a vapor e nos primórdios da industrialização, que seria possível aumentar a produtividade ao mesmo ritmo do crescimento da população. Ninguém imaginava que, século e meio depois, o comércio mundial duplicaria de volume a cada seis anos; que a população do planeta quadruplicaria durante o século XX enquanto o PIB mundial aumentava vinte vezes. À morte de Charles Darwin (1882), que sobreviveu quase meio século a Malthus, ninguém mais se preocupava com o perigo da humanidade morrer à míngua de alimentos e o próximo grande gênio da ciência ocidental era uma criança de três anos de família judaica que morava em Munique, na catolicíssima Baviera, o maior estado da federação alemã. O planeta entrava numa nova era de transformações profundas, com a expansão dos caminhos-de-ferro e da eletricidade, a descoberta da vacina contra a raiva, a formação dos primeiros sindicatos operários, o crescimento desenfreado do capitalismo liberal... mas ainda era tão-somente a alvorada de um mundo novo cheio de violentas surpresas.

Um surpreendente mundo novo

Foi necessário esperar pela *Teoria da Relatividade Generalizada* de Einstein (1915) para que o mundo fosse de novo abalado por teorias inovadoras, mas que desta vez nada tinham a ver com a temida sobrevivência alimentar da humanidade. A espera durou apenas cinquenta e seis anos e tudo aconteceu num contexto alucinante de grandes perturbações, provocadas pelo estrondo e pelas matanças de guerras mundiais que mesmo depois de resolvidas tiveram réplicas por todos os continentes. E mais uma vez as mudanças nas mentalidades foram tão grandes, tão rápidas e tão violentas que não concediam tempo nem recuo para que fossem sistematizadas. Da astrofísica à informática, da sociologia à teologia, o século XXI continua sacudido por novidades e por desafios que surgiram no início do século XX e que reclamam a contribuição de todos os recursos da inteligência e da imaginação para tentar gerir a lógica do pensamento humano, na era inédita das incertezas. A *Teoria da Relatividade* tem cem anos e as certezas do nosso tempo terão prazo de validade muito menor.

Os exemplos de que se serviu Einstein para explicar os princípios da relatividade foram os mesmos utilizados por Galileu para explicar a queda dos corpos. Só que Galileu serviu-se do exemplo de um navio (a uma velocidade de oito nós – quinze kms/h) e Einstein de um comboio (a cinquenta kms/h); por causa da velocidade do comboio e do ponto privilegiado do observador proposto por Einstein, o cais de uma estação, este exemplo era mais evidente e apropriado para seduzir os eruditos e os instruídos do início do século XX. Galileu serviu-se da torre inclinada de Pisa, aproveitando-se de uma altura de cinquenta e seis metros para demonstrar as suas teorias sobre a queda dos corpos enquanto Einstein utilizava como exemplos fenómenos de luz, imaginando relógios de ponteiros a viajar pelo espaço a grandes velocidades. Acontecia porém um fenómeno novo: no tempo de Galileu a prática comandava e certificava a teoria, enquanto nas novas propostas do século XX a teoria estava muito à frente da prática. O cais da estação permitia observar os movimentos relativos quando da passagem dos comboios, mas o novo observador dos movimentos celestes tinha que imaginar fenómenos a uma escala nunca antes imaginada e a velocidades sem qualquer referência prática, para a-

lém dos limites do entendimento. A ciência física voltava a ser tão especulativa e poética como a dos gregos da antiguidade.

Os exemplos da física atômica começaram por ser modelos geométricos e mecânicos, desenhados no imaginário à semelhança de um sistema solar em miniatura, uma paráfrase redundante da célebre escapada verbal de Einstein, *a realidade é uma aparência que se impõe pela sua persistência*. Ou seja: a imagem captada pelos nossos sentidos é apenas a aparência virtual de uma realidade escondida, uma daquelas mentiras consensuais que, à força de serem repetidas, acabam por ser aceites como verdades, como acontece na política. O matemático e físico português António Gião (1906-1969) dizia numa conferência em 1967: *Partindo dos objetos que os nossos sentidos nos permitem distinguir, a experiência científica dissolve-os primeiro em estrutura molecular descontínua, depois em estrutura atômica ainda mais fina e em seguida num conjunto de partículas elementares, como efémeras luciolas voando numa atmosfera de forças. Finalmente, as próprias partículas elementares são apenas pequeninas regiões especiais desse grupo de forças, inteiramente redutíveis a uma estrutura geométrica. Que significa tudo isto? Que na realidade a matéria é uma ilusão, que a dura ou suave presença das coisas é uma presença fantomática e que tudo se resume afinal numa pura forma sem conteúdo*. Esta descrição que data de há cinquenta anos faz-nos recordar aquela outra visão platónica do mundo, velha de vinte e cinco séculos, que implica um mundo de sombras e um outro de coisas reais, uma caverna habitada e um sol brilhante, sendo que a nossa capacidade de enxergar situa-se no lugar do corpo, o de cada cidadão, o da cidade e o do estado que ficam nos planos das sombras e das cavernas, e somente ultrapassando o domínio dos sentidos e libertando-nos das sensações é que a nossa inteligência pode aceder ao conhecimento da realidade que está fora das cavernas, no espaço inacessível onde brilham o sol e a verdade. Depois de séculos a prestar tributo a Aristóteles, à ciência experimental e à razão prática, à dúvida metódica e à lógica dos sistemas, voltámos ao platonismo. A realidade ou a verdadeira natureza das coisas não existe; o que existe é o que a gente diz e faz com ela. Se o poema de Lucrecio *De Rerum Natura* levava os romanos à loucura, a teoria da relatividade acabou de vez com o romantismo, o refúgio confortável e conformista dos iluminados. Porque *a matéria é uma ilusão...*

Quando contemplamos no espelho a imagem do nosso corpo não pretendemos que este seja uma ilusão e imaginamos facilmente que a outra metade escondida também nos pertence; posicionando outros espelhos podemos olhar a totalidade do nosso corpo projetado, invertido e revertido. Não somos nós, é apenas a nossa imagem que nos fita. Agora enxergamos o que estamos a observar, criatura provisória feita da mesma matéria elementar de todos os outros corpos, de todas as formas de vida, de todos os pedregulhos e cachoeiras de todo o planeta, espelho de todos os sistemas solares e de todas as galáxias do universo. Nada existe em cada ser humano que não exista também no universo inteiro e nunca nada desaparece deste sistema onde cada elemento tem o seu lugar e a sua função; o universo nunca perde nenhum naco de memória. O intercâmbio entre todas as criaturas e toda a matéria é permanente e universal. Giordano Bruno ardeu na fogueira da Inquisição por ideias românticas como esta, acusado de perverter a mente dos insatisfeitos. Nada de novo à luz do sol nem nas penumbras fantasmagóricas das cavernas, já que cerca de dois mil anos antes o filósofo Sócrates fora condenado ao suicídio por perverter a mente da juventude de Atenas; o mais sábio dos homens apagou-se instruindo os seus companheiros sobre a imortalidade da alma, sem explicar a razão pela qual pedia que sacrificassem por ele um galo ao deus Esculápio, protetor da vida e curador dos corpos.

O corpo humano é constituído por um número incalculável e inimaginável de átomos: mais bilhão menos milhão, fica-se pelos quarenta mil milhares de milhões de células, cada uma delas composta por um número elevado de átomos. Dois terços da nossa estrutura física é feita de átomos de hidrogénio, o restante tem componentes de oxigénio, azoto, carbono e quantidades mais modestas de cálcio, fósforo, enxofre, potássio, sódio, zinco, magnésio... e ainda uma variedade impressionante de outros metais incluindo ouro, todos tão necessários para a vida de cada indivíduo quanto comum a toda a natureza envolvente dos seres vivos e dos pedregulhos. O intercâmbio entre cada indivíduo e o meio que o envolve é permanente, cedendo e assimilando a cada segundo de vida uma incalculável quantidade de elementos. A cada quarenta e cinco dias a água do nosso corpo (65% do seu volume) é totalmente renovada enquanto os eletrões viajam à velocidade da luz pelos átomos do organismo, num bailado perpétuo. Nada de importante se perde ou se extravía com

o certificado de óbito. Não existe morte que não seja tão-somente a modificação provisória do aglomerado, uma perda de identidade por simples incoerência do sistema. Tudo é feito de luz e sombra, de momentos e de fragmentos, como todas as histórias contadas e por contar. Os espelhos foram inventados apenas para nos oferecerem uma deliciosa, sedutora e provisória ilusão de nós mesmos. Eles não refletem o tempo, só a luz.

Foi depois de uma experiência levada a cabo durante um eclipse total do sol na cidade brasileira de Sobral, no estado do Ceará, que a teoria de Einstein recebeu da comunidade científica um acolhimento favorável e passou a ser considerada como algo de muito sério. Aconteceu a 29 de Maio de 1919, quando uma equipa de cientistas dirigida pelo astrofísico inglês Arthur Stanley Eddington (1882-1944) comprovou uma das hipóteses necessárias para validar a teoria da relatividade: o desvio da trajetória da luz à passagem pela proximidade de um corpo celeste. Várias tentativas tinham sido feitas a partir de 1913 mas, ou devido a más condições meteorológicas, ou por outros problemas técnicos, mais os imprevistos da guerra, não tinha sido possível comprovar a teoria. Eddington encontrava-se no arquipélago de São Tomé e Príncipe, onde as condições meteorológicas do momento não eram as melhores e um outro cientista da mesma equipa, Andrew Crommelin (1865-1939) posicionara-se na cidade de Sobral, com condições excelentes durante o eclipse total do sol. O sucesso da experiência efetuada no sertão cearense, permitindo observar o desvio da luz de uma estrela à passagem pela proximidade do sol, projetou Einstein para a ribalta da cena científica mundial, fazendo com que as novas teorias suplantassem a partir de então e progressivamente as da física newtoniana. Dois anos depois Albert Einstein (1879-1955) recebia, aos quarenta e dois anos, quinze anos depois do primeiro esboço da *Teoria da Relatividade*, o prémio Nobel de Física pela teoria desenvolvida sobre a natureza e as propriedades da luz (o *quantum* da radiação eletromagnética passou a denominar-se o *fóton* de luz a partir de 1926) – uma genial intuição descrita pela primeira vez pelo poeta latino Tito Lucrecio Caro (99-55 a.C.) no poema *De Rerum Natura* (Livro II, versos 109-128). Passaram-se ainda várias décadas até que a *Teoria da Relatividade* no seu conjunto e a teoria quântica atingissem um lugar cimeiro na cena científica mundial.

Da intuição inovadora de Einstein nasceram novas teorias sobre a origem e a estrutura do universo; a mais conhecida é a do padre jesuíta belga George Lemaître (1894-1966), professor na universidade católica de Lovaina, que imaginou (em 1927) como origem do universo uma poderosíssima explosão a partir de um átomo primordial, qualquer coisa como um *ovo cósmico*, teoria que foi amplamente escarnecida pelos defensores da astrofísica tradicional. Ele foi aluno e discípulo de Arthur Eddington em Inglaterra, doutorou-se pelo MIT (Cambridge, Massachusetts, USA) em 1943 com uma tese baseada numa das intuições de Einstein, sobre *Campos gravitacionais da relatividade geral* e ensinou em Lovaina até 1964. A sua teoria de um universo em expansão a partir de uma explosão inicial que teve lugar há cerca de quinze mil milhões de anos atrás, aumentando de velocidade à medida que os corpos projetados se afastavam do núcleo original, comprovada mais tarde por Edwin Hubble através dos telescópios do monte Wilson, ficou ainda mais conhecida por causa de uma piada de um adversário da sua teoria (o cientista e escritor inglês Fred Hoyle, da universidade de Cambridge, defensor da ideia de um universo estático) que numa emissão radiofónica da BBC, em 1950, lhe chamou de *Big Bang* (o grande estouro). Desde 1923 que a BBC emitia em direto a hora certa pelas badaladas do *Big Ben*, o sino do relógio da torre do palácio de Westminster, sede do parlamento de Inglaterra... Hoje, a teoria do universo em expansão ainda tem os seus adversários, até está proibida em certas instituições de ensino ligadas a igrejas fundamentalistas, mas é aceite como uma espécie de teoria-padrão em astrofísica pela grande maioria da comunidade científica e a procura do eco cósmico dessa tremenda explosão inicial ainda é um dos grandes desafios da física. O próprio Einstein considerou-a como *a mais sedutora explicação da criação*. Sem dúvida que um dia, mais tarde ou mais cedo, como todas as demais teorias sobre a origem e a dimensão do universo, também esta recolherá às prateleiras do conhecimento, substituída por outra novidade ainda mais sedutora, o que acontece com qualquer mercadoria. E as treze toneladas de bronze do *Big Ben*, indiferentes à ciência, continuarão a vibrar na hora certa!

Por voltas de 1962, tinha um universitário inglês em fim de graduação que estudava a composição da matéria na sua origem e imaginava que, para além de todas as partículas elementares que teoricamente faziam

parte do cardápio dos elementos, teria mais uma, a que permitia que todas as outras exibissem as suas cargas atômicas, sendo ela mesma uma partícula de massa indefinida. Era uma inovação na teoria da relatividade, avançada por um físico indiano apaixonado pelas ideias de Einstein, professor nas universidades de Daca e de Calcutá, de nome Satyendra Nath Bose (1894-1974), poliglota e músico; tinha lógica, batia certo, mas ninguém acreditava. O estudante inglês chamava-se Peter Higgs, andava pelos 33 anos, era fanático dos Rolling Stones e à sua partícula exótica de estimação chamou *bosão*, em homenagem àquele físico indiano; a partícula em questão era necessária para a compreensão do princípio do indeterminismo de Werner Heisenberg (1901-1976), desenvolvido a partir de 1927 e para melhor enxergar os momentos críticos da expansão inicial do universo.

Em 1963/64, quando o já então *monseigneur* George Lemaître dava o seu último ano da cadeira de astrofísica na universidade de Lovaina, ele levou muito a sério a teoria de Higgs, que entretanto tinha também entusiasmado um estudante belga de origem judaica, um órfão sobrevivente do holocausto, François Englert e ainda um outro belga também de origem judaica, um jovem investigador nascido e formado na América, na universidade de Columbia, Robert Brout, que tocava flauta para divertir os amigos. Não havia recursos experimentais capazes de provar a existência da tal partícula, só que mais uma vez a lógica do raciocínio impunha uma realidade invisível, a da maldita (*goddamn*) partícula. Robert Brout, que partilhou com Higgs e Englert o prêmio Wolf de física em 2004 faleceu em 2011 aos oitenta e dois anos, aposentado da universidade de Bruxelas onde lecionou. Peter Higgs foi professor de física na universidade de Edimburgo onde fez toda a sua carreira até se aposentar (em 1996) e François Englert aposentou-se da universidade de Bruxelas em 1998, sendo os três frequentemente xingados por causa da maldita partícula, ou a *partícula de Deus*, o que não os impediu de continuar obstinadamente a acreditar e a multiplicar as investigações que lhes valeram as mais relevantes referências na área científica. Mas o *bosão de Higgs*, aquela *maldita partícula de Deus* (até onde chegou a malvez!) que garantia a massa de todas as outras sendo também um potencial elemento de destruição do próprio universo, continuava na prateleira das hipóteses adiadas. Nenhum poder religioso impunha censuras, mas tinha outras

capelinhas, felizmente menos radicais. O cientista português João Varela, num texto publicado em 1996 (*O Século dos Quanta*, Gradiva) escreveu: *a história da física dos Quanta neste final de século será marcada por um gigantesco programa de “caça ao Higgs”* (p. 333).

Aconteceu em Março de 2013: o Grande Colisor de Hádromos (LHC), o maior acelerador de partículas do mundo, situado a duas centenas de metros abaixo do solo perto de Genebra, na Suíça e em funcionamento desde 2008, detetou uma partícula que correspondia quase exatamente à sugerida por Higgs e endossada por Englert e Brout, com uma massa de 125 gigaeventos. Nos últimos dias de Setembro de 2013 eu fui convidado para dar uma conferência no departamento de Física da Universidade Estadual de Feira de Santana, no sertão da Bahia e defendi a ideia de que, face às revelações surpreendentes do LHC e ao meio século de sofrimento a que foram submetidos os defensores da maldita partícula, eles mereciam o prémio Nobel de Física – e fi-lo na presença (providencial) de um jurista experiente e acreditado que testemunhou a dica. O meu palpite concretizou-se poucas semanas depois: Peter Higgs aos oitenta e quatro anos e François Englert aos oitenta e um, foram contemplados com o prémio Nobel de Física em Outubro de 2013 (Brout faleceu em 2011). A grande inovação na área da teoria física dos últimos tempos levou cinquenta anos a ser levada a sério e reconhecida. Em Julho de 2015 o LHC detetou os pentaquarks anunciados pelos americanos Murray Gell-Mann e George Zweig desde 1964. Em Setembro do mesmo ano uma equipa de cientistas norte-americanos detetou, através do LIGO (Observatório Gravitacional de Interferometria Laser) as ondas gravitacionais do universo, os ecos remotos das grandes convulsões espaciais teoricamente formuladas por Einstein em 1916. Em Junho de 2016 o mesmo observatório do Instituto de Tecnologia da Califórnia registou novos dados que confirmaram a primeira experiência. Palpita-me que dentro de muito pouco tempo descobrir-se-ão os ecos do *Big Bang* e novas partículas subatómicas mais exóticas e ainda mais pesadas que o bosão de Higgs, quiçá outros bosões e que aceleradores mais potentes nos revelarão o inimaginável. Ou será este mais um caminho errado a evitar, um erro de cálculo? Quem sabe um dia destes seremos surpreendidos pela descoberta dos microeletrões descritos pelo matemático e físico português António Gião nos anos '40 do século passado! Ou até o tão procurado neutrino estéril! Numa fase

de palpites de sucesso eu apliquei os mesmos pressentimentos à lotaria do euromilhões e o resultado foi desconcertante: detetei que a grande lotaria europeia, porta de entrada para o arraial da extravagância, obedece a uma lógica perversa. Tem menos riscos consultar o *Borda d'Água*.

No deserto chileno de Atacama, o mais elevado e mais árido do mundo, onde nunca chove, está em funcionamento o maior telescópio e a maior estação astronómica do planeta, no meio de uma plantação de sessenta e seis antenas de alta tecnologia posicionadas a cerca de cinco mil metros de altitude. O ALMA (Atacama Large Millimeter Array), inaugurado oficialmente em Março de 2013 e frequentado por investigadores de todo o mundo nas áreas extremas da astrofísica, é o resultado de um programa científico financiado pela Europa, Estados Unidos e Japão para perscrutar os mais recônditos canteiros do espaço sideral, até a formação de novas planetas à volta de uma jovem estrela. Os motivos que trazem estes investigadores a uma região tão inhospita são os mesmos que entusiasmavam Copérnico e Galileu com os seus modestos meios de observação e que motivaram todos os pioneiros muitos séculos antes deles a dar palpites sobre o porquê e o como de tudo o que os humanos tentavam enxergar. A insatisfação continua: a Agência Espacial Europeia prepara a *Missão Euclid*, o lançamento de um potente telescópio para o espaço em 2020 para estudar a expansão do universo e mapear 40% do céu, qualquer coisa como 15.000 graus quadrados e 2000 milhões de galáxias.

O professor George Lemaître faleceu em 1966 com menos de setenta e dois anos; fui um dos seus alunos da turma do ano letivo de 1963/64 e como tive que viajar para o Rio de Janeiro em Agosto, para o início do segundo semestre escolar na minha primeira experiência profissional, não sobrou tempo para o exame da disciplina antes de partir. Regressei à Bélgica no início de 1965, *monseigneur* estava hospitalizado na sequência de problemas cardíacos e a conversa que serviu de exame aconteceu num quarto de hospital; ele viria a falecer no ano seguinte. Eu nasci no ano em que o cometa Oterma foi visível pela penúltima vez a partir da terra; fui aluno de Georges Lemaître no ano em que o cometa voltou e, devido à sua órbita irregular provocada pela atração de Júpiter, parece que nunca mais será observado: em outros tempos, qualquer curioso dos astros encontraria um augúrio para tão extraordinária coincidência celeste. Naquele ano de 1943 o professor defendera a tese de doutoramento no MIT e terei

sido o último dos seus alunos a ser examinado, numa conversa com o mestre que repetiu a mensagem que nos deixava a todos como herança pedagógica: *não acreditem no que eu vos digo, acreditem somente naquilo que a vossa imaginação pode alcançar*. Antes de falecer teve ainda a alegria de ver confirmada a sua teoria sobre a expansão do universo pelas últimas pesquisas na área da radiação cósmica levadas a cabo pelos físicos norte-americanos Arno Penzias e Robert W. Wilson, mais tarde contemplados com o Nobel de Física (1978).

Na mesma faculdade da universidade de Lovaina lecionava então como assistente da cadeira de *Física Quântica* o professor Michel Capron (faleceu em 2013), adversário assumido da teoria do *Big Bang* e da expansão do universo. Ele achava que aquele *ovo cósmico* explosivo, se algum dia existiu, seria qualquer coisa parecida com uma granada. E explicava-nos: no início do tempo, Yawheh Deus ordenou ao arcanjo Rafael que a fizesse explodir. O arcanjo arrancou com os dentes o pino da espoleta e arremessou a granada para o infinito espaço vazio. Tapou os ouvidos com os dedos, cobriu a face com as suas asas de cristal e desintegrou-se na explosão de luz – *houve uma tarde e uma manhã: primeiro dia da criação* (Gén, 1, 5). O primeiro mártir do universo em expansão virou arauto e curador da morte; ele voltará no fim do mundo soprando a trombeta, para concentrar a matéria e a vida naquele outro ovo cósmico do dia do juízo final, na alvorada dos corpos ressuscitados, o oitavo dia da criação. Ou talvez não!

O astrofísico canadiano Hubert Reeves, 83 anos, discípulo de George Lemaître e mundialmente conhecido pelos livros de divulgação científica, diz nas suas palestras que todos nós, humanidade, somos *poeira de estrelas*, feitos da mesma matéria de todo o universo – imagem poética e aterradora amplamente divulgada por Carl Sagan na série televisiva *Cosmos* dos anos '80. Esta foi a intuição de Galileu, a dos atomistas da antiguidade e a da mais antiga narrativa bíblica: homem, *tu és pó e ao pó tornarás* (Gén., 3, 19). Hesíodo, o poeta grego, dizia que éramos chapiscos de esperma divino. Um dos livros sapienciais da literatura judaica insiste na poeira: *antes que o pó volte à terra de onde veio e o sopro volte a Deus que o concedeu. Vaidade das vaidades, tudo é vaidade* – assim terá falado Coélet, o sábio (Ecl., 12, 7). Um saboroso alívio para quem se atribui a liberdade de escolher! *Uma coisa é certa* – dizia Lucrecio, o

poeta louco – *nada nasce do nada, nem pelo poder dos deuses* (*De Rerum Natura*, I, 149).

Resumindo, à maneira de uma frase-chave: a força que arrasta o conhecimento humano até ao estaleiro da inovação nasce do poder libertário da imaginação. Mas será mesmo que o conhecimento e a inovação contribuem para aliviar a humanidade dos seus fantasmas e dos temores que a assombram? Metade da riqueza do planeta pertence a um por cento dos seres humanos. Na era da tecnologia e do conhecimento na qual já entrámos sem nos apercebermos, a mudança cria incerteza, mas também nos projeta para um futuro muito diferente de tudo aquilo que jamais imaginámos. Vivemos tempos proféticos, propícios à utopia, os tempos da gestação de um mundo novo. Palpita-me que no dia de amanhã o sol vai nascer de novo, porque a terra roda no Equador sobre ela mesma a 460 metros por segundo e gira à volta do sol a 30 quilómetros por segundo sem que disso tenhamos a mínima referência sensorial; as luas de Plutão continuarão a dançar porque Deus, misericordioso, cumpre o contrato daquela Aliança ratificada por Abraão, o pai de todos os crentes, e mantém separadas as águas ameaçadoras para que possamos curtir a história do presente e, contando com alvoradas e crepúsculos, estrelas cadentes e cometas, profetizar a do futuro. As surpresas são fatias do tempo e do espaço com as quais nos é permitido inventar.

António de Abreu Freire
abreufreire@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

- Brecht, Bertold, *Vida de Galileu*, Portugália editora, Lisboa, 1970.
- Bruno, Giordano, *Acerca do Infinito, do Universo e dos Mundos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (6^a ed.), 2011.
- Bulfinch, Thomas, *O Livro de Ouro da Mitologia Grega: história de deuses e heróis*, Ediouro, São Paulo, 2000.
- Carolino, Luís Miguel, *Ciência, Astrologia e Sociedade – A teoria da influência celeste em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
- Crozon, Michel, *La Matière Première*, Seuil, Paris, 1987.
- Darwin, Charles, *A Origem das Espécies*, Planeta Vivo, Porto, 2009.
- De Rath, Valérie, *Georges Lemaître, le père du Big Bang*, Ed. Labor, Bruxelles, 1994.
- Eagleman, David, *The Brain, the story of You*, Canongate Books, Edinburgh, 2016.
- Einstein, Albert e Infeld, Léopold, *L'Évolution des Idées en Physique*, Flammarion, Paris, 1964.
- Felden, Marceau, *La Physique et l'énigme du réel*, Albin Michel, Paris, 1998.
- Galilei, Galileu, *Diálogo dos Grandes Sistemas. Primeira Jornada*, Gradiva, Lisboa, 1979.
- Galilei, Galileu, *Dialogue sur les deux grands Systèmes du Monde*, Seuil, Paris, 1992.
- Galilei, Galileu, *O Ensaíador*, Nova Cultural, São Paulo, 2000.
- Galilei, Galileu, *O Mensageiro das Estrelas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.
- Hawking, S. W., *Breve História do Tempo*, Gradiva, Lisboa, 1988.
- Koestler, Arthur, *Os Sonâmbulos*, Ibrasa, São Paulo, 1961.
- Kragh, H., *Introdução à Historiografia da Ciência*, Porto Editora, Porto, 2003.

Locke, John, *Carta sobre a Tolerância*, Hedra, São Paulo, 2007,
Mayer-Kuckuk, Theo, *Física Nuclear*, Fundação Calouste Gulbenkian,
Lisboa, 1993.

Melo, Francisco de, *Obras Matemáticas*, Ed. da Biblioteca Nacional,
Lisboa, 1º vol. 2015.

Mourão, R. R. de Freitas, *Kepler. A descoberta das leis do movimento planetário*, Odysseus, Rio de Janeiro, 2003.

Newton, Sir Isaac, *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.

Nunes, Pedro, *Obras de Pedro Nunes* (6 vols.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004-2010.

Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.

Reeves, Herbert, *A Hora do Deslumbramento*, Gradiva, Lisboa, 1987.

Reeves, Herbert, *Um Pouco Mais de Azul*, Gradiva, Lisboa, 1984.

Ronan, Colin A., *História Ilustrada da Ciência* (4 vols.), Círculo do Livro, São Paulo, 1987.

Sagan, Carl, *Cosmos*, Gradiva, Lisboa, 2009.

Sobel, Dava, *Um céu mais perfeito: como Copérnico revolucionou o Cosmos*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.

Toffler, Alvin, *A Terceira Onda*, Record, São Paulo, 31ª ed., 2012.

Varela, João, *O Século dos Quanta*, Gradiva, Lisboa, 1996.

Vieira, A. L. Leite, *Da Certeza à Incerteza, meio século de física em mudança*, Universidade de Évora, Évora, 1997.

Vieira, Antônio A. Passos, *As Descobertas Astronômicas de Galileu Galilei*, Vieira & Lent, Rio de Janeiro, 2009.

Weinberg, Steven, *Os Três Primeiros Minutos do Universo*, Gradiva, Lisboa, 1987.

Wulf, Andrea, *The Invention of Nature – The Adventures of Alexander von Humboldt*, John Murray ed., London, 2015.

OS JESUÍTAS E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NOS SÉCULOS XVI E XVII

A cultura cristã ocidental formou-se lentamente, ao longo de séculos, aliçada nas culturas clássicas de origem hebraica, grega e romana, graças ao trabalho de compilação e de preservação das fontes do conhecimento que foi obra obstinada dos monges beneditinos; eles foram a matriz incubadora, os pioneiros dos modelos ocidentais da cultura. O confronto entre as culturas cristã e islâmica a partir do século VII da nossa era, em especial durante os tempos da reconquista cristã na Península Ibérica que coincidiram com os das cruzadas, contribuiu grandemente para a formação das mentalidades modernas e de uma nova visão do mundo e da humanidade. A grande ofensiva cristã peninsular aconteceu no reinado de Afonso VI de Leão e Castela (1065-1109), que pretendeu ao título de *Imperador de toda a Hispânia* e foi então que se iniciaram as cruzadas contra os ocupantes da Terra Santa que terminaram com a morte do rei francês Luís IX, quando comandava a VIII^a e última cruzada em 1270. Duas outras vitórias militares, a primeira em Navas de Tolosa, próximo de Jaén contra os Almóadas e a segunda em 1340 nas margens do rio Salado, próximo de Cádiz, confirmaram a supremacia dos reis cristãos ibéricos sobre o poder muçulmano. O último bastião islâmico na Península Ibérica cedeu às exigências dos reis católicos no ano em que Cristóvão Colombo largava para o Novo Mundo, em 1492. No século XVI, foram os portugueses e os espanhóis os pioneiros da expansão da cultura ocidental e latina pelos novos espaços do planeta até então desconhecidos (o *Novo Mundo*) e pelas velhas e poderosas civilizações do Oriente. O século iniciou-se com grandes novidades e uma delas era muito sedutora: que

através dos oceanos se poderiam contactar todos os povos do planeta e por isso quem dominasse a navegação dominaria o mundo. A construção naval e a ciência da navegação entraram numa fase prodigiosa de crescimento. Em meados do século surgiu uma nova ordem religiosa que acompanhou as empreitadas dos navegantes, militares e comerciantes da expansão, envolvendo-os numa grande dinâmica cultural: a *Companhia de Jesus*.

Os Pioneiros

Muito deve Portugal aos missionários em geral e aos jesuítas em particular pela incalculável contribuição que transformou um país pequeno, pobre e periférico numa das maiores potências culturais do mundo de então. Foi Jerónimo Osório, futuro bispo de Silves e do Algarve (1506-1580), grande humanista formado nas mais prestigiadas instituições europeias e uma das pessoas mais cultas e esclarecidas do seu tempo, quem recomendou a D. João III a primeira contratação dos serviços dos padres da Companhia de Jesus para acompanharem as empreitadas militares e comerciais que se multiplicavam pela Índia e pelo Oriente. A nova ordem acabara de ser reconhecida pelo papa Paulo III em 1540 e Jerónimo Osório tinha conhecido pessoalmente os fundadores no colégio de Santa Bárbara da universidade de Paris, onde todos estudaram filosofia (Jerónimo estudou e depois ensinou até 1537); o português tinha exatamente a mesma idade de um dos fundadores, o espanhol Francisco Xavier, ambos nasceram em 1506. O reitor do colégio era Diogo de Gouveia, conselheiro do rei, então com setenta anos de idade, que também recomendou ao rei os mesmos personagens. O pai do futuro bispo, João Osório da Fonseca, tinha sido ouvidor-geral (juiz) na Índia, onde chegara com Vasco da Gama na última viagem do vice-rei, em 1524. No tratado (em forma de diálogo) *De Gloria*, publicado em 1549 quando já era professor na universidade de Coimbra, Jerónimo Osório divulgava as primeiras informações pertinentes sobre a Índia e a China, antes de Fernão Lopes de Castanheda, de João de Barros, de Damião de Góis, de Tomé Pires e de vários outros cujas obras só muito mais tarde viriam a público. Foram aliás os portugueses os primeiros a dar o nome de China (na primeira década do século XVI)

ao território até então conhecido, desde o tempo da publicação d'*As Viagens de Marco Polo (Il Milione, 1299)*, dos relatos do grande viajante marroquino Ibn Battuta (1304-1377) e dos do mercador e explorador veneziano Nicolau de Conti (1385-1469), pelo nome de Cataio. A grande epopeia marítima que levou os portugueses até ao Oriente não teria qualquer hipótese de sucesso sem o chamariz da fortuna, mas o que justificava tão arrojada empreitada era uma fabulosa utopia partilhada pelos reis da dinastia de Avis e pelos religiosos, endossada e acalantada pelo povo. Às ambições humanas mais desatinadas juntaram-se desígnios celestes e com essa simbiose inédita e louca arrastou-se uma nação inteira para um destino que ninguém imaginava, até às fronteiras diáfanas de uma profetizada Jerusalém Celeste.

As ideias messiânicas e proféticas que vigoravam entre as elites da nobreza e da corte, um verdadeiro *messianismo régio*, foram assumidas pelos padres da Companhia de Jesus. Eles nasceram como uma ordem religiosa inovadora e agressiva, com o intuito há séculos tentado mas nunca conseguido, de reconquistar a Terra Santa para o domínio cristão. As tentativas militares fracassaram, restava o recurso a uma nova estratégia, a da pregação e da prática das virtudes cristãs, guardando uma disciplina quase militar inspirada na própria vida do fundador Inácio de Loyola, um soldado ferido em combate e estropiado que abandonou a milícia para se dedicar à espiritualidade. *Em trinta anos de corte e guerra ainda não começara a ser homem* – dirá dele o padre António Vieira num sermão (Sermões, VII, 419). Numa crise de entusiasmo místico e ascético, o pioneiro foi em peregrinação a Jerusalém em 1523 e lá se deu conta de que não estava preparado para tamanha empreitada, regressando aos estudos e procurando armar-se com uma sólida formação intelectual. Levou dez anos até criar o primeiro esboço do seu projeto e juntar os primeiros companheiros, em 1534. Quando a ordem foi reconhecida pelo papa, Inácio de Loyola tinha cinquenta anos e os outros seis companheiros tinham todos menos de trinta e quatro anos (o mais jovem tinha vinte e cinco). Um ano antes, em 1539, ele tinha entregue pessoalmente ao papa o texto da *Fórmula do Instituto* que definia como objetivos a *pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão*. A ideia original de conquistar a

Terra Santa através de uma nova cruzada ou de uma guerra santa não se concretizou, a conversão dos infieis muçulmanos da Palestina também se revelou uma fantasia exótica e os jesuítas deram-se a conhecer no início das suas atividades como uma discreta confraria de praticantes das obras de misericórdia na cidade de Roma afetada pelas epidemias e pela fome, antes de se tornarem missionários sem convento, os maiores educadores da Europa, do *Novo Mundo* e dos espaços da expansão portuguesa pelo Oriente; nos primeiros quatro anos de atividade da Companhia surgiram cinco colégios em cidades estratégicas de cinco países da Europa (Paris, Coimbra, Lovaina, Colónia e Valência). Menos de um século após a fundação, eles eram os donos e os senhores da pedagogia e do saber ocidental. A *Ratio Studiorum*, que regulamentava desde 1599 o ensino em todos os colégios dos padres da Companhia de Jesus, foi uma prodigiosa inovação no ensino que vigorou até ao final do século XVIII, quando a ordem foi suspensa em quase todos os países (em 1773). Inicialmente concentrados na formação dos alunos com fins elitistas e missionários a fim de constituírem uma espécie de *tropa de choque* que os distinguisse de todas as demais ordens religiosas, os jesuítas logo alargaram as atividades ao ensino das letras, das artes e das ciências, oferecendo *aulas* a vastas clientelas, alcançando notável amplidão de poder pedagógico e de prestígio.

O primeiro grupo de quatro padres jesuítas chegou a Portugal em 1540 e o rei confiou a três deles no ano seguinte a primeira missão impossível: a evangelização da Índia, integrados no grande projeto apostólico que foi o *Padroado Português*. O português Simão Rodrigues ficou em Portugal, onde fundou (1542) os colégios de Lisboa (Santo Antão) e de Coimbra (de Jesus) e criou a primeira província jesuíta (1546); os outros viajaram na armada do novo governador Martim Afonso de Sousa e alcançaram Goa em Maio de 1542. O mais famoso desses pioneiros foi Francisco Xavier, um espanhol de Navarra e chefe do grupo, que passaria para a história do cristianismo como o *Apóstolo do Oriente*, tendo percorrido todo o espaço de Goa até ao Japão em viagens pioneiras de prospecção que permitiram desenhar mais tarde uma estratégia missionária eficiente e duradoura. Os seus companheiros eram o italiano Paulo Camerte (foi reitor do colégio de Goa até à sua morte em 1560) e o português Francisco Mansilhas. Francisco Xavier morreu na ilha de Sanchão em 1552, quando tentava

entrar na China para alcançar Cantão e Pequim. Na armada do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, chegou também o primeiro grupo de jesuítas ao continente americano, dirigido pelo padre Manuel da Nóbrega, um português do norte, gago mas enérgico e destemido. Eles eram seis, alcançaram Salvador da Bahia a 29 de Março de 1549 e logo iniciaram a construção do primeiro colégio. Em 1559 os jesuítas tomaram conta da Universidade de Évora, fundada pelo cardeal D. Henrique, que guardariam por duzentos anos até à expulsão da Companhia pelo marquês de Pombal (1759). Outros grupos de missionários jesuítas distribuíram-se pelas colónias espanholas, em 1567 pelo Peru, em 1572 eles estavam no México e finalmente em 1611 pela Nova França (Canadá).

Não tardou até que entre eles se encontrassem os maiores matemáticos e astrónomos da época, que se encarregaram de expandir as novidades científicas pelo espaço imenso das missões, as do *Novo Mundo* como as do Oriente. Eles endossaram também as ideias messiânicas e imperiais que vigoravam no reino de Portugal e apoiaram o ideal de cruzada das empreitadas orientais. Foram jesuítas da primeira fornada que o rei D. João III escolheu como mestres dos seus filhos: o padre Luís Gonçalves da Câmara, madeirense, também ele companheiro dos fundadores da Companhia de Jesus em Paris e em Roma, foi o primeiro reitor do colégio dos jesuítas de Coimbra, mestre do príncipe D. João Manuel e de seu filho D. Sebastião. Eles tornaram-se os maiores, os melhores e os mais credíveis divulgadores da cultura ocidental e de normas humanitárias inovadoras como as leis sobre a liberdade dos índios do *Novo Mundo*. No final do século XVI, quando o cronista e matemático João Batista Lavanha foi nomeado cosmógrafo-mor do reino, extinta a cátedra de Matemática que Pedro Nunes lecionara em Coimbra, ensinava-se Cosmografia na “*Aula de Esfera*” do colégio jesuíta de Santo Antão na Mouraria, em Lisboa, um curso superior de matemática aplicada à náutica e à astrofísica. Um dos principais responsáveis pelo Calendário Gregoriano, fixado pelo papa Gregório XIII em 1582 e que serve de referência temporal em quase todos os países do planeta, foi o jesuíta italiano Cristóvão Clávio, matemático formado com os jesuítas na Universidade de Coimbra, discípulo de um outro famoso jesuíta, o filósofo e teólogo Pedro da Fonseca. A *Gramática Latina* do jesuíta madeirense Manuel Álvares (n. em 1526) teve mais de 500 edições entre 1572 e o final do século XVIII.

O Colégio Romano (hoje Universidade Gregoriana), fundado em 1551 por Inácio de Loyola, então com sessenta anos, transformou-se em poucos anos numa instituição pioneira pela qualidade de ensino, uma verdadeira academia do saber que ratificava ou denunciava as novas teorias científicas. A residência do colégio albergava os missionários jesuítas que iam e vinham pelo mundo inteiro, facilitando o intercâmbio de conhecimentos em todos os sectores, muito para além da gramática, das ciências humanas e da doutrina cristã. No início do século XVII os jesuítas estavam espalhados por todos os continentes do planeta, donde traziam até Roma preciosas informações. Em 1611 Galileu defendeu no Colégio Romano as suas teorias e teve na assistência o cardeal Maffeo Barberini, toscano como ele, de família florentina, futuro papa Urbano VIII. O concílio de Trento, o mais longo de toda a história da igreja católica (1545-1563), dera uma nova vida ao catolicismo abalado pela reforma protestante e os padres da Companhia de Jesus assumiram uma fatia considerável da contrarreforma, uma tarefa missionária pioneira que tanto se exercia junto dos povos mais primitivos do planeta como ao lado dos cientistas mais ousados e inovadores. Logo em 1656 os dois mais jovens fundadores da Companhia já participavam nas sessões do concílio.

Fundadores da Companhia de Jesus (Bula *Regimini Militantis Ecclesiae* 27 de Setembro de 1540)

Inácio de Loyola, espanhol, 50 anos

Francisco Xavier, espanhol, 34 anos

Pierre Favre, francês, 34 anos

Simão Rodrigues, português, 30 anos

Nicholas Bobadilla, espanhol, 29 anos (faleceu nesse ano)

Diego Lainez, espanhol, 28 anos

Alfonso Salmeron, espanhol, 25 anos

Um mestiço inconformado

Quando o jovem António Vieira emigrou com os pais para Salvador da Bahia, com quase sete anos de idade, já a cidade contava cerca de quinze mil habitantes e o colégio fundado por Nóbrega e os seus companheiros,

com uma experiência de mais de seis décadas e consideráveis reformas, desenvolvia uma pedagogia em nada inferior a qualquer um dos colégios do reino. Foi lá que estudou e que, contrariando a vontade dos pais, ingressou no noviciado em 1622, tinha 14 anos. Certamente que as canonizações de dois dos fundadores da Companhia de Jesus (Inácio de Loyola e Francisco Xavier), juntamente com a de uma das suas grandes referências ideológicas e espirituais que foi madre Teresa de Ávila, canonizações que foram copiosamente festejadas em Salvador nesse mesmo ano, não deixaram de influenciar a escolha do jovem estudante. Reinava em Portugal um soberano estrangeiro, o austro-espanhol Filipe III e muitos jesuítas faziam parte dos partidários da independência nacional e da restauração da monarquia portuguesa. A trajetória intelectual do jovem António Vieira Ravasco foi prodigiosa ao ponto de lhe encomendarem em 1626, tinha ele apenas 18 anos, a redação da *Carta Ânua* destinada ao superior geral dos jesuítas em Roma, relatando os acontecimentos importantes que tinham afetado a província jesuíta do Brasil nos dois anos precedentes. O mais espetacular desses acontecimentos fora a tomada da cidade de Salvador pela armada da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais comandada pelo almirante Jacob Willekens, que ele presenciou e descreveu com o rigor de uma reportagem dos tempos modernos. Em tão tenra idade mostrava já um acentuado espírito patriótico e uma invejável estrutura de conhecimentos; nesse mesmo ano de 1624, em Portugal, um cristão-novo que nunca abandonara na clandestinidade a religião judaica, formado no colégio jesuíta de Santo Antão de Lisboa, uma instituição onde se ministrava um ensino de qualidade superior, publicava um texto intitulado *Anacephaleosis da Monarquia Lusitana*, onde anunciava a restauração da monarquia portuguesa, baseado no estudo dos movimentos dos corpos celestes e dos seus prognósticos. Chamava-se Manuel Bocarro Francês (Jacob Rosales), personagem citado muitas vezes por Vieira. Foi médico famoso, reconhecido nos meios das diásporas sefarditas da Holanda e de Itália, correspondente de Galileu e de Képler. Todos os grandes cientistas do início da modernidade juntaram aos conhecimentos matemáticos e astronómicos a arte de adivinhar o futuro: assim aconteceu com Isaac Newton, Johannes Képler e os demais pioneiros da ciência moderna. Os jesuítas sempre acompanharam de perto as grandes inovações na área científica, como ela era concebida e praticada então, usando a mesma

linguagem, o que provocou sérios conflitos com ordens religiosas mais tradicionais, em especial com os dominicanos, assim como com os bispos das novas dioceses pelas terras de missão.

Vieira aprendeu a ser jesuíta no Brasil colonial. Toda a sua formação teve lugar na Bahia e em Pernambuco (três anos). Quando o emigrante pisou de novo terras de Portugal tinha trinta e três anos e a sua erudição espantou o rei D. João IV que reconheceu as qualidades e o potencial deste jovem intelectual mestiço, chegado da colônia com ideias inovadoras e com uma postura severa e crítica quanto à administração colonial. O colégio de Salvador ministrava já nesses anos um ensino em nada inferior a qualquer uma das grandes instituições de ensino do reino, Coimbra ou Évora. O rei logo o requisitou para o serviço da coroa recém-restaurada, primeiro como conselheiro e mestre do príncipe herdeiro D. Teodósio e depois como seu embaixador especial, a fim de tratar dos mais complexos e delicados assuntos diplomáticos por terras de França, Inglaterra, Holanda e Itália. A situação do reino nos primeiros anos após a Restauração era muito delicada, com as tropas espanholas a ameaçar permanentemente as fronteiras, quando apenas um reino europeu, a Suécia, reconhecia a legitimidade do rei português, pois até o papa defendia e apoiava os direitos do rei de Espanha. Foram dez anos de uma desgastante atividade política e cortesã, antes de uma grande desilusão sobre os assuntos diplomáticos e de uma mudança radical de vida: o religioso disfarçado de fidalgo que comia à mesa com embaixadores, príncipes e reis, que frequentava a elite intelectual da Europa, o pregador que se exibia em igrejas e púlpitos decorados com talha dourada, escutado por bispos e cardeais, abandonou o luxo barroco e fez-se missionário entre os homens mais primitivos da terra, os indígenas do Maranhão, onde as igrejas que os missionários construía com as próprias mãos tinham paredes de barro e coberturas de palha. Foram mais nove anos de euforias e de desilusões, durante os quais ele imaginou a mais fantástica utopia que jamais saiu da mente de um português: um mundo novo onde todos os seres humanos da terra encontrariam um espaço para realizarem as suas ambições, fossem cristãos ou judeus, índios ou negros, usufruindo da liberdade, cada qual ao seu jeito e feitio, numa nova era da humanidade que seria a do reino de Cristo consumado, a era do *Quinto Império*. Aquele mesmo papa que aprovara a ordem dos jesuítas em 1540, Paulo III (Alessandro Farnese),

tinha estabelecido na bula *Sublimis Deus*, em 1537, o princípio da liberdade dos povos indígenas do *Novo Mundo* e Vieira fez dessa norma a sua principal bandeira, o grande desafio da missão que lhe foi confiada por terras do Maranhão e Grão-Pará. Os colonos careciam de mão-de-obra para as plantações e o aproveitamento das riquezas do sertão, em especial os colonos do norte do Brasil que não tinham nesse tempo acesso às *peças* negras. Contra tudo e contra todos Vieira fez dos seus sermões e das intervenções junto das autoridades coloniais uma pedagogia da liberdade, considerando os índios como membros a parte inteira, hoje diríamos como cidadãos, de um grandioso Império do futuro. Nunca os indígenas reclamaram para eles tão sofisticada cidadania, mas o missionário jesuíta oferecia-lhes esse estatuto num futuro que ele achava muito próximo de acontecer.

Os colonos não se interessavam pelo Império do futuro, eles queriam enriquecer logo e expulsaram os jesuítas, primeiro os de São Paulo, depois os do Maranhão. No ano previsto por cristãos e judeus para que acontecessem coisas espetaculares – o ano profético de 1666 – o génio que concebera tão grande utopia estava preso e enfrentava um processo por delito de heresia no mais temido e intolerante tribunal do reino, o do Santo Ofício, a polícia judicial e canónica da Inquisição, tinha cinquenta e oito anos. No Oriente, o império messiânico português sonhado pelo rei D. Manuel e pelo seu principal executante Afonso de Albuquerque, já chegara ao fim, mas o maior intercâmbio cultural que jamais existiu entre civilizações distantes continuava ativo. Numa Europa em ebulição, viviam-se momentos de liberdade e tolerância num lugar e cometiam-se excessos de radicalismo e de perseguição ideológica em outros, a curtas distâncias. As águas do mesmo rio banhavam margens de tolerância e desaguavam arrastando corpos queimados das vítimas da intolerância. Enquanto Londres ardia e a peste dizimava um terço da sua população, a igreja de Roma exibia o poder e o domínio sobre o mundo construindo a colunata de Bernini, encomendada em 1656 pelo mais poderoso e último dos papas renascentistas, o toscano Alexandre VII (Fabio Chigi). Duzentas e oitenta e quatro colunas e cento e quarenta estátuas de santos testemunham a grandeza do catolicismo, erguidas à volta de um obelisco de quarenta metros de altura que o imperador Calígula mandara trazer do Egito para um circo no final dos anos 30 da nossa era e que o severo papa

Sisto V mandara deslocar para o centro da praça de São Pedro no início do seu mandato (em 1585), colocando no topo uma cruz; o mesmo papa Sisto colocaria uma estátua de São Pedro no topo da coluna de Trajano, erguida no *Forum* desde o ano 113 à glória do imperador de origem ibérica que estendera o Império até aos limites da Europa. A igreja católica exibia o sucesso, dominando os vestígios e os símbolos milenários de dois dos mais poderosos impérios da história.

O catolicismo estendia-se por todos os continentes, acompanhando a expansão marítima e comercial pelo *Novo Mundo* e pelo Oriente, da América do Sul até ao Japão, graças à intrepidez dos missionários dos padroados ibéricos; em 1504 fora fundada a primeira diocese do *Novo Mundo*, em Santo Domingo e em 1588 tinha sido criada a diocese mais oriental do mundo, em Funai, no Japão, depois de uma embaixada de jovens samurais cristãos a Roma, organizada pelo jesuíta Alexandre Valignano, visitador das missões portuguesas no Oriente. A norte do continente americano fora criada a primeira diocese da *Nova França* (Québec, 1659). Convertida ao catolicismo (graças à influência do filósofo francês René Descartes e do jesuíta português António Macedo, legado de D. João IV), apadrinhada pelo papa Alexandre VII, a extravagante rainha Cristina Alexandra da Suécia cavalgava por esses anos com um séquito espalhafatoso pela praça de São Pedro, perante os cardeais deslumbrados. As ruínas de Londres e as da catedral de São Paulo ainda fumegavam e o ambiente por terras anglicanas heréticas era de morte. Nada era demasiado para exibir o poder de uma igreja católica romana, ufana e eufórica. Os jesuítas foram os maiores e os mais eficientes apóstolos deste fabuloso sucesso expansionista.

Cosmólogos e profetas

Não podemos esquecer porém que até ao final do século XVIII, ou seja até à eclosão e expansão do Iluminismo, vivíamos num tempo em que não se diferenciava a astronomia da astrologia e a disciplina que hoje denominamos física era um ramo da filosofia, a cosmologia; para Galileu como para Képler e Newton os movimentos dos corpos celestes eram, antes de tudo o mais, sinais celestes, secretas mensagens divinas que sugeriam

interpretações sobre o presente e o futuro da história dos homens, sobretudo os movimentos dos cometas, esses astros errantes que surgiam do nada e que perturbavam as inteligências com *suas mensagens secretas de Deus aos homens*, como escreveu Vieira nos anos finais da sua vida. O médico, matemático e astrólogo português Manuel Bocarro Francês (Jacob Rosales) anunciara na sua *Anacephaleosis da Monarquia Lusitana*, publicada em 1624, a restauração da monarquia portuguesa, através da leitura dos movimentos dos corpos celestes. Os escritos do padre António Vieira estão repletos de alusões às influências dos cometas e das conjunções astrais que sugeriam complexas interpretações. Ciência, adivinhação e magia não eram matérias incompatíveis nem dissociadas. A ciência do cosmos era uma astrofísica incipiente, uma astrologia desvairada e até, como no caso de Portugal, o alicerce flexível de um quase messianismo científico.

Em 1705 o matemático e astrofísico inglês Edmond Halley (1656-1742) publicou os dados das observações e estudos sobre um cometa que visitava regularmente o nosso planeta a cada setenta e cinco ou setenta e seis anos, assinalado desde a mais remota antiguidade e que passou desde então a ter o seu nome. A última passagem do astro tinha acontecido em 1682 e Newton, que era amigo de Halley, não deixara de tecer augúrios relativos ao fenómeno: seria um prognóstico da vitória no ano seguinte dos cristãos sobre os turcos muçulmanos que devastavam as melhores terras da Polónia, da Rússia e da Ucrânia. O derrotado foi o vizir Mustafá Kara e o herói foi o rei polaco Janusz Sobieski, católico e peregrino de Compostela, que travou em Viena a última tentativa de infiltração otomana em espaço cristão. Já em 1456 o médico, astrónomo e geógrafo toscano Paolo Toscanelli tinha observado e descrito a passagem do mesmo cometa. Em 1531 fora a vez do matemático e astrónomo alemão Petrus Apianus se interessar por tão curioso fenómeno celeste. Em 1607 o cometa fora observado por Képler em Praga, quando era matemático imperial do arquiduque Fernando II de Habsburgo e não ficou despercebido na serra de Ibiapaba aos primeiros padres jesuítas que se aventuraram pelo Ceará, no remoto nordeste do Brasil; o jovem padre alentejano Luís Figueira assinalou o avistamento que teve lugar no mês de Setembro e relatou-o no texto que escreveu, a *Relação do Maranhão*. Os índios tabajaras chamaram-lhe *tatabebe* (o fogo voador) e, se prognósticos carreava o astro,

eles eram funestos: o companheiro de Luís Figueira, o padre açoriano Francisco Pinto, seria morto pelos indígenas poucas semanas depois da passagem do cometa e a primeira missão jesuítica a norte do rio Jaguaribe foi um fracasso. Quando o cometa se mostrou em 1682, António Vieira tinha zarpado de Lisboa no ano anterior para a sua última grande viagem marítima com destino a Salvador e, numa carta ao marquês de Gouveia (a 23 de Julho) ele menciona a influência do cometa e *os efeitos da conjunção máxima* como augúrios de um casamento real anunciado, que ele não aprovava e que até nem chegou a acontecer. A cidade sofria um surto de violentas epidemias às quais ele escapou, recolhido na Quinta do Tanque. Talvez por isso o jesuíta fanático dos cometas e das suas mensagens não tivesse prestado a devida atenção ao fenómeno. Que augurariam estes doutos cavalheiros se alguém lhes profetizasse que um dia os homens conseguiriam enviar uma bugiganga metálica sofisticada, a sonda *Philae*, para cavalgar o núcleo de um cometa com o nome romântico de *67P*, na sua trajetória louca pelo espaço a mais de sessenta e seis mil quilómetros por hora? E qual não seria a decepção se soubessem que o cometa era apenas um pedregulho em tudo igual a um morro compacto de calhaus congelados que não transportava mensagens, nem augúrios... nem diamantes?! No entanto, por todo o século XVII, até à época do Iluminismo e à divulgação dos textos da *Enciclopédia*, nenhum cientista jamais seria levado a sério se não acrescentasse às suas competências matemáticas e astronómicas a arte de prever os acontecimentos.

Os jesuítas ganharam prestígio e admiração ao se elevarem a um nível de conhecimento que lhes permitia dialogar com os mais prestigiados cientistas do tempo, sobretudo na área da cosmologia e da astrofísica. No segundo ano do curso de Filosofia de todos os colégios jesuítas estudavam-se os meteoros e os cometas. Os jesuítas foram os primeiros que aceitaram de bom grado e com convicção as teorias de Galileu. Porém, em 1616, o tribunal italiano do Santo Ofício (Inquisição), dominado pelos rivais dominicanos, uma ordem religiosa tradicionalista e severa, declarou herética a teoria de Copérnico, por não se adequar à narrativa bíblica, o que afetava todo o trabalho de Galileu, cuja leitura foi também proibida. A morte na fogueira do monge dominicano Giordano Bruno por ideias avançadas na área da astrofísica e da teologia (em 1600) foi um sério aviso ao jovem Galileu que adotou as maiores cautelas na divulgação das novas

teorias. A proibição era uma decisão anacrônica, já que a prática confirmava o essencial das teorias inovadoras e por isso a autoridade religiosa permitia que o modelo matemático da ciência proibida fosse utilizado e divulgado para aplicações concretas, sobretudo no que dizia respeito à navegação, que levava a cultura e a fé aos confins do planeta. Mas a teoria por ela mesma era condenada. Com a suspensão da Companhia de Jesus pelo papa Clemente XIV em 1773 (excepto na Inglaterra, Rússia, Prússia e na Polónia), o diálogo entre a igreja e os cientistas sofreu um profundo trauma, deixando os católicos em situação incómoda num dos momentos mais importantes da evolução e da divulgação da ciência moderna: a ordem dos inicianos contava então cerca de vinte e três mil membros e os seus bens, bibliotecas e colégios, foram delapidados. Estamos nos anos da publicação da *Enciclopédia* (1751-1772), o primeiro grande texto de divulgação do conhecimento, cuja leitura também foi proibida aos católicos. A proibição da leitura das obras de Galileu só seria levantada pela igreja de Roma em 1864 pelo papa Pio IX, o pontífice que mais tempo governou a igreja (1846-1878) e que condenava na encíclica *Quanta Cura* os delírios da liberdade de consciência e da liberdade de culto religioso. A encíclica desse ano de 1864 era acompanhada de um *Syllabus* que denunciava os erros da modernidade que os católicos estavam proibidos de assumir, quando já se desenvolvia à escala do planeta uma nova e inovadora era na história da humanidade, a da navegação a vapor. Nesse mesmo ano de 1864 inaugurava-se o Metropolitano de Londres e a linha férrea Lisboa-Porto (Gaia). O comboio a vapor já interligava várias capitais europeias e a era industrial que se iniciava mudaria por completo a face do planeta. A grande maioria dos homens dedicados à ciência acreditava que o conhecimento serviria para melhorar as condições de vida da humanidade. Os jesuítas, cuja ordem foi plenamente restaurada em 1814 mas despojada de todos os seus bens anteriores, retomaram as atividades com o mesmo vigor, empenho e coragem do início.

Cronologia da suspensão da Companhia de Jesus.

1759 – Portugal, D. José

1763 – França, Luís XV

1767 – Espanha, Carlos III

1773 – Suspensão pelo papa Clemente XIV

Restauração da Companhia de Jesus.

1814 – Restauração pelo papa Pio VII (7 de Agosto)

1829 – Regresso dos jesuítas a Portugal

1832 – Recomeçam as atividades de ensino no Colégio das Artes

1833/34 – Durante as guerras liberais, são de novo expulsos de Portugal

1849 – Regresso dos jesuítas (alemães) ao Brasil (RS)

1870 – Reforço considerável dos jesuítas alemães no sul do Brasil

1880 – Novo regresso a Portugal

1910 – Nova expulsão com a República. Muitos dos expulsos restauraram a província do Brasil

1932 – Regresso dos jesuítas ao norte de Portugal

1934 – Regresso dos jesuítas a Lisboa

Pedagogos do Brasil colonial

Foi numa época e num ambiente de profundas mudanças que viveu o padre António Vieira, cuja vida se estendeu por oitenta e nove anos ao longo de quase todo o século XVII (1608-1697). Os jesuítas foram os maiores e os mais tenazes educadores do Brasil, desde 1549 até à expulsão da Companhia pelo marquês de Pombal em 1759. O grande pioneiro foi o padre Manuel da Nóbrega que criou com os seus companheiros, ao longo de vinte e um anos contínuos de vida missionária, oito centros educativos: as escolas elementares de Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e Piratininga e os colégios de Salvador da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os pioneiros, que acompanhavam o primeiro governador Tomé de Sousa, eram apenas seis mas constituíam uma elite de homens decididos e incondicionalmente votados à mesma causa, entre eles Vicente Rodrigues (ou Rijo, que dedicou mais de 50 anos ao ensino), Leonardo Nunes (o padre-voador – *abarebebê*), João de Azpilcueta Navarro (um parente de São Francisco Xavier, pioneiro na utilização das línguas indígenas na pedagogia) e José de Anchieta, um mestiço canarino que chegou pouco tempo depois dos pioneiros e dedicou quarenta e quatro anos de vida missionária ao ensino e ao apostolado.

A história dos jesuítas no Brasil está recheada de peripécias conflituosas com colonos e bandeirantes, de conjuras e intrigas com outras ordens religiosas, expulsões e regressos triunfais. Os conflitos começaram logo com a chegada do primeiro bispo em 1552, D. Pedro Fernandes Sardinha, que tinha conhecido os fundadores da Companhia em Paris (no Colégio de Santa Bárbara, onde foi professor de Loyola e de Xavier que lá residiam e estudavam desde 1528) mas que não gostava deles, divergindo dos métodos que eles utilizavam para catequisar e proteger os índios, que ele considerava indignos de serem cristianizados. Quando deixaram o Brasil, em 1759/60, os jesuítas eram seiscentos e setenta (218 autóctones) e mantinham dezanove instituições de ensino (11 colégios e 8 seminários) espalhados por quase toda a colónia, do Pará a São Paulo. Uma empreitada fabulosa, cujo património foi praticamente todo delapidado.

Ao longo dos duzentos e dez anos da primeira presença dos jesuítas no Brasil, eles foram criando igualmente os meios para sustentar colégios, residências e missões, sem depender de esmolas nem de suportes da beneficência da coroa ou dos governadores, como lhes permitiam os estatutos: tornaram-se proprietários de fazendas de criação de gado, engenhos de açúcar, destilarias, plantações, serrações de madeira, salinas, fábricas de cerâmica, prédios urbanos, transportes marítimos próprios e quanto bastasse de escravos; a Companhia de Jesus era, nas palavras de Gilberto Freyre, *o grande produtor colonial, o maior fazendeiro dos trópicos*. Graças a esse poder e a essa invejável independência económica, eles puderam orientar a educação e o apostolado a seu belo prazer e em conformidade com as normas e objetivos que na época eram considerados os mais nobres: em primeiro lugar a formação religiosa e de religiosos e em seguida a formação das elites da colónia, centrada nas letras, nas artes e no direito. As ciências físicas e da natureza, as matemáticas e a economia, a formação de técnicos, as preocupações com a saúde, o ambiente e o ordenamento do território, não faziam parte dos objetivos dos jesuítas nem de mais ninguém daquele tempo; em outras partes do mundo, sobretudo nos países que aderiram à reforma protestante, havia mais abertura às novas ciências. Por isso o Brasil colonial produziu eminentes homens de letras, todos eles saídos da pedagogia dos jesuítas como frei Vicente do Salvador, Sebastião da Rocha Pita, Pedro Taques, Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira, Cláudio Ma-

nuel da Costa, José Basílio da Gama, Eusébio de Matos, o padre António Vieira, Tomás António Gonzaga, Alvarenga Peixoto. Foram os cientistas e intelectuais holandeses da pequena corte tropical de Maurício de Nassau os que produziram a primeira obra verdadeiramente científica no Brasil, a *Historia Naturalis Brasiliae*, de Wiliam Pies e Marc Graaf (1648). Em 1663 chegava à Bahia o jesuíta Valentim Esdtancel, natural da Boémia (1621-1705), um matemático e astrónomo de grande relevo. No final da presença deles no Brasil, o padre João Daniel (1722-1776) produziria uma obra de grande interesse científico e estratégico, *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, publicada na íntegra apenas no ano de 2004. Jesuítas chegados de Itália e da Croácia executaram trabalhos de demarcação do território amazónico (os padres Giovanni Angelo Brunelli e Ignac Szentmartonyi), com base em cálculos matemáticos e observações astronómicas. O padre Konrad Pfeil (1638-1701) desenhou a primeira carta geográfica rigorosa do norte do Brasil. Este trabalho seria continuado pelo cientista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, já depois da expulsão dos religiosos. O padre José Monteiro da Rocha (1734-1819), fundador do observatório astronómico da universidade de Coimbra e da faculdade de Matemática depois da reforma pombalina, formou-se no colégio dos jesuítas da Bahia.

A atividade missionária dos jesuítas concentrou-se de início nos aldeamentos indígenas cuja administração lhes foi confiada e nas aglomerações de colonos, estendendo-se em seguida pelas tabas e pelos sertões mais povoados; tornou-se com o tempo mais sofisticada e transformou-se numa formação de elites urbanas, visando sobretudo a criação de classes dirigentes com base numa educação assente nas humanidades clássicas, cópia fiel dos valores educacionais e culturais do reino, onde também os jesuítas dominavam o ensino, tendo assumido a direção da universidade de Coimbra em 1557 e a de Évora em 1559 (domínio que duraria até à reforma pombalina). As universidades ensinavam e preservavam os valores culturais que garantiam uma fidelidade ao catolicismo romano, opção exclusiva do reino e orientação obrigatória para as colónias. Este controle educativo garantia também o futuro do reino e das colónias quanto à unificação territorial e quanto à língua oficial. O reino dispunha do tribunal do Santo Ofício para defender a pureza da raça e dos costumes e para deter a reforma protestante. Graças à organização e à eficácia dos

jesuítas, os invasores franceses e holandeses não conseguiram introduzir na colônia brasileira, de forma extensa e duradoira, o espírito reformador que vigorava em grande parte dos países da Europa e fixava novas fronteiras políticas e religiosas.

Foi exatamente esta identificação entre ensino e apostolado que garantiu a eficácia da obra dos jesuítas no Brasil; a escola era uma escola apostólica e todas as funções didáticas, desde o ensino da leitura ao catecismo, desde a gramática aos sermões, do teatro, da música e da dança aos cânticos religiosos, tudo eram recursos para um trabalho apostólico. A assistência aos doentes e a ajuda material aos indígenas, aos mestiços e colonos através de confrarias, hospitais e Misericórdias eram também, para estes padres, obras educativas e espirituais. (Fora justamente essa assistência às vítimas da epidemia e da fome em Roma, o primeiro serviço público do núcleo pioneiro dos fundadores da Companhia) De todas estas atividades decorria um primeiro resultado que se tornaria no elemento mais importante da futura nação brasileira, a propagação da língua portuguesa como idioma da população “civilizada”, fator de união e de identificação cultural de numerosas nações indígenas tão diversificadas e espalhadas por um imenso território. Os padres utilizavam as línguas indígenas para o catecismo e a aproximação cultural (uma das primeiras preocupações dos padres foi a de criar léxicos das línguas indígenas mais comuns para ajudar os missionários na ação catequética) mas era a língua portuguesa a que se impunha como língua dos aculturados. As culturas indígenas, falantes de centenas de línguas ágrafas, confrontadas com o poder avassalador dos colonos e sujeitas à fúria evangelizadora dos padres da Companhia, estavam em desvantagem e acabaram subjugadas pelas normas dos forasteiros que traziam, de outro continente e de outro hemisfério, outros valores que dissolveram, sem consideração nem piedade, os das frágeis culturas indígenas. Gilberto Freyre fala do trabalho *dissolvente* como o *grande destruidor de culturas não europeias do século XVI ao atual*.

Num sermão pregado em São Luís do Maranhão em 1657, na altura em que partiam para a região amazônica alguns dos padres que reforçavam a missão de Vieira, o grande pregador exemplificava, através de uma imagem forte e de um trecho literário dos mais belos de toda a sua escrita sermonária, qual devia ser o trabalho do missionário: *Dizei-me: qual é*

*mais poderosa, a graça ou a natureza? A graça ou a arte? Pois o que faz a arte e a natureza, porque havemos de desconfiar que o faça a Graça de Deus acompanhada de vossa indústria? Concedo-vos que esse índio bárbaro seja uma pedra: vede o que faz em uma pedra a arte. Arranca o estatuário uma pedra dessas montanhas, tosca, bruta, dura, informe, e depois que debastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão e começa a formar um homem, primeiro membro a membro e depois feição por feição até à mais miúda: ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afia-lhe o nariz, abre-lhe a boca, oculta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos: aqui desprega, ali arruga, acolá recama: e fica um homem e talvez um santo que se pode por no altar. O mesmo será cá, se à vossa indústria não faltar a graça divina. É uma pedra, como dizeis, esse índio rude? Pois trabalhai e continuai com ele (que nada se faz sem trabalho e perseverança), aplicai o cinzel um dia e outro dia, dai uma martelada e outra martelada e vós vereis como dessa pedra tosca e informe fazeis não só um homem, senão um cristão e pode ser que um santo (Sermões, V, 428). Não podia ficar mais clara a tarefa educativa que o superior da missão exigia dos seus homens: transformar um ser bruto num cristão; assim era compreendida e executada a empreitada civilizadora dos primeiros educadores do Brasil. A civilização cristã e europeia impunha-se como norma e por isso era necessário desbastar à martelada aquela criatura que, por ser bruta e rude, não merecia nem a admiração nem o respeito de ninguém. Ela era apenas a pedra bruta que depois de transformada seria digna de respeito. Essa era a pedagogia daquele tempo, ao jeito quase militar que caracterizava as empreitadas dos padres jesuítas, tanto junto dos índios do Brasil como no meio dos indígenas *Hurons, Iroquois* e *Algonquins* do Canadá.*

Não podemos comparar as ideias dos europeus do século XVI e XVII a propósito das civilizações recém-encontradas e dispersas pelo planeta com os princípios que hoje são globalmente reconhecidos como direitos universais dos povos, em especial com o reconhecimento das diferenças culturais. A civilização ocidental que empreendeu a descoberta e a colonização do *Novo Mundo* levou séculos a aceitar as diferenças e a reconhecer nos *outros* povos valores respeitáveis. A abordagem dos mesmos missionários nos países do *velho mundo* Oriental, berço ancestral de grandes

civilizações, foi diferente: os povos encontrados não eram primitivos e tornou-se necessário utilizar uma outra pedagogia. Quando falamos de educação e de civilização no século XVII estamos muito longe da noção de uma escola neutra ou de uma escola leiga, nos moldes atuais da maioria dos países democráticos; estamos muito distantes do reconhecimento das culturas diferentes, mesmo das mais evoluídas, como merecedoras de apreço e de estudo; estamos contudo mais afastados ainda do reconhecimento de direitos e de valores civilizacionais aos indígenas do *Novo Mundo*. Os aldeamentos indígenas facilitaram no Brasil a proteção dos índios contra a ação predadora de bandeirantes e colonos, permitiram e facilitaram a ação civilizadora e missionária, mas contribuíram para a dissolução da sua cultura e dos seus valores próprios, o que não preocupava ninguém, porque tudo aquilo que não fosse civilização europeia e cristã era obviamente uma situação a ser ultrapassada, uma pedra bruta a desbastar à martelada. A ação dos bandeirantes era contrária à dos jesuítas, mas baseava-se no mesmo princípio de base: a caça ao índio justificava-se pela sua natureza selvagem. A escravatura fazia parte da domesticação, em proveito do colono. Nem sempre os aldeamentos foram somente locais de evangelização, eles serviram também os interesses económicos dos padres que deles usufruíam benefícios materiais consideráveis; porém, nada nos aldeamentos se compara aos desmandos e atropelos à ética mais elementar, praticados por colonos e bandeirantes até ao século XVIII.

Foram necessários séculos para que se juntassem estas duas palavras, *bom* e *selvagem*; e para que os filósofos e outros difusores da palavra escrita se rendessem à ideia romântica de que no indígena do *novo mundo* havia bondade, dignidade e alguma nobreza. Os primeiros a espalhar esta novidade ideológica foram os naturalistas e os pintores, desde o século XVII; seguiram-se os viajantes e depois os filósofos com suas ideias iluminadas; finalmente os poetas e os romancistas. O romantismo literário, herdeiro das ideias dos enciclopedistas franceses, deixou-nos obras como *Uruguai*, de Basílio da Gama (1769), *O Caramuru* de frei José de Santa Rita Durão (1781), *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865) de José de Alencar, enfim a poesia indianista de Gonçalves Dias (1823-1864). Quando os donos do poder acordaram para estas realidades já o sol ia alto e o século das luzes tinha dado lugar ao das revoluções e do terror.

A grande expansão

O ensino e a divulgação científica em língua portuguesa foram praticamente monopólio dos jesuítas até meados do século XVIII: eles possuíam vinte e quatro colégios no reino e dezanove no Brasil, além das escolas das dezenas de missões e suas dependências. Quando o marquês de Pombal os expulsou do reino e das colónias, aconteceu um dos maiores desastres educativos que afetou todo o mundo de língua portuguesa: a destruição, em menos de quinze anos, de dois séculos de esforço educativo sem substituição por qualquer outro minimamente viável. Os inventários feitos após a expulsão revelaram que a biblioteca do colégio dos jesuítas de Salvador possuía quinze mil volumes (quando da invasão holandesa em 1624 já ultrapassavam os três mil), a de São Luís cinco mil e a de Belém do Pará dois mil. Todo este espólio foi delapidado. Os outros educadores que ocupavam uma pequena fatia do ensino, um tanto diferenciado do dos jesuítas pelo espaço que dedicavam às ciências e à matemática, eram os padres da Congregação do Oratório (ordem fundada por São Filipe de Néri em 1565 e instalada em Portugal desde 1659), mas também estes foram vítimas da paixão reformadora do marquês. As ideias iluminadas dos enciclopedistas franceses (a *Encyclopédie* foi publicada entre os anos 1750 e 1772) contribuíram para o esquecimento e a rejeição do trabalho pedagógico anterior dominado pelos jesuítas.

O processo de aculturação na colónia brasileira foi lento: os europeus encontravam-se com uma das civilizações mais primitivas do planeta, impotente para resistir às investidas dos invasores. Os recém-chegados criaram relações pacíficas com as comunidades de índios mansos e conseguiram, através de pactos de amizade e do escambo, ocupar um espaço privilegiado para uma empreitada colonial. A fragilidade das tribos indígenas facilitou a ocupação agressiva das terras mais produtivas e a redução de muitos deles à escravatura. O Brasil foi abordado pelas naus de Pedro Álvares de Gouveia (Cabral), na segunda viagem dos portugueses com destino à Índia; quando o rei D. João III distribuiu as capitánias para desenvolver a colonização da parte do continente americano que coube aos portugueses pelo tratado de Tordesilhas, os mais ousados e temerários já tinham alcançado a Malásia, os arquipélagos do Pacífico e a China, desembarcavam no Japão. Já existia até uma diocese católica em

Goa. Os missionários, primeiro os franciscanos, depois os dominicanos, os agostinhos, finalmente os jesuítas, oratorianos e outros mais, reacenderam no Oriente uma fé residual, obra de outros mais antigos e quase esquecidos, criando novas estruturas religiosas, igrejas, conventos, hospitais e colégios que se ergueram para durar muito para além das empreitadas dos comerciantes e dos militares. Mais ousados que os comerciantes, os missionários foram autênticos bandeirantes desafiando todos os perigos para alcançar os povos mais distantes, longe da proteção dos outros intervenientes: eles alcançaram civilizações tão isoladas como as do Tibete, do Nepal e do Butão. No primeiro quartel do século XVII, o jesuíta António de Andrade, chegado a Goa em 1600, foi o primeiro europeu a atravessar as neves perpétuas do Himalaia e a fundar uma missão no Tibete em 1626. O padre Estêvão Cacella alcançou o reino do Butão e fundou uma missão no ano seguinte. Outros missionários, como o jesuíta João de Brito (1647-1693), canonizado em 1947, empreenderam ações missionárias e sociais junto dos mais pobres e segregados da Índia, em Madurai, longe de qualquer proteção militar. O padre oratoriano José Vaz, um brâmane natural de Goa (1651-1711), dedicou vinte e três anos de apostolado à comunidade de Ceilão durante o período do domínio holandês; foi beatificado em 1995 e canonizado pelo papa Francisco em Janeiro de 2015. O papa Pio IX canonizara em 1862 o franciscano Gonçalo Garcia, natural de Baçaim, filho de pai português e mãe indiana, e também o jesuíta japonês Paulo Niki, filho de samurai, martirizados com mais vinte e quatro companheiros cristãos em Nagasaki em 1597.

Os jesuítas não foram os primeiros missionários portugueses no Oriente, nem no Brasil, mas foram os mais ousados e destemidos na propagação do cristianismo, seguindo o exemplo de São Francisco Xavier. O *apóstolo do Oriente* iniciou o seu périplo missionário quando os portugueses alcançavam o Japão. O rei português D. João III foi o primeiro a fazer apelo aos companheiros de santo Inácio, atribuindo-lhes uma tarefa que mais ninguém ousava aceitar; sem história e sem experiência relevantes, eles eram mal vistos pelas outras ordens religiosas que os consideravam ostensivamente como *idiotas* e os acusavam de serem *frades sem convento*. Vieram padres de Itália, de Espanha e de outras nações juntar-se aos portugueses, obviamente insuficientes para a grande empreitada do *Padroado da Ordem de Cristo* pelo Oriente. Melhor que ninguém, eles

souberam adaptar-se às necessidades de um tempo de euforia e de inovação. O padre Francisco de Sousa, um jesuíta nascido da Bahia em 1649 e que emigrou para Goa em 1665 onde estudou, escreveu a história da grande bandeira dos jesuítas pelo Oriente, desde a chegada dos pioneiros até 1585: *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa* (Deslandes, Lisboa, 2 vols., 1710). Franciscanos, dominicanos e oratorianos seguiram de perto as investidas ousadas e muitas vezes temerárias dos missionários da Companhia de Jesus, estes especialmente treinados, pela formação nos colégios europeus segundo um modelo quase militar, para o ensino, a conversão e a caridade. O jesuíta Luís Fróis (1532-1597), nascido em Lisboa, embarcou muito jovem para Baçaim, na Índia, onde serviu como militar, depois estudou e fez-se jesuíta em Goa e Malaca. Chegou ao Japão em 1563 e lá passou o resto da vida. Ele é o autor da primeira *História do Japão*, escrita entre 1584 e 1594.

Um dos personagens mais relevantes da divulgação da cultura ocidental e latina na China foi o italiano Matteo Ricci (1552-1610), cientista, matemático e cartógrafo, o primeiro europeu a criar um intercâmbio científico e cultural com o Oriente ao mais alto nível, entre os intelectuais e junto da corte imperial chinesa. Ricci veio para Portugal em 1577, aos vinte e cinco anos, para aperfeiçoar os conhecimentos de português na universidade de Coimbra. Partiu para Goa em 1578, integrado nas missões do padroado português e foi ensinar latim e grego no colégio de Cochim (hoje a maior aglomeração urbana do estado de Kerala, no sul da Índia), enquanto estudava teologia, para vir a ser ordenado sacerdote em 1580. Em 1582 foi enviado para Macau (a diocese fora fundada em 1575, desmembrada da de Malaca), a fim de aprender a língua e de se iniciar à cultura chinesa. Ensinou matemática no colégio e no ano seguinte, com outro missionário o padre Miguel Ruggieri, fundava a primeira missão na China, em Zhaoqing, dependente do colégio dos jesuítas de Macau. O colégio Madre de Deus, fundado na origem pelos franciscanos viria a ser, a partir de 1594, com o nome de colégio de São Paulo e sob a tutela dos jesuítas, uma instituição de altíssima qualidade: aí se ensinava filosofia, teologia, matemática, geografia, astronomia, latim, português, música e artes, uma verdadeira instituição de ensino superior, foco de difusão da cultura ocidental por terras chinesas. O padre Ruggieri, companheiro de

Ricci, também foi professor de matemática no mesmo colégio durante quatro anos; ele foi o primeiro a publicar em chinês um livro sobre a visão cristã do mundo, *Verdadeiro Tratado do Senhor do Céu*, em 1584. Desde 1577 que se imprimiam livros em Goa e passaram-se a imprimir em tipografias enviadas de Lisboa e de Roma, em Macau a partir de 1588 e no Japão a partir de 1590, o que muito contribuiu para o intercâmbio cultural entre o mundo latino e o Oriente.

Os missionários jesuítas, cultos e ousados, adotaram os hábitos e os costumes do país, vestiram-se de seda como os altos funcionários, sábios e letrados, entusiasmaram-se pela cultura chinesa, estudaram-na e divulgaram-na. Os franciscanos, os primeiros missionários católicos do Oriente, como são Francisco Xavier, tentaram a abordagem catequética através de uma imagem de simplicidade e pobreza, o que não teve sucesso na China nem no Japão; rapidamente entenderam que a nova doutrina teria que se impor como uma ideologia de homens cultos e bem-sucedidos, respeitados e generosos, capazes de seduzir o povo pelo sucesso pessoal e pela autoridade que exerciam sobre ele. Os missionários portugueses no Oriente adotaram a postura de testemunhos de uma civilização rica, generosa e avançada, fazendo-se arautos da fé cristã mas também os divulgadores da ciência e da tecnologia ocidental. Os primeiros portugueses que desembarcaram no Japão deixaram como presente a espingarda; em 1589 Matteo Ricci introduziu o calendário gregoriano na China (fora adotado em 1582), traduziu para latim os quatro livros do *Cânone do Confucionismo* em 1594, permitindo pela primeira vez o acesso dos ocidentais à filosofia de Confúcio (551-479 a.C.).

Nesse mesmo ano de 1594 o jesuíta decide viajar até Pequim, para junto do poder central da China, mas fica-se por Nanchang (hoje uma cidade com dois milhões de habitantes, capital da província de Jiangxi), onde intensifica os contatos com intelectuais chineses e publica no ano seguinte, em chinês, o *Tratado sobre a Amizade*, para dar a conhecer aos chineses as bases da sabedoria ocidental, livro que teve um imenso sucesso entre os intelectuais. No ano seguinte escreve o *Método de Aprender de Cor*, um tratado sobre a memória e um método para memorizar a tradição oral; publica ainda um catecismo mais elaborado intitulado *Verdadeira Noção de Deus*. Finalmente chega a Nanquim em 1598, já nomeado superior dos jesuítas na China, mas a aproximação à corte im-

perial e aos homens da proximidade do imperador é difícil para qualquer estrangeiro. Em 1600 está em Pequim e, consegue enviar mensagens e presentes ao imperador no ano seguinte, através de mandarins e eunucos da corte.

O encontro era vital para a entrada oficial da Companhia de Jesus na China e os missionários que acompanhavam Ricci fizeram chegar quantidade impressionante de presentes ao imperador Wanli (14^o da dinastia Ming), qual deles o mais maravilhoso e original, mas o que mais impressionou o soberano foi um *mapa-mundi* desenhado pelo próprio Ricci, que mostrava pela primeira vez a China *no meio* das outras nações do planeta. Os chineses sempre consideraram o seu país como *o centro do mundo* e o presente, vindo de um estrangeiro, entusiasmou o imperador. Os eruditos chineses ficaram também impressionados com a magia de um prisma de vidro que decompunha a luz nas cores do arco-íris – um dos grandes sucessos da pedagogia científica dos jesuítas. Pinturas italianas e relógios de pêndulo provocaram a admiração da corte imperial. Foram autorizados a erguer residência, abrir colégios e divulgar a cultura cristã, e até beneficiaram da generosidade imperial. Em 1605 o jesuíta contactou com a comunidade judaica local e iniciou a tradução para chinês dos *Elementos* de Euclides, permitindo assim aos chineses o acesso ao método da lógica dedutiva, à álgebra e à geometria ocidentais. Traduziu para chinês as principais orações do ritual católico e os princípios da moral cristã, auxiliado pelos padres portugueses que, em proveniência de Macau e de Goa, reforçaram a presença católica no império chinês.

Em 1607, Matteo Ricci tentou socorrer o confrade Bento de Góis, que terminava uma das maiores aventuras de que há memória: o caminho por terra de Goa a Pequim, qualquer coisa como cinco mil quilómetros. Exausto e doente, o jesuíta açoriano (nasceu em Vila Franca do Campo) não resistiria ao esforço e aos percalços da caminhada e morreu aos quarenta e cinco anos sem alcançar o destino, na cidade de Suzhou, a meio caminho entre Macau e Pequim. Nesse mesmo ano o companheiro de Ricci, o padre Ruggieri, faleceu em Itália, quando tentava organizar uma embaixada do papa ao imperador da China. Nos últimos anos de vida, entre 1608-1610, Ricci redigiu a obra mais famosa, compêndio de referência para todos quantos pretendiam alcançar e conhecer a China: *A Entrada da Companhia de Jesus e do Cristianismo na China*. Faleceu aos

cinquenta e sete anos e o imperador Wanli autorizou o seu enterro em solo chinês, privilégio raro, já que os estrangeiros falecidos na China tinham que ser enterrados fora do território (eram trasladados para Macau). A comunidade cristã por ele formada cresceu entre as elites intelectuais, ultrapassando os dois mil e quinhentos batismos. Ele é considerado pelos chineses *um dos mais notáveis e brilhantes homens da história, o mestre do grande ocidente*. No Museu da História da China, em Pequim, um dos maiores e mais extraordinários do mundo, só dois ocidentais mereceram figurar entre os grandes construtores do império: Marco Polo e Matteo Ricci. (Só uma curiosa coincidência: no ano em que Matteo Ricci falecia na China, os primeiros jesuítas franceses preparavam-se para iniciar a evangelização dos indígenas *Illinois, Hurons, Iroquois e Algonquins* da Nova França, no Canadá).

O padre João Rodrigues, natural de Sernancelhe (1560-1633), distrito de Viseu, embarcou para o oriente muito jovem, pelos catorze anos e lá ingressou na Companhia de Jesus; fez os estudos de filosofia e teologia no colégio jesuíta de Nagasaki, foi ordenado sacerdote em Macau e tornou-se um dos maiores conhecedores ocidentais da língua japonesa. Compôs o primeiro dicionário japonês-português (1603) e escreveu a primeira gramática da língua japonesa (1604). Para além de escrever uma história do cristianismo no Japão, que não é apenas sobre religião mas uma verdadeira enciclopédia da cultura nipónica, o padre foi também comerciante, diplomata, político e intérprete junto dos estrangeiros que demandavam o país do sol nascente. A carreira promissora do padre terminou em 1610 com um incidente infeliz da nau do trato *Nossa Senhora da Graça*, também conhecida como *Madre de Deus*, destruída pelos japoneses na baía de Nagasaki, depois de um caso mal resolvido em Macau. Em retaliação pela morte de soldados e marinheiros japoneses, a maioria dos padres foi expulsa do Japão e o comércio declinou. A presença dos missionários portugueses em Nagasaki terminou em 1639 e a história da vida deste jesuíta inspirou o romance *Shogun* de James Clavell, que deu origem à série televisiva e ao filme com o mesmo nome em 1980.

Pelos anos de 1670 o padre Gabriel de Magalhães, natural de Pedrógão Grande (n. em 1609), ensinava astronomia na corte do imperador Kangxi (o segundo da dinastia Qing, 1661-1722), que visitou pessoalmente a casa dos jesuítas em Pequim em 1675, resolvidos alguns conflitos

que entretanto tinham surgido entre os padres e as autoridades. Por esses anos, já a presença dos padres portugueses era minoritária na China; na *Relação* do jesuíta francês François de Rougemont, sobre a intervenção missionária de 1659 a 1666, apenas cinco dos vinte e cinco jesuítas eram portugueses, entre eles o padre Magalhães, que completou o relatório até ao ano de 1669.

Outro jesuíta que desempenhou um papel preponderante na China foi o padre Tomás Pereira (1645-1708), natural de Famalicão, que chegou a Goa com o vice-rei D. João Nunes da Cunha em 1666, ainda noviço, aos vinte e um anos, onde completou os estudos seguindo depois para Macau em 1672. Astrónomo, matemático e diplomata, frequentava desde 1680 a corte do mesmo imperador Kangxi (ele reinou sessenta e um anos) e fez parte da delegação chinesa que assinou em 1689 o primeiro tratado de paz com uma nação europeia, a Rússia de Pedro I o Grande, soberano que modernizou e abriu o seu país à influência ocidental. Para além de eminente cientista, o jesuíta introduziu também na China a música erudita europeia, construiu o primeiro órgão de tubos e montou o primeiro carrilhão numa igreja chinesa. Apesar de ter desempenhado a sua ação já numa fase decadente do poder económico e cultural português no oriente, o seu contributo para o intercâmbio cultural com a China foi brilhante, no tempo do reinado do mais extraordinário imperador de toda a história chinesa. Os jesuítas do *Padroado Português* foram os maiores intervenientes no intercâmbio científico e cultural entre o Ocidente e o Oriente, sobretudo nas áreas da matemática, da geografia e da astrofísica. Eles mantiveram uma presença quase constante na corte imperial chinesa até 1806, quando faleceu em Pequim o padre, matemático e cirurgião José Bernardo de Almeida, reinava o imperador Jiaging, o quinto da dinastia Qing.

Os jesuítas chegaram a Macau em 1563 e a cidade foi elevada a sede de um bispado em 1575; contava então cinco mil residentes e destes, quase um milhar eram portugueses. O primeiro hospital público, o Hospital dos Pobres, uma leprosaria e a Santa Casa da Misericórdia foram obras dos jesuítas a partir de 1569, apoiadas pelo primeiro bispo, também jesuíta. O colégio de São Paulo tornou-se rapidamente numa instituição de ensino superior donde irradiou a cultura ocidental e latina por terras do império chinês. Durante os cento e sessenta e oito anos de atividade

do colégio (até à expulsão pelo marquês de Pombal em 1762), lá se formaram seiscentos e sessenta e cinco padres e irmãos da Companhia de Jesus. Macau foi a grande porta de entrada da cultura ocidental e latina na China e um caso raro de sucesso político, cultural e comercial, um exemplo de colonização bem-sucedida que transformou uma aldeia de pescadores no maior centro de intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, uma empreitada com mais de quatro séculos de história. O primeiro acordo luso-chinês foi assinado pelo capitão-mor Leonel de Sousa em 1554 com as autoridades de Cantão. No primeiro quartel do século XVII o pequeno território possuía a mais sofisticada fundição de canhões de todo o Oriente, superior às de Cochim e de Goa, a do empresário de origem judaica Manuel Tavares Bocarro – hoje enriquecendo o espólio de museus militares do mundo inteiro. Integrado na República da China desde 1999, Macau ultrapassa agora os seiscentos mil habitantes e o português continua sendo uma das línguas oficiais de um dos territórios que mais cresce em todo o Oriente.

Os missionários jesuítas chegaram ao Japão, à cidade de Kagoshima, no mesmo ano em que os seus companheiros chegaram ao Brasil, em 1549. O comércio com os *nanban jin*, os *bárbaros do sul*, desenvolveu-se rapidamente, em menos de uma década, crescendo consideravelmente graças ao apoio estratégico de Macau e manteve-se por largos anos monopólio dos portugueses. Em 1581 um cartógrafo português, talvez o jesuíta Inácio Moreira, desenhava a primeira carta geográfica do Japão. Porém, a presença dos europeus em terras tão distantes e culturas tão diferentes sempre foi precária e recheada de imprevistos e no final do primeiro quartel do século XVII pouco restava do esforço dos cento e quarenta e dois jesuítas (dos quais setenta e um autóctones), de uma centena de franciscanos e algumas dezenas de dominicanos infiltrados no Japão, entusiasmados pelo sucesso comercial dos primeiros investidores e pela empreitada louca de São Francisco Xavier. As perseguições aos cristãos iniciaram-se no Japão no momento em que o país restaurou a sua unidade política: vinte e seis religiosos foram martirizados em Nagasáqui em 1597, quinze em 1622, seguindo-se outras perseguições totalizando mais de duas centenas de mortes. O esforço missionário durou um século: em 1650 os últimos padres foram expulsos do Japão e os cristãos resistentes passaram à clandestinidade.

A persistência da religião cristã permitiu a continuidade da influência linguística e cultural nas suas formas mais duradouras. Até ao final do século XVIII o português era ainda a principal língua comercial por todo o oriente. Há uma dezena de anos ainda se publicava em Ceilão um jornal em crioulo de português, mantido por uma igreja cristã. São doze os crioulos indo-portugueses identificados e cinco os crioulos malaio-portugueses, a maioria deles quase extintos, línguas de comunidades geralmente pobres e marginais que permaneceram cristãs ao longo dos séculos. O *papiá kristáng*, um dialeto de origem portuguesa com mistura de fonemas malaios e chineses, ainda é usado por mais de cinco mil cidadãos em Malaca e Singapura e por alguns milhares dispersos por comunidades migrantes na Austrália e Inglaterra. Um crioulo similar ainda subsiste como língua única dos seus utilizadores em Chaul, o *kristí*, dialeto da comunidade cristã de Korlai utilizado por um milhão de pessoas a sul de Bombaim, onde a presença portuguesa durou até 1740. Os últimos redutos do domínio português no século XX, o território do antigo *Estado Português da Índia*, mais o de Macau e Timor, contribuíram grandemente para a continuidade da língua, mesmo que residual. Cerca de metade da população do atual estado de Goa (de um milhão e quinhentos mil habitantes) continua católica e a língua portuguesa, apesar de muito minoritária em relação às línguas concani e marata e mesmo ao inglês, ainda é falada por centenas de famílias. O diário *O Herald* foi publicado em português até 1983. Como exemplos da permanência e prestígio do *Padroado Português* pelo Oriente, basta recordar que até 1847 os bispos da diocese chinesa de Pequim eram portugueses, até 1868 os bispos da diocese de Malaca e Singapura eram portugueses, como os bispos de Meliapor e de Cochim até 1951. O primeiro bispo do Maranhão, D. Gregório dos Anjos (1679-1689), o bispo do Pará D. frei Miguel de Bulhões (1749-1759), foram antes bispos de Malaca. D. António Barroso, bispo do Porto, um prelado que teve relevante intervenção nos primeiros tempos conturbados da República, tinha sido bispo de São Tomé de Meliapor. A igreja de São José em Singapura, construída na primeira década do século XX, ostenta na sua decoração o escudo português. A língua portuguesa é atualmente um dos três idiomas da República da Maurícia, um arquipélago habitado por um milhão e trezentas mil almas, situado a leste de Madagáscar, encontrado pelos portugueses em 1505.

A existência de fortes vestígios linguísticos de origem portuguesa nas línguas orientais e a continuidade da presença católica pelo Oriente é indissociável da ação pioneira dos missionários portugueses e do *Padroado* ultramarino, e sobretudo do trabalho dos jesuítas, uma verdadeira *milícia de Jesus Cristo*. A primeira diocese chinesa foi a de Macau, criada em 1575 e a primeira diocese japonesa foi a de Funai, criada em 1588 (extinta em 1625 e restaurada como arquidiocese de Tóquio em 1891). Os primeiros bispos destas dioceses foram todos jesuítas. Tudo começou com aquela investida louca de Francisco Xavier que o levou de Goa até ao Japão, nos anos de 1549 a 1551, tão impressionante que quase convenceu o aventureiro Fernão Mendes Pinto a fazer-se jesuíta. Os estrangeiros estavam proibidos de circular em território chinês. O pioneiro faleceu na ilha chinesa de Sanchoão em 1552, com apenas quarenta e seis anos, quando tentava alcançar clandestinamente a cidade de Cantão.

Epílogo

A expansão portuguesa pelo oriente proporcionou um dos maiores intercâmbios civilizacionais de toda a história da humanidade. A dispersão do *império* por pequenos pedaços, vulneráveis às investidas da concorrência e à ganância dos protagonistas e dos administradores, que tanto se dedicavam a cumprir as instruções da coroa como a satisfazer ambições pessoais, foi a principal causa da derrocada do projeto. As motivações de ordem ideológica não pesavam nos projetos de juntar fortuna, os quais justificavam a violência e a guerra. *Apodrecer na rede ou pelejar em Goa*, escreveu o maranhense Humberto de Campos já no século XX, definindo o destino dos que procuravam em terras distantes novos rumos de vida. Para os atrevidos, o *novo mundo* representava um imenso espaço de liberdade onde não era necessário exibir virtudes. Para os ambiciosos, as terras da fortuna eram as do Oriente, que exigiam coragem e sacrifício. Para os reis da dinastia de Avis, a cruzada não se estendia ao Brasil logo ali tão perto, onde não havia muçulmanos nem grandes desafios comerciais, por ser terra de gentios, quase virgem, que era necessário cultivar e aguardar pelas sementeiras a fim de colher frutos muito mais tarde. Os indígenas viviam nus, sem exércitos nem edifícios de pedra e cal, desco-

nheciam os metais e a escrita, era terra de futuro incerto e por isso não constava no cardápio da realeza. Uma terra de lindas mulheres, de olhos e cabelos negros de azeviche, de pele de cetim e que não mereceu mais que duas rimas no poema de Camões! O Oriente, tão distante e perigoso que alcançá-lo já era uma vitória, surgia como o espaço único de todos os sonhos, os da glória, os da riqueza e os da profecia. Quase cego e apaixonado por Dinamene, Camões nem sequer imaginou Iracema.

Os séculos XVI e XVII foram os grandes momentos da afirmação da identidade das culturas de língua portuguesa: em menos de duzentos anos o reino viveu a surpresa de um sucesso inesperado, a euforia da grandeza de um império profetizado, a esperança da realização de uma promessa messiânica e o descalabro do fim de um sonho. O *Quinto Império* da utopia de Vieira inspirou-se e nasceu de um sonho, e desfez-se quando o país despertou para a realidade do modernismo. Quando da passagem do cometa de 1682, o mesmo que se mostrara aos missionários de Ibiapaba em 1607, surgiram os bons augúrios, começava o tempo brilhante do ouro do Brasil. Em 1716 o papa Clemente XI recebia em Roma a última grande homenagem de um soberano católico: a embaixada do rei português D. João V, composta por 15 coches cada qual o mais luxuoso e vistoso, exibindo o ouro do império, um arraial de fausto e exaltação. Clemente XI fora o cardeal Giovanni Francesco Albani, homem de uma tremenda erudição. Com apenas vinte anos de idade já frequentava a Academia da corte romana da rainha Cristina da Suécia onde conheceu pessoalmente e se apaixonou pela eloquência do padre António Vieira. No ano da embaixada, o papa tinha sessenta e sete anos e o ouro do Brasil delapidado por D. João V parecia não ter fim e justificar todas as euforias. O arcebispo de Lisboa passou a *Patriarca* e o rei ganhou o título de *Fidelíssimo*; na sequência de tão generosa e deslumbrante embaixada o papa criou no ano seguinte mais uma diocese no *Novo Mundo*, em Belém do Pará. Fazia exatamente cinquenta e oito anos que Vieira, navegando numa canoa algures entre a foz do rio Tocantins e a baía de Guajará, no percurso de uma das visitas às missões, escrevia pela primeira vez, numa longa carta dirigida à rainha viúva D. Luísa de Gusmão, o esboço do *Quinto Império*, sob a coroa portuguesa de um rei defunto que havia de ressuscitar. No mesmo ano da embaixada, matemático e astrofísico inglês Edmond Halley (1656-1742) publicou os dados das observações e estudos

sobre aquele repetitivo cometa que passou desde então a ter o seu nome. Nem ele nem ninguém se pronunciava então sobre a hipótese daquele astro transportar augúrios ou diamantes, nem sobre oportunas mensagens secretas de Deus aos homens. Uma página importante da história do conhecimento tinha virado e começava uma nova era, a da ciência do futuro, despojada de romantismo. Os inquisidores portugueses deram um parecer favorável, recheado de grandes elogios, à publicação de uma obra que o padre António Vieira redigira durante os anos da prisão domiciliar em Coimbra, cinquenta e três anos antes, no decorrer do processo que o condenaria em Dezembro de 1667. Publicada em 1718, duas décadas depois da sua morte, a obra intitulava-se *História do Futuro*. O primeiro parágrafo esclarece: *As outras histórias contam as coisas passadas; esta promete dizer as que estão por vir*. Palavra de profeta.

Junho de 2016
abreufreire@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

AAVV, *Os Jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*, Cátedra Unesco, UFB, Brasília, 2016.

Abreu Freire, António, *Ação e Palavra – Vida e Obra do padre António Vieira*, Afrontamento, Porto, 2010.

Abreu Freire, António, *Momentos do Intercâmbio Comercial e Cultural com o Oriente*, Instituto Internacional de Macau, Lisboa/Macau, 2016.

Aubin, Jean, *Le Latin et l'Astrolabe*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 2 vols., 1996/2000.

Azevedo, João Lúcio, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, SECULT, Belém, 1999.

Boxer, Charles Ralph, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, Ed. 70, Lisboa, 1989.

Carolino, Luís Miguel, *Ciência, Astrologia e Sociedade – A teoria da influência celeste em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.

Cooper, Michael, *Rodrigues, o Intérprete. Um jesuíta no Japão e na China*, Quetzal, Lisboa, 1994.

Cortesão, Jaime, *A Expansão dos Portugueses na História da Civilização*, Horizonte, Lisboa, 1983.

Cortesão, Jaime, *História da Expansão Portuguesa*, INCM, Lisboa, 1993.

Crowley, Roger, *Conquistadores. Como Portugal Criou o Primeiro Império Global*, Lisboa, Presença, 2016.

Franco, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XX*, 2 vols., Gradiva, Lisboa, 2006/2007.

Fróis, Luís, *Historia de Japam*, INCM, 5 vols., Lisboa, 1976/1984.

Haubert, Maxime, *Índios e Jesuítas no tempo das Missões*, C.ia das Letras, São Paulo, 1990.

Kragh, H., *Introdução à Historiografia da Ciência*, Porto Editora, Porto, 2003.

Leite, Serafim sj, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Portugália/Civilização Brasileira, Rio de Janeiro/Lisboa, 1938-1950 (4 vols., Loyola, São Paulo, 2005).

Manso, Maria de Deus Beites, *História da Companhia de Jesus em Portugal*, Parsifal, Lisboa, 2016.

Paiva, José Maria de, *Colonização e Catequese*, Arké, São Paulo, 2006.

Palacin, Luiz Gomez, *Vieira entre o Reino Imperfeito e o Reino Consumado*, Loyola, São Paulo, 1998.

Peixoto de Araújo, Horácio, *Os Jesuítas no Império da China – O Primeiro Século (1582-1680)*, Instituto Português do Oriente, Macau, 2000.

Prado Júnior, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, C.ia das Letras, Rio de Janeiro, 2011.

Ronan, Colin A., *História Ilustrada da Ciência* (4 vols.), Círculo do Livro, São Paulo, 1987.

Silva Rego, António da, *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente (Índia)* (12 vols.), Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1947 / 1958.

Sousa, padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Lello & Irmão, Porto, 1978.

Subrahmanyam, Sanjai, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e económica*, Difel, Lisboa, 1995.

Thomaz, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, 1994.

Vieira, padre António, *Obras Completas*, 30 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 2013/2014.

Vieira, padre António, *História do Futuro*, SECULT, Belém do Pará, 1998.

Vieira, padre António, *História do Futuro*, Temas e Debates, Lisboa, 2015.

PORTUGUESES PELO ORIENTE



O encontro dos oceanos Atlântico e Índico. Escultura de um dos (15) coches da embaixada de D. João V ao papa Clemente XI em 1716, comandada pelo marquês de Fontes.

Quando Deus revelou ao Profeta (Habacuc) e quando este ouviu da Sua boca o que havia de fazer nos tempos vindouros, diz que ficou cheio de temor e assombro. Porque não houve obra de Deus depois do princípio e criação do mundo que mais assombrasse e fizesse pasmar os homens, que o descobrimento do mesmo mundo, que tantos mil anos tinha estado incógnito e ignorado; nem que maior e mais justo temor deva causar, aos que bem ponderarem esta obra, que a consideração dos ocultos juízos de Deus, com que por tantos séculos permitiu que tão grande parte do mundo, tantas gentes e tantas almas vivessem nas trevas da infidelidade, sem lhes amanhecerem as luzes da Fé; tão breve noite para os corpos e tão comprida noite para as almas. (...)

Mas não obraram todas estas proezas aqueles portugueses famosos por benefício só de seu valor, senão pela confiança e seguro de suas profecias. Sabiam que tinha Cristo prometido a seu primeiro rei que os escolhera para Argonautas Apostólicos do seu Evangelho, e para levarem seu nome e fundarem seu Império entre gentes remotas e não conhecidas, e esta fé os animava nos trabalhos; esta confiança os sustentava nos perigos; esta luz do futuro era o Norte que os guiava e esta esperança a âncora e a amarra firme que nas mais desfeitas tempestades os tinha seguros.

(Padre António Vieira, *História do Futuro*, caps. 300 e 79)

OS PORTUGUESES E A EXPANSÃO DA CULTURA NEOLATINA PELO ORIENTE

A Europa dominou o mundo a partir do século XVI com o conhecimento, a tecnologia, a civilização e a cultura, no momento da grande expansão marítima e comercial iniciada pelos países ibéricos e continuada por holandeses, ingleses e franceses; Portugal contribuiu com uma fatia considerável de esforço para a expansão dos valores ocidentais, deixando bem marcada a sua presença tanto no *novo mundo* recém-encontrado como no oriente, velho mundo e berço ancestral de grandes civilizações. A matemática e a geometria, a ciência astronómica, a tecnologia da instrumentação náutica, a cartografia e a arte de construção naval resultaram de contribuições inovadoras de diferentes povos europeus: judeus e muçulmanos ibéricos foram os grandes pioneiros da álgebra e da geometria, alemães e holandeses especializaram-se no fabrico de instrumentos náuticos e na artilharia das frotas, cosmógrafos e cartógrafos ibéricos e italianos foram pioneiros na arte de mapear, enfim armadores e especuladores financeiros exigiram dos estaleiros de construção naval embarcações seguras e eficientes para o sucesso de um comércio sem fronteiras que criou a primeira globalização. Na Ribeira das Naus, copiando os modelos dos estaleiros de Antuérpia e de Amesterdão, os carpinteiros navais construíram, nas primeiras décadas do século XVI, as mais sofisticadas embarcações que os armadores tinham até então lançado pelos oceanos. A expansão marítima que sustentou a primeira globalização resultou do intercâmbio de conhecimentos oriundos de vários cenários culturais e da partilha de inovações tecnológicas. Matemática, astrofísica, cartografia, carpintaria e armamento conjugaram-se. Mas a motivação profunda do reino de Portugal para tanto empenho era de ordem ideológica.

Os soberanos ibéricos assumiram a responsabilidade dos custos da descoberta e da expansão, aliando à ambição do sucesso comercial os de-



sejos de conter o domínio muçulmano e de difundir a fé cristã. Conquistar a Terra Santa, que figurava no centro das representações medievais dos mapas do mundo, fazia parte dos objetivos imperiais e messiânicos dos reis da dinastia de Avis, servindo os interesses da igreja de Roma, assumidos como destino da nação. O poder religioso e as ambições da nobreza encontraram, na madrugada da modernidade, novo espaço de intervenção. Duarte Pacheco Pereira terá sido o primeiro capitão dos oceanos Atlântico e Índico a definir claramente a amplitude do enorme e visionário projeto expansionista no capítulo 3º, parágrafo 242 do IVº livro do *Esmeraldo de Situ Orbis* – um roteiro de Lisboa até ao rio do Infante e um tratado de cosmografia escrito pelos anos de 1505 a 1508. A partir de então o centro do mundo nas cartas náuticas passou a ser a Península Ibérica. Uma família de mestiços, Pedro e Jorge Reinel, foi pioneira na arte de mapear.

A primeira façanha notável de um soberano cristão fora da Europa, quando ainda existia em terras ibéricas o Emirado Nasrída de Granada, foi a conquista fácil de Ceuta em 1415 por D. João I de Portugal. Cidade pequena e de pouco interesse comercial, continha menos de trinta mil almas e uma pequena guarnição de defesa mas servia de escala estratégica e de refúgio aos corsários muçulmanos que lançavam contínuas razias pelas costas portuguesas. Reduzida a uma base militar, passou a servir como porto estratégico dos navios cristãos e centro nevralgico de

informações sobre os movimentos das caravanas que percorriam os desertos africanos até à Guiné e até a um fabuloso *reino do Preste João*. Antes da conquista muçulmana em 709, Ceuta fora cristã bizantina e depois da ocupação portuguesa continuou sendo um espaço onde cristãos, judeus e muçulmanos conviveram num clima de paz e de tolerância. Em tempos de crise de chefia da igreja católica, com o papado disperso por Roma, Pisa e Avignon, o rei português optara por apoiar o papa de Roma, Martinho V, confirmado no concílio de Constança em 1417. Recompensando o apoio português, o papa criou nesse mesmo ano a diocese de Ceuta, passados menos de dois anos após a conquista; foi a primeira diocese de obediência romana fora do território europeu, à qual se juntariam, com vida mais efêmera, as de Tânger (1468) e Safim (1487), até à criação da diocese do Funchal em 1515, quando o esforço da expansão portuguesa se estendia já por toda a costa atlântica e índica de África, pela América do Sul (Brasil) e pelo oriente até Malaca e às ilhas do Pacífico ocidental. Significativa a presidência do bispo de Ceuta de então, D. Diogo Ortiz, na cerimónia religiosa que precedeu (8 de Março de 1500) a largada do Tejo das naus de Pedro Álvares de Gouveia (Cabral)! As comunidades cristãs do norte de África eram muito reduzidas, do tamanho de pequenas paróquias, mas foi quanto bastasse para que a cultura neolatina pós-islâmica penetrasse através do ensino sistemático do catecismo e da moral cristã, do estatuto da família, da língua, das regras comerciais, do direito e da administração territorial. Ceuta, que deixou de ser portuguesa quando os seus habitantes optaram por permanecer súbditos da coroa espanhola após a Restauração, continuou cristã até aos nossos dias, modelo por excelência de uma comunidade tolerante e aberta a outras culturas e religiões, exemplo bem-sucedido de outros núcleos de difusão da cultura neolatina pelo mundo. Um sonho poético de cariz político, pinchado de profecia!

As coroas de Portugal e Espanha guardaram fidelidade à igreja de Roma, mesmo nos tempos conflituosos da afirmação do poder da realeza e no reboiço dos movimentos cristãos reformadores; por isso os papas recompensaram os *fidelíssimos* reis ibéricos com privilégios exclusivos: um desses privilégios, o mais conhecido e badalado, foi o reconhecimento da posse do mundo por descobrir e conquistar, dividindo esses espaços disponíveis pelas duas coroas. O outro foi a instituição do *Padroado Real*, que

concedia aos soberanos o direito de criar instituições religiosas, nomear os bispos e administrar os bens da igreja pelos territórios descobertos e conquistados. O *Padroado* (em Espanha *Patronato Real*) é anterior aos primeiros esboços do tratado de Tordesilhas, anterior mesmo ao tratado de paz de Alcáçovas (assinado em 1497 no Paço dos Henriques, em Viana do Alentejo) quando os soberanos ibéricos, convencidos enfim da impossibilidade de controlar o comércio das Índias por via terrestre, se entenderam e fixaram os limites das respetivas áreas de intervenção atlântica; a primeira versão do *Padroado* português data de 1456, quando o papa Calisto III (o espanhol Afonso Borja), pela bula *Etsi Cuncti*, ratificou as decisões dos seus predecessores Nicolau V (bula *Romanus Pontifex* de 1455) e Eugénio IV (bula *Rex Regum* de 1436) que regulamentavam a atividade comercial e religiosa pela costa africana. O *Padroado* data pois do tempo do infante D. Henrique quando os seus navegantes, dobrado o Bojador e alcançado o Cabo Verde, chegavam com novas, maiores e melhores embarcações, as caravelas, à Serra Leoa e ao golfo da Guiné, trocando cavalos por escravos. A tecnologia da navegação deu um salto de gigante.



Ribeira Grande, Cabo Verde, onde se ergueu a primeira igreja cristã dos trópicos

Por esses anos e até ao início do século XVI, ainda pensavam os eruditos, apoiados no conhecido mapa-mundi de Fra Mauro (1459) e nos relatos de Luís (Alvise) Cadamosto, que os grandes rios que desaguavam no Atlântico, como o Senegal, o Gâmbia e o Níger, comunicavam com o

Nilo, permitindo o acesso ao coração do mundo islâmico, um território considerado então como parte da *Índia*; por esses rios infestados de criaturas monstruosas (*Esmeraldo*, livro I, cap. 27, par. 115 e 116) penetraria a nova *cruzada* dos cristãos latinos, ao encontro do *reino do Preste João*, situado algures pelas *Etiópias*. Toda a África abaixo do Sahara e parte da Ásia de então, incluindo a Pérsia e a Índia, entravam na denominação genérica de *Etiópias* e acreditava-se que por tão vasto espaço se encontrariam, isoladas, antiquíssimas comunidades cristãs. A primeira igreja cristã dos trópicos pela rota portuguesa da África atlântica, foi uma ermida perto do mar e dedicada a Nossa Senhora da Conceição, erguida em 1470 na Ribeira Grande, ilha de Santiago, arquipélago de Cabo Verde, visitado por Cadamosto e colonizado pelos portugueses a partir de 1460, reinava D. Afonso V. A expansão portuguesa progredia lenta mas seguramente.



Nau portuguesa do séc. XVI em Antuérpia, gravura flamenga da época, de F. H. Bruegel. No mastro de proa ostenta estandarte da cruz de Borgonha, no principal içã a bandeira portuguesa com a esfera armilar e no mastro de mezena a bandeira da cidade do Porto.

O tratado de Tordesilhas (Junho de 1494), fixando a fronteira ocidental dos domínios a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, foi ratificado pelo papa

Alexandre VI (também espanhol, Rodrigo Borja, sobrinho de Calisto III) ainda antes de ser assinado pelos delegados dos soberanos e levaria algum tempo a acertar nos detalhes quanto ao meridiano de demarcação oriental (retificado pela última vez em Saragoça em 1529, reinavam Carlos V e D. João III). O documento, posterior à primeira viagem de Colombo, projetara os dois países ibéricos para a aventura comercial e militar da expansão, apesar do pouco respeito que mereceu por parte dos demais soberanos europeus: o rei de França (Françóis I) escarnecia perguntando pela cláusula do testamento de Adão que justificaria tão arbitrária partilha do mundo e denunciava a promiscuidade genética das coroas ibéricas. Quatro anos depois do acordo, os portugueses abordaram energicamente o território indiano, alcançando a partir daí o oriente mais distante; a empreitada militar e comercial deu rápidos resultados e o rei D. Manuel manifestou o seu reconhecimento e empenho na causa da cruzada através de duas vistosas embaixadas, para agradecer o apoio institucional da igreja: a primeira, recebida pelo papa Júlio II em 1506, foi conduzida pelo arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa; a segunda, comandada por Tristão da Cunha, era ainda mais impressionante, riquíssima em pedras preciosas e presentes exóticos (cavalos persas, leopardos, panteras adestradas e um elefante), foi recebida com entusiasmo pelo papa Leão X em Março de 1514. Em Junho desse ano o papa criava a nova diocese no Funchal, da qual ficaram a depender todos os religiosos espalhados pelos três continentes até então alcançados pela expansão colonial (a primeira diocese do *Novo Mundo* espanhol foi a de Santo Domingo, criada em 1504). Os reis ibéricos faziam chegar regularmente a Roma embaixadas onde figuravam autóctones do *Novo Mundo* e das nações orientais, para exibirem os novos aderentes à doutrina cristã e fazerem publicidade da ação apostólica que promoviam e orientavam. O espetáculo exótico destinava-se a provocar euforia e curiosidade pelas terras e gentes até então desconhecidas, enquanto os primeiros três bispos da nova diocese nem sequer lá residiram durante quarenta anos. No oriente, Afonso de Albuquerque lançava por sua conta e risco as bases de um império político e comercial, propondo ao rei uma nova estratégia colonial, que os conselheiros do paço não aprovavam; partilhando as ideias imperialistas e messiânicas do rei D. Manuel, Albuquerque visava a conquista de Meca e até a exumação do corpo do Profeta para o transladar de Medina para Lisboa como repre-

sália. Morreu em Dezembro de 1515 desacreditado, exausto e humilhado, vítima de intrigas cortesãs e de concorrentes com ambições mais voltadas para a ganância do que para a cruzada. Nem tudo eram sucessos para o rei Venturoso que ao mesmo tempo quis consolidar a presença portuguesa em África e perdeu mais de metade da armada, soldados e colonos, cerca de quatro mil homens enviados para ocupar Mamora (na foz do rio Cebu) e Anafé (hoje Casablanca).

Da diocese do Funchal desmembraram-se novas dioceses em 1533: Açores, Cabo Verde, São Tomé e a primeira diocese portuguesa do oriente, Goa, novos focos de irradiação dos valores religiosos e morais que caracterizavam a civilização europeia. Em 1551 o papa Júlio III criava a primeira diocese portuguesa no Brasil, São Salvador da Bahia e ratificava mais uma vez o *Padroado* a pedido de D. João III, agregando-o à Ordem de Cristo, criada por D. Dinis e aprovada pelo papa João XXII em 1319. A ordem foi então agregada em definitivo à coroa portuguesa. (Entretanto já tinham sido criadas vinte e duas dioceses na América espanhola)

A governação do domínio oriental passara progressivamente de Cochim para Goa, território conquistado e reconquistado por Albuquerque no ano de 1510. Governava então (em 1530) D. Nuno da Cunha, filho do Tristão da Cunha que comandara a embaixada ao papa em 1513/14. O seu governo foi o mais longo de toda a história da presença portuguesa no oriente (1528-1538); pelo poder de fogo das armadas e a temerária ousadia comercial, os portugueses assentaram arraiais desde Sofala, na costa de Moçambique, até à China e ao Japão, incluindo uma fatia considerável dos arquipélagos do oceano Pacífico. A conquista de Meca e o controle do Mar Vermelho, inviáveis, deixaram de ser prioridades, mas a alternativa fixada por Albuquerque concretizava-se. Os religiosos acompanharam os militares e os comerciantes desde o início, primeiro os franciscanos e os carmelitas, logo os agostinhos, jesuítas e oratorianos, entusiasmados pelo exemplo do cofundador da Companhia de Jesus, Francisco de Xavier, chegado a Goa com mais dois companheiros na comitiva do governador Martim Afonso de Sousa, em Maio de 1542; o missionário passaria para a história do cristianismo como *o Apóstolo do Oriente*, tendo percorrido todo o espaço de Goa até ao Japão em viagens exploratórias que permitiram desenhar uma estratégia missionária eficiente e duradoura. Numa primeira viagem, em 1534, o comandante militar levava como médico pessoal

um filho de cristãos novos já famoso no reino, chamado Garcia da Orta, que se instalou como médico em Goa, onde conviveu com Luís de Camões e onde viria a falecer em 1568. Devemos-lhe uma grande obra científica publicada em Goa em 1563, *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* – o primeiro olhar crítico de um médico ocidental sobre as tradições curativas do oriente.



Espaço da atuação militar de Afonso de Albuquerque durante a segunda estadia no oriente

A chegada dos portugueses ao oceano Índico proporcionou desde os primeiros encontros um intercâmbio sustentado de conhecimentos. Ultrapassado o impacto inicial da desconfiança e a demonstração de força necessária para garantir a abertura e o controlo do trato comercial, o que foi facilitado pela superioridade bélica dos portugueses e pela manta de retalhos dos frágeis poderes instituídos ao longo das costas da Índia, os forasteiros de imediato se interessaram por outras experiências, procurando antigas comunidades cristãs isoladas e gente erudita com quem partilhar conhecimentos. No regresso da primeira viagem à Índia, entre a meia centena de navegantes que desembarcaram em Lisboa são e salvos, vinha um piloto e comerciante muçulmano do norte de África, culto e viajado, originário de Tunes, chamado Monçaide, que usava com maestria um instrumento mais eficaz do que o astrolábio para calcular as latitudes,

a balestilha. Vinha também Gaspar da Gama (ou das Índias), um judeu askenazi de origem polaca que serviria de intérprete na viagem de Cabral e nas seguintes, prestando inestimáveis serviços aos pioneiros da aventura oriental. Na viagem de Cabral os pilotos testaram a eficácia de outro instrumento de medida de alturas trazido por Vasco da Gama, o *kamal*, com as respectivas *tabelas dos mouros* ou *tabuletas da Índia*. Os navegantes dos mares orientais já contavam com o apoio de cartógrafos e de pilotos experientes, conheciam com rigor os regimes das correntes e dos ventos e as rotas comerciais que cruzavam o Índico e o Pacífico ao ritmo das monções. Mercadores muçulmanos e judeus, de origem ibérica e norte africana, já frequentavam há mais de cinco séculos as terras do oriente agora abordadas pelos novos forasteiros. Eles constituíam os principais obstáculos às pretensões comerciais dos portugueses, mas eram os mais indicados para partilhar com os recém-chegados a experiência acumulada. Os muçulmanos foram os primeiros a receber amigavelmente os homens de Gama. Os poucos cristãos encontrados por lá, pertenciam às classes mais pobres, de Melinde e Socotorá até Cranganor, Couão e Meliapor; o império fabuloso do Preste João, a alimentar utopias durante séculos, era terra pobre e herética, encurralada entre poderosas comunidades islâmicas da África oriental. A Terra Santa estava longe, mas a ideologia imperial e messiânica guiava os destinos de todas as empreitadas.

O reconhecimento e a exploração da costa ocidental africana, de Ceuta ao Cabo, custou setenta e três anos de esforços; a presença dominadora de Portugal no Índico e Pacífico impôs-se em menos de trinta. Logo entre 1502 e 1505 as armadas de naus que demandavam a Índia eram impressionantes, com vinte a trinta navios; um total de oitenta e um navios zarparam nos primeiros cinco anos. Sete anos depois da primeira abordagem, uma armada de vinte e oito navios transportava um vice-rei, que montou corte em Cochim. O domínio português durou pouco mais de um século, se bem que as consequências deste ousado e temerário feito se estenderam por mais de três séculos. Foi o resultado de uma estratégia deliberadamente construída a partir de objetivos previamente definidos: o primeiro desses objetivos era o do cerco ao domínio comercial dos muçulmanos e a destruição do Islão que, após a queda de Constantinopla em 1453, confinava a Europa num espaço comercial demasiado restrito. As bulas dos papas Nicolau V e de Calisto III foram emitidas logo nos anos seguintes à queda

de Constantinopla (1453) e, por todo o espaço que os portugueses dominavam ao longo da costa africana, o inimigo, o concorrente e o parceiro comercial, eram sempre o mesmo muçulmano. O projeto do rei D. Manuel e de Afonso de Albuquerque de controlar o Mar Vermelho para fechar por completo as rotas marítimas muçulmanas não se realizou, assim como não havia meios para concretizar a sedutora sugestão do Négus etíope: desviar o curso do rio Nilo a fim de arrasar o poderio do sultão mameluco do Cairo e cumprir a profecia de Ezequiel – *reduzirei os canais do Nilo a um deserto...* (Ez., 30, 12). A longa e perigosa rota do Cabo servia os objetivos a alcançar e permitia chegar até às comunidades cristãs mais isoladas, cruzando o Índico. O poder religioso em Roma confiava na guerra de cruzada dos portugueses e na estratégia de expansão marítima para travar o Islão e a supremacia do comércio dos *infieis*, por isso os papas apoiavam sem reservas as iniciativas portuguesas, primeiro através dos privilégios concedidos à Ordem de Cristo e, depois da anexação da Ordem à coroa, diretamente através dos soberanos. O mito da origem divina do reino, do próprio Cristo dirigindo-se ao primeiro rei de Portugal na véspera de uma fabulosa batalha, era tema divulgado pelo menos desde a *Crónica de Portugal de 1419*, retomado em 1451 (na *Segunda Chronica Breve de Santa Cruz de Coimbra*) e foi restaurado na *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita em 1505 a pedido do rei D. Manuel por Duarte Galvão, companheiro e amigo de Albuquerque. O tema dominava as mentes cultas, inspirava o povo e os rumos das navegações; a utopia de um Império mundial cristão e português instalou-se como ideologia oficial do reino. E a mesma cruz avistada pelo imperador Constantino na batalha de Ponte Mílvia no ano de 312, que visitara D. Afonso Henriques em Ourique em 1139, reapareceria milagrosamente no Índico, guiando as naus e as investidas temerárias de Albuquerque! A euforia profética tomava conta do reino à deriva. *Maktub!*

O segundo objetivo consistia em criar um novo espaço político e comercial na Europa, baseado na hegemonia dos soberanos fiéis a Roma, para o que era necessário garantir a estes o acesso privilegiado às fontes de riqueza disponíveis. Este objetivo só foi possível graças à combinação das áreas do saber e da experiência: a cosmografia e o contorno do continente africano. Ambas exigiam conhecimentos teóricos e aplicações técnicas. As bases teóricas estavam há muito codificadas em tratados de

astronomia que o poder de Roma olhava com suspeição, pois contrariavam os textos da Bíblia; a igreja condenava as novas teorias científicas mas permitia que os princípios fossem aplicados na prática para garantir o sucesso das navegações longínquas, porque *navegar é preciso*. Foi necessário esperar até 1488 para que se concretizassem as esperanças: Bartolomeu Dias achou o limite do continente africano, onde se juntavam os oceanos Atlântico e Índico, enquanto Pêro (ou João Peres) da Covilhã terminava o périplo por via terrestre até à Índia e de seguida à Etiópia, para espionar o território cobiçado, onde se imaginava existirem cristãos, no fabuloso reino de um Preste João. Sem a viagem exploratória dos peregrinos Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva (este faleceu pelo caminho vítima da peste) e as preciosas informações que Pêro e outros espões fizeram chegar a D. João II, a viagem de Gama não teria acontecido. Um navegador atrevido e experiente conhecido como Cristóvão Colombo propôs ao rei português abordar as terras de Cataio (China) e Cipango (Japão) navegando para oeste, em conformidade com a geografia do planisfério de Paolo Toscanelli (1474) e a do globo terrestre (*Erdapfel, a maçã do mundo*) que um explorador e companheiro de Diogo Cão, Martin Behaim, tinha exposto em Nuremberga (1491), mas o rei, que ignorava como os demais soberanos a existência do continente americano, considerou que essa rota se baseava em intuições aleatórias e estimativas pouco seguras. Por isso apostou na outra há muito procurada e explorada pelos navegantes portugueses a custos elevados para a coroa, a que contornava o continente africano. Depois da caminhada dos peregrinos e da proeza marítima de Bartolomeu Dias, foram necessários mais dez anos de preparativos e de ponderação para concretizar a primeira expedição exploratória até à Índia pela rota oceânica.

Pêro da Covilhã nunca mais regressou a Portugal, ficando por terras africanas ao serviço dos soberanos etíopes que o acolheram (ou sequestraram) com curiosidade e simpatia; os portugueses retomariam contacto com a Etiópia a partir de 1505 e o *reino do Preste João* abriu-se aos valores ocidentais e latinos, incrementados graças à ajuda militar dos portugueses na luta contra os reinos rivais. O primeiro embaixador etíope, um polémico mercador conhecido pelo nome de Mateus, chegou a Lisboa em Fevereiro de 1514 e o cronista Duarte Galvão, o grande promotor da ideia do destino messiânico do reino, da versão quinhentista do V^o Império, morreu

em Dezembro de 1517 a caminho da Etiópia, como embaixador de D. Manuel. Os primeiros missionários chegaram em Abril de 1520 (com o padre Francisco Álvares e o novo embaixador), ainda em vida de Pêro da Covilhã e os jesuítas chegaram em 1557, conseguindo durante cerca de cem anos (quanto durou o frágil *Patriarcado da Etiópia*) uma adesão considerável dos cristãos etíopes, cerca de quatrocentos mil, à igreja católica romana.



O milagre de Ourique, pintura de frei Manuel dos Reis, século XVII

Outra foi porém a história da fantástica e rápida expansão do comércio português a partir da Índia: desde as primeiras viagens que surgiu a ambição de alcançar mercados mais distantes, os da Malásia, China e Japão, de terras até então conhecidas como Cataio e Cipango. Os portugueses não tardaram a desembarcar em Ceilão, a ilha mais cobiçada do oriente (a Taprobana dos antigos). Em 1509 Diogo Lopes de Siqueira desembarcou na ilha de Samatra e criou os primeiros contatos comerciais que duraram noventa anos, até 1599. Avançando pelo arquipélago de

Sonda chegaram a Timor em 1512, garantindo o negócio das madeiras exóticas que os chineses já dominavam séculos antes através de Malaca, em especial o do sândalo, madeira de decoração, estatuária e perfumaria. Pelos mesmos anos os portugueses abordaram a China nas proximidades de Macau, alcançaram a Austrália e visitaram outras ilhas do Pacífico, em ousadas e arriscadas viagens exploratórias. Em 1520 ergueram fortaleza de pedra em Solor.

O sucesso militar e comercial foi o suporte da expansão cultural, em especial da difusão do cristianismo que arrastou para o oriente novos conceitos, desde os valores familiares e os relativos à interação do indivíduo com a sociedade, ao vestuário e à alimentação, à justiça e aos direitos humanos, às regras sanitárias e higiénicas, até aos poderes necessários para garantir a segurança e o sucesso dos mercadores, desde a construção naval e a navegação às artes da guerra, enfim à língua, à produção de bens de consumo, às técnicas de construção e planos urbanísticos. Os valores ocidentais e latinos encontravam-se e confrontavam-se com outros valores de culturas antiquíssimas e a religião cristã enfrentava os cultos de outras religiões profundamente enraizadas no tempo e nas mentalidades: um encontro excitante de civilizações.

O destino escolhido para a primeira abordagem à Índia foi o porto de Calicute, o mais importante da costa do Malabar (hoje serve uma cidade de um milhão de habitantes no estado de Kerala) e a primeira sede administrativa dos negócios orientais dos portugueses foi a cidade de Cochim, então o maior centro de comércio das especiarias, onde se instalou o primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida em 1505, mas a capital do espaço português no oriente, (a denominada *Índia Portuguesa* que incluía os territórios que se estendiam de Moçambique ao Japão) instalou-se a partir de 1530 na cidade de Goa, ponto de encontro de civilizações (hindu, muçulmana e cristã), onde se decidiam no século XVI as estratégias do comércio, da guerra e da religião; terá chegado aos duzentos mil habitantes, era então a maior cidade da Índia, uma capital comercial, cultural e religiosa à medida do sonho de Albuquerque. O Hospital Real, por ele fundado, foi a primeira instituição de assistência social no oriente e o colégio de Santa Fé, edificado a partir de 1541 por padres seculares e depois confiado aos jesuítas, foi o primeiro grande foco da cultura ocidental e latina. Mas a cidade tão rapidamente cresceu como definhou e no

século XVII já era apenas uma sombra do tempo da grandeza: má qualidade e corrupção dos administradores, intolerância religiosa (a Inquisição chegou em 1560), imigração descontrolada de criminosos e degredados, falta de planeamento urbano, epidemias e ocupações reduziram rapidamente a *Goa Dourada*, a *Roma do Oriente*, a uma decadente cidade de província, recheada de ruínas. Em 1655, num célebre sermão de sexta-feira santa pregado na igreja da Misericórdia de Lisboa, o padre António Vieira denunciava: *Encomendou el-rei D. João, o Terceiro, a S. Francisco Xavier o informasse do estado da Índia por via de seu companheiro, que era mestre do príncipe* (o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, mestre de D. João Manuel, e mais tarde do seu filho D. Sebastião): *e o que o santo escreveu de lá, sem nomear ofícios nem pessoas, foi que o verbo "rapio" na Índia se conjugava por todos os modos.* (Sermão do Bom Ladrão). À data da morte de D. João III (1557), a coroa estava falida e a conquista da Terra Santa já não constava dos planos militares. O califa otomano Solimão o Magnífico faleceu em 1566 deixando o império no auge do sucesso. Tinha reconstruído a cidade santa de Jerusalém – como no tempo de Herodes –, a grande empreitada da sua vida.

Goa fora conquistada e reconquistada em 1510 por Afonso de Albuquerque. O capitão-mor e governador da Índia impôs e consolidou pela força o domínio português desde a ilha de Socotorá na saída do mar Vermelho, desde as cidades de Mascate e Ormuz no golfo Pérsico (em 1507), até Malaca, porta de passagem obrigatória e estratégica para o oceano Pacífico, uma cidade cosmopolita de 120.000 habitantes e que ficou nas mãos dos portugueses em Julho de 1511. Ormuz era uma cidade de 50.000 habitantes, a conquista mais próxima da Terra Santa. Perdida e recuperada, foi durante a reconstrução da fortaleza que Albuquerque contraiu a doença que o vitimou (1515). Numa ilha rochosa e árida, era praça estratégica para alcançar Meca, a cidade santa dos muçulmanos e assegurar o controlo total do comércio do golfo Pérsico. Tornou-se uma importante feitoria, tinha hospital, igreja e uma guarnição de quinhentos soldados: *a pérola no anel do mundo*, dizia o padre António Vieira. A tarefa revelou-se demasiado ambiciosa para os meios disponíveis e o governante, feroso e implacável, que não conseguiu o apoio necessário dos demais oficiais para os planos messiânicos que partilhava com o soberano, dirigira entretanto as investidas contra outros objetivos quando

falhou a conquista de Adém (1513). Foi no mar que os portugueses impuseram o principal domínio, graças ao poderio das frotas e a investidas temerárias, obrigando todas as embarcações comerciais do oceano Índico a sujeitarem-se ao controle e às licenças (os *cartazes*) emitidas pelos governadores e capitães das fortalezas. Por outras cidades da Índia e em seguida pelo espaço das conquistas que de Malaca se estenderam pelo levante até à China e ao Japão, os missionários entregaram-se à tarefa de construir igrejas, hospitais e colégios, outros tantos focos de irradiação da cultura ocidental e latina. Confrarias religiosas e civis fundaram Misericórdias, uma criação tipicamente portuguesa que se difundiu por todo o oriente; contavam-se mais de trinta no final do século XVII. Já ao longo do século XVI se editaram dicionários, gramáticas e obras de divulgação religiosa e moral em sânscrito, tâmil, concani, chinês e japonês, impressas em tipografias que se instalaram a partir de 1553 em Goa e Cochim, logo de seguida em Macau e Nagasáki. Os poderes civis, militares e religiosos mantinham uma colaboração estreita e comprometida para garantir o sucesso das respetivas empreitadas. Uns e outros estavam conscientes da vulnerabilidade por serem minoritários e emigrantes: o espaço de intervenção comercial limitava-se a pequenos pedaços de orla marítima e insular distantes uns dos outros, onde o mérito e o reconhecimento do valor dos intervenientes dependiam de muitos fatores, por vezes perturbados pela intriga e a malvadez dos concorrentes. No continente indiano um novo poder impunha-se a partir de 1520, uma emergente força política e militar de obediência islâmica sunita, consolidando o domínio territorial do (atual) Paquistão até ao Bangladeche; o império do Grão Mogol duraria desde então até à colonização britânica, iniciada em meados do século XVIII através da Companhia Britânica das Índias Orientais. Solimão o Magnífico impunha a supremacia islâmica Otomana em metade da Europa. As forças em competição eram desproporcionais.

Um dos capitães da fortaleza de Malaca foi Duarte Coelho Pereira, descendente bastardo do toscano Gonçalo Coelho – um dos capitães a quem o rei D. Manuel confiara o levantamento topográfico da costa brasileira entre 1501 e 1503, na companhia de Américo Vespucci. Ele chegou ao oriente antes de 1510, foi embaixador, companheiro de Tomé Pires, o primeiro português a abordar a Cochinchina (em 1523) e durante duas décadas deu provas de excelentes qualidades como militar e governante.

Acompanhava Jorge Álvares nas primeiras incursões exploratórias por terras chinesas quando este faleceu em 1521 e deu-lhe sepultura junto ao padrão que o mesmo tinha levantado num refúgio clandestino da ilha de Tamão. Regressou a Portugal pelos anos de 1530, prestou serviços diplomáticos em França e comandou frotas no Atlântico. Duarte Coelho Pereira foi o donatário da capitania de Pernambuco (em 1534, a *Nova Lusitânia*), a capitania que teve maior sucesso em todo o Brasil. Acumulara no Oriente uma considerável fortuna e casara aos 50 anos com uma jovem sobrinha do grande Afonso, Brites de Albuquerque. Ainda estão de pé as ruínas da igreja de São Paulo, por ele edificada em 1512 e onde foi sepultado provisoriamente São Francisco Xavier em Fevereiro de 1553. Outro dos escolhidos para donatário de duas capitanias foi o cronista João de Barros, um dos homens mais cultos e respeitados do reino, que nunca tomou posse delas, apesar de ter gasto toda a fortuna e ter perdido dois dos seus dez filhos em tentativas frustradas de colonização. Outros donatários de capitanias tinham sido militares e administradores no oriente: Vasco Fernandes Coutinho esteve em Goa e Malaca com Afonso de Albuquerque, recebeu a capitania do Espírito Santo e lá gastou sem sucesso toda a sua fortuna; Francisco Pereira Coutinho, homem rígido e severo por terras africanas e indianas – *o rusticão* – perdeu tragicamente a vida na capitania que lhe coube em prémio, a da Bahia. Alguns capitães do oriente, como Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pêro nunca chegaram a tomar posse de pedaços do Brasil. As capitanias da colónia brasileira foram uma nova versão da *lei das sesmarias* criada pelo rei D. Fernando em 1375 para resolver a crise alimentar provocada pelo despovoamento; as terras eram distribuídas por quem as colonizasse, sem custos para a coroa.

O oriente não seduzia pelo espaço a colonizar, mas pelo comércio. Os comerciantes portugueses alcançaram o Japão (Marco Polo não o visitou mas teve notícias e divulgou-o com o nome de Cipango) ao longo do ano de 1543 e os pioneiros terão sido Fernão Mendes Pinto na companhia de Cristóvão Borralho e Diogo Zeimoto que desembarcaram, em risco de naufrágio e sem autorização nem conhecimento do governador Martim Afonso de Sousa, numa das ilhas do arquipélago de Osumi, a de Tanegashima. A introdução da arma de fogo (o bacamarte) foi a primeira grande novidade técnica vinda do ocidente que modificou por completo a arte e o

poder militar num país então fragilizado, sem poder central, governado por *dáimios* e *samurais*, senhores da guerra ao jeito do feudalismo europeu medieval. Comemora-se anualmente na ilha, com o *Festival da Espingarda*, esse primeiro encontro com os portugueses. A partir de 1547 os mercadores japoneses visitavam Malaca e no ano seguinte frequentavam Goa levando com eles, de regresso ao Japão, as primeiras novidades sobre o modo de vida dos forasteiros latinos. Os primeiros jesuítas chegaram e instalaram-se na cidade de Kagoshima no mesmo ano em que os seus companheiros chegaram ao Brasil, em 1549. O comércio com os *nanban jin*, os *bárbaros do sul*, desenvolveu-se em menos de uma década, graças ao apoio estratégico de Macau e manteve-se por largos anos monopólio dos portugueses. Em 1581 um cartógrafo português, talvez o jesuíta Inácio Moreira, desenhava a primeira carta geográfica do Japão. O jesuíta Luís Fróis (1532-1597), nascido em Lisboa e chegado ao Japão em 1562, escreveu a primeira *História do Japão* (1595). Porém, a presença dos europeus em terras tão distantes e no meio de culturas tão diferentes sempre foi precária e recheada de imprevistos.

A fixação dos portugueses em algumas partes do continente asiático foi difícil: os espaços então sob controlo do Grão Mogol indiano (atual Paquistão, Índia continental e Bangladeche) assim como a China, resistiram à presença dos novos forasteiros apesar das tentativas que se estenderam e falharam por mais de quarenta anos. O imperador mogol só permitiu o comércio com os portugueses a partir de 1537 e a criação de feitorias permanentes em Bengala a partir de 1577; em 1580 o imperador Akbar, tolerante e afável, pediu para se encontrar pessoalmente com os padres jesuítas do padroado português (de Goa) na nova e monumental cidade de Fathepur Sikri (entretanto abandonada e atualmente património da humanidade), nas proximidades da atual cidade de Agra, a norte da Índia. Porém, nada de relevante terá resultado deste encontro para a expansão das ideias ocidentais e latinas.

Passaram muitos anos até se conseguir um acordo duradouro com as autoridades da China. O navegador Jorge Álvares foi pioneiro: partiu de Malaca em 1513 às ordens do capitão-mor Jorge de Albuquerque e deixou um padrão clandestino em Tamão, hoje Lingding, no estuário do rio das Pérolas, sem mais consequências; Tomé Pires, naturalista e boticário real enviado como embaixador por Lopo Soares de Albergaria, não

teve sucesso e foi preso logo no início da missão em 1516 (faleceu em território chinês em 1527). A China desconfiava das intenções dos *bárbaros ocidentais* que somente com subornos se fixavam esporadicamente em pequenos portos. Francisco Xavier faleceu em 1552 na ilha de Sanchoão, a caminho de Cantão, exausto após mais uma tentativa frustrada, acompanhado pelo embaixador Diogo Pereira. O primeiro acordo com os chineses aconteceu em 1554, por um capitão-mor chamado Leonel de Sousa e finalmente em 1557 foi assinado um tratado que garantia uma espécie de arrendamento de espaço no delta do rio das Pérolas, nas proximidades de Cantão (Guangzhou), reinava Jiajing, 12^o imperador da dinastia Ming. Logo um arrojado dominicano, frei Gaspar da Cruz, vindo de Goa e Malaca, se dedicou à divulgação do cristianismo (deixou-nos um texto delicioso, o *Tratado das Coisas da China*, escrito em 1569, depois de regressar a Portugal). Não tardaram a chegar os franciscanos, que deixaram pelo extremo oriente marcas duradouras da sua passagem. Paulo da Trindade (1570-1651) e Jacinto de Deus (1612-1681), franciscanos naturais de Macau, escreveram obras importantes sobre a história do cristianismo no oriente (*Conquista Espiritual do Oriente* e *Descrição do Império da China*). Os jesuítas chegaram em 1563 e a cidade, que contava então 5.000 residentes dos quais 600 eram portugueses (ou 900, segundo o padre Francisco de Sousa), foi elevada a sede de um bispado em 1575. O primeiro hospital público, o Hospital dos Pobres, uma leprosaria e a Santa Casa da Misericórdia foram obras dos jesuítas a partir de 1569. O colégio de São Paulo, dos jesuítas a partir de 1594, tornou-se rapidamente uma instituição de ensino superior donde irradiou a cultura ocidental e latina por terras do império chinês. Durante os 168 anos de atividade do colégio (até à expulsão pelo marquês de Pombal em 1762), lá se formaram 665 padres e irmãos jesuítas. Em 1600 os portugueses criaram um entreposto comercial na ilha de Taiwan, a que chamaram Formosa, perdido para os espanhóis em 1642, que logo o deixaram aos holandeses, expulsos pelos chineses em 1661. Macau foi um caso único de sucesso político, cultural e comercial duradouro; no primeiro quartel do século XVII o pequeno território possuía a mais sofisticada fundição de canhões de todo o oriente, superior às de Cochim e de Goa, a de Manuel Tavares Bocarro – que hoje enriquece o espólio de museus militares do mundo inteiro.



Igreja de São Lázaro, em Macau, erguida a partir do ano da ocupação do território, 1557

A China sempre foi um espaço interdito aos estrangeiros, os chineses consideravam-se o centro do mundo (*o país do meio*) e desprezavam os forasteiros, essas criaturas estranhas com hábitos de vestuário e de alimentação bárbaros e grotescos. No tempo dos imperadores Yongle e Xuande da dinastia Ming (1403-1435) eles empreenderam sete grandes expedições marítimas comandadas pelo almirante Zhen He, um eunuco muçulmano, pelos oceanos Pacífico e Índico, parece que uma delas levava trinta mil homens em sessenta e dois navios, mas não tiveram continuidade. Há quem defenda que teriam alcançado o sul do continente americano, mas a China continuou fechada sobre ela mesma, no centro do mundo, perseguindo e punindo severamente os intrusos. Até ao século XIX, mesmo os chineses instruídos ignoravam o nome dos principais países ocidentais, pelos quais não tinham apreço nem ponta de curiosidade. Com a criação da República Popular da China em 1949 e a revolução cultural

de Mao Tsétung em 1966 é que a grande maioria dos chineses conheceu, mais pela negativa, a existência de outros países, amigos ou inimigos do povo chinês. Muito poucos estrangeiros ao longo do tempo mereceram o apreço e a admiração dos chineses. A presença dos portugueses, pelo seu reduzido número e por uma atuação genericamente discreta, nunca preocupou as autoridades mesmo se, em momentos de alguma tensão (como em Dezembro de 1966) recaíram sobre eles as mesmas depreciações aplicadas aos povos *imperialistas e sanguinários*, inimigos da nação chinesa. Os portugueses ficaram em Macau até 20 de Dezembro de 1999, quando aquele espaço foi devolvido à China após quatrocentos e quarenta e dois anos de convivência pacífica.

O *Império Português do Oriente* foi um projeto ambicioso de D. Manuel, assumido por Albuquerque como uma supremacia militar, mercantil e cultural para sustentar um grande desígnio ideológico e profético. O governador propunha uma massiva miscigenação de portugueses com mulheres indianas (os *casados*, apelação que durou séculos), criando uma classe aculturada que servisse de apoio à empreitada política, uma verdadeira colonização, mas os nobres e eruditos do reino recusavam a ideia de uma raça de mestiços que pudesse ofuscar a dignidade e a qualidade da utópica pureza lusitana – *o peito ilustre lusitano*. A intolerância foi certamente o principal obstáculo ao diálogo e convivência pacífica entre portugueses, hindus e muçulmanos no outro lado do mundo. Albuquerque adoptou uma política de tolerância, criando relações pacíficas com os maiores comerciantes do oriente, mas a atitude conciliadora do governante com os muçulmanos xiitas não foi entendida no reino, antes fortemente contrariada pelas ambições particulares de outros protagonistas. A ideia não vingou; a aventura oriental manteria como modelo um projeto comercial agressivo, onde a ganância não tinha regras nem limites e as empreitadas sucederam-se, por entre tragédias e sucessos. A supremacia militar das frotas permitiu extravagâncias e abusos de poder no mar, deixando as parcas guarnições das praças em situações precárias. A pouca gente portuguesa (no reino contavam-se em 1527 pouco mais de 1.200.000 almas), disseminada pelo vastíssimo espaço da orla marítima oriental, sempre foi uma minoria tão vulnerável quanto arrogante e a intolerância foi dos maiores obstáculos à manutenção do poder. A corrupção, a indisciplina, o enriquecimento ilícito, o nepotismo, o roubo e a

ganância, pirataria, pilhagem, massacres de inocentes e vinganças, uma escravatura desregrada, mas sobretudo o fanatismo, ultrapassaram todos os limites e transformaram a epopeia num pesadelo, a cruzada em corso, os heróis em bandidos. O tribunal da Inquisição de Goa condenou à fogueira a irmã de Garcia da Orta em 1569, no ano após a morte do médico e mandou exumar os restos mortais dele que se encontravam sepultados na sé de Goa, para os queimar num aparatoso auto-da-fé em 1580. Os recursos humanos eram demasiado exíguos, fracos e sem virtude para manter honradamente um tão vasto império. O recurso à violência e ao espetáculo do terror piorou os resultados. Estas tristes exposições ocidentais e latinas de poder foram a imagem mais negativa de toda a presença portuguesa no oriente. D. João III abandonara quase todas as praças de África para acudir às necessidades de investimento num comércio mais rentável, mas a fasquia fora colocada demasiado acima das capacidades e da qualidade dos concorrentes. Em 1549 a feitoria portuguesa na Flandres, fundada em 1445 e transferida de Bruges para Antuérpia em 1499, por onde se escoavam as mercadorias mais valiosas de África e da Índia, fechara as portas. No último quartel do século XVI, quando o comércio português do oriente começou a desmoronar-se, a Espanha estava no auge do seu poder financeiro, com a fartura de ouro e prata que os galeões das Américas descarregavam em Sevilha (foram 340 toneladas de prata entre 1580 e 1600). Porém, outras potências europeias emergentes cobijavam os recursos da Península Ibérica arrogante, unificada pela mesma coroa desde 1580. No final do século XVI concediam-se em Goa e em Macau graus académicos em artes, direito e teologia, medicina e cosmografia. Imprimiam-se livros em Goa, Cochim, Macau e Nagasaki, o que só aconteceria no Brasil no primeiro quartel do século XIX. O intercâmbio cultural não sustentou a fraqueza militar, política e comercial do regime dos soberanos austro-espanhóis que nunca mais se recuperou. O último rei guerreiro de Portugal, que assumiria o império dos últimos dias e realizaria as profecias, perdera-se numa guerra e nunca mais voltou. A *Invencível Armada* ibérica foi derrotada e destruída em 1588. O domínio dos oceanos mudou definitivamente de bandeira e a Península Ibérica passou da cena para a plateia da história do planeta. Reinava em Inglaterra Isabel I, filha de Henrique VIII e de Ana Bolena, um reinado de quase cinquenta anos que consumou a ruptura definitiva com a autoridade

da igreja de Roma. A sempre virgem rainha herege sobreviveu cinco anos ao seu inimigo de estimação e faleceu em 1603. O almirante de todas as vitórias navais que causaram o pesadelo do soberano espanhol, sir Francis Drake, deixara o palco em 1596. Nunca mais os poderes ibéricos voltariam a se exibir como dantes. Na Holanda construía-se fragatas de guerra com um poder de fogo de quarenta canhões.



Holandeses e ingleses tornaram-se, no início do século XVII os grandes senhores dos oceanos

Com a crescente intervenção comercial das companhias de comércio dos Países Baixos e de Inglaterra, apoiadas em capitais generosos e em frotas de dimensão e qualidade jamais vistas até então, a partilha do mundo traçada em Tordesilhas deixou de ter qualquer relevância prática e o poder marítimo, garantia do poder político e comercial, mudou irremediavelmente de mãos. No final do século XVII a Inglaterra assumiu até ao século XX o controle dos oceanos.



A divisa do infante D. Henrique, *Talent de Bien Faire*, figurava, na Crónica da Guiné, sobre um fundo de duas pirâmides brancas e um contorno de folhas e bolotas de carrasqueira

O projeto estratégico do infante D. Henrique, assumido por toda a dinastia de Avis, consistia em combater o Islão e restaurar a soberania cristã e latina sobre a Terra Santa. D. Afonso V mandou cunhar moeda, o *cruzado de ouro fino*, valendo 325 réis, para pagar a cruzada contra os Turcos lançada pelo papa Pio II (*Esmeraldo*, livro II, prólogo, cap. 147). O inconstante D. Manuel e o visionário Albuquerque foram as personagens que mais claramente insistiram em retomar esta cruzada e torná-la uma realidade. O mundo islâmico era demasiado grande e poderoso para ser desafiado pelos portugueses, mas uma estratégia inteligente e ambiciosa poderia enfraquecer uma parte desse mundo para derrubar a hegemonia do sultão mameluco do Cairo, já afetada pelos emergentes rivais turco e persa, e permitir recuperar os lugares sagrados. Albuquerque enviou embaixadores ao jovem e promissor Xá Ismail I da Pérsia, um soberano xiita, propondo alianças contra sultões sunitas, enfraquecendo o poder islâmico da região. Como nos tempos de Ourique, algum milagre deveria recompensar a ousadia temerária dos portugueses que se propunham realizar os desígnios do próprio Cristo. Do mesmo modo que por detrás

da divisa do infante (*Talant de Bien Faire*) figuravam (na *Crónica da Guiné*) as pirâmides do Egito como objetivo a alcançar, o título do rei português anunciava já o império: *pela Graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*. O rei assumia-se como o soberano que realizaria na terra um plano divino: *Deus no Céu e ele na Terra (Deo in Celo Tibi Autem in Mundo)*, era a sua divisa. O Brasil não constava então nos desígnios deste império – mereceria apenas duas rimas no enredo d'*Os Lusíadas*. Foi preciso esperar pela versão do V^o Império do padre António Vieira.

Enquanto Albuquerque consolidava pelas armas a presença portuguesa no oriente, o boticário e comerciante bem-sucedido Tomé Pires escrevia um roteiro das costas orientais, do Mar Vermelho à China (Cantão), a *Suma Oriental* (Soma Horientall). Baseado em informações recolhidas pelo autor, é um verdadeiro compêndio geográfico, antropológico e comercial do mundo oriental, onde o sucesso rápido dos portugueses criara então um ambiente de euforia. Após tão oportuno documento sobre a importância do comércio oriental, o autor foi destacado como embaixador na China, onde foi preso e faleceu antes de qualquer resultado. A ambição e a ganância eram tão grandes que os governadores e capitães-mores, incapazes de conter as iniciativas temerárias dos seus subalternos, optavam clandestinamente por apoiar e participar em aventuras de corso e pilhagem, fortemente proibidas e reprimidas pelos regulamentos da coroa. Os cronistas das *Décadas* e o próprio Camões nas *Sátiras* proibidas alertaram para as consequências nefastas de tão lamentável desvio ao espírito de cruzada.

A utopia e a estratégia militar de Afonso de Albuquerque, que geriu os interesses portugueses no oriente com a energia e o poder de um príncipe maquiavélico, inspiraram ambições e arrojadas iniciativas comerciais durante mais de um século. Quando holandeses e ingleses, no primeiro quartel de seiscentos, com as suas companhias de comércio das Índias Orientais, se apoderaram dos espaços portugueses, o império abandonava a competição. A perda da cidade emblemática e multicultural de Ormuz em Fevereiro de 1626 marcou o fim do domínio português no Índico e o da hegemonia marítima nos demais oceanos. Passados poucos anos, restavam sobras de somenos importância. A coroa francesa nunca investiu em

projetos de descoberta, deixando tais iniciativas aos armadores particulares, mas em 1664 o poderoso e inovador ministro do rei francês Louis XIV, Jean-Baptiste Colbert, decidiu imitar os holandeses e os ingleses criando também uma Companhia das Índias Orientais, para tomar conta, com relativo sucesso, das poucas fatias apetitosas da soberania portuguesa que ainda sobravam.



Sé Catedral de Goa, edificada no mesmo local da primeira ermida dedicada a Santa Catarina e mandada construir por Afonso de Albuquerque após a conquista da praça, em 25 de Novembro de 1510

Passaram de meia centena as possessões, fortalezas e feitorias dispersas pela península Arábica, Índia, Malásia, China e Japão, onde Portugal exercia plena soberania, por vezes sem ostensiva presença militar (mencionadas no *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, de António Bocarro, enviado ao rei Filipe III em 1635). Oliveira Martins precisa: *Em certos pontos, como no Malabar e em Malaca, onde a política de Albuquerque levava à constituição de cidades portuguesas, havia propriamente Governo e Estado: uma colónia, no sentido comum da palavra. Mas tais exemplos eram exceções; a regra era a existência de uma fortaleza dominando uma cidade indígena, cobrando as páreas dos sultões da terra, e abrigando os navios que aí iam*

comerciar. Era um poder frágil e vulnerável que não tinha futuro, concebido para servir apenas de meio para alcançar um fim, mas fazia parte de um plano tão grandioso que implicava o próprio Cristo e a concretização de profecias.

A ideologia era opção de uma seita de fanáticos, qual sociedade secreta empenhada em realizar uma façanha milagrosa num vastíssimo continente e num rosário de arquipélagos onde o comércio era dominado por muçulmanos, onde já se tinham instalado mercadores judeus e os gentios formavam a grande maioria. O chamariz era o comércio: pimenta de Samatra e Malaca, seda da Índia e da China, noz-moscada das ilhas de Banda, sândalo de Timor... e tudo quanto bastasse para obter em Lisboa lucros chorudos. Conquistada Malaca o objetivo passou a ser a China (Cantão, *a chave do reino da China, grande terra e gente, com formosos cavalos e mulas em grande número, mas onde a principal mercadoria era a seda*, no relato de Tomé Pires); da China (Macau, a 30 léguas de Cantão) surgiu um novo desafio, alcançar o comércio do reino fabuloso de Cipango, o Japão de Mendes Pinto e de Xavier, do qual Marco Polo ouvira falar e que Colombo não alcançara. Em menos de cinquenta anos, os missionários assentaram arraiais e organizaram comunidades cristãs pelos portos e feitorias onde os comerciantes se aventuravam com as naus da fortuna. Ergueram-se igrejas, colégios, misericórdias, hospitais...

A dispersão do *império* por pequenos pedaços distantes uns dos outros, vulneráveis às investidas da concorrência e à ganância dos protagonistas e administradores que tanto se dedicavam a cumprir as instruções da coroa como a satisfazer as ambições pessoais, foi a principal causa da derrocada do projeto. As motivações de ordem ideológica não pesavam nos projetos pessoais de juntar fortuna, esses sim justificavam a luta e a guerra. *Apodrecer na rede ou pelejar em Goa*, nos versos de Humberto de Campos escritos já no século XX, definiam o destino de quem procurava um novo rumo para a sua vida. Para os menos atrevidos, o *novo mundo* representava um imenso espaço de liberdade onde não era necessário exibir virtudes. Para os reis da dinastia de Avis, a cruzada não se estendia ao Brasil ali tão perto, onde não havia muçulmanos nem grandes desafios comerciais, uma terra de gentios, quase virgem, que era necessário cultivar, aguardar pelas sementeiras para colher frutos mais tarde. Os indígenas viviam nus, sem exércitos nem edifícios de pedra e cal, desconheciam os metais e a

escrita, era terra de futuro incerto e por isso não constava no cardápio da realeza. O oriente distante e perigoso era o espaço único de todos os sonhos, os da glória, os da riqueza e os da profecia.



Espaço da ação diplomática e expansionista de Afonso de Albuquerque durante o seu governo

O comércio do oriente fez de Lisboa uma das maiores cidades da Europa: 100.000 habitantes em 1550, 250.000 no final do século XVI, (decrecendo para 165.000 em 1619). Durante o reinado de D. Manuel tinham zarpado de Lisboa para a Índia duzentas e trinta e sete naus. A *Rua dos Mercadores* de então era o terreiro de uma verdadeira globalização, mais parecida com uma favela de luxo com gente de toda a Europa, de muitas raças e crenças, no meio de uma euforia provocada pelo exotismo das mercadorias e a ânsia da fortuna. Porém, depois do longo cerco de Goa pelos holandeses (1639), da perda de Malaca (1641) e de Ceilão (1657), da entrega de Negapatão (1658), da cedência de Bombaim aos ingleses como parte do dote do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II (1662), o denominado *Império Português do Oriente* declinou muito rapidamente. No final do primeiro quartel do século XVII pouco

restava também do esforço dos cento e quarenta e dois jesuítas (dos quais setenta e um autóctones), de uma centena de franciscanos e algumas dezenas de dominicanos infiltrados na China e Japão, entusiasmados pelo sucesso comercial dos primeiros investidores e pela empreitada louca de São Francisco Xavier. Depois da expulsão dos últimos padres do Japão, os cristãos resistentes passaram a viver na clandestinidade até 1873. O último bispo efetivo da diocese de Funai, o jesuíta D. Diogo Correia Vicente, faleceu em 1625 e o último nomeado por D. João IV, o jesuíta André Fernandes, nunca chegou a ser confirmado pelo papa nem pisou terras nipónicas; a diocese já tinha sido extinta à data da sua nomeação. Faleceu em Lisboa em 1660. No entanto, depois da ação pioneira dos missionários do *Padroado* nunca mais deixou de haver cristãos em terras japonesas, apesar dos interditos, das perseguições e dos massacres.

O catolicismo, através do qual se divulgou por mais tempo e mais intensamente a cultura ocidental e neolatina, não entrou no oriente com os portugueses: tanto os primeiros franciscanos que acompanharam as viagens de Gama e de Cabral, como Xavier e os jesuítas nas ousadas investidas pela China meio século depois, já lá encontraram cristãos de longa data e tradição. Tinha havido já um *Patriarcado do Oriente* na China, no século XIV (1307-1375), resultado do pioneirismo missionário de franciscanos italianos. Porém, a partir da intervenção dos missionários portugueses, através do *Padroado da Ordem de Cristo*, nunca mais deixou de haver continuidade na presença cristã por todo o oriente. Logo em 1510 havia um bispo, titular de Laodiceia, o dominicano D. Duarte Nunes, nomeado para o espaço do cabo da Boa Esperança até à Índia oriental, que se instalou em Goa em 1520. Quando o poder político se desmoronou, os valores culturais sobreviveram e a igreja católica continuou a sua expansão sem o suporte comercial e militar que de início a protegeu. *Esta é a suavidade da Providência Divina, tantas vezes experimentada nas missões de ambas as Índias, onde sempre entrou e se dilatou a fé levada sobre as asas do interesse*, escrevia Vieira em 1660, na *Relação da Missão de Ibiapaba*. Para o grande pregador, a missão profética não se confinava ao oriente; o império anunciado estendia-se também pelas Índias Ocidentais, pelo Brasil. Na *História do Futuro*, texto redigido em 1665, ele interpretava um texto do profeta Isaías (Is., 18) que profetizava

até, na sua exegese exotérica e patriótica, a sua própria missão por terras do Maranhão e Grão-Pará.

O recinto do Vaticano exibia o sucesso da ação missionária, no tempo do último papa renascentista, Alexandre VII (pontificou de 1655 a 1667), com a inauguração da monumental colunata de Bernini a simbolizar o poder da igreja dominando e protegendo o mundo. As nove dioceses católicas orientais do *Padroado Português* estendiam-se no século XVII até à China e ao Japão e na África oriental tinha as dioceses da Etiópia (1555) e de Moçambique (1612). Para além do poderoso espólio religioso presente até aos nossos dias por todo o oriente, a língua portuguesa e a cultura neolatina infiltraram-se nas principais culturas orientais, todas elas exibindo até hoje nos seus vocabulários fonemas de origem portuguesa, assim como no quotidiano de pequenas comunidades que ainda falam dialetos do português, na identidade das pessoas, nos trajes e costumes tradicionais, nos nomes das embarcações de pesca da Malásia e da Indonésia, nas festas populares, na cor da pele dos descendentes de portugueses...

Os missionários, primeiro os franciscanos, depois os dominicanos e os agostinhos, finalmente os jesuítas, oratorianos e outros mais, vieram reacender no oriente uma fé residual, obra de outros mais antigos e quase esquecidos, criando novas estruturas religiosas, igrejas, conventos, hospitais e colégios que se ergueram para durar muito para além das empreitadas dos comerciantes e dos militares. Eles foram autênticos bandeirantes desafiando todos os perigos ao encontro dos povos mais distantes, longe da proteção dos demais intervenientes: eles alcançaram civilizações tão isoladas como as do Tibete, do Nepal e do Butão. No primeiro quartel do século XVII, o jesuíta António de Andrade, chegado a Goa em 1600, foi o primeiro europeu a atravessar as neves perpétuas do Himalaia e a fundar uma missão no Tibete em 1626. O padre Estêvão Cacella alcançou o reino do Butão e lá fundou missão no ano seguinte. Outros, como o jesuíta João de Brito (1647-1693), canonizado em 1947, empreenderam ações missionárias e sociais junto dos mais pobres e segregados da Índia, em Madurai, longe de qualquer proteção militar. O padre oratoriano José Vaz, um brâmane natural de Goa (1651-1711), dedicou vinte e três anos de apostolado à comunidade de Ceilão durante o período do domínio holandês; beatificado em 1995, foi canonizado pelo papa Francisco em Ja-

neiro de 2015. A igreja tinha canonizado em 1862 o franciscano Gonçalo Garcia, natural de Baçaim, filho de pai português e mãe indiana, um dos vinte e seis cristãos martirizados em Nagasaki em 1597 juntamente com o jesuíta Paulo Miki, filho de um samurai.

A persistência da religião cristã permitiu a continuidade da influência linguística e cultural nas suas formas mais duradouras. Até ao final do século XVIII o português era ainda a principal língua comercial por todo o oriente. Há uma dezena de anos ainda se publicava em Ceilão um jornal em crioulo de português, mantido por uma igreja cristã. São doze os crioulos indo-portugueses identificados e cinco os crioulos malaio-portugueses, a maioria deles quase extintos, línguas de comunidades pobres e marginais. O *papiá kristáng*, um dialeto de origem portuguesa com mistura de fonemas malaios e chineses, ainda é falado por mais de cinco mil cidadãos em Malaca e Singapura e por mais alguns milhares dispersos por várias comunidades migrantes na Austrália e em Inglaterra. Um crioulo similar ainda subsiste como língua única dos seus utilizadores em Chaul, o *kristí*, dialeto da comunidade cristã de Korlai utilizado por um milhão de pessoas a sul de Bombaim, onde a presença portuguesa durou até 1740. Os últimos redutos do domínio português até ao século XX, os espaços do antigo *Estado Português da Índia*, mais os de Macau e de Timor, contribuíram grandemente para a continuidade da língua, mesmo que residual. Cerca de metade da população do atual estado de Goa (que é de um milhão e quinhentos mil habitantes) continua sendo católica e a língua portuguesa, apesar de muito minoritária em relação às línguas concani e marata e mesmo ao inglês, ainda é falada por centenas de famílias. O diário *O Herald* foi publicado em português até 1983. Como exemplos da permanência e prestígio do padroado português pelo oriente, basta recordar que até 1847 os bispos da diocese chinesa de Pequim eram portugueses, até 1868 os bispos da diocese de Malaca e Singapura eram portugueses, como os bispos de Meliapor e de Cochim até 1951. O primeiro bispo da primeira diocese do Brasil, São Salvador da Bahia, D. Pedro Fernandes Sardinha (1496-1556), tinha sido vigário geral na Índia; o primeiro bispo do Maranhão, D. Gregório dos Anjos (1679-1689), o bispo do Pará D. frei Miguel de Bulhões (1749-1759), foram antes bispos de Malaca. D. António Barroso, bispo do Porto, um prelado que teve relevante intervenção nos primeiros tempos da República, tinha sido bispo de São Tomé de Me-

liapor. A igreja de São José em Singapura, construída na primeira década do século XX, ostenta na sua decoração o escudo português. A língua portuguesa é atualmente um dos três idiomas da República da Maurícia, um arquipélago habitado por um milhão e trezentas mil almas, situado a leste de Madagáscar, encontrado pelos portugueses em 1505.

Em Goa Velha, estão de pé e abertas ao público a sé catedral, as igrejas do Rosário, do Bom Jesus e de São Francisco, todas erguidas no século XVI. Em Macau subsistem as igrejas de São Lázaro, de Santo António e de São Lourenço, originalmente da mesma época. As ruínas da igreja do colégio de São Paulo são património da humanidade. Por muitos outros espaços do que foi o sonhado *Império Português do Oriente* resistem ao tempo vestígios eloquentes do que foi a obra do *Padroado* português, em especial a da atuação dos padres da Companhia de Jesus. Eles não foram os primeiros missionários portugueses no oriente, mas foram os mais ousados e destemidos na propagação do cristianismo, seguindo o exemplo de São Francisco Xavier. O padre Francisco de Sousa, um jesuíta nascido na Bahia (1649-1712), viveu 47 anos no oriente e escreveu a história da grande bandeira dos jesuítas, desde a chegada dos pioneiros até 1585: *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa* (Deslandes, Lisboa, 2 vols., 1710). Franciscanos, dominicanos e oratorianos seguiram de perto as investidas ousadas e muitas vezes temerárias dos missionários da Companhia de Jesus, estes especialmente treinados, pela formação quase militar nos colégios espalhados por todo o espaço da expansão comercial, para o ensino, a conversão e a caridade.

Um dos personagens mais relevantes da implantação da cultura ocidental e latina na China foi o jesuíta italiano Matteo Ricci (1552-1610), cientista, matemático e cartógrafo, o primeiro europeu a criar um intercâmbio científico e cultural com o oriente ao mais alto nível, entre os intelectuais e junto da corte imperial chinesa. Ricci veio para Portugal em 1577, aos vinte e cinco anos, para aperfeiçoar os conhecimentos de português na universidade de Coimbra. Partiu para Goa em 1578, integrado nas missões do padroado português e foi ensinar latim e grego no colégio de Cochim (hoje a maior aglomeração urbana do estado de Kerala, no sul da Índia), enquanto estudava teologia, para ser ordenado sacerdote em 1580. Em 1582 foi enviado para Macau (a diocese tinha

sido fundada em 1575, desmembrada da de Malaca), a fim de aprender a língua e a cultura chinesa, enquanto ensinava matemática no colégio. No ano seguinte, juntamente com outro missionário o padre Miguel Ruggieri, fundava a primeira missão na China, em Zhaoqing, dependente do colégio dos jesuítas de Macau. O colégio Madre de Deus, fundado na origem pelos franciscanos viria a ser, a partir de 1594, com o nome de colégio de São Paulo e já sob a tutela dos jesuítas, uma instituição de altíssima qualidade: aí se ensinava filosofia, teologia, matemática, geografia, astronomia, latim, português, música e artes, uma verdadeira instituição de ensino superior, foco de difusão da cultura ocidental por terras chinesas e dos seus aliados. O padre Ruggieri, companheiro de Ricci, também foi professor de matemática no mesmo colégio durante quatro anos e foi o primeiro a publicar em chinês um livro sobre a visão cristã do mundo, *Verdadeiro Tratado do Senhor do Céu*, em 1584.

Os missionários jesuítas adotaram os hábitos e os costumes do país, a indumentária dos altos funcionários, sábios e letrados, entusiasmaram-se pela cultura chinesa, estudaram-na e divulgaram-na. Os franciscanos, os primeiros missionários católicos do oriente, assim como são Francisco Xavier, tentaram de início a abordagem catequética através de uma imagem de simplicidade e de pobreza, sem sucesso na China nem no Japão; rapidamente os padres entenderam que a nova doutrina teria que impor-se como uma ideologia de homens cultos e bem-sucedidos, respeitados e generosos, capazes de seduzir o povo pelo sucesso pessoal e pela autoridade que impunham. Em 1589 Matteo Ricci introduziu o calendário gregoriano na China e em 1594 traduziu para latim os quatro livros do *Cânone do Confucionismo*, permitindo pela primeira vez o acesso dos ocidentais à filosofia de Confúcio (551-479 a.C.).

Graças à tarefa iniciada pelos jesuítas, Macau representa um caso raro de colonização bem-sucedida: a transformação de uma aldeia de pescadores no maior centro de intercâmbio cultural entre o oriente e o ocidente, uma empreitada com mais de quatro séculos de história.



O jesuíta Matteo Ricci adotou os hábitos e costumes dos letrados chineses para melhor dialogar com os seus interlocutores. Foi o primeiro europeu a construir um observatório astronómico na China

Nesse mesmo ano o jesuíta decide deslocar-se até Pequim, para junto do poder central, mas fica-se por Nanchang (hoje cidade com dois milhões de habitantes, capital da província de Jiangxi), onde intensifica os contactos com intelectuais chineses e escreve em 1595, em chinês, o *Tratado sobre a Amizade*, para dar a conhecer aos chineses as bases da sabedoria ocidental, livro que teve um imenso sucesso entre os intelectuais. No ano seguinte escreve o *Método de Aprender de Cor*, um tratado sobre a memória e um método para aprender a memorizar a tradição oral; publica também um catecismo bastante elaborado intitulado *Verdadeira Noção de Deus*. Finalmente chega a Nanquim em 1598, já nomeado superior dos jesuítas na China e em 1600 instala-se em Pequim, conseguindo ter acesso ao imperador no ano seguinte, através de eunucos e mandarins da corte. Os missionários que acompanhavam Ricci conseguiram fazer chegar às mãos do imperador Wanli (14^o da dinastia Ming) quantidade impressionante de presentes, qual deles o mais maravilhoso e original, mas o que mais impressionou o soberano foi um *mapa-mundi*, desenhado pelo próprio Ricci, que mostrava pela primeira vez a China *no meio* das outras

nações do planeta. Os chineses sempre consideraram o seu país como *o centro do mundo* e o presente, vindo de um estrangeiro, entusiasmou o imperador. Os eruditos chineses ficaram também impressionados com a magia de um prisma de vidro que decompunha a luz nas cores do arco-íris – um dos grandes sucessos da pedagogia dos jesuítas. Pinturas italianas, um crucifixo, instrumentos de música e relógios de pêndulo provocaram a admiração da corte imperial. Foram autorizados a construir uma residência própria, abrir colégios e divulgar a cultura cristã, e até beneficiaram da generosidade imperial. Em 1605 Matteo Ricci estabeleceu contatos com a comunidade judaica local e iniciou a tradução para chinês dos *Elementos* de Euclides, permitindo assim aos chineses o acesso ao método da lógica dedutiva, à álgebra e à geometria ocidentais. Traduziu para chinês as principais orações do ritual católico e os princípios da moral cristã, auxiliado pelos padres portugueses que, em proveniência de Macau e de Goa, reforçaram a presença católica no império chinês. Em 1607 tentou socorrer o confrade Bento de Góis, que terminava uma das maiores aventuras de que há memória: o caminho por terra de Goa a Pequim, qualquer coisa como cinco mil quilómetros. Exausto e doente, o jesuíta açoriano (nasceu em Vila Franca do Campo) não resistiria ao esforço e aos percalços da caminhada e morreu aos quarenta e cinco anos sem alcançar o destino, na cidade de Suzhou, a meio caminho entre Macau e Pequim. Nesse mesmo ano o companheiro de Ricci, o padre Ruggieri, faleceu em Itália, quando tentava organizar uma embaixada do papa ao imperador da China. Nos últimos anos de vida, entre 1608/10, Ricci redigiu a sua obra mais famosa, compêndio de referência para todos quantos pretendiam alcançar e conhecer a China: *A Entrada da Companhia de Jesus e do Cristianismo na China*. Faleceu aos cinquenta e sete anos e o imperador Wanli autorizou que fosse sepultado em solo chinês, privilégio raro, já que os estrangeiros falecidos na China tinham que ser enterrados fora do território (eram trasladados para Macau). A comunidade cristã por ele formada cresceu entre as elites intelectuais, ultrapassando os 2.500 batismos. Ele é considerado pelos chineses *um dos mais notáveis e brilhantes homens da história, o mestre do grande ocidente*. No Museu da História da China, em Pequim, um dos maiores e mais notáveis do mundo, só dois ocidentais mereceram figurar entre os grandes construtores do império: Marco Polo e Matteo Ricci.

O padre João Rodrigues, natural de Sernancelhe (1560-1633), embarcou para o Oriente muito jovem, pelos catorze anos e lá ingressou na Companhia de Jesus; fez os estudos de filosofia e teologia no colégio jesuíta de Nagasaki, foi ordenado padre em Macau e tornou-se um dos maiores conhecedores ocidentais da língua japonesa. Ele compôs o primeiro dicionário japonês-português (1603) e escreveu a primeira gramática da língua japonesa (1604). Para além de escrever uma história do cristianismo no Japão, que não é apenas uma história de religião mas uma verdadeira enciclopédia da cultura nipónica, o padre foi também comerciante, diplomata, político e intérprete junto dos estrangeiros que demandavam o país do sol nascente. A carreira promissora do padre terminou em 1610, no momento de um incidente infeliz com a nau do trato *Nossa Senhora da Graça*, também conhecida como *Madre de Deus*, destruída pelos japoneses na baía de Nagasaki, depois de um incidente mal resolvido em Macau. Em retaliação pela morte de soldados e marinheiros japoneses, a maioria dos padres foi expulsa do Japão (em 1614), o colégio fechou, o comércio declinou e os mercadores portugueses abandonaram Nagasaki em 1639, após 68 anos de um movimento comercial exclusivo entre Macau e o Japão. A história da vida do jesuíta João Rodrigues inspirou o romance *Shogun* de James Clavell, que deu origem à série televisiva e ao filme com o mesmo nome em 1980.

Pelos anos de 1670 o padre Gabriel de Magalhães, natural de Pedrógão Grande, ensinava astronomia na corte do imperador Kangshi (o 2º da dinastia Qing, reinou de 1661 a 1722), que visitou pessoalmente a casa dos jesuítas em Pequim em 1675, resolvidos alguns conflitos que entretanto tinham surgido entre missionários de diferentes ordens religiosas e com as autoridades. Por esses anos, já a presença dos padres portugueses era minoritária na China; na *Relação* escrita pelo jesuíta francês François de Rougemont, sobre a ação dos padres nos anos de 1659 a 1666, apenas cinco em vinte e cinco padres jesuítas são portugueses, entre eles o padre Magalhães, que completou o trabalho iniciado pelo francês até ao ano de 1669.

Outro jesuíta que desempenhou um papel preponderante na China foi o padre Tomás Pereira (1645-1708), natural de Famalicão, que chegou a Goa com o vice-rei D. João Nunes da Cunha em 1666, ainda noviço, aos vinte e um anos, onde completou os estudos seguindo depois para Ma-

cau em 1672. Músico, astrónomo, matemático e diplomata, frequentava desde 1680 a corte do imperador Kangxi (o terceiro da dinastia Qing) e fez parte da delegação chinesa que assinou em 1689 o primeiro tratado de paz com uma nação europeia, a Rússia de Pedro I o Grande, soberano que unificou, modernizou e abriu o seu país à influência ocidental. Matemático e astrónomo, o jesuíta introduziu também na China a música erudita europeia, construiu o primeiro órgão de tubos e montou o primeiro carrilhão numa igreja chinesa. Apesar de ter desempenhado a sua ação já numa fase decadente do poder económico e cultural português no oriente, o seu contributo para o intercâmbio cultural com a China foi brilhante, no tempo do reinado do mais extraordinário imperador de toda a história chinesa. Os jesuítas foram os maiores intervenientes no intercâmbio científico e cultural entre o ocidente e o oriente, sobretudo nas áreas da matemática, da geografia e da astrofísica. Eles mantiveram uma presença quase constante junto da corte imperial chinesa até 1806, quando faleceu em Pequim o padre, matemático e cirurgião José Bernardo de Almeida, reinava o imperador Jiaging, o quinto da dinastia Qing.

Franciscanos como frei Paulo da Trindade e frei Jacinto de Deus, nascidos em Macau, foram notáveis testemunhos e divulgadores da ação missionária dos portugueses pelo oriente, em especial os das diferentes custódias da ordem a que pertenciam, pioneira na evangelização, já que desde as primeiras viagens à Índia foram os frades menores quem asseguraram o apoio religioso às frotas e aos primeiros núcleos de emigrantes. O choque cultural com as tradições orientais exigiu coragem e inovação, provocando graves desentendimentos entre missionários das diversas obediências religiosas, o que originou intervenções intempestivas do governo central da igreja romana e levou por várias vezes à interdição temporária da prática cristã. No entanto, apesar de todas as dificuldades, a difusão da civilização ocidental e latina pelo oriente foi prodigiosa: em meados do século XVII tinham sido publicadas nas tipografias de Goa, Cochim, Macau e Nagasáki mais de duas centenas de livros sobre ciência e religião e meia centena de grandes obras clássicas ocidentais. As ordens religiosas cresceram graças ao recrutamento de noviços autóctones que contribuíram para o sucesso missionário do *Padroado*

O cristianismo continuou na China graças à ação dos missionários franceses (da *Sociedade para as Missões Estrangeiras*, de Paris, criada

em meados do século XVII), até que em 1834 as dioceses chinesas foram desvinculadas do padroado português, restando somente Macau, donde tinha irradiado o cristianismo para todo o território chinês e da qual dependia também a igreja de Timor até à criação da primeira diocese em Díli (1940), por insistência das autoridades portuguesas no ano da grande exposição do mundo português e da comemoração dos oitocentos anos da nacionalidade. A diocese de Macau, que mantém atualmente uma universidade (Universidade de São José) em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, depende agora da Santa Sé e conta cerca de vinte e nove mil fiéis espalhados por nove paróquias e missões. A China conta cerca de um milhão e meio de católicos, um número muito reduzido dada a dimensão demográfica do país, aproximadamente o mesmo número de cristãos que em Ceilão (o Sri Lanka tem vinte milhões de habitantes e a China conta cerca de mil e trezentos milhões). Existem duas arquidioceses (Pequim e Nanquim) e duas dioceses (Hong Kong e Macau). No Japão contam-se atualmente cerca de meio milhão de católicos numa população de cento e vinte e cinco milhões e meio de habitantes. O país tem três arquidioceses (Tóquio, Osaka e Nagasaki) e catorze dioceses, algumas com menos de cinco mil aderentes. A restauração e a continuidade desta presença católica pelo oriente até aos nossos dias é indissociável da ação pioneira dos missionários portugueses e do *Padroado* ultramarino. A primeira diocese chinesa do tempo da expansão foi a de Macau, criada em 1575 e a primeira diocese japonesa foi a de Funai, criada em 1588 (extinta em 1625 e restaurada como arquidiocese de Tóquio em 1891). Tudo começou com aquela viagem louca de Francisco Xavier.

A presença portuguesa no oriente fez-se ao ritmo de um tremendo frenesim, entre sacrifícios e apoteoses, sempre em guerra contra alguém, enfrentando sultões, rajás, mandarins, dáimios e samurais, reformulando a cada oportunidade novas estratégias diplomáticas e comerciais, com milhares de navios costeiros, fustas, paraus e juncos correndo as costas e centenas de naus pelas grandes rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, de Lisboa ao Japão, dando nova vida a meia centena de cidades, feitorias e entrepostos que se conquistavam e se perdiam por vezes ao sabor das monções. Os mais ousados reinóis lá encontraram o espaço ideal para exibir valor e satisfazer ambições. Outros menos felizes perderam-se sem deixar rastros. Alguns prelados, intelectuais e eruditos do reino chegaram

a denunciar que na aventura oriental era maior o risco que o proveito. Não tiveram sucesso. Quantos foram e voltaram? Quantos por lá ficaram? Ninguém jamais calculou quantos morreram nas longas idas e voltas de 24.000 milhas, nem quantos a guerra e a morte mataram. Desafiando naufrágios, guerras e massacres, os missionários ressuscitaram antigas comunidades cristãs e criaram novas missões que duram até aos nossos dias. Pelas rotas dos peregrinos perderam-se nobres e plebeus, famosos e anónimos, vítimas da violência, dos furacões, dos corsários, das doenças e das suas próprias ambições, embarcados de livre vontade ou à força, cada um gerindo o seu próprio destino, por entre saudades e desejos, de Lisboa ao Cabo, a Anjediva, Malaca e Nagasáki. Quantos deles sequer algum dia imaginaram que do sacrifício das suas vidas resultaria talvez a concretização do império universal prometido ao primeiro rei de Portugal e assumido pela coroa como projeto de um povo inteiro, o do reino de Cristo quase consumado? Camões prestou-lhes devidas honras elegíacas no poema que completou durante dezassete anos pelo oriente, entre serviços prestados, desacatos e prisões. Outros poetas e profetas da plebe encarregaram-se de manter viva entre o povo a ideia da volta de um rei encoberto, regressando de uma ilha afortunada numa serena manhã de névoa.

O reino despovoava-se (o terramoto de 1531 matara só em Lisboa 30.000 pessoas), mas por terras e arraiais distantes os afortunados que sobreviveram às tormentas, às doenças e aos infortúnios, construíram império seduzindo muitas mulheres, legítimas, amantes e escravas, criaram filhos e ensinaram-nos a falar, sonhar, cantar e rezar em português. Teve grandes naus e pequenos navios que foram e voltaram, barcos negros carregando tesouros, saberes, paixões, crenças e saudades, uma civilização inteira, cruzando oceanos imensos, enfrentando a alternância impiedosa da escuridão e a implacável luz da realidade. Feita de sonhos, utopias, ganância, audácia e heroísmo, a expansão portuguesa pelo mundo é uma das façanhas mais extraordinárias da humanidade. Mais mundo houvera e lá chegariam portugueses, pela fé e pelo império (*Lus.*, VII, 14), pela fortuna e pelo destino, quiçá por muito menos. Das Caraíbas ao Japão, passando por Goa, Malaca, Korlai, Jacarta... sobrevivem genes e fonemas de Portugal.

Muito se deve aos missionários em geral e aos jesuítas em particular pela incalculável contribuição que fez, de um país pequeno e periférico, uma das maiores potências culturais do mundo de então. Eles foram apóstolos da fé, mas também lutaram contra invasores, participaram em batalhas, armaram-se em soldados. Foi Jerónimo Osório, futuro bispo de Silves e do Algarve (1506-1580), um grande humanista formado nas mais prestigiadas universidades europeias e uma das pessoas mais cultas e esclarecidas do seu tempo, quem recomendou ao rei D. João III a primeira contratação dos serviços dos padres da Companhia de Jesus, quando a ordem acabava de ser reconhecida pelo papa e cujos fundadores o futuro bispo conhecera pessoalmente no colégio de Santa Bárbara em Paris. Também o reitor do colégio e conselheiro do rei, o experiente Diogo de Gouveia, recomendava a contratação dos mesmos personagens. Certamente influenciado pelas informações fornecidas por seu pai (que fora juiz em Goa), Jerónimo Osório interessou-se pelos assuntos do oriente e em particular pelos da China; ele escreveu um tratado em forma de diálogo, intitulado *De Gloria* e publicado em 1549, quando era professor em Coimbra, divulgando as primeiras informações pertinentes sobre tão estranho país, antes de Fernão Lopes de Castanheda, de João de Barros, de Damião de Góis e de vários outros cujas obras só muito mais tarde viriam a público. A demanda dessas terras distantes tinha-se tornado uma obsessão. A grande epopeia marítima que levou os portugueses até ao oriente não teria qualquer hipótese de sucesso sem o chamariz da fortuna, mas o que justificava tão arrojada empreitada era uma fabulosa utopia partilhada pelos reis e pelos religiosos que juntaram ambições humanas e desígnios celestes e com essa simbiose inédita e louca arrastaram uma nação inteira para um destino que ninguém imaginava, para as fronteiras da Jerusalém Celeste.

A nossa história conta muitas miudezas e alguns momentos de glória – momentos sublimes de grandeza – fragmentos da formação da identidade de um povo; todas as histórias são feitas de fragmentos. A aventura oriental nasceu de um projeto profético assumido, no contexto de uma mística escatológica de forte influência judaica e gerou riquezas pessoais fabulosas, mas foi desastrosa para o reino: escreve Oliveira Martins que *a nossa ruína foi o preço do maior ato da civilização nos tempos modernos* (p. 110). Os primeiros três navios que zarparam de Lisboa com

destino à Índia, comandados por Bartolomeu Dias, passaram o Cabo em 1488, fincaram um padrão no rio do Infante, mil quilómetros a nordeste, na costa do oceano Índico, mas a rebeldia das tripulações não permitiu alcançar o destino. Entre 1497 e 1700 zarparam para o oriente 1154 naus e regressaram apenas 589. O maior génio da nossa identidade, o padre António Vieira, um mestiço irreverente, pregando em outros anos de crise e de descalabro da nação, na década de '70 do século XVII, imaginava para os portugueses nada menos que o Vº Império do mundo e apregoava nos púlpitos da capital da cristandade o que imaginara nas missões do Maranhão e Grão-Pará, quando era missionário entre os povos mais primitivos da terra: que o planeta se tornara uma *Feira Universal* (expressão do cronista João de Barros), qual *Nova Malaca*, cosmopolita e tolerante, no início de uma nova era de riqueza e de felicidade. O pregador augurava o reino consumado de Cristo sobre toda a humanidade, mil anos depois de um *Apocalipse* atribuído ao bispo Metódio de Olimpos o ter profetizado para um soberano bizantino e etíope, imperador dos últimos dias, dominador do Islão e libertador de Jerusalém. Cumprida a missão profética, ele renunciaria à coroa. O rei do Vº Império, após ressuscitar conforme os mesmos e outros profetas da plebe, já renunciaria à coroa, para si e seus sucessores, havia vinte e cinco anos. Que faltaria então para que se cumprissem as profecias? Na linha ideológica das muitas teorias milenaristas que surgiram ao longo da história do cristianismo, todas inspiradas no mesmo texto do Apocalipse, o Vº Império é mais uma apologética da esperança. Em terras que agora são Portugal, já o bispo Apríngio de Beja, da primeira metade do século VI, anunciava também, nos comentários que escreveu sobre o Apocalipse, a chegada de um tempo novo, que antecedia a segunda vinda de Cristo. O grande pregador real e missionário dedicaria os últimos vinte anos de vida a redigir o que ele considerava o grande texto da sua herança intelectual, intitulado *Clavis Prophetarum*, uma história do futuro da humanidade num tempo que não tardaria muito a chegar.

A língua portuguesa, diferenciada da galega a partir de 1290, quando D. Dinis a impôs como idioma oficial da corte e da administração do reino, consolidou-se em 1516 com a publicação do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e normalizou-se com as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540). A consolidação e normalização da



Fragatas holandesas do século XVII. Gravura holandesa da época

língua aconteceram ao mesmo tempo que ela se disseminava pelos novos espaços onde os portugueses assentavam arraiais no século de ouro da expansão marítima, comercial e cultural. Permeável às influências linguísticas e fonéticas dos povos agregados, a língua assimilou quantidade impressionante de fonemas que a enriqueceram e globalizaram, enquanto fornecia às outras línguas novas sonoridades, num intercâmbio de exotismo sustentado e duradouro, numa diluição dinâmica e interativa. Hoje, a língua portuguesa serve de pátria emotiva a centenas de milhões de cidadãos espalhados por quatro continentes. Teve mais de trinta idiomas crioulos do português (muitos extintos) por espaços continentais e arquipélagos da América, África, Índia, Malásia e China. Com a língua viajaram, nos rumos de ida e de torna-viagem, mitos e virtudes de civilizações diferenciadas, valores e desejos globais, ideias e tecnologias inovadoras partilhadas pelos povos do planeta e talvez seja essa universalidade que anuncia hoje a alvorada de um sonhado e profetizado V^o Império, cujos testemunhos de pedra e cal, os que ainda estão de pé e os que resistem ao implacável desgaste do tempo e das águas, da Etiópia ao Japão, continuam a marcar o tempo e o modo da presença efêmera dos portugueses. São mensagens proféticas para quem sabe ler a história do

futuro. A euforia não terminou, nem a pátria se perdeu na desolação de Cúria Múria. Tem uma ilha encantada num lugar que não existe, povoada de heróis e de esperanças, alimentando o imaginário de um povo que nunca desistiu de encontrar a sua identidade. O sonho continua.

Janeiro de 2016,
António de Abreu Freire
abreufreire@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, Afonso de, *Cartas para El-Rei D. Manuel I*, Lisboa, Sá da Costa, 1942.

Albuquerque, Luís de (direção de), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses* (2 vols.), Caminho, Lisboa, 1994.

Álvares, Francisco, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, INCM, Lisboa, ed. facsimile, 1989.

Aubin, Jean, *Le Latin et l'Astrolabe*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 2 vols., 1996/2000.

Barros, João de, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia), Ed. Livraria S. Carlos, Lisboa, 1973/1975.

Bocarro, António, *Livro das Plantas de todas as fortalezas cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* (3 vols.), INCM, Lisboa, 1992.

Bouchon, Geneviève, *Afonso de Albuquerque. O leão dos mares da Ásia*, Quetzal, Lisboa, 2^a ed., 2000.

Boxer, Charles Ralph, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, Ed. 70, Lisboa, 1989.

Boxer, Charles Ralph, *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*, Ed. 70, Lisboa, 1982.

Castanheda, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Ed. M. Lopes de Almeida, Lello, Porto (2 vols.), 1979.

Correia, Gaspar, *Lendas da Índia* (4 vols.), Ed. M. Lopes de Almeida, Lello, Porto, 1975.

Cortesão, Armando, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978.

Cortesão, A. e Teixeira da Mota, A., *Portugaliae Monumenta Cartographica*, INCM, Lisboa, 5 vols., 1960.

Cortesão, Jaime, *História da expansão portuguesa*, INCM, Lisboa, 1993.

Costa, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I*, Lisboa, Temas e Debates, 2011.

Couto, Diogo do, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia), Ed. Livraria S. Carlos, Lisboa, 1973/1975.

Crowley, Roger, *Conquistadores. Como Portugal Criou o Primeiro Império Global*, Lisboa, Presença, 2016.

Cruz, frei Gaspar da, *Tratado das Coisas da China*, Lisboa, Cotovia, 2010.

Jin, Guo Ping, Wu, Zhiliang, *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*, Instituto Português do Oriente / Fundação Oriente, Macau / Lisboa, 2007.

Loureiro, Rui Manuel, *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Fundação Oriente, Lisboa, 2000.

Loureiro, Rui Manuel, *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires*, Instituto Português do Oriente, Lisboa, 1996.

Mendes Pinto, Fernão, *Peregrinação*, INCM, Lisboa, 1998.

Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, *Portugal nos Mares*, Guimarães editores, Lisboa, 1994.

Peixoto de Araújo, Horácio, *Os Jesuítas no Império da China – O Primeiro Século (1582-1680)*, Instituto Português do Oriente, Macau, 2000.

Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.

Queiroz sj, Fernão de, *Conquista temporal e espiritual de Ceilão*, Ed. P. E. Pieris, Colombo, 1916.

Ribeiro, João, *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, Ed. Alfa, Lisboa, 1989.

Silva Rego, António da, *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente (Índia)* (12 vols.), Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1947 / 1958.

Silva Rego, António da, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.

Sousa, padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Lello & Irmão, Porto, 1978.

Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Difel, Lisboa, 1995.

Teixeira, padre Manuel, *Macau no século XVII*, Direção dos Serviços de Educação e Cultura, Macau, 1982.

Trindade, frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1962.

Camões queria espalhar por toda a parte nos seus versos, editados em 1572, *as memórias gloriosas daqueles Reis que foram dilatando a Fé, o Império, e as terras viciosas de África e de Ásia andaram devastando. E aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando* (l, 2). Enquanto completava *Os Lusíadas*, peregrinou e serviu pelo Oriente durante dezassete anos (1553/69), chegando a ser Provedor-Mor dos Defuntos e Ausentes, em Macau.



Nau *Santa Catarina do Monte Sinai*, construída em Cochim em 1512, uma das mais famosas *naus da Índia*; tinha 38 metros de comprimento por 13 de boca, com uma capacidade de 800 tonéis. Estava armada com mais de 100 peças de artilharia. Levava o embaixador Duarte Galvão de Goa com destino à Etiópia, quando este faleceu, em 1517. Levou o vice-rei Vasco da Gama numa terceira e última viagem à Índia em 1524 e D. Nuno da Cunha em 1528.

Pintura de época da autoria do flamengo Joachim Patinir.

O ofício e a obrigação dos poetas não é dizerem as coisas como foram, mas pintarem-nas como haviam de ser, ou como era bem que fossem

(Padre António Vieira, *História do Futuro*, 86)

CAMÕES E VIEIRA

Um século separa estes dois génios da língua e da saga portuguesa, mas foi um século de grandes e profundas mudanças no mundo ocidental e por todo o espaço da intervenção dos portugueses. Camões viveu no tempo da euforia da Índia, viajou durante dezassete anos pelos territórios da empreitada comercial, do corso e da expansão cultural e religiosa pelo oriente, enfim deixou-se embriagar pela ideia do império que Afonso de Albuquerque sonhara para Portugal. Muitos acumularam em poucos anos fabulosas fortunas, mas o poeta ficou pobre, sem mesmo o acalanto da querida Dinamene; resgatado da precariedade a que ficou reduzido por terras de Moçambique, após ter regressado ao reino e publicado a epopeia de uma raça de homens diferente das do resto do mundo, o poeta morreu na indigência, mas com lucidez suficiente para ver o país tão despedaçado quanto ele. Não foi no desastre de Alcácer-Quibir que se perdeu o reino, mas sim na ruínosa administração de D. João III ao longo dos trinta e seis anos de um reinado caótico e durante os anos que se seguiram à sua morte em 1557, quando a intolerância e a obsessão religiosa tomaram conta das mentalidades e dos destinos de um povo à deriva. Camões deixou em herança um poema que ficou por séculos como referência dos desejos mais profundos de uma nação: o domínio de uma fatia considerável do planeta, sonhos de vitórias, de riqueza e de poder de um povo pobre que nunca aceitou a sua fraqueza e sempre se iludiu com o seu destino.

O *peito ilustre lusitano* cantado por Camões (l, 3) era o povo *Lusíada*, vocábulo criado pelo seu contemporâneo, o grande humanista André de Resende (o autor do *De Antiquitatibus Lusitaniae*) para definir e identificar os descendentes de uma antiquíssima raça autóctone, referência genética ancestral de todos os heróis e de todos os artífices da epopeia

marítima e civilizacional portuguesa. Porém, a utopia não tinha consistência, porque a tal raça lusitana, descendente de ancestrais deuses lúdicos, nunca existiu fora da imaginação dos poetas renascentistas. O povo do território de Portugal sempre foi constituído por uma mescla étnica das mais diversas origens e até o nosso primeiro rei, o fundador da *monarquia lusitana*, era um exemplo desta mistura circunstancial, um dos seis filhos de um imigrante francês e de uma bastarda galega. A *Lusitânia* foi o nome dado artificialmente a uma região administrativa do tempo do domínio romano e não contemplava qualquer originalidade nem unidade racial, linguística ou cultural. O nome escolhido para este pedaço de império nunca passou de uma fantasia poética de bardos antigos e a história de semideuses como Luso e Lísias, descendentes do deus Baco (apelação romana do Dionísio grego), apenas contemplava, talvez, o gosto característico dos ibéricos pelo vinho tinto e pelos prazeres mais sensuais da vida. Baco era também uma divindade protetora da Índia, onde teria fundado uma cidade para os seus seguidores (Nysa, atual Nagar), o que não deixava de acrescentar ainda mais picante à ementa dos nossos imaginativos renascentistas.

No poema de Camões a raça lusitana, predestinada por Deus para grandes feitos e glórias ímpares, era porém uma etnia diferenciada, autóctone e cristã; judeus, muçulmanos, africanos, povos nómadas atrevidos originários da Europa profunda e todos os seus descendentes que no termo de imensas caminhadas assentaram arraiais na Península Ibérica, ficaram excluídos de tão preciosa tribo, apesar de terem sido os marinheiros, os soldados, os navegantes, os pilotos, os armadores e os comerciantes das naus da fortuna, a mão-de-obra da riqueza. *Os Lusíadas* sempre foram um poema à glória dos feitos assombrosos e reais de gente destemida que os imaginou e realizou, mas esses feitos foram atribuídos a uma raça fictícia, para glória dos escolhidos, dos privilegiados e para exclusão de todos os demais. O tribunal da Inquisição era um dos instrumentos legais que zelava pela pureza da raça e dos pensamentos, assim como pela distribuição das mercês aos privilegiados, assumindo a responsabilidade da investigação genealógica dos merecedores de honras. Quando da publicação do poema, os censores da Inquisição nada encontraram que ofendesse os bons costumes e as ideias canónicas do tempo.

Quando o padre António Vieira pregou os primeiros sermões nas igrejas de Salvador da Bahia, em templos com paredes de barro e cobertura de palha, tinham passado 60 anos depois da publicação d' *Os Lusíadas* e da morte de André de Resende. Do império sonhado e cantado apenas sobravam retalhos e o poema tinha sabor e toada de elegia. Clarividente e objetivo, o pregador explicava minuciosamente ao novo vice-rei desembarcado na capital da colónia em 1640 que aqueles que recebiam mercês e louvores não eram os mesmos que combatiam e se esforçavam para levantar o país da ruína e avisava que o povo clamava por justiça. O jesuíta admirava Camões e teceu-lhe ao longo da vida numerosos elogios, citando-o e partilhando o patriotismo e a ideia do destino glorioso do reino. Também partilhava com André de Resende a admiração pelo romantismo da mitologia clássica e não deixou de incluir nos *Sermões* algumas alusões aos velhos mitos que colavam uma identidade singular aos povos da península, até nos anos avançados da sua vida. *Ouçamos agora uma antiguidade antiquíssima do nosso reino, e tão notável como antiga. Depois da morte de El-Rei Luso, de quem os portugueses se chamaram lusitanos, foram tais as saudades com que o choraram, e a estimação que fizeram daquela perda, que se resolveram todos, pois tinham perdido tal rei, de não admitir jamais outro. Chegou nesse tempo a Espanha Baco, celebrado com jogos e festas, e com lanças laureadas de parra os seus famosos triunfos: e como passasse o Guadiana e entrasse em Portugal, contentou-se tanto da terra e da gente, que desejou fazer rei dela um filho que tinha chamado Lísias (...) e assim como dantes em memória de Luso (os portugueses) tomaram o nome de Lusitanos, assim dali por diante, não mudando, mas continuando a mesma memória de Lísias, se chamaram também Lisíadas.* O pregador avança mesmo uma data provável para que o acontecimento parecesse mais credível: mil e quinhentos anos antes de Jesus Cristo (*Discurso Apologético* dedicado à rainha D. Maria Sofia em 1689, pela morte do primogénito D. João, *Sermões*, XV, 51). Assim escreveu Camões (Canto VIII, 2 e 3): *Este que vês é Luso, donde a Fama / O nosso reino Lusitânia chama... Que ali quis dar aos já cansados ossos / Eterna sepultura, e nome aos nossos.* Vieira pagou tributo a quem devia.

No seu tempo de estudante e de jovem pregador na Bahia, reinava em Portugal uma dinastia estrangeira e o rentável comércio da Índia viajava no bojo de naus cujo destino não era Lisboa; a riqueza do oriente

era transportada em navios de outras bandeiras. Da frota portuguesa de centenas de navios de alto bordo e de milhares de caravelas dos anos quinhentos, da armada de milhares de fustas dos mares orientais pouco restava e as embarcações que iam e vinham sem percalço não chegavam ao reino com cargas de especiarias que valessem a pena. O espaço controlado no oriente pelos portugueses diminuía drasticamente e em poucos anos Vieira assistiu ao descalabro final: uma fatia importante do Brasil e de África passou a partir de 1630 para o controle dos holandeses, inimigos da coroa espanhola e poderosos quanto bastasse para tomar conta da riqueza mais cobiçada da colónia esquecida por Camões, o açúcar. A riqueza da Índia e do Brasil servia agora as ambições de fama e de poder de uma raça de excluídos, os judeus banidos do reino por D. Manuel e por D. João III para preservar a pureza da fé e da raça dos heróis, refugiados em França e na Holanda, em cujas mãos estava o comércio mundial do açúcar e, a partir de 1640, a salvação de um rei atrevido que detestava a guerra. Deles dependia agora a independência de um reino sem futuro.

O jesuíta era mestiço, à imagem da grande miscigenação que caracterizava o reino de Portugal. Quando chegou à Bahia a notícia da Restauração da monarquia portuguesa ele foi um dos escolhidos para a primeira viagem de um navio que zarpou apressadamente para o reino em Fevereiro de 1641 a fim de garantir ao novo monarca a fidelidade dos gestores máximos da colónia brasileira. Vieira pregara sermões em defesa do Brasil contra a má administração, contra o roubo e a corrupção que enriqueciam os administradores da colónia e a nobreza ociosa da península, mas assumiu a partir de então a causa da independência do reino e fez desse projeto uma bandeira, porque partilhava com outros letrados, artistas, poetas, teólogos, astrólogos e pregadores do seu tempo, a ideia de que o reino de Portugal tinha uma missão divina por cumprir, revelada pelo próprio Cristo ao primeiro rei, escrita desde tempos imemoriais nos textos dos profetas bíblicos e anunciada nos tempos mais recentes por outros profetas populares, respeitados pelos seus vaticínios. Essa missão era a de um Império Universal de riqueza e de felicidade, incluindo todos os homens e todas as raças da terra, sem excluir ninguém, um novo e definitivo reino assente nas virtudes ancestrais dos portugueses e governado por um soberano português: o Quinto Império do mundo, o reino de Cris-

to consumado na terra, feito de todas as raças, de todas as nações do planeta.

Ao chegar a Portugal em Abril de 1641 o padre António Vieira tinha trinta e três anos. Saíra de Lisboa com sete anos e toda a sua formação acontecera na capital da colónia brasileira. Regressava à terra natal para propor uma nova visão da história do reino e das suas conquistas, muito mais atrevida e grandiosa que a dos seus contemporâneos, tão fabulosa que muito poucos a enxergavam. A sua visão da identidade e da história do povo português era inovadora, ambiciosa e profética. Ao longo de quase três décadas foi embaixador, missionário, arguido num processo do tribunal do Santo Ofício por delito de heresia, foi preso e condenado, sem nunca se afastar do rumo e dos objetivos que escolheu, sempre impulsionado por um patriotismo exemplar que era uma quase loucura.

Fazia exatamente cem anos da publicação do grande poema épico quando o padre António Vieira, já perdoadas as penas impostas pelo tribunal que o condenara, vivia em Roma, rodeado de admiradores, cardeais, príncipes, embaixadores e até uma rainha nórdica culta e excêntrica que gostava de o ter perto de si. Aos sessenta e três anos o padre sonhava mais que nunca com o Quinto Império, apesar de desiludido com a fraqueza do soberano que guiava os destinos do reino e com o desleixo das virtudes ancestrais. Defendia mais uma vez o regresso dos mercadores judeus ao reino e acreditava que estava iminente o reencontro das tribos perdidas de Israel. Tanta profecia, tanto empenho, tanta ousadia passada, tudo comprometido com a mediocridade que invadia o país, a corrupção que o minava, a má administração e a falta de coragem que destruía as ambições de um povo de costas voltadas para o seu destino! *Pátria ingrata, não tomarás conta dos meus ossos!*

A história de Portugal é feita de muitas miudezas e de alguns momentos de grandeza. Esses poucos momentos foram sublimes e definiram a identidade de um povo. Camões e Vieira representam dois momentos quase antagónicos dessa grandeza: um é o poeta da raça e da exclusão, o outro é o profeta da universalidade e da cidadania. Camões transmitiu autoestima aos portugueses num dos momentos mais difíceis e críticos da história do reino, apelando à utopia de uma raça lusitana, nas virtudes da qual assentava a glória de ter domado os oceanos e chegado até às

riquezas fabulosas do oriente. A defesa da pureza da raça e do seu valor foi o argumento forte para que a Inquisição não pusesse obstáculos à publicação do poema. Quando o poeta publicava *Os Lusíadas*, em 1572, a ideia de um império sonhado por Afonso de Albuquerque e el-rei D. Manuel já se tinha desvanecido; os poderosos do reino não aceitavam a ideia de criar uma raça mestiça, feita a partir de portugueses e de mulheres indianas para garantir o suporte genético da empreitada comercial e civilizacional no oriente. A população do reino diminuiria para metade e não sobrava gente para tamanha empreitada. Aquele espaço chamado Brasil que viria a ser o maior de todos os que tornariam a língua portuguesa universal não mereceu mais que duas linhas em todo o poema de Camões e o nome do seu descobridor nem sequer foi mencionado. Seis anos depois da publicação do poema, em Alcácer-Quibir, acontecia o desastre que mergulhava o reino numa das piores crises de toda a sua história e a salvação veio daquele pedaço esquecido do império sonhado, o Brasil que Camões não cantou e que nunca sequer chegou a alcançar o estatuto oficial de vice-reino. Para os patriotas renascentistas do século XVI, o futuro do reino e o dos especuladores estava no oriente, enquanto o Brasil era um vasto espaço de ócio, de vida fácil e ingloria. *E eis porque sentes, dia a dia, à-toa, essa ambição de apodrecer na rede e esses impulsos de brigar em Goa* (Humberto de Campos, jornalista e escritor maranhense, 1886-1934).

Vieira começou a pregar em Salvador da Bahia sessenta anos depois da publicação d'*Os Lusíadas* e uma das suas primeiras preocupações foi de se afastar do sebastianismo e da seita que mergulhara o reino no desespero e no fanatismo, à espera de um rei *que se foi matar nas areias de África*. O jesuíta apelava às mesmas virtudes ancestrais dos portugueses, mas eram para ele virtudes de um povo inteiro e não de uma minoria seleta nem de uma raça privilegiada: ele acreditava mesmo que todos os povos e nações das conquistas dos portugueses pelo mundo herdavam as tais virtudes pelas quais o reino alcançaria a liderança mundial, sanada a tristeza endémica e o fatalismo atávico. A Restauração do reino significava para o padre a recuperação do poder e da riqueza para construir sobre essa abundância o império do futuro, o reino de Cristo na terra, o Quinto Império, que era de todos os súbditos de um rei cristão e

português. Nos sermões de Roma, o jesuíta sugeria ainda o regresso à Índia com uma armada poderosa, para restaurar o domínio perdido.

O poeta mereceu um túmulo vistoso num dos templos da nossa glória, o padre não tem tumba nem campa rasa, os seus ossos desapareceram. Também ninguém sabe ao certo onde repousam os de Cabral. Juntos, Camões e Vieira são a grande referência do poder da língua portuguesa no mundo, um Quinto Império inesperado e realizado. Do mesmo modo que D. João IV foi para Vieira o rei inesperado da profecia de São Frei Gil, a expansão da língua portuguesa é hoje o verdadeiro império com que Vieira não sonhou. A raça cantada por Camões tinha um passado imaginário, mereceu um poema épico, mas não tinha futuro real e a história encarregou-se de o mostrar; a *feira universal* onde se encontram todos os homens e todas as raças, uma espécie de *Nova Malaca*, tem futuro garantido e uma fatia considerável dessa *praça* de encontro dos homens fala a língua portuguesa. João de Barros imaginou o que nunca viu e o samorim de Calecute terá lembrado ao Gama que o mundo era muito vasto para a ambição dos portugueses. Camões poetizou o passado, Vieira profetizou o futuro, apoiado nos feitos dos descobridores portugueses que permitiram enfim interpretar os profetas bíblicos. No 10 de Junho, aniversário da morte de Camões, já não se festeja mais o dia de uma raça, mas sim o das comunidades diferenciadas que pelo mundo falam a língua portuguesa. Quando os que acabam de nascer estiverem na idade da sua maior capacidade produtiva, os falantes da língua portuguesa poderão ser quatrocentos milhões, cidadãos de países espalhados por quatro continentes e ligados por uma identidade comum que não contempla como referência nenhuma raça, nenhuma tribo, nenhuma ascendência privilegiada, nenhuma divindade de referência. Os indígenas do Maranhão e Grão-Pará, aquela gente pisada e dilacerada de quem falava talvez o profeta Isaías, profetizando a missão de Vieira ou talvez não, fazem hoje parte de uma nova *História do Futuro*, misturados a todos os outros, de muitas raças e de muitas nações, que com eles partilham a mesma língua e as mesmas ambições, por demais adiadas.

Para nascer, pouca terra; para morrer, toda a terra: para nascer, Portugal; para morrer, o mundo – pregava Vieira nos púlpitos de Roma. Visão de um génio, ou de um *misto de génio, mago e aventureiro*, como o descreveu Miguel Torga.

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, Luís de (direção de), *Portugal no Mundo* (6 vols.), Ed. Alfa, Lisboa, 1989.

Albuquerque, Luís de (direção de), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses* (2 vols.), Caminho, Lisboa, 1994.

Almeida, Fortunato, *História da Igreja em Portugal* (2 vols.), Ed. Civilização, Lisboa, 1968.

Álvares, Francisco, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, INCM, Lisboa, ed. facsimile, 1989.

Barbosa, Duarte, *O Livro de Duarte Barbosa*, Europa/América, Lisboa, 1993.

Barros, João de, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia), Ed. Livraria S. Carlos, Lisboa, 1973/1975.

Bocarro, António, *Livro das Plantas de todas as fortalezas cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* (3 vols.), INCM, Lisboa, 1992.

Bouchon, Geneviève, *Afonso de Albuquerque. O leão dos mares da Ásia*, Quetzal, Lisboa, 2^a ed., 2000.

Boxer, Charles Ralph, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, Ed. 70, Lisboa, 1989.

Boxer, Charles Ralph, *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*, Ed. 70, Lisboa, 1982.

Castanheda, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (2 vols.), Ed. M. Lopes de Almeida, Lello, Porto, 1979.

Castro, D. João de, *Obras Completas de D. João de Castro* (4 vols.), Ed. de Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Coimbra, 1969-1982.

Correia, Gaspar, *Lendas da Índia* (4 vols.), Ed. M. Lopes de Almeida, Lello, Porto, 1975.

Correia, A. C. Germano da Silva, *História da Colonização Portuguesa na Índia* (6 vols.), Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1948-1958.

Cortesão, Armando, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1978.

Cortesão, Armando e Albuquerque, Luís de, *Obras Completas de D. João de Castro* (4 vols., ed. crítica), Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Coimbra, 1968-1982.

Cortesão, Jaime, *História da expansão portuguesa*, INCM, Lisboa, 1993.

Costa Pinto, Rui Miguel, *A Costa Oriental Africana (1640-1668)*, Ed. Estar, Lisboa, 2002.

Couto, Diogo do, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia), Ed. Livraria S. Carlos, Lisboa, 1973/1975.

Couto, Diogo do, *O Soldado Prático*, Sá da Costa, Lisboa, 3^a ed., 1980.

História Trágico-Marítima (comp. de Bernardo Gomes de Brito) (3 vols.), C.ia editora do Minho, Barcelos, 1942.

Lobato, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulândia – Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Instituto Português do Oriente, Macau, 1999.

Loureiro, Rui Manuel, *O manuscrito de Lisboa da “Suma Oriental” de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, Instituto Português do Oriente, Macau/Lisboa, 1996.

Martins do Vale, A. M., *Os Portugueses em Macau (1750-1800). Degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassallos d’El-Rei?*, Instituto Português do Oriente, Macau, 1997.

Matoso, José (org.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. (Vol. III – Ásia, Oceânia), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.

Mendes Pinto, Fernão, *Peregrinação*, INCM, Lisboa, 1998.

Monteiro, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 8 vols., 1988/2012.

Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, *Portugal nos Mares*, Guimarães editores, Lisboa, 1994.

Peixoto de Araújo, Horácio, *Os Jesuítas no Império da China – O Primeiro Século (1582-1680)*, Instituto Português do Oriente, Macau, 2000.

Queiroz sj, Fernão de, *Conquista temporal e espiritual de Ceilão*, Ed. P.E. Pieris, Colombo, 1916.

Rangel, Alexandra Sofia, *Filhos da Terra – A comunidade macaense, ontem e hoje*, Instituto Internacional de Macau, Macau, 2012.

Resende, André, *Antiguidades da Lusitânia (As)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (2^a ed), 2009.

Ribeiro, João, *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, Ed. Alfa, Lisboa, 1989.

Silva Rego, António da, *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente (Índia) (12 vols.)*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1947/1958.

Silva Rego, António da, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.

Sousa, padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Lello & Irmão, Porto, 1978.

Teixeira, padre Manuel, *Macau no século XVII*, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, Macau, 1982.

Trindade, frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, Centro de Estudos Ultramarinos, Lisboa, 1962.

Varnhagen, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil*, E. & H. Laemmert, Rio de Janeiro, (2 vols) 1857.

Velho, Álvaro, *Relação da viagem de Vasco da Gama* (Apresentação de L. de Albuquerque), Ed. do Ministério da Educação, Lisboa, 1990.

O ADVENTO DO Vº IMPÉRIO



Reflexões sobre a atualidade da mensagem cristã na era das incertezas

Os portugueses espalharam, pelo mundo *de gentes estranhas* que lhes coube em partilha, as Misericórdias, uma organização socio-religiosa característica de um reino que, nos séculos XV e XVI, assumiu e defendeu uma ação de cruzada nas suas empreitadas de expansão territorial e comercial. Foi a rainha viúva D. Leonor, esposa de D. João II, quem criou oficialmente esta instituição no mesmo ano em que Vasco da Gama chegava à Índia (1498). A instituição destinava-se a praticar as Obras de Misericórdia, para aliviar o sofrimento dos mais desamparados. No primeiro livro editado em português, o *Tratado de Confissom*, impresso em Chaves em 1489, tradução de um texto castelhano mais antigo destinado a orientar o clero no exercício do sacramento da penitência, encontram-se enumeradas as catorze obras de misericórdia corporais e espirituais que ao longo dos séculos sempre constituíram os parâmetros e os fundamentos da vida cristã. Durante o período da expansão portuguesa pelo *Novo Mundo* e pelo oriente, as Misericórdias foram uma das instituições (juntamente com as câmaras municipais) que mais sólidas raízes lançaram ao serviço dos emigrantes e dos povos nativos dos espaços conquistados. Só no oriente, de Moçambique ao Japão, chegaram a ser mais de trinta, graças à conjugação dos esforços dos governadores, dos vice-reis e dos missionários, sobretudo dos jesuítas, no quadro do *Padroado* português. A primeira Misericórdia do oriente terá sido a de Moçambique, logo em 1507 e em seguida a de Goa que já funcionava plenamente em 1530. A primeira do *Novo Mundo* foi fundada em Santos (Brasil) por Braz Cubas em 1543. Data de 1559 a fundação da Misericórdia mais distante de todo o domínio português, a da diocese de Funai, no Japão, onde os primeiros jesuítas chegaram em missão exploratória em 1549, a Kagoshima, na ilha

de Kinshu, liderados por São Francisco Xavier e um samurai convertido de nome Angiró.

Desde as suas origens em Portugal, as instituições de solidariedade social estiveram ligadas ao culto do Espírito Santo, sob cuja invocação permaneceram. Antes da iniciativa da rainha D. Leonor (sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia) já existiam outras instituições de assistência, hospitais e confrarias do Espírito Santo. O *Hospital do Espírito Santo* de Santarém data de 1269 e a *Confraria do Espírito Santo dos Mareantes*, em Sesimbra, que prestava assistência aos pescadores, data do século XIV. A fraternidade esotérica dos Rosacruceanos mantinha já em meados do século XV em Inglaterra uma confraria de assistência aos desamparados chamada *Casa do Espírito Santo*, a qual tinha também por objetivo aconselhar e orientar os monarcas europeus na boa condução dos destinos da humanidade. Outras instituições criadas para a proteção dos pobres e dos doentes e para a redenção dos cativos tinham-se propagado por todo o mundo cristão em apoio ao movimento das cruzadas: foi o caso dos Hospitalários (1050), dos Trinitários (1198) e dos Mercedários (1218), que ainda hoje existem e dos Templários (1119), de trágica e atribulada memória. Na tradição religiosa iniciada por Joaquim de Fiore (1132-1202), um monge cisterciense da Calábria do século XII, filósofo e místico, estava iminente o início da terceira fase da história da humanidade, que seria a *Idade do Espírito Santo* (depois da *Idade do Pai* que terminou com a ressurreição de Jesus Cristo e da *Idade do Filho* que se iniciou com a Redenção). Joaquim de Fiore foi um dos muitos promotores das ideias do milenarismo, daquele período especial da história da humanidade (mil anos de fraternidade universal) antes do final dos tempos e da segunda vinda de Cristo. Mais concretamente, o milenarismo joaquinita (que não é propriamente um *milenarismo* porque não anuncia um tempo de mil anos) propunha e profetizava a passagem do tempo de uma igreja corrompida e prostituída pelo poder para uma igreja de santidade cujo surgimento estaria iminente – e os que partilhavam as ideias do monge apontavam mesmo uma data previsível, 1260. Ele é praticamente contemporâneo de São Francisco de Assis, um reformador exuberante nas suas paixões que pregava também a pobreza e a simplicidade (1183-1226) como virtudes de um tempo novo para a igreja de Cristo. As teorias religiosas e profanas do milenarismo que surgiram ao longo da história baseiam-se

todas no mesmo texto do Apocalipse de São João (Ap., 20 e 21) que descreve os tempos finais da humanidade e o advento da Jerusalém Celeste. Muitos dos apocalipses apócrifos que surgiram depois, desenvolveram e inspiraram teorias do milenarismo, sob a forma das mais variadas profecias sibilinas. O *Apocalipse* atribuído ao bispo Metódio de Olimpos (data do séc. VIII), as *Centúrias* de Nostradamus (1555), as *Trovas* do Bândarra (manuscritas em 1540, editadas desde 1603) e os *Sebastianismos* bem portugueses são variantes exotéricas destes enredos. Desde a queda de Jerusalém em poder dos muçulmanos no ano de 637, que todos os milenarismos cristãos fazem coincidir o início da nova era com a tomada da cidade pelos cristãos e o fim do poder muçulmano. Jerusalém voltou a ser cristã por muito pouco tempo, o de um reino efémero e frágil entre 1099 e 1187, por isso a tão esperada nova era nunca se concretizou e a *Jerusalém Celeste* do Apocalipse bíblico continuou uma profecia. Todas as instituições votadas à prática das Obras de Misericórdia que nasceram e cresceram no tempo das guerras com os muçulmanos para a conquista da Terra Santa, tinham também como objetivo o resgate dos cativos (Templários, Hospitalários, Trinitários, Mercedários...) e partilhavam o mesmo espírito profético de serem modelos avançados da sociedade humana de um futuro anunciado, o tempo que precedia o regresso de Cristo.

Nos Açores, a criação de confrarias de assistência (os *Impérios*) assumiu e preservou o ritual do tempo da fundação das confrarias medievais, o qual se expandiu pelos espaços da diáspora açoriana sob a mesma evocação do Espírito Santo. Os *Impérios* são irmandades de beneficência com um complexo ritual festivo, fixado em redor de objetos e símbolos: a Coroa do Divino, o Cetro, a Bandeira e o seu Alferes, as Varas, o Trinchante, o Trono, o Imperador, o Pajem da Coroa, os Mordomos, os Carros... O enredo que alimenta os rituais das festas, com todas as variantes, tanto em termos de ritual como de figurantes, para se adaptarem a momentos e a espaços culturais específicos, evidencia sempre a importância da prática cristã das Obras de Misericórdia, enquanto se aguardam os tempos anunciados de um futuro melhor.

Nos séculos VIII e IX já existiam em França confrarias de assistência aos pobres e doentes, sob a evocação do Espírito Santo, com festas e arraiais destinados a angariar fundos e géneros para os socorrer, mas foi um acontecimento especial que esteve na origem do que hoje acontece com

o espetáculo dos *Impérios do Divino*. Na primeira década do século XIII o imperador Otão IV do Sacro Império Romano Germânico (1176-1218), um adepto das ideias do seu contemporâneo o monge cisterciense Joaquim de Fiore (1132-1202), fundou uma confraria para prestar assistência aos pobres e desprotegidos. Durante a cerimónia religiosa que marcou a abertura da instituição, na catedral de São Brás da cidade de Brunsvique, na Baixa Saxónia, o imperador chamou uma criança pobre, fê-la sentar no seu cadeiral e colocou na cabeça dela a coroa imperial. O gesto comoveu o povo e a cerimónia repetia-se todos os anos, com um arraial centrado numa grande boda, distribuição de comida pelos pobres e angariação de fundos para os assistir ao longo do ano, com a réplica da coroa imperial (a *Coroa do Divino*) a ser colocada na cabeça de uma criança pobre e exibida em procissão. A rainha Isabel de Aragão, esposa do rei D. Dinis (a Rainha Santa), descendente pela via materna dos imperadores alemães e sobrinha de santa Isabel da Hungria – também ela uma construtora de hospitais e de confrarias de assistência –, empenhou-se em imitar a postura dos seus antepassados nos últimos anos do século XIII, quando fundou nas terras de Alenquer que lhe pertenciam (em 1296) uma *Irmandade do Espírito Santo*, introduzindo em Portugal aqueles mesmos rituais que ainda hoje fazem parte das manifestações socio-religiosas mais divulgadas pelo mundo da diáspora portuguesa: a coroação do menino-imperador numa cerimónia religiosa em honra do Espírito Santo, bem como um arraial popular com distribuição de comida aos necessitados – em Alenquer a boda era feita com a carne das rezes abatidas nas touradas. As ideias do monge calabrés chegaram a Portugal desde o final do século XIII graças ao franciscano aragonês Arnaldo de Vilanova (1238-1316), médico, teólogo e chanceler de Jaime II de Aragão e inspiraram a rainha santa Isabel (irmã de Jaime II) na promoção do culto do Espírito Santo, que presidia a um vasto projeto de criação de irmandades e confrarias para a prática das Obras de Misericórdia. Assim nasceram os *Impérios do Espírito Santo*.

A fundação das *Irmandades, Impérios e Misericórdias* está portanto ligada diretamente às famílias reais mais antigas da Europa cristã. Ela inspira-se na prática da caridade e na descrição apocalíptica e milenarista das idades da humanidade, assumida por muitos pensadores e mais conhecida pelos escritos do místico calabrés Joaquim de Fiore. Estamos no tempo do grande desenvolvimento do misticismo (séc. XII e XIII), cujas

raízes são ibéricas e nos conduzem às figuras pioneiras de Ibn Al-Arabi (muçulmano), Santo António de Lisboa (cristão) e Moisés de Léon (Kabala judaica). O misticismo ibérico é milenarista e profético: chegados os mil anos de fraternidade universal, antes do fim dos tempos, a humanidade terá alcançado um padrão de vida e de solidariedade que não necessitará mais das Obras de Misericórdia, na era do *Esplendor*. Esta ideologia teve ao longo dos séculos versões tanto religiosas como profanas. A mais antiga versão medieval será talvez a da irmandade rosacruciana, fundada por Christian Rosenkruz (1378-1484), que ao longo das grandes viagens que empreendeu pelo oriente e de uma permanência de cinco anos na Península Ibérica se iniciou ao sufismo muçulmano, à kabala hebraica e ao misticismo cristão, que inspiraram a criação da *Casa do Espírito Santo*. Na mais recente das versões profanas, a do filósofo e cientista americano Alvin Toffler (1928-2016), a terceira idade do homem seria a da *terceira vaga*, a do conhecimento, depois da idade da revolução agrícola e da idade da revolução industrial, culminando na era já previsível da *sustentabilidade*, a do equilíbrio entre o homem e a natureza. O filósofo português Agostinho da Silva defendeu uma ideologia muito próxima da versão milenarista de Joaquim de Fiore, anunciando uma *Idade do Espírito Santo*. Todas as constituições recentes das nações mais avançadas mencionam como direitos dos cidadãos uma versão laica das Obras de Misericórdia mencionadas nos manuais da vida cristã mais antigos que se conhecem. Os *Impérios do Espírito Santo*, no seu enredo folclórico e tradicional, continuam a preservar um ritual profético que anuncia o mundo do futuro.

O papa Francisco propôs para o calendário católico de 2016 um ano santo especial sob o tema da Paz e Misericórdia, porque *Deus não é indiferente; importa-Lhe a humanidade! Deus não a abandona!* O cristianismo nasceu dentro da tradição hebraica e os primeiros cristãos que aderiram às novas ideias foram os frequentadores de algumas sinagogas judaicas dispersas, tanto judeus de tradição como gentios convertidos às novas ideias; passadas poucas dezenas de anos, um judeu turco propunha a primeira grande reforma ideológica do cristianismo, alargando a Redenção a todos os povos do Império Romano, de todas as classes sociais e de todas as raças, patrícios e plebeus, legionários e paisanos, cidadãos livres e escravos, fossem eles romanos, líbios ou etíopes. A postura rebelde de Paulo de Tarso, o primeiro grande reformador da doutrina cristã

representava ainda tão-somente um primeiro passo, tímido, para a sua globalização. Nos primeiros anos do século V, o bispo de uma comunidade cristã do norte de África escrevia uma obra monumental, porventura um dos textos mais geniais de toda a produção intelectual da humanidade. Chamava-se Agostinho Aurélio (354-430) e a obra intitulava-se *De Civitate Dei*. O Império Romano Ocidental separara-se do Oriental nos últimos anos do século IV (396); minado pela corrupção e pelo abandono das virtudes tradicionais, o ocidente estava em profunda decadência e sobrevivia lançando os últimos alentos. Roma, a capital do império, tinha sido saqueada em 410 pelos Visigodos e a cidade de Hipona (Hippo Regius, hoje Annaba, na Argélia), onde Agostinho era bispo, seria saqueada e destruída pelos Vândalos no ano da sua morte. A *Cidade de Deus* é o *Povo de Deus* no final dos tempos: *civitate* não significa no latim de Agostinho *cidade*, mas *povo*, com o mesmo significado do título de Caio Octávio Turino no interregno monárquico entre a República e o Império, *Princeps Civitatis*: o *Príncipe do Povo*. *Civitate Dei* significa portanto: *Povo de Deus*. Para santo Agostinho o *Povo de Deus* é a humanidade inteira, muito mais do que o Império decadente que sucumbirá em 476 à invasão dos Hérulos, povo germânico comandado por Odoacro, um familiar do chefe dos invasores Hunos – Átila, o *flagelo de Deus*. A mais extraordinária criação literária e ideológica da história do cristianismo surgiu num momento de crise e de incerteza: o da queda do Império.

O cristianismo assumiu, no tempo do imperador Constantino (272-337), pelos anos do primeiro grande concílio da igreja (em Niceia, hoje Iznik, na Turquia, em 325) a gestão cultural e religiosa do Império. Este concílio marca a passagem do tempo das igrejas primitivas para o da primeira expansão, o de uma igreja à mesma escala da do poder político e militar. Dificilmente se imaginava então que as populações mais rudes, como os habitantes das regiões isoladas e periféricas (os *pagani*, paisanos ou pagãos), pudessem aderir à nova doutrina e que houvesse fora do Império povos e civilizações suficientemente evoluídas para entenderem e assumirem a complexidade ideológica do mistério da Redenção. São Paulo, um mercador judeu e cidadão romano, culto e iniciado às filosofias da Grécia, estendera a mensagem aos não-judeus, aos *gentios*, mas limitara-a às fronteiras do Império. Porém, no tempo de Agostinho, apenas um século depois de Constantino (uns 360 anos depois de São Paulo),

esse Império já estava a ser desmantelado por povos cristãos que tinham feito parte dele e se serviam do cristianismo para reivindicar identidades diferenciadas e independências. No norte de África, o berbere Agostinho Aurélio sabia melhor que ninguém que uma vasta e variada mancha racial estava prestes a invadir e a confrontar-se com os herdeiros do Império e imaginava todos os homens dos climas habitáveis da terra, cuja dimensão ele ignorava, fazendo parte daquela Jerusalém Celeste dos últimos tempos, ou seja uma história da Redenção alargada a toda a humanidade, ao *Povo de Deus*. Esta é uma visão moderna do cristianismo, apostólica e missionária, mais abrangente e arriscada que a de São Paulo: *importa a Deus a humanidade inteira*, ponto de partida da mensagem do papa Francisco. Após dois milénios de história, a ideia cristã da Redenção é conhecida e partilhada por cerca de um terço da humanidade.

2. As Misericórdias nasceram, desenvolveram-se e expandiram-se como modelos proféticos, como a antevisão de uma civilização do futuro edificada sobre os ideais cristãos da justiça, fraternidade e solidariedade. Em outras sociedades avançadas, onde o cristianismo não serviu de modelo nem de referência ideológica, também surgiram instituições públicas e privadas de solidariedade social, hospitais e albergues de assistência aos pobres e doentes, presos e órfãos, como na Grécia de Alexandre o Grande, no tempo da República de Roma e no Império Romano do tempo dos Flávios. Os conquistadores espanhóis encontraram sistemas similares nas sociedades Incas, Aztecas e Maias quando invadiram o *Novo Mundo*. Os primeiros missionários do Oriente deram com semelhantes instituições no Nepal e na China. A particularidade, nas civilizações de raiz cristã, foi a de servirem de modelos proféticos do futuro, uma espécie de anteprojecto do final dos tempos anunciado no Apocalipse: um reino de mil anos antes da euforia definitiva da Nova Jerusalém. Uma ideologia de cariz místico.

Nos dois últimos milénios de história da humanidade os cristãos tiveram ideias e intervenções de grande relevo alcançando a adesão de cerca de 32% das criaturas humanas (2,2 bilhões numa população mundial de sete bilhões, dos quais cerca de metade, 1,1 bilhões, são católicos ou seja uns 16% da população mundial – dados do Conselho Mundial de Igrejas, WWC Genebra, Abril de 2016). Porém, os ideais cristãos parecem mais distantes e mais difíceis de alcançar nos nossos dias: as disparidades

entre ricos e pobres, entre cidadãos e excluídos, a concentração da riqueza e o alastramento da pobreza, a violência entre modelos e poderes económicos, não auguram a proximidade de uma era de felicidade. O século XX foi abalado por duas guerras mundiais e sucessivas réplicas que provocaram mais de oitenta milhões de mortos e deslocados e o século XXI nasceu traumatizado pelo aumento desenfreado do terror e pela iminência de novos conflitos globais, por guerrilhas conduzidas por células radicais, que ninguém sabe ao certo como evitar. O papa Francisco desenha assim o panorama: *guerras e actos terroristas, com as suas trágicas consequências de sequestros de pessoas, perseguições por motivos étnicos ou religiosos, prevaricações, multiplicando-se cruelmente em muitas regiões do mundo, a ponto de assumir os contornos daquela que se poderia chamar uma terceira guerra mundial por pedaços.*

Torna-se difícil, mesmo no contexto reduzido da Europa cristã, onde a adesão ou pelo menos o apreço pelo cristianismo abrange os 76% da população, acreditar no advento possível de um mundo novo, mais justo e solidário. Nos últimos dez anos a Europa comunitária, criada após o trauma das guerras para melhorar o desempenho dos países membros e procurar maior riqueza e bem-estar, conseguiu a proeza inédita de criar mais de cem milhões de pobres, uma situação agravada nos últimos três anos pela invasão de cinco milhões de refugiados de outras crenças e culturas, oriundos dos continentes africano e asiático. Eles continuam a juntar-se a multidões desamparadas às fronteiras da União Europeia que não tem planos para os aceitar nem para se livrar deles. A Europa exibiu-se ao resto do mundo como um imenso condomínio privado de gente rica e bem-sucedida, propondo um modelo social democrático como solução para todos os problemas, quando de repente e sem aviso entrou em decadência acelerada, sem soluções para os seus problemas internos, tanto os demográficos como os da produtividade e da partilha da riqueza. Sem constituição, regendo-se por decretos altamente complexos e entregue aos critérios de comissários desprovidos de princípios morais, a Europa parece-se cada vez mais como os últimos tempos do Império Romano. Os movimentos migratórios invasivos não são novidade. Facilmente esquecemos o passado, quando povos bárbaros provocaram a queda do Império Romano, quando os refugiados Suevos e Visigodos mudaram por completo o panorama racial e cultural da Península Ibérica; os Hunos

de Átila e os mongóis de Gengis Kahn transformaram a mancha social e política da Europa central. Estes invasores, descendentes dos ancestrais arianos, formam uma fatia considerável da humanidade inteira e fazem hoje parte integrante do ADN dos povos indo-europeus. A consciência desta realidade ajuda-nos a compreender de maneira quase sensual o que é a fraternidade humana. Torna-se necessário esclarecer a população europeia sobre o seu passado e as suas origens, em especial sobre os grandes movimentos migratórios que formaram o alicerce genético do ocidente. Uma tomada de consciência arrepiante.

As Misericórdias têm hoje como no tempo em que foram criadas um papel crucial a desempenhar na sociedade vulnerável e instável que criámos, agora invadida pelos refugiados de outros continentes, para além dos pobres que essa mesma sociedade, dita de primeiro mundo, criou. O pobre do século XXI não reza à soleira dos portões pedindo esmola por alma dos finados, ele nem sequer sabe rezar e desconhece por completo a ligação que porventura possa existir no subconsciente dos cidadãos entre uma sopa de pobre e o reino justo de um futuro profetizado. Os *bancos dos pobres*, à entrada das casas dos abastados, são hoje peças de museu e por toda a parte está escrito que a mendicidade é proibida. Na mais irremediável desventura, em qualquer esquina de rua, no conteúdo de desperdícios de um qualquer contentor de lixo, o ser humano tem hoje a experiência palpável da interdependência: no resto da maçã que cresceu nas encostas da cordilheira dos Andes, na sandália desaparelhada que veio do Bangladesh, no martelo sem cabo de fabrico chinês, na toalha surrada *made in India*, na lâmpada que nos aquecia a noite e que era paquistanesa... catar não é proibido. Ninguém programou, ninguém previu, ninguém avaliou de antemão as consequências da globalização. Quando intelectuais como o canadiano Marshall McLuhan (1911-1980) formalizaram os conteúdos e descreveram a realidade emergente, já a *aldeia global* era um fato consumado e os sintomas da nova ordem repercutiam-se pelo mundo inteiro. Tinha acontecido aquilo que não pode mais voltar a acontecer: tomarmos consciência de um mundo novo, criado por nós, cuja génese e crescimento escaparam ao nosso controle. Isto é uma derrota, o caos para todos os sistemas de educação do mundo atual, que criaram as alfaías, os instrumentos, os sistemas e as tecnologias de uma nova era e todos acabámos surpreendidos e esmagados pela *Metropolis*

que engendramos. (O filme de Fritz Lang tem quase cem anos, mas continua de uma violenta atualidade!) Não pode voltar a acontecer uma coisa assim. Faz uns quarenta anos que acordamos para esta realidade cuja verdadeira amplitude e significado ainda não enxergamos: são 195 nações in(ter)dependentes, 600 grupos linguísticos e uns 5.000 grupos étnicos (inter)ligados por redes comerciais e de comunicação instantânea pelas quais circulam sem limites, atravessando fronteiras permeáveis, pacotes de mensagens pessoais, negócios, técnicas de produtividade, intervenções cirúrgicas, desporto, pornografia, culinária, religião... A grande mudança surgiu com a eletricidade (1873), depois veio o telefone (1876), o automóvel (1886), o avião (1903), a televisão (1926), o computador (1946), o microprocessador (1971), o código de barras (1974) e @ Internet (1991). De todos estes instrumentos só o último, que o guru da globalização não utilizou nem conheceu, se escreve ainda com letra maiúscula. A globalização da produtividade e do consumo faz de nós cidadãos do mundo vulneráveis à pobreza. Nunca se produziu tanto como nos nossos dias, mas aquilo que produzimos e o modo como produzimos pode de repente deixar de ser benéfico para quem vive algures, mesmo ao nosso lado ou no outro lado do mundo. Não está nas mãos dos consumidores nem na boa vontade dos cidadãos a possibilidade de assumir uma postura de solidariedade à escala de um país, muito menos de um continente e do mundo. Vivemos numa sociedade perversa, sem compaixão, onde todos os valores são voláteis, somos vítimas inconsoláveis da globalização que criamos, sem poder de intervenção, o que nos faz cair *na indiferença que humilha, na habituação que anestesia o espírito e impede de descobrir a novidade, no cinismo que destrói*. A indiferença é uma forma de violência, uma guerra global não declarada. O homem voltou a ser *um lobo para o outro homem*, na asserção do dramaturgo Plauto, da antiguidade, retomada pelo filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), autor do *Leviatã* e *Do Cidadão* (1651). O filósofo era Rosacruziano e o artigo décimo da Declaração Rosacruziana dos Deveres do Homem diz assim: *Todo indivíduo tem o dever de considerar a humanidade inteira como sua família e de se comportar em toda circunstância e em todo lugar como um cidadão do mundo, fazendo assim do humanismo a base do seu comportamento e da sua filosofia*. A consciência de uma globalização fazia parte das ideias dos eruditos e visionários do século XVII, que listaram os deveres do ho-

mem antes de reclamarem os direitos. Eram ideais otimistas e românticos que marcaram uma geração de génios.

No limiar dum novo ano, quero convidar a todos para que reconheçam este facto a fim de se vencer a indiferença e conquistar a paz. São palavras do papa, quase um plágio das primeiras linhas de *Leviatã* de Thomas Hobbes. A Inglaterra vivia em meados do século XVII momentos trágicos de grandes mudanças e maiores incertezas, com a intolerância religiosa e as guerras entre católicos e anglicanos a provocar matanças e exílios. Cristãos e judeus da diáspora aguardavam a vinda de um Messias, quando em 1665 as obras do filósofo e matemático foram queimadas em público na universidade de Oxford. No ano seguinte, anunciado como o do regresso das bestas do Apocalipse (666), Londres ardia e a peste dizimava um terço da sua população. Reinava o rei católico Carlos II, casado com Catarina de Bragança (filha de D. João IV), obstinada em ensinar os ingleses a tomar chá e a apreciar o doce de laranja. Nesse mesmo ano, um santo homem que os judeus acreditavam ser o Messias, Sabbatai Zevi, abandonou o judaísmo e converteu-se ao Islão; o padre António Vieira, o criador da versão portuguesa do V^o Império, estava preso pela Inquisição e acusado de delito de heresia. Até uma vidente que divulgava por toda Lisboa as suas viagens secretas à Ilha Encantada onde reinava D. Sebastião, foi nesse ano denunciada e condenada pelo tribunal do Santo Ofício; Maria de Macedo era apenas um exemplo de milhares de personagens reconhecidas pelo povo como profetas e mensageiros de um tempo de esperança. Eles até mereceram imagens expostas nos altares das igrejas de um reino à beira do colapso que procurava, desesperadamente, uma nova identidade. Mas tudo corria mal, na mais desoladora das incertezas. E o *Império V^o e Universal* teve que esperar melhores dias.

3. Os cristãos, que provocaram a maior das mudanças na história da humanidade, sempre tiveram grandes constrangimentos em lidar com as novidades. O próprio Cristo experimentou essas dificuldades nos poucos anos que nos são revelados da sua vida pública. Para apoiar as ideias inovadoras recorreu a prodígios, que se tornaram espetaculares à medida que a mensagem se tornava mais difícil de enxergar. Mudar a água em vinho, curar o filho de um legionário ou qualquer doença corriqueira, dar de comer à multidão que o rodeava, curar cegos e coxos, era quanto bas-

tava para que levassem a sério o discurso sobre a justiça, a solidariedade e a fraternidade e para que continuassem a interessar-se pelas novas ideias morais e sociais que defendia, próximas das de um grupo exotérico liderado por um parente seu chamado João. Mas quando o assunto era mais sério, ao anunciar uma nova ordem política e religiosa, falando de um reino do futuro que não seria nem judaico nem romano mas um reino de Deus do qual se dizia filho, aí foi necessário ressuscitar um morto para que o levassem a sério. Foi então que a sua doutrina começou a provocar mal-estar nas comunidades judaicas tradicionais. No final de uma atuação de poucos anos como Rabi, uma intervenção temerária no recinto do templo durante as festas da Páscoa do ano 30 provocou um motim generalizado que escapou ao controle do pequeno grupo que sempre o acompanhava e garantia a sua segurança. Após o saque das bancas de câmbio e a comemoração do sucesso com uma ceia de gourmet, Jesus tornou-se em poucas horas o inimigo público número um da ordem estabelecida. Em menos de dois dias foi preso, julgado, condenado, crucificado e sepultado. Foi a 14 do mês de Nissan do ano 30, numa Sexta-feira 6 de Abril. Ao romper do dia 16 (8 de Abril) cumpria-se a promessa que garantia a história da Redenção da humanidade: o sepulcro emprestado onde à pressa tinham guardado o corpo, estava vazio.

No início do século XVI, quando se iniciava a expansão militar e comercial dos fidelíssimos reinos ibéricos pelo *Novo Mundo* e pelo oriente, o cristianismo foi sacudido por novidades que não se enquadravam nos parâmetros convencionais da geografia do mundo e da história da humanidade. As principais novidades foram as seguintes: 1. Que a terra não era um astro fixo, antes flutuava no espaço e movia-se. O seu lugar e posicionamento não eram privilegiados nem dependiam de nenhuma vontade ou desígnio divinos, antes se explicavam pela matemática e pelas forças interdependentes dos planetas do sistema solar. 2. Que nem a terra nem o sol eram o centro do universo e que este era tão vasto, tão povoado por outros sistemas solares que não se lhe podia fixar o centro nem os limites. 3. Que todos os oceanos comunicavam entre si e que, através deles, poder-se-iam contactar todos os povos da terra os quais, por mais diferenciadas que fossem as raças humanas, todos faziam parte da mesma humanidade. 4. Que havia muitas civilizações e povos espalhados pelos reinos da terra que nunca tinham sequer ouvido falar da igreja de Cristo

e do mistério da Redenção e prestavam culto a outras divindades, sem que disso tivessem culpa alguma.

Todos estes discursos eram novidades avassaladoras que dificilmente se integravam nas teorias convencionais do ensino da igreja católica que assumira, como referência e padrão do saber, o rigor dos textos da bíblia hebraica revelados por Deus, mais os dos evangelistas e os dos primeiros responsáveis pela divulgação da doutrina (Paulo, Pedro, Tiago, João e Judas). Por isso, perante a dificuldade de assimilar e compreender tantas novidades, foi mais fácil usar o poder e a força para as reprimir, condenar e proibir, em nome daquele mesmo Deus que revelara toda a verdade. Os cientistas que viviam e divulgavam as suas teorias nos países de obediência católica foram condenados ao silêncio e à morte: de Nicolau Copérnico a Galileu e Giordano Bruno, todos sofreram as consequências de enfrentarem o poder religioso ao defenderem novas ideias sobre o universo, o mundo e a humanidade. O século XVI foi o século mágico de todas as surpresas, mas o desentendimento vinha de longe e deixara profundas sequelas. Já no ano de 1054, por causa de diferenças culturais e políticas, se tinha processado a separação definitiva e irreparável entre a igreja romana e a igreja ortodoxa oriental. O cisma foi provocado por uma questão banal, a do uso do pão fermentado pela igreja bizantina e do pão ázimo pela igreja romana na celebração da eucaristia, mas as verdadeiras razões eram muito mais complexas e antigas. Na era de '500 a já reduzida igreja católica romana sofria uma nova divisão com o movimento reformista que se formalizou a partir de 1517 com a afixação de noventa e cinco teses na porta da igreja do castelo de Wittemberg que o monge e teólogo agostiniano Martinho Lutero queria propor a todos os crentes para uma discussão alargada. Posições intransigentes das partes em conflito conduziram rapidamente a um caos ideológico com repercussões políticas e militares. A nova divisão da igreja de Cristo, em vez de inspirar uma atitude honesta de humildade e de reflexão, provocou uma reação de arrogância e de fundamentalismo, apoiada pela fulgurante expansão política, militar e cultural dos países ibéricos. Nesse mesmo ano, os missionários católicos do *Padroado Português*, seguindo as investidas e protegidos pelos militares e comerciantes, espalhavam-se pelo continente asiático, desde Goa até Ceilão e Malaca, dependentes da recém-criada diocese do Funchal (1515), depois de uma espalhafatosa embaixada do rei D. Ma-

nuel ao papa Leão X, comandada por Tristão da Cunha (1514). O papa de Roma e o patriarca de Constantinopla tinham-se excomungado mutuamente em 1054, o que voltou a acontecer com os reformadores. Quanto às novidades científicas, os reformadores acolheram-nas com entusiasmo enquanto a igreja de Roma as condenava sem reservas nem contemplações, tolerando a utilização prática dos seus princípios para permitirem o sucesso e a precisão das navegações que garantiam a imparável expansão do catolicismo. Portugal e Espanha, fidelíssimos à obediência romana, impediram que as ideias reformistas se expandissem pelo *Novo Mundo* e pelo oriente.

Dividida e arrogante, a igreja de Cristo não era então nenhum modelo de tolerância, nem de humildade, nem de justiça. A propagação do catolicismo pelo *Novo Mundo*, por todo o continente americano, onde se encontraram civilizações antiquíssimas e também os povos mais primitivos do planeta, aconteceu de maneira rápida e sem grandes obstáculos, à mercê de campanhas militares marcadas pela extrema violência. Foram criadas trinta e uma dioceses na América Latina espanhola no século XVI. Pelo continente asiático, a empreitada militar, comercial e religiosa dos portugueses avançava mais lentamente, ao ritmo do crescente poderio militar das armadas e dos castigos exemplares aplicados às frotas e às feitorias muçulmanas. A difícil mas eficiente penetração cristã pelo berço das mais antigas civilizações do planeta provocava uma euforia sem precedentes que contribuiu para fazer esquecer e camuflar as fraturas expostas no corpo de Cristo. Em 1585 o papa Sisto V, um homem tão autoritário e severo quanto arrogante, mandou deslocar um obelisco e fixou-o no centro da praça de São Pedro. Era uma fabulosa peça de granito rosado com cerca de quarenta metros de altura pesando trezentas toneladas, que tinha sido talhada nas pedreiras de Assuão, no Egito, cerca de dois mil anos antes de Cristo. O imperador Augusto queria o obelisco em Roma mas apenas conseguiu deslocá-lo até Alexandria; Calígula teve sucesso pelos anos 30 da era cristã, uma verdadeira proeza de logística. Destinava-se a embelezar um hipódromo, mas acabou como monumento funerário. O papa mandou retirar da ponta em forma de pirâmide perfeita a bola de ouro com as cinzas de Júlio César e substituiu-a por uma cruz – a mesma que lá se encontra desde então. Nesse ano de 1585 as missões portuguesas no Oriente tinham-se espalhado pela China e pelo Japão.

Insatisfeito com a proeza, o mesmo papa mandou erguer em 1588, no topo da coluna de Trajano com trinta e oito metros de altura, feita de vinte blocos de mármore pesando cada um quarenta toneladas, uma estátua de São Pedro, marcando assim com mais um símbolo católico um dos emblemas mais significativos do Império Romano: Trajano foi um imperador de origem ibérica, aquele que alargou o Império até ao máximo da sua extensão e a coluna de mármore, erguida no espaço mais nobre da Roma Antiga, o Forum, estava toda esculpida relatando as suas campanhas; o monumento data do ano 113. Mais dois de uma dúzia de obeliscos egípcios disseminados pela cidade de Roma foram recuperados por Sisto V e encimados com cruzes. A igreja de Roma exibia assim simbolicamente a supremacia sobre os antigos impérios, dominando os vestígios que deles restavam. Era o novo império que se afirmava, o do reino de Cristo na sua versão católica romana.

No ano de 1656 o último papa renascentista, Alexandre VII (toscano de Siena, Flávio Chigi), encomendava ao escultor e arquiteto Gian Lorenzo Bernini (1598-1680), àquele mesmo que tinha realizado o fantástico baldaquino em bronze sob a cúpula da basílica com trinta metros de altura a pedido do papa Urbano VIII (Maffeo Barberini), uma colunata megalómana para o exterior, simbolizando a igreja abraçando e protegendo o mundo, uma elíptica monumental à volta daquele obelisco milenário, com duzentas e oitenta e quatro colunas e cento e quarenta estátuas de santos. Nesse mesmo ano a rainha Cristina da Suécia (na realidade de todos os povos escandinavos), recém-convertida ao catolicismo, cavalgava com um séquito espalhafatoso pela praça de São Pedro, perante os cardeais deslumbrados. Nada era demais para exibir o poder de uma igreja católica ufana e universal: as dioceses católicas espalhavam-se por todos os continentes do planeta, enquanto as igrejas reformadas não possuíam uma organização sólida para poderem competir, acompanhando o expansionismo ocidental. No Maranhão e Grão-Pará, entre os indígenas mais primitivos da terra, os missionários edificavam igrejas, colégios e hospitais de barro e palha; um desses missionários, o padre António Vieira, acreditava que no meio dessa gente *pisada e dilacerada* se encontravam, dispersos e perdidos, descendentes das tribos perdidas de Israel e imaginava que com todos eles, índios e judeus, reinóis e negros etíopes, se construiria o Vº Império. Um grande viajante, o judeu português António

Montesinos, afirmava que tinha encontrado nos planaltos amazônicos da Colômbia os descendentes da tribo de Ruben; estava escrito nas trovas do Bandarra e Vieira entrou em delírio. Em 1716 o papa Clemente XI recebia em Roma a última grande homenagem de um soberano católico: a embaixada do rei D. João V, com quinze coches cada qual o mais luxuoso e vistoso, um arraial de fausto e exaltação. Clemente XI era o cardeal Giovanni Francesco Albani, homem de uma tremenda erudição. Aos 20 anos de idade frequentava a Academia da corte romana de Cristina da Suécia no palácio Riário, onde conheceu pessoalmente e se apaixonou pela eloquência do padre António Vieira, expulso dos sertões do Maranhão e Grão-Pará fazia então doze anos. Para o rei Magnânimo, o ouro do Brasil parecia não ter fim e justificava todas as euforias; na sequência de tão generosa e deslumbrante embaixada (esquecida há muito a ainda mais espalhafatosa embaixada do rei Filipe IV de Espanha ao papa Inocêncio X em 1650 com trezentas carruagens, para persuadir o papa a não reconhecer o rei D. João IV de Portugal – Vieira estava então em Roma e presenciou o desfile que entupiu as ruas da cidade) o papa Clemente XI concedeu ao arcebispo de Lisboa o título de *Patriarca*, ao rei de Portugal o de *Fidelíssimo* e criou no ano seguinte mais uma diocese no *Novo Mundo*, Belém do Pará. E logo se editava em Lisboa, com grandes louvores e manifestações de apreço dos censores da Inquisição, a *História do Futuro* do padre António Vieira, redigida fazia já cinquenta e três anos, quando era réu no processo da Inquisição que o condenara.

4. No meio da maior desolação para o reino de Portugal, quando quase todo o comércio do oriente já tinha passado para as mãos dos holandeses e ingleses, o padre António Vieira imaginava, no seu exílio dourado de Roma, na década de '70 do século XVII, nada menos que o Vº Império. Tinha passado por um processo complicado, acusado e condenado pela Inquisição de delito de heresia e agora encontrava-se na capital da cristandade rodeado por uma elite de cardeais, príncipes e embaixadores que admiravam a sua oratória e as ideias geniais que defendia. A ideia do Vº Império enraizava-se nas grandes tradições cristãs, desde os textos apocalípticos mais antigos até às tradições populares do século XVI, de teor messiânico, profético e sibilino. Na realidade, a fonte de todo o enredo está num sonho que perturbava o poderoso rei Nabucodonosor de

Babilónia, aquele que destruiu Jerusalém e obrigou o povo de Israel a uma grande migração nos alvares do século VI a.C.: sonho tão estranho e angustiante que, quando acordava, o rei nem sequer se lembrava dele. Os magos que o rodeavam não sabiam como apaziguar a sua mente até que um erudito da comunidade hebraica descobriu o processo para libertar o subconsciente do rei, utilizando a hipnose para que se recordasse do pesadelo: era uma estátua feita de ouro, cobre, prata e ferro, com pés de barro, destruída por um pedregulho que despencava da montanha e amalgamava tudo numa nova realidade. Depois do alívio, a angústia e o medo foram maiores quando Daniel, o jovem mago e profeta hebreu, explicou ao rei o significado de tão estranho sonho: o seu reino estava a acabar e seria esmagado por outro poder que o substituiria brevemente. Daniel e os hebreus passaram a vítimas da fúria do rei.

Toda a dinastia de Avis tinha assumido e divulgado a euforia da origem divina do reino de Portugal: Jesus Cristo em pessoa, pregado numa cruz, teria aparecido ao nosso primeiro rei na véspera de uma grande batalha de desfecho imprevisível anunciando-lhe, no futuro, a concretização de um império universal, aquele mesmo do capítulo 20 do Apocalipse. Durante os duzentos anos que durou a dinastia, os oito reis apoiaram a ideia de um projeto messiânico e imperial, que se traduzia concretamente na luta contra o mundo muçulmano, na conquista da Terra Santa e na criação de um império cristão mundial, enfim de uma nova cruzada. O povo aderiu, graças à considerável influência da população de origem hebraica e muçulmana que esperava também para aqueles tempos e para as suas comunidades a vinda de um messias libertador. A aventura começou em Ceuta (1415), dobrou o continente africano (1488), chegou à Índia (1498), alcançou Malaca (1511), estendeu-se até ao Japão (1549), iniciou a sua queda em Alcácer-Quibir (1578), afundou-se com a Invenível Armada (1588) e desmanchou-se em poucos anos a partir de 1624, (com a retirada do Japão e a ocupação de Salvador da Bahia), reinava Filipe III em Portugal. O rei D. Manuel e Afonso de Albuquerque terão sido aqueles que mais afincadamente tentaram concretizar esta fabulosa utopia. Disseram que a cruz voltara a aparecer no Índico aos marinheiros de Albuquerque, a indicar às naus o rumo certo, mas parece que perderam o rumo quando os capitães optaram por satisfazer as próprias ambições, esquecendo a cruzada. Há quem diga que a cruz que apareceu aos na-

vegantes já não tinha o corpo de Cristo! Toda a história da expansão portuguesa pelo mundo está ligada a este mito fundador da aparição de Jesus Cristo e da promessa de um Império feita ao primeiro rei na véspera de uma batalha (Ourique) que talvez nunca tenha acontecido, mito amplamente divulgado a partir do reinado de D. Manuel. A lenda foi depois divulgada através da *Crónica de D. Afonso Henriques* encomendada pelo rei a um nobre e seguidor das ideias de Joaquim de Fiore, Duarte Galvão. Este personagem erudito e dedicado ao serviço da coroa, seria enviado no final da vida (tinha 70 anos) como primeiro embaixador ao reino por tanto tempo utópico e desejado do cristianíssimo Preste João, a Etiópia. Morreu pelo caminho.

Depois da derrota dos portugueses em Alcácer-Quibir, saudosos e optimistas não se conformavam com tamanho desastre e surgiram as profecias do regresso do rei D. Sebastião, ou de outro personagem encoberto que cumprisse a promessa e os desígnios divinos. O messianismo de origem judaica e o mito da aparição de Cristo ao primeiro rei, que passaram a fazer parte dos conceitos populares amplamente divulgados através da tradição oral, retomaram uma vida nova e tomaram conta também de uma fatia considerável da classe erudita de um reino ameaçado. Com o rei perdido, desapareceu também a espada de D. Afonso Henriques que *O Desejado* levava com ele na aventura desatinada, para garantir que com ele se cumpriria a promessa. Inspirado nos escritos de madre Teresa de Ávila, amiga pessoal da mãe do rei e defensora acérrima do seu regresso (defendia que ele ter-se-ia ocultado depois da batalha), e também nos textos do seu confrade José de Anchieta que apontavam para o mesmo desfecho, o jovem Vieira partilhou no tempo da juventude as ideias sebastianistas na moda. Porém, com o sucesso da Restauração, transformou-se num dos mais acérrimos defensores da figura do rei D. João IV como aquele que realizaria o projeto do V^o Império; logo no primeiro sermão pregado na capela real em Janeiro de 1642, ele tornou pública a sua opção pela figura do novo rei como aquele que concretizaria a promessa de Jesus Cristo e realizaria as profecias, tanto as dos profetas bíblicos como as de são frei Gil de Santarém e as das trovas dos profetas populares. O jovem jesuíta, então com apenas trinta e quatro anos, fez desta empreitada um grande projeto ideológico para toda a vida. Foi embaixador, missionário, pregador, o maior génio literário de toda a cultura de língua portuguesa

e dedicou grande parte da vida e da sua tremenda erudição a defender a ideia de um V^o Império, um reino profetizado de riqueza e de felicidade baseado nas virtudes ancestrais dos portugueses e que teria à cabeça um soberano português. O rei D. João IV, que se tornou seu amigo e confidente, nascera predestinado para ser aquele pedregulho do sonho de Nabucodonosor que faria dos impérios passados o alicerce de um novo império. O grande projeto ao qual ele dedicou os momentos mais intensos da sua atividade missionária e literária começou a desenhar-se no Maranhão, na missão que restaurou e dirigiu junto dos povos mais primitivos da terra, missão essa que ele descreveu, numa exegese exotérica e sedutora do capítulo 18 de Isaías, como tendo sido anunciada pelo grande profeta de Judá (Séc. VIII a.C.). Contrariamente aos primeiros missionários, tanto os portugueses como os franceses da França Antártica, que achavam os índios do Brasil tão primitivos que nem sequer poderiam ser convertíveis ao cristianismo, por serem descendentes de Cam e destinados para sempre à escravidão, Vieira partilhava com outros eruditos do seu tempo a ideia de que todos os seres humanos eram igualmente filhos de Deus, merecedores da Redenção e todos faziam parte do reino apocalíptico profetizado; ele partilhava com judeus sefarditas, em especial com o rabino da comunidade portuguesa de Amesterdão, Manasseh ben Israel, com quem conversara longamente nos seus tempos de embaixador por terras holandesas, a convicção de que entre os selvagens da Amazônia se encontravam dispersos, de verdade, os descendentes de algumas das tribos perdidas de Israel.

Quando enviou do Maranhão a carta *Esperanças de Portugal* à rainha D. Luísa, em 1659, escrita numa canoa descendo o rio das Amazonas, o rei seu amigo e admirador já tinha falecido fazia três anos (e também o príncipe herdeiro D. Teodósio de quem fora mestre) mas o missionário anunciava sem hesitar a maior das utopias: a ressurreição de D. João IV para realizar o que estava escrito e faltava cumprir. Esta foi uma das graves questões sobre as quais o tribunal da Inquisição lhe pediu explicações, a outra foi sobre a sua postura face às tribos de Israel e à integração dos judeus no V^o Império. Por tamanhos atropelos às ideias vigentes do tempo ele foi preso, julgado e condenado ao silêncio, na sentença pronunciada em Dezembro de 1667. Mas entretanto mudou a política do reino e surgiram pretextos para que fosse enviado para Roma, onde respirou de novo o perfume da rebeldia, retomando a ideia de que Portugal estava predesti-

nado para realizar aquele milénio de riqueza e felicidade que antecipava a vinda de um Messias, conforme o capítulo 20 do Apocalipse – Messias, Redentor ou Mahdi esperado por judeus, cristãos e muçulmanos. Nesse mundo novo, todos os povos da terra se encontrariam, numa imensa *feira universal*, que só os portugueses tinham vocação para realizar e conduzir. Cem anos antes, o cronista João de Barros tinha descrito Malaca como a *feira universal*, o lugar mais emblemático do encontro de todos os povos da terra, no tempo da grande euforia do Império português do oriente. Num sermão dedicado à rainha santa Isabel, a fundadora das Irmandades e dos Impérios do Espírito Santo, pregado em Roma em 1674, Vieira, então em plena maturidade com sessenta e seis anos, define perante cardeais, nobres e eruditos, o rumo da grande empreitada que lhe resta completar: redigir o texto da *Clavis Prophetarum*, a interpretação dos textos dos profetas onde está escrito que existirá um novo Império, do qual os portugueses e os povos agregados à sua expansão serão o apoio e sobre cujas virtudes se construirá a história do futuro. Tinham passado noventa anos desde as iniciativas pomposas do papa Sisto V, que violou a estatuária monumental de antigos poderes para nela grafitar o advento de um novo império.

5. O Vº Império é a maior utopia jamais saída da mente de um génio e ela é portuguesa, do padre António Vieira. Ela contempla uma visão moderna da sociedade e da história dos homens e é compatível com uma versão contemporânea das mais tradicionais e divulgadas virtudes cristãs, a da prática das Obras de Misericórdia: um mundo novo onde ninguém é indiferente a ninguém, nem mesmo à ideia de um criador (porque a *primeira forma de indiferença na sociedade humana é a indiferença para com Deus, da qual deriva também a indiferença para com o próximo e a criação. Trata-se de um dos graves efeitos dum falso humanismo e do materialismo prático, combinados com um pensamento relativista e niilista* – escreve o papa, que também é jesuíta, na sua mensagem). Vivemos hoje um modo de vida original, o da cidadania mundial, aquela mesma vislumbrada por santo Agostinho quando o Império Romano estava a acabar e era invadido por povos que procuravam refúgio em novos espaços de liberdade. Como no tempo do autor *Da Cidade de Deus*, vivemos hoje numa realidade nova e emergente, numa instabilidade dramática que despoleta o sentimento

de compaixão, com uma variante: o bispo de Hipona não fazia a menor ideia da dimensão do mundo e da diversidade das raças e civilizações que o habitavam. Nos nossos dias, a quantidade de humanos excluídos da cidadania é muito elevada, mas ninguém mais que tenha acesso a uma educação básica pode permitir-se ignorar a dimensão do planeta e a diversidade dos cidadãos que o habitam e não se pode responder aos novos desafios criando e recriando rituais simbólicos; o V^o Império do futuro ou é real ou uma fantasia para entreter as massas. O Império sonhado pelos portugueses no oriente não se construiu com intervenções simbólicas, nem com milagres: ele foi sublime e pareceu eterno enquanto durou. Como em Ourique, o divino todo-poderoso não esmagou com um gesto ou uma palavra milagrosa o poderio dos infieis, antes exigiu dos crentes o combate para assegurar a vitória, para que o milagre de derrotar um inimigo muito mais poderoso acontecesse. O império fez-se com virtudes, escreveu Vieira, e com virtudes ressuscitaria.

Os portugueses definiram a sua identidade na grande empreitada da expansão quando eram um dos mais pequenos povos da Europa (pouco mais de um milhão de habitantes) e se lançaram pelos oceanos ao encontro das outras gentes, motivados por uma utopia desmedida: vencer uma guerra contra o maior império de então, o do mundo muçulmano e recuperar a Terra Santa. Seria necessário um milagre como em Ourique que desta vez não aconteceu; eles falharam, mas enquanto puderam pelejaram com ambição, coragem, violência e intolerância. Afonso de Albuquerque, companheiro e amigo do autor da *Crónica de D. Afonso Henriques*, foi sem dúvida o grande gestor e o condestável desta ideia, assumida e promovida pelo rei D. Manuel. Endossou o projeto de desviar o curso do rio Nilo para secar o Egito e destruir o poder do sultão do Cairo, guardião e defensor da Terra Santa; ele morreu de exaustão na ânsia de terminar a construção das muralhas de Ormuz, porque de todas as praças conquistadas pelos portugueses era a cidade mais próxima de Jerusalém. Nem a cidade santa foi alcançada nem o rio Nilo abandonou o seu leito, ele continua a alimentar as terras do Egito. Todos os exageros cometidos pelos capitães do Índico e do Pacífico valiam na guerra santa contra o Islão e a empreitada dos cristãos, motivada pela causa mais nobre que se podia então imaginar, expandir o reino de Cristo, transformou-se numa gesta de atrocidades. O governador sonhava com o rapto do corpo do profeta

Maomé em Medina, trazendo-o para Lisboa como represália, para obrigar os muçulmanos a entregar a Terra Santa, enquanto os seus capitães planejavam assaltos a navios carregados de mercadorias para regressarem ao reino com fabulosas fortunas. Da cruzada à pirataria a rota era curta.

No tempo do enredo do Vº Império de Vieira, cento e cinquenta anos após a morte de Albuquerque, quase nada restava do esforço da expansão e a coroa portuguesa estava falida, porque a aventura oriental teve como resultado o maior desastre financeiro e económico de toda a história do reino. Os feitos gloriosos cantados por Camões já eram uma saudade e os poucos portugueses que ainda se aventuravam pelas costas do Índico e do Pacífico não passavam de predadores furtivos. Vieira escrevia a história futura de um soberano português cavalgando sobre Jerusalém à frente de um exército libertador, depois de vencido o poder Otomano, o último dos impérios antes do definitivo, anunciado pelos profetas. Os militares e os comerciantes, que tinham arrastado com eles os religiosos, assumiam a derrota mas a igreja católica expandira-se pelo Oriente através do *Padroado Português* e nunca mais deixou de haver continuidade e crescimento do cristianismo por terras orientais.

A presença portuguesa no oriente manteve-se ao ritmo de um violento frenesim, quase sempre em guerra contra alguém, reformulando os objetivos a cada nova oportunidade, inventando estratégias diplomáticas e comerciais, armando milhares de navios costeiros, fustas, paraus e juncos para correr as costas e invadir estuários, com centenas de naus pelas grandes rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, de Lisboa até ao Japão, ocupando meia centena de cidades, feitorias e entrepostos que se conquistavam e se perdiam por vezes ao sabor das monções. Os mais ousados reinóis encontraram no continente asiático o espaço ideal para exibir valor e satisfazer ambições. A maioria dos aventureiros menos felizes perdeu-se sem deixar rastros. Ninguém jamais contou quantos foram e voltaram nem quantos por lá ficaram. Ninguém jamais calculou os mortos e desaparecidos no mar, os ausentados pelos caminhos dos sertões, nem quantos a guerra e a morte mataram. Sobrevivendo a naufrágios, guerras e massacres, os missionários ressuscitaram antigas comunidades cristãs e implantaram novas paróquias e dioceses que duram até aos nossos dias. Pelas rotas e caminhos dos peregrinos perderam-se nobres e plebeus, famosos e anónimos, vítimas da violência, dos furacões, dos corsários, das

doenças e das ambições, embarcados de livre vontade ou à força, cada qual gerindo o seu próprio destino, por entre saudades e desejos, de Lisboa ao Cabo, por Angediva e Malaca até Nagasáqui. Quantos algum dia acreditaram que do sacrifício de suas vidas resultaria a concretização de um império prometido ao primeiro rei de Portugal e assumido por uma dinastia inteira como projeto de um povo predestinado para a grandeza? Camões cantou *o peito ilustre lusitano*, prestando honras elegíacas a uma raça fictícia, no poema que completou durante os dezassete anos difíceis em que viveu pelo oriente, entre serviços, pelejas, naufrágios, descatos e prisões.

Por essas terras e arraiais distantes, os sobreviventes afortunados construíram um império seduzindo muitas mulheres, lavrando terras e edificando comunidades. Criaram os filhos a quem ensinaram a falar, sonhar, cantar e rezar em português. Houve naus que foram e voltaram, levando e trazendo saberes e sabores, barcos negros carreando tesouros, ideias, paixões, crenças e saudades, uma civilização inteira cruzou oceanos imensos, gente destemida que enfrentou a alternância impiedosa da escuridão e a implacável luz da realidade. A expansão portuguesa pelo mundo foi feita de sonhos, utopias, audácia e heroísmo, mas também de massacres, pirataria e violência impune; não deixa de ser, apesar de tudo o que possa haver de repreensível, uma das façanhas mais extraordinárias da humanidade. Mais mundo houvera e lá chegariam os portugueses, pela fé e pelo império (*Lus.*, VII, 14) quiçá por muito menos.

A nossa história, como todas as histórias, é feita de fragmentos, de memórias e de momentos; ela conta muitas miudezas e investidas de glória – pedaços sublimes de grandeza. A aventura oriental, nascida de um projeto profético assumido e que criou riquezas pessoais fabulosas, foi desastrosa financeiramente para o reino mas, como nota Oliveira Martins, *a nossa ruína foi o preço do maior ato da civilização nos tempos modernos*. Em dois séculos (exatamente entre 1497 e 1700) zarparam de Lisboa para o Oriente 1154 naus e regressaram 589, pouco mais de metade. Elas carregavam gente e mercadorias. O maior génio da nossa identidade, o padre António Vieira, era um mestiço irreverente que no meio do maior descalabro da nação augurava o reino consumado de Cristo sobre toda a humanidade. O médico e matemático judeu Manuel Bocarro Francês (Jacob Rosales), formado no colégio jesuíta de Santo Antão da Mouraria

em Lisboa, amigo de Galileu e de Képler, citado várias vezes por Vieira, previra pelos movimentos dos astros a restauração da monarquia portuguesa e o início de uma nova era de paz e felicidade para o ano de 1653, quando um monarca da linhagem de Bragança assumisse um reinado universal, derrotado o império Otomano. O jesuíta, que acreditava como os sábios do seu tempo que os cometas transmitiam mensagens de Deus aos homens, apontava para o ano de 1666, data partilhada pelos rabinos sefarditas de Amesterdão. Tinham-se passado mil anos depois de um *Apocalipse* atribuído ao bispo Metódio de Olimpos ter anunciado a vitória definitiva dos cristãos comandados por um soberano bizantino e etíope, imperador dos últimos dias, dominador do Islão e libertador de Jerusalém – o qual, cumprida a missão profética, renunciaria à coroa. O rei amigo do pregador, que ocuparia o trono do V^o Império depois de ressuscitado conforme os mesmos e outros profetas, também renunciou à coroa, para si e seus sucessores. Não fosse profecia, seria loucura. Mas que faltaria então para que se cumprissem as profecias? E de novo aparece, no enredo fantástico de um tempo futuro, uma coroa real a passar da cabeça de um soberano da terra para um outro lugar de valor simbólico, desta vez já não na cabeça de uma criança pobre, mas aos pés de uma imagem da devoção popular. Que império seria este, sem coroa?

A língua portuguesa começou a diferenciar-se da galega a partir de 1290, quando o rei D. Dinis a impôs como idioma oficial da corte e da administração do reino, ela consolidou-se em 1516 com a publicação do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e normalizou-se com as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540). Consolidação e normalização da língua aconteceram ao mesmo tempo que ela se disseminava pelos novos espaços onde os portugueses assentavam arraiais no tempo do poder marítimo, da aventura comercial e do intercâmbio cultural. Permeável às influências linguísticas e fonéticas dos povos agregados, a língua assimilou quantidade impressionante de fonemas que a enriqueceram e globalizaram, enquanto fornecia às outras línguas novas sonoridades, num intercâmbio de exotismo sustentado e duradouro, numa diluição dinâmica e interativa. Surgiram mais de trinta idiomas crioulos de origem portuguesa (muitos extintos) por espaços continentais e arquipélagos da América, África, Índia, Malásia e China. Com a língua viajaram, nos rumos de ida e de torna-viagem, mitos e virtudes de civili-

zações diferenciadas, valores e desejos, ideias e tecnologias inovadoras, que foram partilhadas pelos povos do planeta. Uma fatia muito importante do intercâmbio civilizacional que criou a primeira globalização deve-se à ação dos portugueses. Talvez seja essa globalização que anuncia hoje a alvorada de um sonhado e profetizado V^o Império, cujos testemunhos de pedra e cal, resistindo ao implacável desgaste do tempo e das águas, da Etiópia ao Japão, continuam a marcar o tempo e o modo da presença efémera dos portugueses. Serão mensagens proféticas para a história do futuro. A euforia não terminou, nem a pátria se perdeu nos naufrágios do canal de Moçambique ou na desolação de Cúria Múria. O sonho de um V^o Império para as culturas de língua portuguesa continua: sonho que não perturba, mas que continua. Falta-nos apenas um mago como Daniel para interpretar o sonho e desvendar os desígnios secretos do destino.

6. O mundo do futuro, o da *Terceira Vaga* anunciada por um dos profetas laicos dos tempos atuais, pouco conta com a participação e a inovação dos países de língua oficial portuguesa. Eles totalizam qualquer coisa como duzentos e sessenta milhões de criaturas, das quais cerca de noventa milhões vivem numa cidadania precária por iliteracia, ou seja, são totalmente analfabetas. Mais de cem milhões de falantes da língua portuguesa espalhados pelos continentes do mundo, vivem ou no limiar da pobreza ou na pobreza extrema. Os povos de língua portuguesa não estão no limiar da *era do conhecimento e da sustentabilidade*, profetizada por Alvin Toffler, na iminente fase da história da humanidade (a *idade do Espírito Santo* de Joaquim de Fiore, ideia partilhada e divulgada por Agostinho da Silva, ou num *V^o Império* na versão patriótica de Vieira). A incerteza quanto ao futuro deles é muito grande e nenhum palpite, de nenhum político, de génio ou profeta, tem mais credibilidade de sucesso do que uma aposta de lotaria. Todos sabemos que é maré de viragem, qual pororoca que assusta pelo estrondo que a anuncia e pela devastação imprevisível que pode provocar. É tempo de inovação e de incerteza, impossível vislumbrar qual será a poção mágica que aponte um novo rumo para os países de língua portuguesa, cuja organização, a CPLP, mais parece uma incubadora de cleptocracias do que uma organização internacional virada para a inovação e o crescimento sustentável de uma associação de países soberanos. O projeto de um *V^o Império* ou

de uma *Feira Universal* de cariz português parece votado a um adiamento *sine die*, arquivado na prateleira das utopias.

Terminada a hegemonia militar e comercial da expansão portuguesa pelo Oriente, faz agora uns quatrocentos anos, a igreja católica continuou, até ao século XIX, a marcar presença através do *Padroado*, garantindo uma continuidade dos valores ocidentais, latinos e cristãos, para além dos documentos oficiais, até aos nossos dias. O padroado terminou em 1834, com a revisão da primeira constituição monárquica mas, até meados do século XX, muitos dos bispos das dioceses católicas orientais criadas no século XVI ainda eram portugueses (D. António Barroso, por exemplo, um dos prelados mais eminentes nos tempos da implantação da República, foi bispo de São Tomé de Meliapor na Índia antes de ser bispo do Porto). Nos nossos dias, porém, o poder do catolicismo diluiu-se ao ponto de ser muito pouco perceptível a sua presença nas instituições sociais e políticas dos países de língua oficial portuguesa (para limitarmos os exemplos a este grupo de nações) cujas constituições se reclamam dos ideais laicos da democracia, de valores éticos universais, mas cuja prática quotidiana se afasta brutalmente da ética cristã mais elementar. Todas as constituições dos países modernos e evoluídos garantem para os seus cidadãos a saúde, a educação, a assistência aos pobres e desprotegidos, a dignidade em todas as situações da vida, do nascimento à morte. Apenas alguns países cumprem uma parte mais ou menos seletiva dessas garantias; de todos os países de língua oficial portuguesa apenas um, Portugal, porque se encontra protegido no círculo de uma Europa onde tais garantias têm relevância, pode ser considerado um país do *primeiro mundo*. Na grande maioria dos demais países, poucas ou nenhuma garantias constitucionais da cidadania são cumpridas. Alguém tem que denunciar tamanho atropelo à dignidade humana, alguém tem que assumir a responsabilidade de programas de intervenção urgentes e eficazes. Que aconteceu para que o esforço de séculos se diluísse tanto e tanto se afastasse das garantias mínimas de uma cidadania efetiva?

A competição entre países e grandes empresas multinacionais por fatias de poder económico é hoje feroz e a produtividade que garante o bem-estar depende do nível de educação do povo, da capacidade dos cidadãos conhecerem o mundo, para poderem manipulá-lo e moldá-lo às necessidades de uma coletividade. No caos da ignorância ou de um co-

nhecimento sumário do mundo, a concorrência pela sobrevivência é fonte de hostilidades, separando os humanos. Na sua mensagem, o papa Francisco refere-se à luta mais antiga descrita em textos de referência para as civilizações ocidentais: uma luta de morte entre pastores e agricultores. Os Caim eram agricultores e os Abel eram pastores, duas atividades produtivas que exigem respeito e solidariedade, porque onde crescem as sementeiras não podem pastar os rebanhos. O gesto dos Caim, escreve o papa, *foi a primeira ruptura nas relações familiares de fraternidade, solidariedade e respeito mútuo*. A história mostra-nos que as lutas sem tréguas pelo domínio dos outros provocaram os maiores cataclismos civilizacionais. Mostra-nos também que nos momentos de tolerância e de diálogo se criaram prodigiosas condições para o progresso da humanidade, seja garantindo-lhe a produção de bens alimentares seja inventando tecnologias que melhoraram o desempenho individual e coletivo. O conhecimento e a tecnologia são um *bem-comum* hoje disponível para todas as criaturas do planeta, infelizmente ainda não acessível a todas por causa da luta pelo poder que uma parte ínfima mas poderosa da humanidade se obstina em manter em sua posse exclusiva. No início do ano de 2017, os oito homens mais ricos do planeta possuíam uma fortuna igual à da metade mais pobre de toda a população da terra.

O papa cita algumas referências dos primeiros textos cristãos sobre a solidariedade e a partilha: os do apóstolo *Paulo que convida os cristãos de Roma a alegrar-se com os que se alegram e a chorar com os que choram* (cf. Rm 12, 15), e que recomenda *aos de Corinto que organizem colectas em sinal de solidariedade com os membros sofredores da Igreja* (cf. 1 Cor 16, 2-3). E São João que escreve: *Se alguém possuir bens deste mundo e, vendo o seu irmão com necessidade, lhe fechar o seu coração, como é que o amor de Deus pode permanecer nele?* (1 Jo 3, 17; cf. Tg 2, 15-16). São textos emotivos e cheios de boas intenções, mas tão constrangedores nos nossos dias como há dois milénios. O poema integrado na primeira carta de S. Paulo aos Coríntios (I Cor., 13) é de uma tremenda atualidade e de uma emocionante ternura: de todas as virtudes cristãs a maior é a da caridade (*agápe*). E a mensagem do Ano da Misericórdia é tão simples quanto clara: *É por isso que é determinante para a Igreja e para a credibilidade do seu anúncio que viva e testemunhe, ela mesma, a misericórdia. A sua linguagem e os seus gestos, para penetrarem no*

coração das pessoas e desafíá-las a encontrar novamente a estrada para regressar ao Pai, devem irradiar misericórdia. Nas nossas paróquias, nas comunidades, nas associações e nos movimentos – em suma, onde houver cristãos –, qualquer pessoa deve poder encontrar um oásis de misericórdia.

Os pessimistas do nosso tempo acham que o processo de regeneração dos países de língua portuguesa não acontecerá nas próximas gerações, contaminados que estão os partidos políticos e os órgãos de soberania pelos esquemas de corrupção, pela malvadez dos poderosos e a indiferença dos privilegiados. As causas de tamanha desolação são muitas e mais que evidentes, mas está na moda atribuir à colonização e à religião católica a origem de todos os males. Enquanto os inconformados aguardam pelo tempo da mudança, os otimistas imaginam novos modelos de participação e de interação na sociedade, criando desde já mecanismos de intervenção para o futuro. Por tamanha ousadia são perseguidos e condenados pelos poderes instituídos. Entretanto, também não é visível pelo momento nenhuma ação consistente da parte da igreja católica em prol das Obras de Misericórdia que tanta falta fazem no panorama das nossas culturas. A maior exportação cultural de Portugal para o mundo é hoje a imagem da senhora de Fátima, que substituiu e destronou outras devoções e imagens em altares de igrejas pelo mundo inteiro, dentro e fora das comunidades da diáspora portuguesa. A imagem pertence à devoção popular, tornou-se o centro de um arraial de extravagâncias rituais hiperbólicas, sem ser objeto de Fé nem de Redenção: é apenas o ícone de um enredo romântico e referência de um local de peregrinação, pretexto para o encontro dos peregrinos que pelo mundo aprendem a olhar as criaturas com amor e compaixão. Um santuário de peregrinação deveria ser espaço aberto a todas as criaturas, um local de encontros de interioridades, um terreiro de reflexão. A igreja católica portuguesa, que beneficia da segurança privilegiada de um país de primeiro mundo, precisa de criar um santuário de ação e exportar projetos de intervenção. Claro que tem riscos; mas como em Ourique, sem luta não tem milagre.

Um dos grandes problemas que atravessa toda a história da igreja católica é o fato dela ter nascido hebraica, crescido dentro das fronteiras do Império Romano e só séculos mais tarde ter estendido timidamente o seu programa de Redenção a todas as criaturas, sem abdicar dos rituais latinos e ocidentais. O mesmo aconteceu com o Islão, cujo chamamento

(*Corão* significa *Chamamento*) começou por ser exclusivo aos povos árabes e só depois, a partir do desenvolvimento do sufismo ibérico, alcançou uma abrangência planetária; como no caso do cristianismo, a sua expansão foi suportada pelas vitórias militares e pelas empreitadas comerciais. As grandes religiões sempre resistiram com prudência e desconfiança às mudanças civilizacionais provocadas pelas novidades. A igreja católica teve mais dificuldades que as outras grandes religiões em adaptar-se à realidade já desenhada por santo Agostinho no século V e enfim reconhecida como inevitável no século XVI: que os oceanos interligavam todos os povos do planeta, todos igualmente criaturas de Deus e nenhum deles privilegiado. Na ânsia de assegurar os privilégios conquistados, a igreja de Roma gastou energias a consolidar o poder político, a afirmar a sua predominância sobre os outros poderes e, sobretudo, a defender a ideia dogmática e cruel de que era o único elo de ligação entre o Céu e a Terra, entre Deus Criador e todas as criaturas. Foi a partir do pontificado de Bonifácio VIII (1294-1303) que o brasão dos papas passou a exibir as duas chaves que abriam ou fechavam o acesso ao paraíso, residência oficial da divindade e das almas bem-aventuradas, desenhando assim à letra a mensagem metafórica deixada por Cristo ao apóstolo Pedro (Mt, 16, 19). O papa, pela bula *Unam Sanctam* de 1302, exigia ser reconhecido como o senhor absoluto de um poder temporal e espiritual (Dante lançou-o no inferno da *Divina Comédia*, cap. 27). Esta arrogância foi prejudicial ao longo da história do catolicismo, que se viu progressivamente amputado de parte considerável dos que partilhavam a Fé: primeiro da fatia oriental dos crentes e depois dos reformados. O catolicismo sempre foi ocidental e latino, desde o tempo em que assumiu a gestão cultural do Império Romano e nunca conseguiu assumir uma postura real de universalidade, mesmo ajudado pela primeira globalização da expansão ibérica; a exportação para o *Novo Mundo* e para o oriente de um catolicismo ocidental e latino provocou graves atropelos à ação missionária e conflitos que ainda hoje estão por resolver. Porém, neste início de século XXI, a percepção que temos da humanidade é bem diferente da mais evoluída mentalidade do tempo da euforia da expansão.

A igreja católica também não conseguiu acompanhar nem acautelar os portugueses que foram precipitados para uma Europa que desconheciam, depois da revolução dos cravos e da descolonização. Sem terem alcan-

çado a fase adolescente da democracia, eles deixaram-se seduzir pela facilidade e pela quimera de um nível de vida europeu, sem que para isso fossem solicitados a mudar de vida. A generosidade de uma nova força económica que estava às nossas portas e se anunciava solidária, escondia na realidade uma complexa teia de dependências que provocou desastres insustentáveis na produção agrícola e nas pescas, provocando a pobreza da fatia mais vulnerável da população. Os senhores do poder conseguiram em poucas décadas transformar Portugal numa tribo caótica onde a corrupção e os compadrios dominam por completo a vida da nação, impunemente, permitindo a emergência de uma elite arrogante de novos-ricos que se alimenta da perplexidade, da submissão e da indignação dos mais desprotegidos. Os nossos governantes conseguiram divulgar e oficializar uma imagem patética do país, à margem da realidade; graças a uma comunicação social comprometida, eles criaram uma sociedade alienada, ao jeito das insaciáveis ambições dos seus mandatários, insensíveis como soldados de chumbo. E enquanto acontecia esta desgraça, a igreja católica saía da cena para assistir ao espetáculo na plateia, sem tomar partido nem postura no momento mais crítico das mudanças e das incertezas. No momento mais dramático de uma mudança anunciada, ganharam mais uma vez os rituais e os símbolos enquanto as ações não aconteceram; a mensagem, quer em discursos quer em sermões, não encontrou eco nos arraiais. No momento de acordar o povo, junto do qual a igreja católica sempre manteve um poder privilegiado, ninguém se lembrou daquela teofania que prometeu ao nosso primeiro rei um futuro glorioso, mas só depois de lutar e ganhar as batalhas: ninguém fez apelo àquilo que melhor caracteriza o povo português, a capacidade de sofrer por uma utopia. Povo de afetos e de emoções exuberantes, não se deixou seduzir por nenhuma liderança capaz de apontar um futuro promissor pela qualidade, antes pelo contrário mergulhou na banalidade e fez da mediocridade generalizada um projeto coletivo. Não surgiu ninguém nem nenhuma instituição com carisma e ambição para mover os peregrinos, denunciando os vícios e apelando a uma vida nova.

O povo português tem o mais baixo nível médio de escolaridade de toda a UE (3,5 milhões de portugueses produtivos têm apenas o 1º ciclo escolar ou menos) e vive numa sórdida promiscuidade, aconchegado entre a ignorância e o conformismo, enquanto os políticos, os nossos e os de

uma Europa em colapso anunciado que deixou de ser modelo civilizacional, não conseguem elaborar nenhum projeto credível de futuro coletivo. *Un pays de vaniteux ignorants*, escrevia o cientista António Gião em meados do século passado, numa língua inteligível por gente civilizada. O único futuro que preocupa e interessa à classe política que nos oprime pretendendo representar-nos é o dela mesma. O último relatório sobre o ranking e a qualidade das nossas escolas, publicado no relatório da Eurostat em Novembro de 2014 é arrasador. Os portugueses parecem ter perdido a capacidade de imaginar qualquer coisa de diferente, já não se exige sequer nenhum projeto messiânico e imperial, mas tão-somente um ideal de justiça e de criatividade, daqueles que crescem com a utopia, porque falta o essencial: o conhecimento, soleira da entrada no futuro. Não aquele conhecimento oficial que licencia doutores e engenheiros para os despejar na lixeira do desemprego, nem a educação convencional que atribui qualificações duvidosas a qualquer espertalhão sem escrúpulos, mas a outra, a educação para a cidadania, a que ensina a enxergar e a mexer no mundo, um tempero de ciência, de tecnologia e de sonho. Tudo começa na escola que não tem que ser pública nem privada, municipal ou cooperativa, laica ou religiosa, mas simplesmente excelente; outra não serve.

A igreja católica portuguesa, que teve momentos tão relevantes e intervenções arriscadas na ação missionária pelo *Novo Mundo* e pelo oriente, não conseguiu marcar presença na mudança que se operou desde o terceiro quartel do século XX até aos nossos dias. Não acompanhou as exigências da modernidade, sobretudo na área da educação e da cultura, conformando-se com uma adaptação aos novos tempos de facilidades e mediocridades, acompanhando a moda das liberdades eufóricas; não conseguiu ser a consciência crítica e a reserva moral de um tempo de mudança. Não acautelou o pior dos problemas desta nação em vias de empobrecimento acelerado, o problema demográfico, que é ao mesmo tempo um problema de família e um projeto social falhado. Pelo contrário, parece ter optado por uma postura sebastianista semelhante àquela que deixava atónitos alguns viajantes estrangeiros do século do iluminismo, que encontraram metade do país à espera de um Messias e a outra metade à espera de el-rei D. Sebastião. Os portugueses de hoje parecem viver na mesma dicotomia: metade da nação espera ainda pelo 25 de Abril e a

outra metade por um milagre ou um qualquer segredo ainda guardado nas gavetas secretas de Fátima. *Quando virás, ó Encoberto, sonho das eras português...* (Pessoa, *Mensagem*, 1928). Certo, sempre foi mais fácil pedir chuva a Deus ou aos santos do que cavar um poço, organizar uma procissão do que construir um açude e continua a ser mais fácil e apelativo usar a esperteza do que percorrer o longo e penível caminho de qualquer programa de formação eficiente. Tudo o que não couber no ritmo do *corridinho, corridinho, corridinho corre corre* não cativa candidatos à confraria da qualidade. Por isso o nosso país conta com dois milhões de analfabetos adultos (entre primários e funcionais) e qualquer coisa como quarenta mil professores desempregados, um caso único no planeta, coisa absurda e vergonhosa na Europa do século XXI, uma piada! Os programas de educação de adultos nas escolas públicas estão neste momento em estado de hibernação permanente; aqui e lá ainda se vão mantendo cursos de formação de qualidade e utilidade duvidosas, sem qualquer relação com as necessidades reais, destinados na maior parte dos casos a entreter desempregados de longa duração e a retirá-los do número oficial dos sem trabalho. A isto chama-se marginalidade, alienação, mentira. Não serve para reconstruir um cabanal, muito menos para preparar o advento de um qualquer Vº Império. Alvin Toffler descreveu muito claramente o enredo: *o analfabeto do século XXI não será aquele que não consegue ler nem escrever, mas aquele que não consegue aprender, desaprender e re-aprender*. A educação e a cultura são áreas da cidadania em que a igreja católica mais possibilidade tem de intervir e mais experiência acumulada ao longo do tempo. Mais que nenhuma outra instituição ela pode garantir a excelência, único critério válido para uma educação do povo; porque a educação, vale a pena repetir, não tem que ser pública, nem privada, nem cooperativa, nem comunitária, ela poderá ser tudo isso desde que seja excelente. Nenhum outro critério serve para a educação. Nenhum outro critério serve para a catequese e a instrução cristã. O espetáculo da palavra que acompanha a celebração litúrgica é quase sempre deprimente e de conteúdo duvidoso.

Eu acredito nas capacidades de uma nova geração. As instituições de ensino superior despejam cada ano diplomados de todas as áreas do saber, entre excelentes e assim-assim, capacitados e desejosos de agir na sociedade. Alguns deles estão no topo da qualidade académica a

nível mundial, cobijados pelas melhores universidades e empresas internacionais, outros adquiriram competências práticas a nível da excelência, graças a excepcionais capacidades individuais. Os melhores procuram na emigração um futuro. O último relatório do Observatório da Emigração (Factbook 2015) revela que nos últimos dez anos, entre os 2,3 milhões de emigrantes, saíram de Portugal 151.224 jovens licenciados, um desperdício para o país, que acaba de descer (Maio de 2016) três lugares, de 36º para 39º no ranking da competitividade, ultrapassado pela Turquia. Os melhores desta geração desperdiçada distinguem-se nos mais diversos ramos da atividade, da medicina à metalomecânica, da biotecnologia ao artesanato, da economia ao desporto, das artes à agricultura; mas sobram ainda cá dentro cerca de 95.000 jovens, excelentíssimos doutores e engenheiros sem emprego nem esperança de virem a produzir um dia seja o que for na área das competências adquiridas. Eles são uns 10% da mão-de-obra desempregada do país, cujo número exato ninguém parece estar interessado em conhecer. O desperdício de jovens com qualificações superiores custa caro aos contribuintes e não comove aquela classe de funcionários públicos privilegiados, de corporações intocáveis, castas dominantes e lacaios dos partidos que recusam as mudanças estruturais necessárias. Os números publicados pela Eurostat em Agosto de 2016 confirmam que 17,5% dos jovens portugueses entre vinte e vinte e quatro anos nem trabalham nem estudam, praticamente a mesma percentagem do resto da EU que é de 17,3%. Obviamente que o caminho escolhido está errado. Todos somos culpados pelo arraial promovido por adeptos da especulação desencabrestada e pela ditadura, cínica e desvergonhada, dos interesses financeiros, enquanto o país e a UE caminham, fatal e friamente, para um desastre demográfico e económico previsível. Merecemos reprovação das gerações futuras pelas liberdades que nos atribuímos e pelos pecados que não assumimos. Estamos muito longe da *terceira onda*, a da revolução provocada e sustentada pelo conhecimento.

O agricultor e político José Alberto Mujica Cordano, guerrilheiro dos Tupamaros, prisioneiro político durante catorze anos e mais tarde presidente do segundo país mais desenvolvido da América do Sul, primeiro em qualidade de vida, 44º no ranking da OCDE, o Uruguai (pequeno país com 3,5 milhões de habitantes), tem uma frase que poucos líderes de países reconhecidos como livres e democráticos ousam citar e que diz assim: *Va-*

*mos investir em prioridade em educação, em segundo lugar em educação e em terceiro lugar em educação. Um povo educado tem as melhores opções na vida e é muito difícil que seja enganado por corruptos e mentirosos. A nossa tão querida e recordada revolução dos cravos, invocada à exaustão como paradigma de uma nova era de felicidade para o povo português, badalada e cantada como antecâmara da fraternidade, virou uma utopia desejada sem um el-rei encoberto, toda recheada de bobos da corte. De nada serve recitar à exaustão os poetas na moda, pois já não tem como convencer o povo de que Portugal continua a ser o rosto de uma Europa prostrada que fita o Ocidente *com olhar esfíngico e fatal*, procurando o seu destino nos continentes da fortuna. Os portugueses festejaram com euforia a mudança de regime, mas recusaram-se a mudar os hábitos de antigamente e a assumir os que poderiam projetá-los para outra dimensão. Os novos sebastianistas cantam *Grândola vila morena* como cantavam os judeus no exílio as saudades da pátria bela e perdida junto aos rios de Babilónia, com as líras penduradas nos salgueiros. Temos que acreditar, como na mensagem da ópera de Verdi, que nenhuma forma de opressão limita as capacidades do pensamento e da utopia – *Va, pensiero, sull'alli dorate...* O mote dos nossos dias e do futuro será o seguinte: *o povo, educado, jamais será enganado.**

Se há uma instituição secular da qual a igreja católica portuguesa se pode vangloriar com todo o mérito e sem contestação, é a das Misericórdias. Nasceram ao mesmo tempo que a primeira globalização criada pela expansão portuguesa, seguindo exemplos e melhorando os modelos de confrarias mais antigas de cariz solidário. As Obras de Misericórdia, corporais e espirituais, estão mencionadas nos mais antigos *manuals da vida cristã* conhecidos e continuam sendo nos nossos dias a base da vida coletiva no seio das nações e das comunidades internacionais. Elas constituem hoje o conteúdo ético e filosófico da noção de cidadania. Os fonemas *cidadão* e *cidadania* pertencem aos tempos modernos, datam do final do século XVIII, do tempo da Revolução Francesa, mas o conceito já se encontra nos textos *Da Cidade de Deus* de Santo Agostinho. Finalmente, no tempo desta nova e mais abrangente globalização, enxergamos que a solidariedade é um sentimento que abrange toda a humanidade, pois somos, todos e em tudo, dependentes de todos. Não existe cidadania sem solidariedade e lembra o papa Francisco que *a solidariedade*

requer empenho por parte duma multiplicidade de sujeitos que detêm responsabilidades de carácter educativo e formativo. Essa multiplicidade de sujeitos começa pelas *famílias, chamadas a uma missão educativa primária e imprescindível*, continua através dos *educadores e formadores que têm a difícil tarefa de educar as crianças e os jovens, na escola ou nos vários centros de agregação infantil e juvenil*, estende-se aos *agentes culturais e dos meios de comunicação social que têm responsabilidades no campo da educação e da formação.* Sem dúvida que tudo começa pelo essencial, por *trabalho, terra e tecto*, condição primordial de toda forma de cidadania e responsabilidade comunitária.

A mensagem cristã não é fácil de enxergar e a história do cristianismo é tão complexa, movimentada e recheada de episódios, felizes e dolorosos, que se torna constrangedora a abordagem histórica. Para compreender a mensagem é necessário dedicar muito tempo e muito estudo crítico aos textos e tradições que constituem o saber acumulado e partilhado por gerações de crentes, sem se restringir às leituras oficializadas e programadas pelo poder. O mistério da Redenção, à volta do qual se constrói todo o edifício da Fé cristã, resume-se a pouca coisa: um túmulo vazio onde foi depositado por misericórdia o corpo de um condenado, sobre o qual não se sabe quase nada. Mas assumir a Fé cristã é aceitar o desafio de tentar compreender uma das mais complexas utopias da humanidade, suscetível de muitas e variadas vivências, um ato de coragem e de esperança, um projeto inacabado e deixado em herança às gerações seguintes. Temos de considerar que também nós já entrámos na era da *terceira vaga* do cristianismo, a era do conhecimento, de uma Fé adulta e responsável, assumida por quem se apaixona pela experiência do presente e pela história do futuro, suscetíveis de muitas e variadas leituras. O cristianismo não é apenas uma religião, uma filosofia, uma ética para todas as fomes e desejos... é uma civilização e como todas as civilizações tem os seus fluxos airosos de crescimento e os seus momentos frustrantes de decadência. E hoje nós sabemos que todas as civilizações são mortais.

Neste tempo de extremismos, de mudança e de incerteza, de ambições descontroladas e de ameaças permanentes à segurança e ao bem-estar, há sempre um refúgio seguro onde nos podemos proteger: no vasto império do conhecimento. Não basta um entendimento superficial das realidades e dos mistérios, é necessário alcançar um conhecimento aprofundado que



tem custos elevados em tempo, esforço e tenacidade: conhecimento do mundo, dos projetos e frustrações da humanidade, da criatividade científica e tecnológica acumulada por gerações de inconformados, das culturas que crescem e se desenrolam ao ritmo do imaginário coletivo, enfim das utopias que lideram as esperanças das civilizações. Será este império do conhecimento uma versão atualizada do Vº Império da utopia de Vieira, onde cabem todos os seres humanos de todas as raças e culturas do planeta; o otimismo e o patriotismo do jesuíta mestiço levaram-no a considerar que essa fase da história da humanidade estava prestes a realizar-se num futuro próximo do tempo dele e alicerçada sobre as virtudes ancestrais do povo português. Para praticar as Obras de Misericórdia no mundo global que é o nosso, é indispensável um conhecimento profundo e em permanente atualização das realidades que nos envolvem. A civilização ocidental, da qual os portugueses foram em tempos dos mais empenhados arautos, cumpriu uma parte importante da missão. Hoje sabemos que outras civilizações do planeta também têm virtudes merecedoras do maior apreço, mesmo se Jesus Cristo (e seus próximos) não andaram por lá a exhibir as chagas e a cruz a reis e condestáveis, nas longas, cansativas e emocionantes vigílias das matanças.



Confia, Afonso, porque não somente vencerás esta batalha, mas todas as outras em que pelearas contra os inimigos da Cruz (...). É minha vontade edificar sobre ti e sobre tua geração depois de ti um Império para mim, para que o meu nome seja levado a gentes estranhas.

António de Abreu Freire

Abril de 2016

UM SERMÃO DE SANTO ANTÓNIO

Hoje faz um ano (...) preguei aos portugueses as luzes da sua nação: agora lhes descobrirei a eles, e a todos, as sombras dessas mesmas luzes (Sermões, VII, 85)

O sermão destinava-se à festa de santo António de 13 de Junho de 1671, na igreja de Santo António dos Portugueses, no coração da velha Roma, *não chegando, porém, a pregar-se por motivo de doença do orador* (VII, 85), razão oficial da desfeita. Vieira explica a 20 de Junho ao marquês de Gouveia, uma semana depois da data prevista para o sermão, a razão pela qual desistiu da pregação; *Eu, senhor, preguei em Roma dois sermões* (no ano anterior, foram o Sermão do Mandato, a 3 de Abril e o primeiro de Santo António a 13 de Junho), *mas não me atrevo a pregar em Roma, porque os italianos não entendem o que eu digo, e os castelhanos querem entender mais do que digo; e assim ficou este ano santo António sem sermão...* (Cartas, II, 344). Nenhuma das desculpas que apresentou aos correspondentes e aos futuros leitores é convincente. O mais provável é que não tenha pregado por birra, por estar insatisfeito e magoado, por razões pessoais. O jesuíta tinha insistido junto do regente D. Pedro, da rainha Catarina de Inglaterra, dos correspondentes mais importantes, tais o mordomo-mor do Paço e o embaixador de Portugal em França, para que o apoiassem no pedido de revisão do processo da Inquisição que o condenara em Dezembro de 1667, sem sucesso. O processo, preparado pelo próprio Vieira, já se encontrava nas mãos do deão do sacro colégio

dos cardeais, o cardeal Francesco Barberini e o apoio das mais altas instâncias do reino era necessário para o desbloquear e conseguir um despacho favorável. A tarefa oficial que justificava a sua presença em Roma era a causa da canonização dos quarenta mártires jesuítas (o padre Inácio de Azevedo e trinta e nove companheiros, mortos no ataque do corsário calvinista francês Jacques Soria à nau *Santiago*, perto das ilhas Canárias, que os levava para as missões do Brasil em 1570), mas ele tinha um assunto pessoal a resolver, para o qual achava que merecia o apoio que o regente lhe negava.

Em vez de lhe concederem o apoio solicitado e que ele achava merecido, pediam-lhe que preparasse os seus sermões para edição, como já tinha acontecido fazia uma quinzena de anos, estava ele no Maranhão, tarefa que continuava a não ser, para ele, de qualquer prioridade, preocupado com outros assuntos mais urgentes e pessoais. A D. Rodrigo de Meneses, confidente de longa data, personagem que estava muito próximo do regente, ele desabafa um mês antes da data prevista para o sermão: se eu vira que em Portugal servia a S.A., também soubera ajuntar o seu serviço com o de Deus... (II, 338) mas D. Pedro não estava interessado nos serviços nem nos conselhos do padre, com o que fica profundamente desengano e também magoado. Foi por isso que ficou esse ano santo António sem sermão. Apesar de não ter sido pregado, escreveu-o e incluiu-o no tomo III da *editio princeps* que foi preparado durante o primeiro ano que viveu na Quinta do Tanque e saiu a público em 1683. Assim aconteceu com outros sermões do grande orador que nunca terão sido pregados por outras tantas e diversas razões, como muitos da série do Rosário, alguns sobre São Francisco Xavier e aqueles que, por verdadeira doença ou indisposição do pregador, nunca chegaram a ser ouvidos. Vieira dedicou nove sermões ao santo de sua predileção: um na Bahia (1638), outro em Lisboa (1642), quatro no Maranhão (1653, 1654, 1656, 1657). Foram três os sermões dedicados a santo António durante a permanência de quase seis anos em Roma, todos eles destinados à mesma igreja de Santo António dos Portugueses, lugar de encontro privilegiado dos portugueses residentes e de passagem por Roma. O terceiro desses sermões terá sido pregado em 1674, um panegírico inspirado nos nomes do santo.

Roma

À data prevista para o sermão fazia três anos e meio que ouvira a sentença que o condenara e depois de dois sermões pregados em Roma estava rodeado de admiradores que conheciam a sua história pessoal e que o admiravam pela postura e pela tremenda erudição que exibia. Não recolhia louvores apenas dos confrades da Companhia de Jesus, como também dos detentores do poder, príncipes, nobres, embaixadores e cardeais, na proximidade dos quais sempre se sentiu muito bem. A amizade de Cosme de Médicis e a deferência com que foi recebido pelo superior-geral dos jesuítas, o padre João-Paulo Oliva, muito terão contribuído para o sucesso que muito rapidamente obteve na capital da cristandade. Nos dois primeiros anos desta segunda estadia em Roma (a primeira aconteceu em 1650, durou cerca de meio ano e foi muito atribulada), os principais destinatários das cartas foram o marquês de Gouveia D. João da Silva, mordomo-mor da corte desde o tempo de D. João IV, presidente do Desembargo do paço e depois embaixador em Madrid (21 cartas), D. Rodrigo de Meneses, gentil-homem da casa de D. Pedro e depois desembargador do Paço (13 cartas), Duarte Ribeiro de Macedo, juiz desembargador do Porto que ele conheceu quando esteve com residência fixa em Pedroso, depois embaixador de Portugal em França (9 cartas); as outras cartas são dirigidas ao duque do Cadaval D. Nuno Álvares Pereira de Melo, ao irmão deste o cónego D. Teodósio de Melo, à rainha D. Catarina de Inglaterra, ao regente D. Pedro e a um prelado, provavelmente ao antigo secretário de D. João IV, Pedro Vieira da Silva, nomeado bispo de Leiria, por um total de cinquenta e uma cartas até Dezembro de 1671. O teor da correspondência ajuda-nos a entender as motivações e a temática dos textos dos sermões pregados.

Mais de vinte anos depois da primeira passagem por Roma, muita coisa havia mudado. Portugal obtivera finalmente do papa o reconhecimento da monarquia, passados vinte e oito anos depois da Restauração, tinha agora junto da cúria romana um embaixador credenciado, regularizavam-se as nomeações dos bispos, mas agora, com um príncipe regente no trono, o poder do tribunal da Inquisição continuava a afetar o funcionamento do reino que não conseguia ultrapassar o marasmo económico e financeiro em que mergulhara, apesar das conjunturas favoráveis. O poder real estava

enfraquecido em Portugal, depois da figura desordeira do rei D. Afonso VI ter ocupado o trono durante cinco anos; apesar das vitórias militares contra as tentativas do rei de Espanha para recuperar o trono perdido, a coroa portuguesa não tinha à frente do governo uma estrutura sólida nem meios financeiros para que se consolidassem os objetivos a alcançar, nem planos sustentáveis para criar riqueza. O rei demente tinha sido afastado do poder e estava preso na ilha Terceira; o filho mais novo de D. João IV tinha agora vinte e três anos, governava sem assumir o título de rei, casado entretanto com a rainha que também usurpara ao irmão, o que causava algum transtorno nas relações políticas com outras coroas.

No reino, a personalidade de Vieira era polémica e a sua postura levantava suspeitas, porque o currículo tinha uma história muito movimentada: todos temiam a sua inteligência, a postura ética e o poder crítico, ele tinha sido expulso da colónia brasileira pelas autoridades, condenado pelo mais temível tribunal do reino, para alívio dos muitos que adoeciam de ciúmes pelo vigor da palavra e pela pertinência das suas intervenções. Os sermões que pregava nas igrejas de Lisboa, depois do perdão das penas, eram mais concorridos que nunca, copiados e traduzidos para línguas estrangeiras; admiradores e adversários preveniam-se enviando os lacaios guardar lugar nos templos onde se exibia, a fim de melhor enxergarem o que não queriam ouvir. Alguns dos amigos do padre, afastados dos assuntos do governo durante os anos em que o poder esteve nas mãos do jovem conde de Castelo Melhor (1662-1667), voltaram como conselheiros de D. Pedro II assim que este assumiu a regência, mas a grande maioria dos novos conselheiros do príncipe não via o jesuíta com bons olhos. À volta do regente criou-se um ambiente de constrangimento e de mal-estar relativamente à presença do padre António Vieira, incluindo os conselheiros maioritariamente franceses da rainha e muitos cortesãos suspiraram de alívio quando souberam da sua partida para Roma, o que aconteceu a 15 de Agosto de 1669, dois anos depois de D. Pedro ter assumido a governação.

Numa carta a D. Rodrigo de Meneses, corresponde e confidente desde os tempos difíceis de Coimbra em 1663, personagem muito próximo de D. Pedro, ele solicita (a 3 de Dezembro de 1669) uma recomendação do regente para que o embaixador em Roma se empenhe na causa da sua reabilitação. Não lhe basta aquele perdão das penas que nem sequer foi

difícil de conseguir, ele pretende ser ouvido pelas mais altas instâncias da cúria romana, até mesmo pelo papa e explicar as ideias pelas quais ele acha que foi injustamente condenado. *Espero que S.A. me favoreça com uma carta para o embaixador, em que me mande dizer que, além do negócio das canonizações dos mártires do Brasil* (motivo oficial da sua estadia em Roma), *tenho outro que lhe comunicarei, e que me assista em tudo o que puder* (Cartas, II, 277) e lembra: *eu sou aquele que tantas vezes arrisquei a vida pela sua coroa...* (II, 278). Não consegue do regente o que pretende, pois D. Pedro tem pela Inquisição o maior respeito e veneração e então dirige-se à irmã, a rainha Catarina (casada com Carlos II de Inglaterra), queixando-se da indiferença do irmão e invocando os mesmos méritos, explicando que pretende obter em Roma a justiça que não achou em Portugal. Por isso pede-lhe uma carta de recomendação para o cardeal Francesco Barberini, sobrinho do papa Urbano VIII, deão do colégio dos cardeais e *presidente do tribunal em que há-de correr a minha causa (...)* *Se, como a protector dos reinos de V. M., V. M. lhe mandasse escrever uma carta em que V. M. lhe recomendasse muito favorecesse, com particular assistência, os negócios que tenho nesta cúria...* (II, 286). Porém, também a rainha de Inglaterra tem queixas contra o padre por causa das opções políticas passadas e presentes que assumiu (o apoio a D. Pedro contra D. Afonso e a aprovação daquele polémico e escandaloso casamento com a ex-esposa do rei destronado) e não atende o pedido. Queixa-se então a D. Rodrigo: *a senhora rainha de Inglaterra está de fogo e sangue contra mim...* (Cartas, II, 298) e volta a queixar-se da ingratidão dos filhos de D. João IV, o que não afeta o seu patriotismo. *Eu sou tão louco que nenhuma experiência nem desengano basta a me emendar: por sinal que, pregando dia de santo António aqui, disse tais coisas da Nação portuguesa* (no Sermão de Santo António de 1670, por ocasião da recepção à embaixada do marquês de Minas) *que, sem tocar em nenhuma outra nação, conciliei contra mim o ódio de todas, principalmente da castelhana. Em cuja graça e estimação pudeira eu ter muito grande lugar, só com me mostrar menos apaixonado português* (Cartas, II, 308). O embaixador Duarte Ribeiro de Macedo também intercedeu em favor de Vieira, mas as diligências do diplomata também não encontraram eco favorável junto dos soberanos; até o superior geral dos jesuítas aconselhou fortemente o padre a não implicar nesse assunto pessoal os representantes

oficiais do reino nem as altas instâncias da cúria romana e o padre enfim entendeu que teria que se defender sozinho, sem recomendações oficiais.

Os dez anos da vida do pregador que precederam os tempos de glória em Roma foram repletos de percalços, que começaram no último ano da presença do missionário no Maranhão e Grão-Pará. O projeto de um estatuto especial para o governo da população indígena não se concretizou, os colonos e as outras ordens religiosas aliaram-se e conseguiram a expulsão dos padres jesuítas, as populações das aldeias indígenas nada fizeram para contrariar a decisão das autoridades coloniais, à chegada ao reino houve uma mudança política importante com a tomada do poder pelos partidários de D. Afonso VI, faleceram alguns dos seus melhores amigos, privando Vieira de todos os apoios que tinha junto da corte, o tribunal do Santo Ofício instaurou-lhe um processo acompanhado por medidas de coação que começaram pela prisão domiciliária e acabaram em prisão efetiva, foi condenado aos piores castigos que se podem impor a um pregador e a um grande viajante: ao silêncio e a residência fixa. Os ventos mudaram rapidamente a seu favor (em 1668) e ele soube aproveitá-los fixando um novo rumo.

Apesar de tanta confusão, os maus momentos não afetaram o patriotismo nem a convicção de que Portugal estava predestinado para grandes façanhas, tão-somente a grandeza que ele desejava para Portugal não se vislumbrava no momento em que um novo príncipe, que fora anos antes o da sua escolha para o governo do reino, assumira as responsabilidades da coroa. Ele ficou devedor ao regente D. Pedro por este ter conseguido rapidamente o perdão das penas decretadas na sentença, mas tem saudades dos anos gloriosos de D. Afonso VI, quando as mais importantes vitórias da guerra da Restauração contra Castela (Ameixial em '63, Castelo Rodrigo em '64, Montes Claros em '65 e Berlingas em '66), pareciam confirmar as trovas do Bandarra. Vieira achava que os novos tempos de paz exigiam muito mais da coroa, nada menos que a recuperação do espaço perdido pelos portugueses no Oriente. *Batalha França, Inglaterra e Holanda sobre a Índia, e nós, tendo paz e soldados, deixamos o que tanto sangue custou aos portugueses, e tanto e tanto desvelo aos reis, que nunca tiveram um herdeiro de tantas prendas como hoje tem. (...) Todos cuidavam que, acabada gloriosamente a guerra de Castela, se haviam de pôr no mar as forças da terra, e que havíamos só de tentar de recuperar*

o perdido, e de tirar o nosso das mãos dos nossos inimigos, quando não fosse por ambição de honra, nem por cobiça de riquezas, ao menos por zelo da Fé (a D. Rodrigo de Meneses, a 23 de Fevereiro de '71, Cartas, II, 326). Os anos do governo do conde de Castelo Melhor, primeiro ministro de D. Afonso VI, não lhe foram favoráveis, mas o padre reconhece a qualidade de um governo que não só pelejou e venceu nos confrontos militares, como também administrou com sucesso a pouca fortuna do reino. A postura patriótica domina em todas as intervenções que tem em Roma, mas ele tem o coração em Lisboa, onde o não querem ver nem ouvir e as cartas que recebe dos correspondentes são para ele *o único alívio deste desterro* (II, 328).

Em Maio de 1671, apesar de todas as contrariedades, Vieira está perfeitamente consciente da situação privilegiada que disfruta em Roma e reconhece-o numa carta a D. Rodrigo de Meneses: *Eu de presente estou na primeira cidade dele (do mundo), e na primeira e melhor casa da minha religião* (o Colégio Romano da Companhia de Jesus), *que é bastante comodidade para quem trocou as cortes de Lisboa, Paris e outras pelos desertos do Maranhão. Estes padres não são portugueses, e com isto digo que vivo entre eles com mais quietação, que é o que só desejei sempre. Vivo com Deus e comigo, e com isto tenho tudo, e me tenho também a mim. (...) Se eu vira que em Portugal servia a S. A. (D. Pedro II) não era necessário outro motivo para eu me não apartar de seus reais pés; mas, como experimentei que não era útil para nada, e que este sagrado não me valia contra a perseguição de meus émulos, pareceu-me melhor tirar-me de seus olhos, e ver se podia escapar de suas línguas, de que ainda me não vejo livre* (Cartas, II, 338). A um mês da data prevista para o segundo *Sermão de Santo António* na capital da cristandade, as disposições do pregador anunciam-se claramente e provavelmente que o conteúdo do sermão já está no papel. A mesma expectativa que o animava em Novembro de 1652, quando estava de malas feitas para zarpar rumo ao Maranhão, aguardando um último sinal do rei para quedar-se junto dele, Vieira tem-na agora outra vez, aguardando um sinal do regente para deixar Roma e mandar-se para Lisboa, sem mesmo pregar aquele sermão, deixando por conta a canonização dos mártires e até mesmo as diligências de carácter pessoal para a sua reabilitação. O padre está transtornado e hesitante entre desabafar toda a raiva incontida ou reconciliar-se com

os novos tempos e modos da corte se lhe permitirem ficar perto dela, se D. Pedro lhe enviar um qualquer sinal. Apesar de todas as honras e regalias que a atual situação lhe proporciona, a prioridade do padre seria de regressar a Lisboa ao serviço do regente, ao qual escreverá a 7 de Setembro, quase aliviado por não ter pregado aquele sermão: *não há cadeias, por mais douradas que se representem, as quais me possam deter um momento, para que por mar, por terra e pelos ares, não siga o menor aceno da inclinação e vontade de V. A., não só pela obrigação de vassalo ao seu príncipe, mas pelo afecto e adoração à pessoa de V. A., a quem depois de Deus mais venero e amo* (II, 357). Já tinha mandado a mesma mensagem por D. Rodrigo de Meneses, no mês de Maio. Como não chegou a pregar o polémico sermão, o regente não teria razões de queixa contra ele nem os adversários encontrariam matéria para o repreender. Mas nem o regente, nem a rainha sua esposa, nem os conselheiros mais próximos entre os quais se encontravam prelados saídos das cadeiras da Inquisição, não entendiam as coisas da mesma maneira e D. Pedro nunca chamou nem chamará Vieira para perto de si.

As sombras

Hoje faz um ano ... O primeiro (sermão) todo de luz e o segundo todo de sombras (VII, 121). O segundo só será conhecido doze anos mais tarde pelos leitores, aos quais o autor sugere que o considerem como pregado na mesma igreja um ano depois do primeiro, quase pedindo perdão por não o ter exibido. Foi o sermão de um emigrante, dedicado a um outro emigrante, que foi grande por ter saído da terra onde nasceu e que é uma terra ingrata para com os seus filhos mais dedicados. Passados doze anos, o jesuíta achou que finalmente podia desabafar a raiva que lhe pressionava a alma. Nem D. Pedro o chamou, nem recomendou a sua causa pessoal, nem prestou ouvidos aos seus conselhos. Vieira resolveu sozinho os seus problemas, alavancou sem pedir ajuda a ninguém as suas próprias iniciativas, vingou-se da Inquisição obtendo uma total isenção daquela instituição sobre a sua pessoa, obteve do papa a suspensão das atividades do famigerado tribunal e das execuções, apoiando-se na amizade dos correspondentes e compartilhando com eles uma postura de

analista crítico e severo da vida política, económica, social e religiosa de um reino desprovido de ambição. As sombras de Portugal estendiam-se por toda a Europa, onde a imagem do país estava maculada, como escreve ao embaixador Macedo: *porque todas as nossas ações desmerecem a nossa fortuna, quando a pudéramos por outras vias adiantar ao sumo auge da felicidade e grandeza. Mas, como o que há basta para a ambição dos presentes, não querem aventurar nada com a esperança, porque possuem o que nunca esperaram* (II, 345). No reino de Portugal falta ambição e aqueles que têm qualidade sentem-se obrigados a emigrar para poderem realizar os legítimos sonhos de grandeza. Como Santo António e como ele mesmo, naturalmente.

O primeiro sermão celebrava um Portugal vitorioso, o segundo lamentava uma pátria ingrata e sem ambição. Os anos das vitórias mais recentes foram os de um rei inapto para governar e para dar continuidade dinástica, mas secundado por um ministro ambicioso que conseguiu garantir a independência. A inaptidão de D. Afonso e aquele infeliz casamento com uma nobre francesa foram situações desastrosas que provocaram sucessivas crises políticas na corte, levaram ao afastamento de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor (1636-1720) e a um golpe de estado pelo qual D. Pedro, com dezanove anos de idade, usurpou a coroa e a esposa do irmão. O jovem infante era desde há muitos anos o preferido de Vieira que sempre o apoiou e defendeu. O jesuíta reconhecia no conde as capacidades e as qualidades de um grande estadista, sempre se referiu a ele com respeito e admiração e esperava muito mais do novo elenco governativo escolhido pelo seu protegido. Depois do golpe de estado, o conde viveu exilado primeiro em Londres, onde prestou serviços à rainha D. Catarina e depois em Paris, mais tarde em Itália. Vieira vivia em Roma quando o conde morava em Turim e terá havido entre os dois uma correspondência regular (cartas que se perderam). O padre lamentava que o conde não estivesse ao serviço da coroa, um desperdício para o reino. Longe de querer mal ao conde por ele não o ter defendido nos tempos difíceis do processo da Inquisição, o padre reconhece, nas cartas que envia ao embaixador Macedo, o desempenho de D. Luís ao serviço do reino e lamenta que, como ele, seja mais um exilado vivendo longe da pátria depois de ter arriscado a vida por ela, apagado e desperdiçado pelos portugueses, na sombra do esquecimento, como muitos outros que

se vêm forçados a encontrar longe da terra onde nasceram o aconchego e a quietação que nela lhe negam. Vieira pertence a este grupo de gente, os do presente como os do passado, para quem a pátria tem sido ingrata, lançando sobre eles a sua nefasta sombra. A primeira carta conhecida de Vieira para o conde data de 15 de Julho de 1686, quando o jesuíta, com setenta e oito anos, já mora na Bahia e o conde, com cinquenta, já vive em Pombal (regressou a Portugal em 1683, após a morte da rainha D. Maria Francisca de Sabóia). Quatro anos mais tarde, Vieira exerce o cargo de Visitador e escreve ao conde: *não me esquecerei nunca das obrigações que a V. Ex.a devo* (Cartas, III, 610). Em Julho de 1692 ele solidariza-se e partilha com ele a mágoa de terem vivido e servido a uma pátria que para ambos foi *tão ingrata* (III, 662).

Este *Sermão de Santo António* de 1671 é quase autobiográfico. *Assim como Santo António foi obrigado a deixar Portugal, para ser português, assim foi necessário que se tirasse dentre os portugueses para ser tão grande homem e tão grande santo quanto foi* (Sermões, VII, 87-88). Também ele, Vieira, como Santo António, é apreciado e aplaudido fora de Portugal, vituperado e humilhado no seu país. Ninguém pode ocultar nem esquecer que a fama de grande pregador corre pelo mundo sem contestação e até o regente insiste, como o superior geral dos jesuítas, para que publique os sermões. *Muita honra me faz S. A. em me mandar estampar os meus sermões; mas também me houvera mandar um seguro (se é que me poderia valer para com esses senhores) de que os não proibirão os inquisidores de Portugal, quando os têm aprovado os de Roma e os de Espanha. (...) Obedecerei a S. A. e imprimirei sermões quando de-vera escrever apologias* (refere-se ao texto, já em elaboração, da *Clavis Prophetarum*) (Cartas, II, 350). Outros portugueses brilham em outras cortes distantes, longe da terra onde nasceram, como aquele outro jesuíta, o padre Gabriel de Magalhães, que ensina astronomia na corte do imperador da China. E o pregador lembra a ousadia dos colegas de religião que se lançaram pelo longínquo oriente, no rasto dos navegantes, nas pegadas dos militares e dos comerciantes. Eles garantiram e confirmaram, com a coragem apostólica própria aos jesuítas, o domínio português pelo mundo distante, donde veio o prestígio e a riqueza do reino como recompensa da expansão do catolicismo. Ouro, pedras preciosas e diamantes foram o re-

torno merecido da caravana da Fé, dos semeadores que saíram a semear longe da terra onde nasceram. Esta é a mensagem do pregador.

Contrariamente ao tempo de D. Afonso VI, um rei inepto mas secundado por um ministro jovem, ambicioso e competente (tinha vinte e seis anos quando assumiu a governação), Portugal tem agora um regente forte e saudável do qual se esperavam grandes feitos, mas o país está mal administrado e sem coragem para empreender coisas novas. A D. Rodrigo de Meneses ele comenta: *Dizem todos os italianos que temos muito valor, mas que não temos nenhum juízo nem governo* (Cartas, II, 380). Não é vergonha que se diga pelo mundo todo que, *para el-rei de Portugal pagar um correio, é necessário que se vá pedir emprestado à Rua Nova?* (II, 381-382) Com o dote chorudo que a coroa ofereceu pelo casamento de D. Catarina, mais a indemnização de quatro milhões de cruzados aos holandeses para que deixassem a costa brasileira em paz, o país estava mais uma vez sem dinheiro. Daí a necessidade de permitir o regresso a Portugal dos judeus com os seus capitais e comércios, modificando o estilo da Inquisição e fazendo aquilo que D. João IV tinha já projetado. Por isso Vieira retoma em Roma, obstinadamente, a defesa da causa judaica e insiste na modificação dos estatutos da Inquisição, para permitir o regresso da *gente de nação* e a criação de grandes empreendimentos comerciais. Ele torna-se no maior defensor da tolerância no contexto do reino e denuncia junto das autoridades eclesiásticas de Roma as barbaridades praticadas pelo tribunal português do Santo Ofício. Talvez que estas ideias de Vieira sejam mais apoiadas na necessidade de salvar o reino da ruína do que em motivos baseados numa filosofia dos direitos do homem e da liberdade religiosa. Certamente que são uma retoma mais vigorosa da mesma luta de há vinte anos, de um trabalho que tinha interrompido e deixado por acabar; havia promessas reais que ficaram por cumprir e dava novamente espaço à sua obstinação pelas ideias que encontrou nos meios sefarditas de Amesterdão, respeitantes às profecias. *Se o príncipe, que Deus guarde, tomara o conselho de algum vassalo que muito o ama* (esse vassalo é ele mesmo), *estivera o reino em estado, opulência e poder que o temeram os inimigos, e o respeitaram os amigos* (a Duarte Ribeiro de Macedo, Cartas, II, 375). As ideias messianistas de Vieira sempre estiveram muito próximas das dos rabinos portugueses seus contemporâneos, mas a principal motivação que o leva a defender a

modificação do estatuto do tribunal da Inquisição não é a da iminência do reencontro das tribos perdidas, mas a salvação do reino, na qual ele acredita como patriota e como homem de fé e por isso ele denuncia e condena todos aqueles que afastam o reino do seu rumo profético. Estas são as sombras que escurecem a nação e que decepcionam o padre, que não desiste da ideia de um V^o Império como o reino consumado de Cristo na terra, mas que começa a enxergar que o rei que o governará poderá não ser português, mas outro qualquer soberano católico.

O reino não passa de uma sombra ténue do glorioso passado, o embrião inviável de uma glória anunciada pelos profetas, aqueles mesmos que já tinham profetizado a sua própria missão no Maranhão e que anunciavam o reino de Cristo consumado na terra, matéria da história do futuro. Um patriotismo visceral leva-o ao desespero que só ultrapassa com a fé inebriante alimentada pela escritura sagrada e sobretudo pelos textos proféticos cuja interpretação está no segredo do empenho pela grande obra que escreve quase às escondidas, mostrando aos mais íntimos alguns capítulos. As palavras que tinha preparado para serem ouvidas na igreja de Santo António dos Portugueses invocavam a grandeza passada e lamentavam a ingratidão da pátria para com os heróis dessa grandeza. *Que foi um Afonso de Albuquerque no Oriente? Que foi um Duarte Pacheco? Que foi um D. João de Castro? Que foi um Nuno da Cunha? (...) Depois de voarem nas asas da fama por todo o mundo estes astros, ou indigentes da nossa nação, onde foram parar, quando chegaram a ela? Um vereis privado com infâmia do governo, outro preso, e morto em um hospital, outro retirado e mudo em um deserto, e o melhor livrado de todos, o que se mandou precipitar nas ondas do oceano, encomendando aos ventos levassem à sua pátria as últimas vozes, com que dela se despedia: Ingrata patria, non possidebis ossa mea (VII, 89-90).* O texto é patético, revelador das emoções profundas que afligem o jesuíta, magoado e desiludido com o que se passa no reino, cujo descalabro ele observa à distância, sem poder intervir e convencido de que os seus conselhos seriam os mais oportunos para contrariar a fatalidade. Quando escreve a versão definitiva do sermão, passados doze anos, ele já se encontra em Salvador da Bahia e não abrandou o teor do discurso. Também é profético, naquela expressão emprestada ao epitáfio do grande general Públio Cornélio Cipião Emiliano, o Africano (236-183 a.C.), que expulsou os cartagineses

da Hispânia e venceu Aníbal em Zama (202 a.C.), um dos militares que mais contribuiu para a grandeza do império romano, excluindo a pátria da herança dos seus ossos (o epitáfio dizia: *Ingrata patria, ne quidam ossa mea habes* – pátria ingrata, nem sequer terás os meus ossos). Pois na pátria de Vieira, também ninguém sabe onde param os seus ossos, os do corpo e uma boa parte do seu legado ideológico, o texto original da *Clavis Prophetarum* que ninguém sabe onde foi parar.

Não falta grandeza na história de Portugal, cujos feitos gloriosos em nada são inferiores aos das outras grandes nações. Roma testemunha, através das numerosas ruínas, o poder e a dimensão de um dos grandes impérios da história; mas a capital da cristandade ostenta também, com o monumental aparato, uma arrogância desmedida num tempo de violentos conflitos que perturbam toda a Europa, onde a religião e a política não têm fronteiras definidas. *Mais gosto de ver em Roma as ruínas e desenganos do que foi, que a vaidade e variedade do que é* (Cartas, II, 316). A monumental praça de São Pedro ostenta a impressionante colunata que o papa Alexandre VII encomendara a Bernini, em redor do monumental obelisco que o papa Sisto V fizera deslocar (em 1585) para o meio da praça, quando os missionários do padroado português criaram a primeira diocese no Japão. Graças aos semeadores da palavra de Deus, a igreja católica esquecia as fragilidades que a consumiam no difícil diálogo com os reformadores e abraçava o mundo inteiro, espalhando dioceses pelo *Novo Mundo* e pelo Oriente. Os símbolos dos antigos impérios que emergiam das ruínas de Roma, como o obelisco egípcio com mais de três mil anos e a coluna de Trajano com mais de mil e quinhentos, ostentavam agora no topo símbolos cristãos: o globo de ouro com as cinzas de Júlio César fora substituído por uma cruz no topo do obelisco e uma estátua de São Pedro encimava a coluna de Trajano. Outros vestígios dos antigos poderes, templos e monumentos, foram também marcados pelo novo poder que os transformou em igrejas e símbolos católicos.

Vivendo em Roma, o jesuíta sabe perfeitamente que as potências europeias emergentes, Inglaterra e Holanda, abraçam a doutrina da Reforma e lançam-se sobre os despojos do antigo domínio português do Oriente, do qual apenas sobejam destroços e praças de segunda ordem, ao que o reino não pode sequer acudir, porque não tem navios nem soldados. Resta o Brasil como última joia da coroa, já que a África não suporta

as ambições do reino; e o Brasil é, afinal, a terra de Vieira, para onde ele pensa regressar, roído pelas saudades da Bahia, donde se ausentou há mais de trinta anos. Comparando com os atrativos de Roma, que tem Salvador para seduzir Vieira? *Movemo-nos mais pelo sentimento do que pela razão*, dirá ele com frequência. Faz parte da nossa identidade. Não faltam portugueses de valor no reino e fora dele, patriotas e dedicados, prontos a investir capitais e conhecimentos, capazes de levantar, como os de outrora, os ânimos do país. *Mas que importam estas excelências, e outras que se puderam dizer sem lisonjas, se o clima e constelação natural da mesma terra é tão alheia de humanidade, que como os seus próprios filhos? Que importa que como mãe seja tão felizmente fecunda nos partos, que os gere de tão eminente estatura, se, como dragão peçonhento, com raiva de os ver tão grandes, os morde, os rói, os abocanha, os ataçalha, e não descansa até os engolir, e devorar de todo?* (VII, 92). O texto tem sinais evidentes de autobiografia nas metáforas escolhidas para seduzir o público ou os leitores. O sermão é sobre um outro António que brilhou longe da terra onde, mesmo que brilhem os génios, estes acabarão por ser devorados pelos seus compatriotas se não rumarem a tempo para outras bandas. Essa é a ingratidão da pátria para com os seus filhos mais brilhantes, essa é a sombra mais triste do reino de Portugal. *Quase estou para dizer que aquela figura do Apocalipse, que expliquei enigmáticamente, não só é ou foi enigma, senão história, ou profecia literal deste sucesso de santo António. Dissemos que a mulher vestida de luzes era a Lusitânia: dissemos que o dragão que estava esperando com a boca aberta, para tragar o parto que dela nascesse, era o timbre das suas armas e a desumanidade natural com que trata seus filhos: agora vede como o filho, que então nasceu e escapou dos dentes do dragão, foi santo António* (VII, 95).

O sermão não podia ser pregado em público, a mensagem não era politicamente correta num momento em que ele ainda esperava apoios de altas individualidades para defenderem uma causa pessoal junto da cúria romana, a revisão daquele malvado processo que manchava a carreira e ofendia a vaidade do pregador. Aquelas palavras agressivas seriam escutadas pelo pessoal da embaixada, por outros padres da Companhia, quem sabe por espanhóis e italianos, por prelados que seriam confrontados com uma análise tão severa e uma crítica tão cáustica à situação do país e aos

seus compatriotas. Vieira ponderou e optou por desistir do discurso público, pretextando uma desculpa corriqueira. Quando o texto do sermão foi publicado (1683) ele já se encontrava na Bahia, na suavidade bucólica da residência campestre destinada aos padres idosos, lamentando-se do novo desterro, do ermo em que se encontrava. As mágoas de há doze anos atrás, que deixaram o santo sem sermão naquele ano de 1671, perseguiram-no na Bahia. O sermão nada perdera em atualidade nem Vieira do poder de crítica severa aos desatinos dos governantes. Muito menos quanto à auto-estima: ele escreve ao marquês de Gouveia em Julho de '82, anunciando o envio dos textos do terceiro tomo dos *Sermões* para publicação: *Também no (sermão) de Santo António em Roma cuidaram aqui os revisores que as ingratidões da Pátria do mesmo Santo, sem lhe mudar o nome, se podiam aplicar às que eu tenho experimentado* (Cartas, III, 473). Logo após a largada de Lisboa para a última travessia do Atlântico, os estudantes e professores de Coimbra amotinaram a população e queimaram o padre António Vieira em efígie, por causa da suspensão das atividades do tribunal do Santo Ofício e das execuções que ele tinha conseguido em Roma; outros estudantes e professores da universidade do México prestaram-lhe homenagem pela coragem e pela grandeza dos ideais que defendia. Antes de deixar a Europa tinha sido convidado para confessor de uma rainha e até para ser o pregador do próprio papa. *Oh pátria tão naturalmente amada, como naturalmente incrédula! Que filhos tão grandes e tão ilustres terias, se assim como nascem de ti, não nascera juntamente de ti, e com eles, a inveja que os afoga no mesmo nascimento e os não deixa luzir, nem crescer? (...) Na terra onde nascem os milagrosos, não nascem nem se dão milagres. O que só não pode estorvar a pátria, é que cheguem lá os ecos da fama e que de boa ou má vontade sejam ouvidos* (Sermões, VII, 103).

Na Bahia, triste e amargurado no novo *desterro*, continuará a queixar-se da ingratidão, da malvadez dos poderosos do reino, das más decisões, dos desencontros do país com o seu destino. Como sempre, o duque do Cadaval é o primeiro a quem ele escreve uma carta depois de mais uma travessia do Atlântico, a última da vida: assim tinha acontecido em Janeiro de 1668, depois de sentenciado pelo tribunal da Inquisição, em Novembro de '69 logo que chega a Roma, e um ano depois de se ter instalado na Quinta do Tanque, nos arredores de Salvador, em Maio de '82 (também

será para o duque uma das últimas cartas, uma semana antes de morrer). Mas é ao marquês de Gouveia que ele conta as mágoas: depois de tantas vezes ter arriscado a vida por amor da pátria, ainda o vituperam e o queimam em efígie, como a Inquisição fazia com os condenados evadidos e com os que faleciam antes da execução. Confessa que chegou a pensar em suspender a publicação dos *Sermões*, tão revoltado que estava contra os seus compatriotas, como acontecera uma dezena de anos antes, com o dito Sermão de Santo António. As razões eram as mesmas. *Temos visto que as obras ilustres que Santo António obrou nas terras estranhas, não as havia de fazer na sua, e que ainda que as fizesse nela, não haviam de ser vistas: agora digo e concludo que ainda que fossem feitas e vistas, por isso mesmo não haviam de ser boas. A razão desta lastimosa verdade, em suma é, por que em havendo olhos maus, não há obras boas* (VII, 114). No mesmo navio que transportou da Bahia o primeiro correio de 1682 Vieira enviou cinco cartas aos correspondentes, todas datadas do mesmo dia (23 de Maio), todas exprimindo os mesmos sentimentos.

E Vieira encontrou outros exemplos ainda mais poderosos, na história hebraica, o de José do Egito, desprezado e vendido pelos próprios irmãos. *Na pátria foi perseguido, foi preso, foi vendido e, para dizer tudo em uma palavra, foi invejado dos seus próprios irmãos. No Egito foi amado, foi estimado, foi adorado e preferido pela mesma Majestade e todos os naturais, sendo estrangeiro. E se a pátria, em suma, de livre e senhor o fez escravo, e o Egito de escravo (o fez) príncipe (...)* Não há dúvida que se pode por em questão, se foi mais ingrato José com o Egito, ou a sua pátria com ele (VII, 122).

As esperanças

A rainha D. Catarina, que levou agarrada a ela, para Inglaterra, duas das últimas joias da coroa portuguesa, Tânger e Bombaim, como dote de casamento, foi a moeda de troca de um acordo com aquele país para a defesa contra as pretensões espanholas ao trono de Portugal. O perigo era muito grande e o preço foi exorbitante. Do dote constava ainda um montante de dois milhões de cruzados em dinheiro, trezentas mil caixas de açúcar, madeira de mogno do Brasil e vários privilégios comerciais.

Apesar de tão valiosa, o rei Carlos II não lhe dedicava tempo nem atenção, preferindo a companhia de concubinas com as quais gerou uma notável prole de bastardos. Mas D. Catarina foi uma rainha que os britânicos admiraram e ainda hoje recordam com carinho e respeito; ela foi ainda um suporte para os católicos ingleses, mesmo durante os oito anos que se seguiram à viuvez (1685) e enquanto viveu em Inglaterra (até 1693), quatro dos quais sob o reinado do calvinista holandês Guilherme de Orange, que destronou o sogro Jaime II (irmão de Carlos e pai da rainha Mary II). O relacionamento de Vieira com D. Catarina ficou difícil a partir do momento em que o jesuíta optou por D. Pedro, o que aconteceu pouco tempo após os festejos do casamento em Lisboa, quando o conde de Castelo Melhor fez entronizar o rei demente. Quando terminava o processo e a condenação de Vieira (Dezembro de 1667), D. Pedro destronou o irmão e assumiu a regência, e mais uma vez encontrou no padre, seu confessor oficial, um apoiante incondicional. Não é alheia a esta postura a intervenção do regente em favor do perdão das penas impostas pelo tribunal.

A rainha de Inglaterra ficou magoada com a atitude que Vieira assumiu em 1668, justificando o golpe de D. Pedro e o casamento com a ex-cunhada, assim como com o conteúdo do sermão pelos vinte e dois anos da rainha, que também não foi pregado, mas escrito e muito divulgado. As relações entre ambos só melhoraram no momento do regresso de Vieira de Roma em 1675, provavelmente por intervenção do próprio conde de Castelo Melhor. A correspondência entre ambos, interrompida em 1671, restabeleceu-se em 1695, quando D. Catarina já tinha regressado a Portugal. No ano seguinte Vieira dedicava à rainha o tomo XI dos *Sermões* e a soberana recompensou-o com um *salário que não só me pode bastar, mas sobejar, para os dias que sobre os noventa anos posso ter de vida* (Cartas, III, 710). Nunca porém o padre deixou de seguir de perto e de estar atento à frágil situação da rainha católica num reino esmagadoramente anglicano, onde se disputavam partidários de ideias inovadoras como as da liberdade religiosa e as da separação da religião e do estado. Em 1689 o filósofo John Locke regressava a Inglaterra depois de um longo exílio na Holanda e divulgava no seu país e pelo mundo o grande texto da *Epístola sobre a Tolerância*. Em todas as cartas do período romano o jesuíta nunca deixou de estar atento ao que se passava na corte de Inglaterra e de defender os interesses da coroa portuguesa; em dada al-

tura a rainha foi acusada de tentar envenenar o marido e Vieira logo se indignou e se excitou, lamentando que D. Pedro não dispusesse de quarenta fragatas de guerra para vingar a honra da irmã. No ano de 1671, um dos aborrecimentos de Vieira era justamente a notória indiferença da rainha para com ele, a qual, tendo relações privilegiadas com o cardeal Francesco Barberini, não acudiu aos pedidos de recomendação na causa da revisão do processo. Rapidamente o jesuíta passou da euforia pelos acontecimentos de 1668 (o casamento de D. Pedro, o perdão das penas e a ida para Roma) à desilusão de não encontrar mais, junto da família real, a consideração e a amizade que lhe votava o rei D. João IV.

A 24 de Outubro de 1671, Vieira escreve uma carta a D. Rodrigo de Meneses, a propósito do *caso de Odivelas*. Aconteceu a profanação do sacrário de uma igreja em Maio, falsamente atribuída a cristãos-novos, o que provocou um inopinado decreto a 22 de Junho que ordenava a expulsão do reino de todos quantos fossem suspeitos de judaísmo, que felizmente nunca chegou a ser executado. A acusação era falsa, o autor do sacrilégio tinha sido de fato um cristão velho e o acontecimento proporcionou a Vieira a oportunidade para retomar a grande campanha em prol da defesa da causa judaica. A longa carta ao seu confidente é muito clara: *Lancem-se de Portugal os Judeus, os sacrilégios, as ofensas a Deus, e que fiquem em Portugal os mercadores, o comércio, a opulência, e tenham daqui por diante separados a doutrina, que nunca tiveram até agora, e os que se convertem serão verdadeiros cristãos, e os demais importa pouco que vão ao Inferno de aí ou de outra parte, como de aqui vão também aos pés de S. Pedro.*

Pergunto a V. S.a pelo amor de Deus, pelo amor da Fé, e pelo amor do príncipe: Qual é melhor? Judeus declarados ou judeus ocultos? Judeus que casem com cristãs-velhas ou judeus que não casem? Judeus que confessem e comunguem sacrilegamente, ou judeus que não façam sacrilégios? Judeus que afrontem a Nação, ou judeus que a não afrontem? Judeus que enriqueçam Itália, França, Inglaterra e Holanda, ou judeus que enriqueçam a Portugal? Judeus que com seus cabedais ajudem os hereges a tomar as conquistas e impedir a propagação da Fé e propagar a heresia, ou judeus que com os mesmos cabedais ajudem as armas do príncipe mais católico a recuperar as mesmas conquistas, a dilatar a Fé por todo o Mundo? Assim o tinha determinado el-rei que está no céu,

e não o fez, porque não tinha paz nem acesso ao Pontífice (Cartas, II, 368-9).

A atitude do jesuíta é muito prática: deixem os judeus serem o que muito bem entenderem, que se vão ao inferno se assim o preferirem, desde que contribuam para que o reino de Portugal cumpra a missão. Vieira tem um velho assunto para resolver com a sua consciência, que vinha do tempo de D. João IV. Tratava-se das promessas transmitidas por ele aos judeus de Ruão e da Holanda, em troca da colaboração financeira para resolver alguns dos problemas mais urgentes do reino, como comprar fragatas, armamento e cereais. Ele tinha-lhes prometido, em 1646, o empenho pessoal junto do rei para que se criassem condições ao desenvolvimento de negócios em Portugal. Mas passaram vinte e cinco anos, ele vivera nove anos no Maranhão do fim do mundo, mais quatro anos às voltas com um processo no tribunal da Inquisição que terminou com uma condenação, o trono mudara de rei por duas vezes e as promessas ficaram por cumprir. O padre assumia a dívida de honra e retomava a luta pelos ideais que nunca se lhe apagaram da mente. Ele continuava a partilhar as mesmas esperanças sobre o futuro da história e esse percurso encontrava pelo mesmo caminho as esperanças messiânicas judaicas, baseadas nos mesmos textos proféticos. Mais que nunca tinha a convicção de que na interpretação dos profetas se encontrava o segredo do reino consumado de Cristo e do reencontro das tribos perdidas de Israel.

A causa da canonização dos mártires, sobre a qual Vieira dava regularmente notícias aos correspondentes, deixa de o preocupar e o assunto principal das cartas passa a ser o dos judeus. Sem pretender desculpar-se, ele antevê dificuldades no avanço da causa dos mártires: primeiro porque são muitos de uma só vez e depois porque são jesuítas, o que provoca ciúmes nas outras ordens religiosas. Um outro jesuíta, o espanhol Francisco de Borja, tinha o processo de canonização muito avançado (seria canonizado em Outubro de 1671). Dificilmente se canonizariam logo de seguida quarenta jesuítas portugueses numa só fornada. A partir de Julho, resolvidas as raivas do sermão que não foi pregado, a prioridade de Vieira passa a ser a defesa dos cristãos-novos, causa que ele muito gostaria de defender junto do regente: *dera eu agora todo o sangue das veias para uma hora aos pés de S. A.* (Cartas, II, 351). Os conselhos que ele gostaria de sugerir visam a riqueza de um país empobrecido, mas com

soluções à vista: *Se o príncipe a quer recuperada (a Índia), entregue-a ao braço daqueles de quem eles se fizeram; e faça uma companhia oriental muito poderosa, e com cabedal alheio, tendo por certo que todos os (judeus) de Holanda se passarão a Portugal se estiverem seguros da confiscação* (II, 393).

O grande empenho ideológico da vida do padre António Vieira passou a ser a partir deste momento a redação da *Clavis Prophetarum*, o grande trabalho anunciado pela primeira vez com este título aos inquisidores logo no início do processo (foi no 7º exame, a 14 de Fevereiro de 1664) e do qual um outro texto, escrito antes da prisão efetiva, foi um primeiro ensaio – a *História do Futuro*. As ideias deste tratado filosófico e teológico que Vieira pretendia legar como testamento da sua vida e do seu pensamento, começaram a ser redigidas após o regresso da Holanda em 1648, depois daqueles encontros com os rabinos da comunidade judaica sefardita de Haia e de Amesterdão, donde trouxera um caixão de *textos proibidos*, que confiou aos cuidados do príncipe D. Teodósio e que queria ver queimados antes que caíssem em mãos perigosas (Cartas, I, 306). Vieira declarou aos inquisidores nunca ter lido livros proibidos (Autos, 93) e sugere uma data ainda mais remota para o início daquela redação: *disse que algum dia de dezoito anos a esta parte, tratava de compor um livro intitulado Clavis Prophetarum, como já tem declarado nesta Mesa, cujo principal assunto era a inteligência dos profetas* (Autos do processo, 83). Levada à letra a declaração, o dito livro teria começado a ser escrito em 1646, mas por causa das muitas e variadas andanças os papéis teriam ficado por aí... As ideias messiânicas nunca mais o deixaram, nem mesmo durante o tempo em que foi missionário pelos sertões do Maranhão e Grão-Pará. Os judeus esperavam o regresso de um Messias, Vieira esperava a realização do reino de Cristo consumado na terra e as duas esperanças encontravam nos mesmos textos proféticos o prenúncio do acontecimento, no qual estava reservado, para o reino de Portugal, um papel fundamental. Cristãos e judeus sefarditas concordavam neste ponto: Portugal seria o epicentro da história do futuro.

Porém, vistas as coisas a partir de Roma em 1671, Portugal apresentava mais sombras do que luzes num momento em que era necessário que comessem a surgir os primeiros sinais da luz que iluminaria o Quinto Império. E foi por isso que aquele sermão ficou por pregar. O pregador

estava decepcionado e desiludido num momento particularmente emotivo da vida, depois de ter passado, em pouco mais de três anos, de condenado a pregador de prestígio na capital do catolicismo. Por isso ele denunciava o escândalo de todos aqueles que, para brilhar, tinham que abandonar a sua terra, como ele, naturalmente. *Respondeu Cristo a este escândalo com aquele provérbio universal (...) Não há profeta sem honra senão na sua pátria* (VII, 101).

Agosto de 2008

O SERMÃO DA RAINHA SANTA ISABEL

Perguntou el-rei que levava: e respondeu, que rosas (...) Não levantou as mãos, não orou, nem pediu, nem mandou: só disse que eram rosas as moedas e foram rosas. O chamar foi produzir; e o dizer que eram, foi fazer que fossem o que não eram (Sermões, VII, 409-411)

O padre António Vieira legou-nos mais de duas centenas de sermões, dos quais 204 foram publicados, distribuídos pelos quinze volumes da *editio princeps*, publicada entre 1679 e 1748. Treze desses volumes foram preparados pelo próprio pregador para edição, o que ocupou parte importante dos últimos vinte e cinco anos da sua vida. Um dos sermões foi dedicado à rainha Santa Isabel e terá sido pregado em Roma, na igreja de Santo António dos Portugueses, em 1674. A rainha, filha de Pedro III de Aragão, esposa do rei D. Dinis (1271-1336), fora canonizada em 1625 pelo papa Urbano VIII, no tempo da monarquia espanhola e mereceu por isso uma capela na igreja originalmente construída em 1467, anexa a um dos hospícios que prestava apoio aos romeiros portugueses, uma iniciativa de D. Álvares Pais, que foi bispo de Silves e de Évora, e legado do papa Calisto III em Portugal (m. em 1473).



Fachada da igreja de Santo António dos Portugueses em Roma

O templo atual foi reconstruído por fases entre 1638 e 1695. Quando Vieira pregou, já aquela capela do transepto, no lado direito, estava dedicada à Rainha Santa, mas o painel que ilustrava o fundo do altar não era o que lá se encontra hoje; tinha outro, que representava o milagre das rosas. O painel atual representa a rainha como mediadora de paz entre o rei seu marido e o filho D. Afonso e foi pintado em 1801. Na segunda metade do século passado acrescentaram à iconografia do altar uma imagem de Nossa Senhora de Fátima em primeiro plano, mais adequada à nova devoção popular portuguesa e símbolo da maior exportação cultural do país. No tecto da igreja encontra-se um grande painel re-

presentando a aparição de Cristo ao primeiro rei português na véspera da batalha de Ourique, o tema mais querido do padre António Vieira. Também este painel não existia no tempo do sermão, só foi pintado em 1870, inspirado numa tela de frei Manuel dos Reis, do século XVII. Ao longo dos anos foram introduzidas algumas modificações nos altares, mas muitos dos quadros, painéis e estátuas que lá se encontram já existiam no tempo de Vieira, nas capelas de Nossa Senhora de Belém, de Santo António, Imaculada Conceição e Santa Catarina. A pequena igreja não tinha púlpito; os sermões eram pregados junto a um dos altares do transepto, em cima de um estrado.

Foram oito os sermões que se destinavam à igreja de Santo António dos Portugueses, dos vinte que preparou durante os quase seis anos que esteve em Roma. O padre estava no auge do prestígio e a igreja, modesta nas dimensões, era um dos pontos de encontro da elite intelectual da capital da cristandade, não só de portugueses como também de figuras importantes da diplomacia e da hierarquia católica. Vieira não pregou em nenhuma das grandes basílicas de Roma, para grandes multidões, nem sequer na imponente igreja de Santo Inácio, edificada em 1575 por iniciativa do cardeal Alessandro Farnese, mas a sua voz foi escutada pela realeza, por embaixadores e cardeais, um auditório tão reduzido quanto selecto. Dezanove cardeais terão assistido ao *Sermão do Santíssimo Sacramento*, vinte e dois escutaram a disputa oratória sobre as *lágrimas de Heraclito e o riso de Demócrito*, na corte que o Vaticano oferecia à rainha da Suécia. Pregou em português e em italiano, deslumbrando e seduzindo os auditórios com o poder da palavra, chegando a ser convidado para pregador do papa.

Mas Vieira estava saturado daquele ambiente: não gostava de Roma, nem de pregar em italiano. *Sei a língua do Maranhão e a portuguesa, e é grande desgraça que, podendo servir com qualquer delas à minha pátria e ao meu príncipe, haja nesta idade de estudar uma língua estrangeira para servir, e sem fruto, a gostos também estrangeiros. Acrescenta-se que, com qualquer destas ocupações, não poderei acabar nem imprimir os meus livros...* (Cartas, II, 503). O clima era pesado, muito frio e húmido de inverno e muito quente de verão, provocando-lhe sucessivas enfermidades, um quase desatinado patriotismo levava-o a preferir Lisboa onde não era apreciado (*os ares de Lisboa bem sei que me não são propícios*, na carta

ao marquês de Gouveia, a 3 de Junho de '74), queria escrever outros textos diferentes dos que lhe pediam e sofria com as muitas saudades da Bahia. Era um enérgico e brilhante sexagenário contrariado.

Se excluirmos os sermões dedicados a Nossa Senhora, os do Rosário e os de outras invocações, Vieira dedicou apenas sete sermões a exemplos femininos da santidade: dois a Santa Catarina (um em Lisboa e outro em Coimbra), dois a Santa Teresa (um em Lisboa e outro no colégio de Ponta Delgada), um a Santa Isabel (em Roma), a Santa Iria (em Santarém) e a Santa Bárbara (em Salvador). Os exemplos masculinos inspiraram mais o pregador que lhes dedicou pelo menos vinte e cinco sermões. *Parece que (Isabel) não havia de ser mulher, porque o negociar é ofício de homem (...)* Mas não é isto o que responde Salomão: diz que a mulher forte, a mulher varonil, a mulher mais que mulher, era uma mulher negociante (VII, 391).



Por detrás da imagem da Senhora de Fátima, o painel da rainha intervindo entre o marido e o filho

1. O negócio

O tema do sermão é de circunstância, a personalidade da Rainha Santa o pretexto. O versículo de São Mateus que serve de exórdio é um dos exemplos de que Cristo se serviu para explicar ao núcleo reduzido dos seus discípulos como ele imaginava o reino dos céus: *O reino dos céus é semelhante a um homem de negócios que procura pedras preciosas. Quando encontra uma preciosíssima ele vai, vendo tudo o que tem e adquire-a* (Mt, 13, 45). O padre António Vieira já conhecia alguns dos cantos mais sofisticados e mais remotos do mundo, de Lisboa à Holanda e da Bahia ao Maranhão; na sede da cristandade onde mora agora, vive numa situação privilegiada para se informar do que se passa com as fortunas da terra e preocupa-se não só com Portugal, onde a toda-poderosa Inquisição multiplica as condenações e os autos da fé, como pelo que se passa em Inglaterra, na Holanda, em França e na Polónia, e até pelo Oriente, donde outros padres jesuítas ao serviço do *Padroado* lhe trazem notícias frescas. Os tempos são de grandes mudanças e de grandes negócios pelos quais lutam as grandes nações, armando frotas poderosíssimas para afirmarem as hegemonias, por espaços que já tinham pertencido ao domínio português. A maior preocupação de Vieira faz eco das questões que paralisam o reino, à margem do resto da Europa: é a do estatuto da *gente de nação*, dos judeus sefarditas, cujo poder económico e vocação para os grandes negócios podiam salvar Portugal da ruína e em favor dos quais o jesuíta empenha todo o seu prestígio junto da cúria romana. A situação de Portugal é muito ruim, conhecida de todos e Vieira não cessa de o lembrar aos correspondentes: *entretanto a nau, se não se vai ao fundo, dizem que é por milagre. Lastimosíssimas são as metáforas por onde se declaram os que não se atrevem a fazê-lo por outros termos* (III, 5). Os correspondentes são poucos, mas muito influentes na corte, através dos quais ele envia, sem sucesso, repetidos recados ao regente D. Pedro. O poder marítimo português, suporte de uma vocação missionária universal, está tão reduzido que não consegue proteger as costas da mais vulgar pirataria, muito menos o comércio distante. Os holandeses, instalados desde 1652 na Colónia do Cabo, retiraram-se da costa mais apetitosa do Brasil mas tomaram conta do que sobrava de rentável do antigo império português do oriente.



Réplica de uma fragata holandesa do século XVII

A razão oficial que o trouxe a Roma, o processo de canonização de quarenta missionários jesuítas, quase todos jovens de menos de trinta anos, mortos no mar das Canárias em 1570, não o preocupa mais e a iniciativa, que não parece angustiar nem eclesiásticos nem diplomatas, ficará adiada. A paixão da sua vida está concentrada por estes anos na redação do grande texto da *Clavis Prophetarum*, tarefa atropelada pela obediência aos superiores que lhe pedem os textos dos *Sermões*. Das cinquenta e seis cartas que são conhecidas do ano de '74, a esmagadora maioria delas (49) é dirigida ao embaixador de Portugal em Paris, Duarte Ribeiro de Macedo (três destinam-se ao desembargador do Paço, o marquês de Gouveia, outras três ao confessor do regente o padre Manuel Fernandes e uma ao amigo, confidente e cúmplice de conjuras políticas, o duque do Cadaval). As cartas ao padre Manuel Fernandes são particularmente importantes porque representam para Vieira a possibilidade de enviar recados ao regente sobre os assuntos que ele considera mais importantes para o reino: a mudança do modo de agir da Inquisição para com os judeus e cristãos-novos e a limitação do poder do tribunal do Santo Ofício, através da permissão dos réus apelarem diretamente a Roma, pro-

jeto que já tinha sido tentado por D. João IV. O confessor do regente é um personagem polémico com quem Vieira não se entende muito bem, mas a posição dele junto de D. Pedro é privilegiada, por isso ele tudo tenta para que os seus conselhos cheguem ao destinatário; consegue mesmo convencer o confessor da oportunidade das suas propostas. Com os outros correspondentes ele trata de assuntos da política europeia e da frágil posição de Portugal no enredo dos acontecimentos que se atropelam. A carta ao duque de Cadaval é uma mensagem muito privada de pêsames pela morte da segunda esposa, no parto do primeiro filho de ambos.

Desconhece-se a data exata do sermão dedicado à rainha santa Isabel; terá sido pregado em português no ano de 1674, muito provavelmente no dia em que se celebra a festa, a 4 de Julho, aniversário da morte da rainha, já que, logo na primeira frase, o pregador fala da *solenidade deste dia*, o que não garante sequer que o sermão tenha sido efectivamente pregado. O mesmo acontece com o *Sermão de São Gonçalo*, que terá ou não sido pregado em Salvador em 1689. E ainda com outros sermões, como o *Sermão de Santo António* de 1671: *faz hoje um ano, a luz... hoje as sombras* (VII, 121); o sermão das sombras não chegou a ser pregado. No ano de 1675, celebravam-se os cinquenta anos da canonização da Rainha Santa, a 25 de Maio, mas o padre deixou Roma a 22 desse mês. Também não se sabe quem terão sido os ouvintes se os houve, provavelmente portugueses residentes em Roma. O tema do sermão coincide com as preocupações que Vieira revela na vasta correspondência e ele aproveita para definir em poucas palavras uma visão própria do mundo do seu tempo, como prelúdio do mundo do futuro, o do reino de Cristo consumado na terra. A Rainha Santa é modelo de santidade e de sucesso, onde se juntam sem contradição a riqueza e a perfeição cristã. O modelo é o de um negociante: *todo aquele que com os bens da terra sabe negociar o reino do céu* (VII, 390). Essa é a base real, o alicerce da arquitetura ideológica do Quinto Império.

O patriotismo do grande pregador nunca alcançou tão sublimes lampejos como nos sermões de Roma, exibindo-se na presença das mais brilhantes e poderosas personagens de toda a Europa; muitas vezes ele lembrou que os portugueses foram os pioneiros dos oceanos, os grandes negociantes do Oriente, os que arrastaram com eles os missionários que expandiram a fé católica até aos confins do mundo. Os portugueses eram

católicos e apostólicos, por obrigação da natureza, pelo destino que o próprio Cristo lhes confiou na construção do império do futuro. O padre nunca questionou a autenticidade daquela teofania que precedeu a famosa batalha de Ourique, que terá garantido a origem do reino. Fê-lo de tal maneira e com tanto brilho que conseguiu ferir a susceptibilidade dos catolicíssimos italianos e dos concorrentes espanhóis ao ponto de ter encontrado nisso um dos pretextos para armar uma birra e não pregar o sermão de Santo António a 13 de Junho de 1671: *não me atrevo a pregar em Roma, porque os italianos não entendem o que digo, e os castelhanos querem entender mais do que digo; e assim ficou este ano santo António sem sermão...* (Cartas, II, 344). As verdadeiras razões terão sido outras: alertados do teor do sermão, os amigos mais próximos tê-lo-ão dissuadido a não levar o assunto ao púlpito. O bom humor não era por esses tempos uma das suas qualidades, contrariado com o insucesso de todas as diligências que empreendera para conseguir a revisão do processo da Inquisição que o condenara. Invocou um mal-estar passageiro, como aconteceu em outras ocasiões. Aos génios perdoam-se esses atropelos aos compromissos. O seu grande protector e superior geral dos jesuítas, o padre João Paulo Oliva tinha-lhe pedido para pregar em italiano e, apesar de contrariado, ele obedeceu, como discípulo exemplar de Santo Inácio: agarrou-se à gramática e ao dicionário e aprendeu a falar como um italiano. A 17 de Setembro de 1673 pregou na igreja das Chagas o primeiro (de um total de dez) dos sermões em italiano e foi um sucesso. Nunca desistiu de obter do papa o que pretendia para se vingar da Inquisição e só deixou Roma depois de obter o que queria.

A epopeia cristã portuguesa é, para Vieira, uma obrigação da natureza, porque a razão de existir do país foi definida pelo próprio Cristo nos alvares da nacionalidade. É um pressuposto que nunca questionou, um alicerce tão sólido quanto indiscutível de uma visão patriótica e escatológica da história de Portugal. Ele reconhece que Espanha é *a mais dilatada monarquia de todo o universo* (VII, 402), mas os portugueses construíram um império comercial, o primeiro do mundo e nesse universo de negócios assentaram os missionários os alicerces da fé católica. O negócio e a fé caminharam de mãos dadas na epopeia dos descobrimentos: essa foi a grande mensagem, corajosa e lúcida, do sermão de recepção ao embaixador de Portugal em Roma, pregado a 13 de Junho de 1670.

E quatro anos mais tarde, ainda mais esclarecido sobre os negócios e as políticas do mundo, ele vai repetir as mesmas ideias, no seu estilo inconfundível: *negociou Isabel de um reino para outro reino, e de uma coroa para outra coroa (...) do reino e coroa da terra, para o reino e coroa do céu* (VII, 392-393). Os negócios preocupam Vieira desde que chegou a Roma, como o tinham preocupado na década de '40, quando viajava por terras de França e de Holanda, negociando a soberania do reino que se encontrava numa situação de pobreza e de vulnerabilidade insustentáveis. Nesta estadia em Roma ele não desempenha funções políticas nem o regente lhe encomendou qualquer acção relevante para solucionar problemas urgentes do reino, que passa mais uma vez por uma grave crise económica. Ele acredita que a solução para quase todos os problemas resultaria do retorno dos judeus às actividades financeiras e comerciais do reino, o que exigia uma modificação dos métodos do tribunal da Inquisição, assunto que muito o ocupou durante a estadia em Roma e que resultou num dos grandes momentos de sucesso do seu currículo. Foi opção sua, fê-lo por conta própria, fiel às convicções profundas a propósito da integração dos judeus (os cristãos novos e os das tribos perdidas de Israel) no reino do futuro. Escreve ao embaixador de Portugal em Paris: *Que oportuna fora agora uma poderosa companhia oriental, pela qual tenho gritado e padecido tanto! Não pode haver maior cegueira que não querer ser rico e poderoso com o cabedal alheio* (II, 387). E ainda: *e faça* (D. Pedro) *uma companhia oriental muito poderosa, e com cabedal alheio, tendo por certo que todos os* (judeus portugueses) *de Holanda se passarão a Portugal se estiverem seguros* (isentos) *da confiscação.* (II, 393). Ao mesmo, a 29 de Fevereiro de '72: *Eu há mais de três anos aconselhei fizessemos uma companhia oriental, e que para isso se desse tal liberdade aos cristãos-novos, de dentro e fora do Reino, que tivessem lá seguras suas fazendas e pessoas, apontando tais meios e condições com que a Fé ficasse muito melhorada, os pecados diminuídos, a honra recuperada, e a Fazenda e poder imensamente crescido* (II, 413). A temática é a mesma, constante no pensamento de jesuíta: negociar para enriquecer, associando a essa riqueza o sucesso da Fé. O reino do futuro assenta sobre a prosperidade e o bem-estar de todos: é um reino universal de Cristo e um reino de riqueza.



Roma, o palco dos maiores sucessos de Vieira

No mundo do seu tempo, o primeiro de todos os poderes, sobre o qual assentam todos os outros, é o do rei, o poder da coroa. Vieira insiste e o seu discurso visa a pessoa do regente D. Pedro. Mesmo que não use a coroa nem o título de rei, o regente tem o poder para permitir o retorno da *gente de nação* e tem agora o que seu pai nunca conseguiu, o apoio do papa para controlar o poder da Inquisição. Era intenção de D. João IV fazer justiça, mas faltaram-lhe os meios, pois os papas não o reconheciam como rei. Chegou o momento propício para modificar a imagem do país aos olhos dos outros e salvar o reino da pobreza. E dá-lhe como exemplo a coragem de Isabel, de uma mulher, como aquela outra que é exemplo de coragem em Roma, Cristina, a rainha da Suécia, *uma das maiores coroas da Europa, renunciada com tanto valor e deixada com tanta glória, só por seguir a fé do Evangelho* (VII, 396). Ele sempre teve muitas reservas em relação à personalidade da rainha da Suécia, a *Semíramis do Norte*, de quem era pregador, mas precisava de todos os argumentos, mesmo os mais

convencionais, para defender as suas ideias. Já citara o último capítulo do livro dos Provérbios, que descreve a mulher forte e virtuosa, logo no início do sermão. Pois a Rainha Santa teve a força e a virtude de *conservar o cabedal de rainha para granjear ser melhor santa* (VII, 399).



Interior da igreja de Santo António dos Portugueses

A veia romântica do grande pregador e escritor exhibe o extraordinário poder de sedução na descrição de alguns detalhes da vida da rainha, que foi peregrina de Santiago, montada na sua inseparável mula mansa, deixando como presente os arreios de couro dourado com freio, fivelas e estribos de prata, recebendo em troca do arcebispo de Compostela um bordão com punho dourado, o mesmo bordão que Vieira colocou nas mãos dela quando criou o enredo da travessia a pé do rio Tejo, cujas águas se separaram para a deixar passar: *estava prevenida uma galé real para a pessoa; gôndolas e bergantins toldados para a corte: mas em aparecendo Isabel na praia, abre-se o rio de repente, levantam-se dois muros de cristal de uma e outra parte: os peixes como às janelas, em cardumes, e atónitos, pasmando da maravilha; e Isabel caminhando sobre o seu bordão*

por aquela rua nova, juncada de limos verdes, mas sobre areias de oiro (VII, 407). Ela foi uma mensageira e negociadora da paz, intrometendo-se entre as hostes do marido e do filho, desentendidos. Fundou hospitais e hospícios, protegeu os mais pobres (o milagre do pão ou das moedas que se mudaram em rosas), acarinhou e protegeu os bastardos que o rei seu marido deu à vida como se fossem seus próprios filhos, e depois de enviuvar abraçou a ordem franciscana no convento de Santa Clara, onde foi sepultada. *O hábito de S. Francisco e de Santa Clara, é uma das mais vistosas e mais bizarras galas que se trajam no céu* (VII, 403). Quando o cadáver foi exumado três séculos depois, o corpo estava incorrupto, privilegiado de rainha e de santa e no caixão estava ao seu lado o inconfundível bordão de peregrina de Santiago.

2. Reis e rainhas

Quando Vieira regressou a Portugal em Agosto de 1648, depois de um segundo périplo prolongado por terras holandesas, o rei D. João IV tinha já decidido construir um novo convento de Santa Clara, no cimo de uma colina, na margem esquerda do rio Mondego. O velho convento das Clarissas, invadido pelas águas do rio, não oferecia mais sepultura condigna para a mais célebre rainha da nossa história, (cujo corpo seria trasladado para o novo túmulo no tempo do regente D. Pedro II, em 1677). O interesse do pregador pela realeza, junto da qual ele sempre se sentiu tão bem, acompanhou-o até ao fim da vida; ele fez da defesa da casa real portuguesa e dos interesses da coroa uma verdadeira missão e as maiores mágoas que teve que suportar na vida foram o afastamento da corte de D. João IV e a indiferença do filho mais novo do rei a quem destinara o trono do V^o Império. Por isso tanto o feriu a ingratidão.

O padre sempre revelou um enorme fascínio pela personalidade de reis e rainhas. Ele frequentou os ambientes das cortes mais sofisticadas da Europa e era profundo conhecedor da história dos grandes líderes da humanidade, dos construtores de impérios. Fascinava-o a história dos reis de Israel, das rainhas que rivalizaram em poder com os homens e que os seduziam com o poder da beleza. Ao tempo do sermão dedicado à Rainha Santa Isabel, em França reinava o soberano mais poderoso do

mundo de então, com trinta e seis anos, casado com a princesa espanhola Maria Teresa de Áustria, filha de Filipe IV, que Vieira fora incumbido de solicitar para o seu pupilo, o príncipe D. Teodósio, de tão saudosa memória. Quando Vieira passou por Paris, vinte e oito anos antes, o palácio do Louvre era a residência real de Luís XIV, uma criança de oito anos que iniciava um dos reinados mais longos da história de França. Mas o país já era conhecido por acolher artistas e trovadores que enfeitavam as paredes dos palácios e animavam os serões da corte. No palácio de Fontainebleau, onde o cardeal Mazarino recebeu Vieira, tinha um grande quadro representando o rei David na sua velhice. *Das rainhas que teve David, além de outras muitas, sabemos o nome de sete...* (VII, 395). Perto de Paris, na basílica beneditina de Saint-Denis, encontram-se os túmulos de quarenta e dois reis, trinta e duas rainhas, sessenta e três príncipes e princesas, desde o bom rei Dagoberto falecido em 639 até Luís XVIII, finado em 1824. Vieira, para quem a figura do rei era sagrada, passou por lá; de todos os reis da história da humanidade, incluindo os lendários, foram o rei David e o seu filho Salomão que mais fascinaram o pregador e os que ele mais evocou nos enredos dos sermões.

Quando o rei dos hebreus estava velho e cansado, depois de muito lutar e de muito amar, os seus súbditos mantinham por ele a mais profunda veneração. O povo nunca tivera um soberano tão respeitado e confiava na inteligência e na ambição do príncipe herdeiro para dar continuidade à grandeza do povo hebraico. O comércio com o Oriente e com o Egipto fez do príncipe Salomão a pessoa mais rica daquele tempo, orgulhoso dos seus cavalos, dos seus negócios com as cidades do mar, onde vivia gente sem rei, sem bandeira nem fronteiras, mas que tinha todos os povos do mundo conhecido como clientes dos produtos transportados nos porões dos seus navios. O príncipe recebia como presentes as mulheres mais lindas e sedutoras: a todas impressionava com a sua inteligência e a todas seduzia com o seu carinho.

Mas o rei David vivia numa grande tristeza e solidão e por mais que se esforçassem os servidores não conseguiam dar-lhe o conforto que merecia; então procuraram por todo o reino uma jovem virgem, bonita e sedutora, que o aconchegasse. Escolheram uma adolescente, a Sumanita, para suavizar os seus dias e partilhar a sua cama e o grande rei viveu os últimos anos numa calorosa e merecida felicidade. Reinou quarenta



Reis e rainhas sempre fascinaram Vieira

anos: sete em Hebron e trinta e três em Jerusalém. Salomão, seu filho, reinou outros tantos. Partilhou a cama com sessenta rainhas, setecentas princesas, trezentas concubinas e um sem número de donzelas da mais fina companhia – rezam os textos sagrados. Terá tido apenas dois filhos: confirma-se o provérbio que *Deus dá nozes a quem não tem dentes* e a grandeza do reino definiu, para nunca mais se erguer. *Jeroboão* (filho de Salomão) *teve dezoito* (mulheres) *e só Salomão setecentas*, escreve Vieira citando o livro dos Reis (VII, 395). Foi há muito tempo, quase três mil anos, mas poderia ter sido ontem, que a história continuava a encantar e a divertir os peregrinos.

A grandeza e a opulência do reino nunca mais foram esquecidas; não passaram pelo crivo dos milénios os episódios irrelevantes que devolveram ao esquecimento os detalhes das paixões passageiras. Também não passaram à história os pormenores da partilha da sua imensa fortuna, dos navios da frota de Cádiz, dos seus cavalos, dos seus haréns. Passaram à história o imenso palácio e o templo mais modesto que mandou construir em honra do Deus único dos hebreus, como passou à história o poder das

mulheres que o forçaram a construir altares e a prestar culto a outros deuses em Jerusalém, para lhes agradar. Yahwé era um Deus ciumento e não perdoou a afronta; ao longo da história Jerusalém foi destruída e reconstruída vezes sem conta. A cada sobressalto do destino a ambição dos novos líderes levantava dos escombros uma nova cidade resplandecente de beleza, à imagem de uma mulher sedutora. Aconteceu depois do regresso do exílio de Babilónia, cinco séculos depois da morte de Salomão; depois passou-se mais meio milénio e foi a vez de Herodes o Grande reconstruir a cidade como no tempo de Salomão e finalmente, mil e quinhentos anos mais adiante, Solimão o Magnífico ofereceu a Jerusalém o último esplendor, cujos lampejos ainda lá nos encantam. E a cidade santa de Jerusalém continua a seduzir, qual noiva desejada por muitos pretendentes.

E se me disserdes que David era humilde e santo... (VII, 395) privilégio de reis, um harém de mulheres bonitas! Elas ditam o rumo e fixam o destino da história. Foi por amor delas que Salomão praticou a idolatria, foram duas mulheres que pediram ao filho de Herodes e de Cleópatra a cabeça de João Batista; foram as mulheres cristãs do harém de Al-Mançur que exigiram respeito pelo túmulo do apóstolo em Compostela. O vizir do califa de Córdova arrasou a cidade, mas deixou intacto o túmulo – os cristãos da Galiza celebraram um milagre do *matamouros*. Quando o grande senhor de Castela, Afonso VI, pelas idades do rei David, em desespero de ter um herdeiro, partilhou a cama com uma princesa moura, depois de ter desposado seis rainhas cristãs, invocou junto do papa os primeiros versículos do 1º Livro dos Reis e foi presenteado com um filho homem, o herdeiro de todas as terras cristãs da península, que o destino varreu sem piedade. Todas estas histórias, mais as que não estão contadas, têm um denominador comum: o que não faz um rei pelo calor de uma, pelo carinho de muitas mulheres! A fragilidade do peregrino é privilégio de rei que os deuses respeitam. Yahwé enviou suas mensagens através de patriarcas e reis, antes de as enviar pelos profetas e pelos cometas.

Quando Eugène Delacroix pintou *A Morte de Sardanápalo* (1827), fez incidir toda a luz daquele quadro sobre o corpo das mulheres sacrificadas em redor da enorme cama do lendário rei da Assíria, descendente da rainha Semíramis, um personagem de Lord Byron. A rainha regente do império Assírio foi lembrada por Vieira; tudo naquele quadro é força, luxúria, sensualidade apocalíptica, apenas o rei, mais cobarde que estóico,

numa semi-penumbra, saboreia os últimos momentos das suas mulheres, dos seus cavalos, da sua vida. Pela janela do fundo já se vêem claramente os invasores que devastam a cidade. Privilégio real, o de lidar com a morte como se desfruta o mais secreto dos prazeres. A cidade marroquina de Agmat tem o túmulo de um rei que há quase mil anos é local de romaria. Nasceu em Beja, governou Silves e sucedeu ao pai como rei de Sevilha; Al-Mutamid foi um dos maiores poetas da língua árabe. Um dia ele passeava com um outro poeta pela margem do rio Guadalquivir e lançou um mote para que o amigo replicasse ao versejar, como fazem os repentistas. O amigo hesitou, atrapalhou-se, mas pela outra margem do rio passava a escrava cristã de um moleiro, guiando as mulas, que respondeu ao desafio. Encantado, o rei comprou-a e fez dela a esposa preferida, com a qual viveu um dos mais bonitos romances de amor da gesta antiga das nossas gentes. Os reis ganham batalhas e sofrem revezes; Al-Mutamid, mais dado à poesia do que à guerra, foi derrotado por inimigos de religião vindos de África, que o levaram cativo. A esposa e duas filhas viveram ao lado dele, tecendo e fiando, para aliviar as penas do cativo, até ao último dos seus dias. Partilham para sempre o mesmo chão. O que não faz uma mulher para partilhar o destino de um rei!



A Morte de Sardanápalo, por Eugène Delacroix

Teve reis que abdicaram por amor, que viveram paixões desmedidas contrariadas por razões de estado, que fizeram guerras medonhas por causa do rapto de uma mulher, e quem não ouviu falar daquele soberano que durante mil e uma noites ouviu da boca de Xerhazade uma história diferente, que o curava do aborrecimento na imensidão luxuosa do palácio. Haroun Ibn Rachid era o onnipotente califa de Bagdad, o rei mais poderoso que jamais existira à face da terra: prisioneiro todas as noites do enredo poético do imaginário de uma mulher! Só mesmo um rei tem o poder de enxergar o segredo dos cometas, a razão das paixões profundas, o paladar dos desejos proibidos. Tem um rei escondido na alma de todo peregrino que percorre os caminhos da vida olhando para as criaturas com amor e compaixão.

Não menos fascinante para Vieira é a história das rainhas poderosas: *Menos santa fora Isabel, se a sua santidade não assentara sobre mulher e coroa*. Mas o que significa a santidade para uma rainha? O tempo corrompe, o tempo purifica, o tempo traça a fronteira entre a luz e a penumbra. Quanto tempo precisa uma rainha para alcançar a santidade sem manchar a coroa? Por quantos anos deve apertar o cilício por debaixo da púrpura, jejuar nos festins, rezar durante os saraus, curar as feridas dos pobres, consolar os desgraçados? Precisa uma rainha de ser tão diferente da mulher comum para ser santa e ficar para a história como modelo de vida? Fora até há muito pouco tempo o reinado mais longo que jamais uma mulher conseguira manter em toda a história da humanidade: sessenta e quatro anos à frente da nação mais poderosa do mundo, um reinado que terminou quando se iniciou o século XX. Nada de muito original, pois que uma outra rainha da mesma poderosa nação, também de nome Isabel, filha da amante fatal de um rei tão culto quanto instável e colérico, tinha reinado durante quarenta e cinco anos, trezentos anos antes e ainda hoje, uma centena de anos depois, reina outra mulher de nome Isabel que detém agora o palmarés do mais longo reinado de mulher à frente de uma grande nação. A rainha Vitória morreu com oitenta e dois anos em 1901, a sempre virgem rainha Isabel I morreu com setenta anos em 1603 e a segunda Isabel exhibe os noventa e um com frescura, desafiando todas as névoas de Londres. Também Espanha se unificou na pessoa de uma Isabel filha de outra Isabel, mãe de outra Isabel, que fez da península um bastião católico e a primeira potência política e militar do planeta, apesar

das tragédias que afetaram a saga tenebrosa da família real. Teve uma outra santa Isabel, rainha da Hungria, esposa amante e amada de Luís IV, que dedicou toda a vida às obras de misericórdia e inspirou a sobrinha neta, a nossa Rainha Santa, o grande milagre – *são só rosas, senhor*. Os homens não se sentem atraídos por modelos de fêmeas poderosas, que são o parâmetro supremo do poder no imaginário de qualquer mulher ambiciosa. Fosse hoje a hora de pregar o sermão, Vieira lembraria o poder destas rainhas estrangeiras para melhor louvar as virtudes da que foi nossa.

Nenhuma delas parece ter igualado em beleza, cultura e sedução, a frágil Cleópatra Filopator, que despertou nos homens mais poderosos do seu tempo desejos irresistíveis; tinha origem grega e persa, foi rainha do Egito aos dezassete anos, partilhou a cama com Júlio César e tiveram um filho que poderia ter sido faraó, mas que a razão de estado da república de Roma em vésperas de se tornar império não deixou viver muitos anos. Com outro romano poderoso, Marco Antônio partilhou, para além da cama, mais três filhos e a euforia estoica do suicídio. Viveu trinta e oito anos, reinou vinte e um sobre um povo que era a sombra efêmera de uma antiga grandeza, mas que saciava a fome de outro povo na madrugada do Império. Mereceu em vida uma estátua em ouro no templo de Vénus em Roma. Depois de morta, uma das suas joias mais preciosas, partida ao meio, figurou nos pingentes das orelhas da estátua de Vénus do Panteão de Agripa. Plínio o antigo viu, admirou e partilhou na *História Natural*.

A rainha de Sabá juntou uma caravana carregada de perfumes, de ouro e de pedras preciosas e veio até Jerusalém para satisfazer a curiosidade, abrir o seu coração e partilhar a cama do rei dos hebreus, fascinada pela sua sabedoria, pela beleza do palácio, a abundância da sua mesa, a qualidade dos servidores, o garbo dos oficiais do exército com seus uniformes, as roupas dos cortesãos, as ementas requintadas da corte, e também pelo esplendor do templo do Deus único que protegia o povo escolhido. Nunca ninguém tinha oferecido a Salomão tão preciosos tesouros. Como se não bastasse, a rainha ofereceu ainda toda a mercadoria de uma frota de barcos fenícios provenientes do país de Ophir, que regressavam do rio das Amazonas, carregados de ouro, diamantes, macacos, pavões e papagaios, mármore raros e madeiras preciosas com que o rei mandou enfeitar e assoalhar o palácio e o templo, e fabricar liras e harpas para os poetas

do reino. O rei ofereceu-lhe os melhores dos seus cavalos e muitos outros presentes com que a rainha Balkis esteve a caravana antes de regressar ao seu trono e ao seu povo, que a aguardava nas terras do lémen. Ninguém sabe quanto tempo viveu nem quantos anos reinou, mas não importa, pois o que interessa é a grandeza dos momentos vividos e a imortalidade das paixões enquanto duram. Privilégios das rainhas!



Salomão e a rainha de Sabá, Witz Konrad, século XV

Teve rainhas que o foram antes de nascer e outras que só depois de mortas foram rainhas, mas nenhuma seduziu tanto os homens ao longo dos séculos quanto Nefertiti, a esposa querida de Anemófis IV Akhénaton que o abraçava e beijava com desejo e paixão enquanto ele conduzia a parrelha

de ganhões da atrelagem num galope desenfreado. O faraó conseguia, com um golpe de chicote, matar qualquer insecto que ousasse pousar numa das orelhas dos cavalos sem lhes tocar no pelo e sem lhes alterar o ritmo do galope. A rainha viveu no Egito de há três mil e quatrocentos anos, foi mãe de seis princesas e reinou dezassete anos na cidade de Tel Al-Amarna, no tempo em que os egípcios adoravam um deus único, Râ, o deus sol. Para a posteridade ficou a escultura do seu rosto, modelo de beleza e de fascínio para todos os amantes do mundo. Teve ainda Hatchepsut, a mulher faraó, filha da divindade Amon-Râ, que governou o Egito de há três mil e quinhentos anos, numa era de grande prosperidade. Reinou durante vinte e dois anos e mandou construir em Tebas o mais sublime dos templos funerários, para nunca mais ser esquecida. Os herdeiros do trono dos faraós tudo fizeram para que o nome dela desaparecesse da história do Egito. Hoje, ninguém mais se lembra deles.

Entre os túmulos da basílica de Saint Denis, próximo de Paris, tem alguns que são surpreendentes. Um deles é o de Luís XII e da segunda esposa Ana de Bretanha, que figuram nus e o outro é o de Henrique II e Catarina de Médicis, uma das rainhas mais poderosas da história europeia, bisneta de Lourenço de Médicis o Magnífico. O rei morreu jovem em 1559, aos quarenta anos, depois de um acidente num torneio, mas a rainha sobreviveu-lhe por mais trinta anos. Casaram-se com catorze anos, abençoados pelo papa Clemente VII, tio e tutor da noiva que foi mãe de dez filhos, três dos quais foram reis, outras tantas rainhas e ainda pretendeu ao trono de Portugal; depois do desastre de Alcácer-Quibir a matrona toscana, viúva há duas décadas, a *rainha negra*, aprontou-se para casar com outro Henrique, ignorando as profecias sibilinas de Nostradamus, para que Portugal não perdesse a independência. Chegou a ser pedida dispensa ao papa para casar o cardeal português de sessenta e sete anos, surdo, desdentado e tuberculoso, com a rainha de sessenta, ainda fresca e autoritária, mas a poderosa Espanha manobrou o papa de tal forma que o cardeal Riario, enviado a Badajoz para convencer o rei Filipe, nem sequer foi recebido pelo patético soberano espanhol postado à entrada de Portugal.

Catarina de Médicis, uma das personalidades mais cultas do seu tempo, ficou por demais conhecida pelas extravagantes empreitadas políticas. No ano de 1572 a rainha concebeu uma armadilha para concentrar

em Paris um grande número de adeptos da reforma calvinista e na noite de São Bartolomeu (25 de Agosto) começou uma matança que dizimou à volta de vinte mil protestantes por toda a França. Os realizadores do espectáculo das torres gémeas de Nova Iorque, armados com meios pirotécnicos sofisticados, apenas conseguiram uma sexta parte da façanha, apesar de terem ganhado em espectadores, com a cumplicidade dos meios modernos de comunicação. Daqui por mais quatrocentos anos, não é certo que o espectáculo do 11 de Setembro ainda seja citado nos manuais das proezas. Já lá vão quatrocentos e quarenta e cinco anos e o massacre de São Bartolomeu é verbete assente em todas as enciclopédias. O que não faz uma rainha para garantir o seu lugar na história!



Túmulo de Henrique II e Catarina de Médicis

Muito provavelmente aquele túmulo da igreja de Saint Denis ainda constará nos manuais da história da arte e das utopias, porque não há nenhum outro assim. Foi encomendado pela rainha Catarina que deu as indicações para que o escultor Germain Pilon representasse o casal real numa atitude fora do comum para um monumento funerário. Os corpos não estão em atitude de oração, mãos juntas e rosto sereno, rodeados de anjos, à espera do dia da grande misericórdia. O casal está nu, no êxtase

do prazer consumado do sexo. É assim que a rainha e o seu rei aguardam o momento do juízo final, numa igreja, aos olhos púlicos dos crentes, para instrução dos pecadores! Coragem e sinceridade sempre foram valores femininos; mas também a vingança: enquanto viveu, a preferida do rei era a sua amante Diana de Poitiers desde que Henrique tinha doze anos. Era vinte anos mais velha do que ele, apaixonada por cavalos e por livros, foi sua tutora, confidente, conselheira, o amor da sua vida. Não tem túmulo em Saint Denis, ninguém sabe onde param os seus ossos!

Filipe da Macedónia surpreendeu a esposa Olímpia traindo-o com um personagem desconhecido e foi punido pelos deuses por ter espreitado a cena em que o próprio Zeus se empenhava a fecundá-la para que ela gerasse um semi-deus, o grande Alexandre. Perdeu numa batalha o olho indiscreto e a mãe do maior general de todos os tempos sobreviveu ao filho, para morrer às mãos de um tirano, arremessada às feras sem sepultura. Os amores divinos não garantem aos amantes a ternura nem a eternidade.

E quem pode esquecer a estória da imperatriz Teodora, divulgada nos cordéis e cantada ainda hoje nas pelejas dos violeiros e cantadores nordestinos, menestréis de alpercatas e chapéus de couro, cheirando a bode e a suor de cavalo, como se um dia seus ancestrais tivessem sido súbditos do Império? Filha de um domador de ursos, ficou órfã muito cedo. Disfarçava-se de saltimbanco fazendo pantominas para sobreviver, jovem adolescente de uma beleza arrasadora, prostituta de luxo no hipódromo de Constantinopla até que um dia mudou o rumo da vida e virou-se para a poesia e o misticismo, fiando lã para melhor meditar. Cativou a atenção e o coração de um jovem que fez dela sua esposa e que veio a ser o imperador Justiniano, aquele mesmo que dilatou o poder Bizantino até ao máximo da sua extensão, sendo ela a principal confidente e conselheira nos negócios e nas guerras que mudaram as fronteiras e as leis do Império. Viveu envolta em mantos da púrpura mais preciosa e enfeitada com as joias mais caras e exclusivas do oriente, no palácio mais sofisticado do mundo de então, sempre amada pelo esposo que lhe prestava culto como a uma divindade – Teodora quer dizer *dom de Deus*. Morreu jovem, aos quarenta e oito anos, não tiveram filhos e o imperador, que lhe sobreviveu por mais de vinte anos, nunca mais voltou a casar. Só quem sabe passar de meretriz a imperatriz sem perder a dignidade pode merecer um amor deste tamanho.

No sermão, Vieira cita outros nomes de rainhas que mudaram a história do mundo: Semíramis, mais poderosa em Babilónia que o seu marido, que inspirou uma ópera de Rossini, Esther que cativou o rei da Pérsia, a perversa Jezabel e a sanguinária Atália, personagens que também inspiraram Racine, contemporâneo do pregador. *Perdoai-me, Rainha Santa, este discurso; mas não mo perdoeis, porque todo ele foi ordenado a avaliar o preço, a encarecer a singularidade e a sublimar a grandeza de vossas glórias. Menos santa fora Isabel, se a sua santidade não assentara sobre mulher e coroa* (VII, 396). O mundo está cheio de rainhas de faz-de-conta: tem rainhas do Carnaval, rainhas de copas, da noite, da sucata, da beleza, do forró... mas nunca nenhuma mulher foi tão desejada como Eurídice, que Orfeu foi resgatar ao fundo dos infernos, do outro lado do oceano. Não era rainha, era apenas mulher, parâmetro do desejo. A memória genética da beleza em estado puro nunca se perdeu nem a sedução jamais chegou a ser escrava. Ela vive nas formas perfeitas de corpos sensuais, cabelos espessos e ondulados, grandes olhos brilhantes, lábios generosos deixando escapar a pureza imaculada do marfim, seios firmes moldados na suavidade leitosa dos frutos verdes do coqueiro, ancas graciosas que fazem ondular todo o corpo ao ritmo dos tambores da vida, e aquela pele suave como cetim das pernas longas e preguiçosas que acariciam as calçadas de todas as cidades e o pó vermelho de todos os caminhos do sertão. Quando ela chega ao cimo do morro, antes do nascer do sol, a brisa marinha inunda os seus cabelos de finas gotas de água, como um véu de pérolas que enfeita a madrugada africana no regresso da cidade, cantando baixinho o louvor de lemanjá e de todos os orixás que pastoreiam a vida e enfeitam a morte. Relentos do outro mundo, de uma realeza ingénua e demolidora, que nos atropela com o cheiro, a cor, o ritmo, a suavidade, o gosto, tudo aqui e ali tão perto, da outra banda do mar, do outro lado do espelho. E tudo parece ainda mais lindo quando Orfeu fala, canta e chora nesta nossa língua, a língua que diz a saudade! *Eu sou morena mas formosa, ó filhas de Jerusalém...* (Cântico dos Cânticos)

Nem sempre é rei o consorte de uma rainha; mas a mulher que por paixão partilha a cama de um rei será sempre uma rainha. Dentro de cada mulher tem uma rainha escondida, cochilando... e na pele de cada

homem tem arrepios e gotas de suor quando ele sonha com um sonho de mulher.

3. Fortuna

A fortuna nunca iguala os desejos dos homens; mas se houvesse uma fortuna tão grande, que não só igualasse, mas vencesse e excedesse os desejos, esta seria a maior fortuna que se pode imaginar (VII, 404).

Cristo saciou uma multidão com pão e peixe e quiseram aclamá-lo rei, mas ele fugiu da população e refugiou-se nos montes, porque não era a satisfação dos esfomeados que o interessava, como também não o interessou o negócio de cigano que o demónio lhe propôs. Ele não era um homem pobre nem humilde, antes um grande líder social e carismático, amigo da verdade e da justiça, apoiado numa nova doutrina revolucionária que seduziu e mobilizou multidões, modificando o rumo da história: a do povo hebraico, a do Império e a do mundo inteiro. Vieira é um homem de uma fé sem ambiguidades e de uma postura ética que nunca contemplou desvios à verdade e à justiça, uma fé enfeitada com patriotismo, sustentada pela profecia, assumida e declarada nos púlpitos decorados com talha dourada e apregoada pelos confins dos sertões mais selvagens da terra. Cristo foi o personagem que orientou todos os passos do roteiro do padre e a igreja romana foi a instituição dentro da qual ele orientou a ação missionária e imaginou o futuro da humanidade.

Os púlpitos eram os palcos da exibição dos pregões de Vieira e os recados não deixam dúvidas: o reino do futuro é um império de riqueza e de felicidade onde se partilha o bem comum sem barreiras entre os poderosos e os humildes e sem preconceitos de pureza de raça. *Não digo (pois nem Deus o manda) que as cabeças ou testas coroadas façam o que fez Carlos* (Carlos V que renunciou ao trono e se retirou para um convento), *convencido de uma só parte deste exemplo, nem que renunciem e se despojem, como ele se despojou, das coroas: o que só digo, e diz Deus a todos os reis, é que aprendam a não as perder, e se perder(em), mas a negociar com elas (...)* Assim negociou com as suas duas coroas a nossa negociante do reino do céu, agora maior, mais poderosa e mais verdadeira rainha (VII, 414-415). O apelo de Vieira ao sucesso dos negócios e ao

poder da riqueza é tão patético neste texto como naquele outro do *Sermão do Santíssimo Sacramento* pregado na igreja de Santa Engrácia de Lisboa depois do regresso atribulado do Maranhão, doze anos antes, dirigido aos nobres de Portugal, apelando desesperadamente à unidade e ao diálogo. Eram demasiados os atropelos ao bom senso que acarretavam o reino de Portugal para a desgraça, depois de tão gloriosas façanhas, tornando-o risível aos olhos do mundo: as embaixadas não recebiam verbas para a manutenção, o comércio da Índia estava reduzido a quase nada, o do Brasil não bastava. *Mas nem de público nem em particular nos querem ouvir* (em Portugal) (...) *e se V. S.a houvesse de viver fora daquela terra onde se não pode estar, ao menos aqui* (em Roma) *teríamos a consolação de chorar juntos, pois nem para discorrer dão lugar as nossas fatalidades* (Carta a D. R. de Macedo, III, 16-7). Ao mesmo, a 17 de Abril: *ou Deus quer fazer um grande milagre ou é certa a nossa ruína, e não tenho coração nem paciência para ver ir ao fundo na bonança uma nau, que tão felizmente se conservou e sustentou na tempestade* (III, 32).

Para entender a mensagem do sermão é necessário examinar o conteúdo das cartas desta época, que nos elucidam sobre as preocupações do pregador e o sentido das palavras. O poder de um rei é único e inequívoco e o regente deveria usar esse poder para produzir riqueza, fazendo justiça, a começar pela modificação do estatuto do tribunal todo-poderoso da Inquisição, desta vez com o apoio do papa. Vieira foi vítima desse tribunal e a vingança sabe a mel, mas as suas raivas e consolações resolve-as ele mesmo; ele assume como própria a luta por uma causa maior, a dos judeus e cristãos-novos, que é também a grande causa do reino. Os inquisidores quiseram saber, no decorrer do processo, se o réu não seria judeu ou de origem judaica, pelo tão grande empenho que manifestava na defesa da causa proibida. Mas o regente, no qual Vieira chegou a ver a figura do rei D. João IV ressuscitado, em conformidade com as profecias do Bandarra, não se entusiasma, não intervém nem assume as promessas do pai, que sonhava com um país liberto de todos os entraves que tolhiam a liberdade, o maior dos quais era o da fortaleza do Rossio. Pelo menos era assim que Vieira o imaginava. Este é o assunto da carta ao embaixador de 3 de Julho de '74, na véspera da festa da Rainha Santa, o modo de agir da Inquisição: *é negócio de toda a nação portuguesa, por esta causa tão infamada, é negócio do príncipe, que dentro da sua corte*

sustenta uma cidadela tão poderosa e invencível contra si mesmo, como tem experimentado (a cidadela é o palácio da Inquisição); é negócio da monarquia que, pela mesma razão, no Reino e nas conquistas se acha tão enfraquecida, empobrecida e exausta, e tão dessubstanciada pelos mercantes estrangeiros, que todos por seu modo são inimigos, e, quando menos, ladrões que nos roubam (III, 73-74).

No reino, as opiniões dos doutos estão divididas: os canonistas da universidade de Évora apoiam a mudança dos *estilos* da Inquisição, os da Universidade de Coimbra apoiam a continuidade e o reforço do poder do tribunal do Santo Ofício. Vieira apoia incondicionalmente e desde que chegou ao reino, já lá vão mais de trinta anos, a causa dos judeus, pela qual padeceu a humilhação do cárcere e a condenação do mais temido dos tribunais do reino. Ele acredita que os judeus, com a grande capacidade empreendedora e a dimensão dos negócios por todo o mundo, podem contribuir para solucionar a precariedade e impulsionar o crescimento. Em Roma, o pregador utiliza todo o prestígio na defesa da mesma causa. O texto que em conjunto com outros críticos da política do reino faz chegar às mãos do papa sobre os horrores praticados pelo tribunal do Santo Ofício tem o sucesso esperado e o pontífice manda suspender os processos e as execuções, mas os bispos portugueses e o regente não obedecem e enviam uma delegação a Roma para defender a continuidade do espetáculo. Agora que o soberano tem o apoio de Roma para afirmar o poder e a autoridade, não o faz, antes ordena que Vieira regresse ao reino. Obviamente que a cabeça deste soberano não merece a coroa que enfeita a cabeça daquela mulher que foi rainha e santa. O pregador já se queixava em 1671 da ingratidão da pátria para com os seus filhos mais dedicados e continua a ter razões para se lamentar. Talvez seja apenas o destino comum que a pátria lusitana tem reservado aos seus maiores génios, denunciado naquele outro sermão de Santo António que nunca chegou a pregar. *Depois de voarem nas asas da fama por todo o mundo estes astros (os grandes portugueses), ou indigentes da nossa nação, onde foram parar, quando chegaram a ela? Um vereis privado com infâmia do governo, outro preso e morto em um hospital, outro retirado e mudo em um deserto, e o melhor livrado de todos, o que se mandou sepultar nas ondas do Oceano, encomendando aos ventos levassem à sua Pátria as últimas vozes com que dela se despedia: Ingrata patria, non possidebis*

ossa mea! (VII, 90) Ironia do destino? Privilégio dos profetas? *Pátria ingrata, não tomarás conta dos meus ossos.* Não há túmulo nem campa rasa onde se possa deixar um ramo de flores para enfeitar a memória de Vieira.

A Rainha Santa, mulher varonil do livro dos Provérbios, tinha na coroa o poder e dele fez uma plataforma para a santidade. Talvez neste sermão Vieira se afaste pela primeira vez da ideia de que o Quinto Império tenha por cabeça coroada um soberano português; nos outros textos em capítulos e ensaios dispersos onde assenta os alicerces da *Clavis Prophetarum* talvez lhe baste a partir de agora que o soberano do reino consumado de Cristo na terra, que ele vislumbra com toda a clareza, seja um qualquer outro soberano católico. Vieira está desiludido com o regente, o que não perturba o seu patriotismo. A primeira esposa de D. Pedro, usurpada ao irmão com a aprovação e os elogios do pregador, faleceu em 1683. A filha de ambos, uma infanta chamada Isabel, a *sempre noiva*, nunca teve pretendente e faleceu jovem, aos vinte e um anos de idade. Do segundo casamento com Ana Sofia Isabel de Neuburgo vão nascer príncipes varões que ainda provocam no pregador sobressaltos patrióticos para voltar a citar as profecias do Bandarra, mas a crença num novo D. João IV à cabeça do Império Universal do Reino de Cristo está definitivamente abalada.

Passaram-se quinze anos entre o texto de consolação enviado à rainha viúva D. Luísa, escrito *numa canoa em que vou navegando ao rio das Amazonas* e o sermão dedicado à Rainha Santa Isabel, escrito em Roma no auge do prestígio como pregador, admirado por príncipes e cardeais. Em 1659 ele imaginava à cabeça do V^o Império um rei que teria depois de ressuscitado todas as virtudes que não tivera em vida; o sermão de 1674 evocava uma rainha que, pelas suas obras, surgia como exemplo de uma construtora de um mundo de riqueza e de felicidade que o pregador imaginava, nos delírios patrióticos que faziam parte da sua loucura, como o futuro anunciado pelas profecias que se referiam a Portugal. Mas era preciso que aparecesse um rei de verdade.

Um rei de verdade tem e exerce o poder para o bem-estar de todos os súbditos: distribui mercês, concede espaços de acção, à semelhança de Deus e daquele rei da parábola do Evangelho, *que repartiu diferentes talentos ou cabedais a seus criados para que negociassem com eles até à sua vinda, (...) a todos dá o cabedal, a todos oferece a ventura, a todos*



D. João IV, por Henrique Ferreira Reis

pede a diligência (VII, 390). Não exclui ninguém do acesso à riqueza, do poder de contribuir para o sucesso do reino, do grande negócio que é obra de todos e a todos beneficia, punindo aqueles que se excluem da grande feira. Esse é um rei de verdade e o seu reino um paraíso de prosperidade. *Este mundo, Senhores, composto de grande variedade de estados, ofícios e exercícios públicos e particulares, políticos e económicos, sagrados e profanos, nenhuma outra coisa é senão uma praça, ou feira universal, instituída e franqueada por Deus a todos os homens, para negociarmos nela o reino do céu* (VII, 390). Esta é a profissão de fé do grande pregador e profeta do Quinto Império, um projeto para o futuro da história do mundo: visão serena e lúcida de uma globalização, que ele antevê como cristã e universal, sem exclusões nem poderes ocultos, alicerçada na epopeia e no modo de ser dos portugueses, pioneiros e arautos do reino de Cristo consumado na terra por obrigação da natureza. *A feira universal* não é uma criação do seu génio, mas do cronista João de Barros quando se referia a Malaca, um dos pilares do império sonhado por D. Manuel e endossado pelo génio militar de Afonso de Albuquerque. Depois deste *Sermão da*

Rainha Santa Isabel restar-lhe-ão ainda vinte e três anos de vida para esclarecer a sua filosofia da história, mas o sucesso da empreitada não estava escrito no céu nem traçado na rota dos cometas. A memória de antigos e poderosos impérios, cujas ruínas ele encontrava todos os dias espalhadas pela cidade de Roma, animava a sua imaginação mas perturbava a sua auto-estima como português. Confessa ao embaixador em Novembro de '73: *depois de ter nascido em Portugal, a maior felicidade fora ou não chegar a uso de razão ou tê-lo perdido* (II, 655), tal é o desgraçado estado do reino e o sofrimento que esta constatação lhe causa neste tempo de incerteza.

A quem dedicaria Vieira a grande obra da sua vida, a *Clavis Prophetarum*? Coerente com ele mesmo, certamente a um rei, àquele a quem ele destinava o governo temporal do reino de Cristo consumado na terra. Ao príncipe regente D. Pedro, por cuja causa ele sofreu exílio e perseguição, dedicou o primeiro tomo dos *Sermões*, mas avisou logo que esses textos não passavam de choupanas ao lado do grande palácio que seria a outra obra que deixou inacabada. A mensagem foi clara e nunca mais voltou a pregar nem a escrever nenhum sermão sobre qualquer modelo feminino de santidade. Queixando-se amargamente da ingratidão da pátria, para com ele e para com outros semelhantes, nunca deixou de ser um patriota, uma quase pecaminosa paixão, a sua loucura, que *era o affecto português e imoderado amor e zelo da Pátria* (II, 646), porém, *curando Cristo todos os géneros de enfermidades e ressuscitando mortos, a nenhum doido sarrou* (II, 647). A loucura do pregador consistia em apontar sempre para o fascínio da grandeza possível quando a evidência era a do desperdício. O reino de Portugal estava predestinado para a grandeza e a Rainha Santa, mulher, foi modelo dessa grandeza, herdeira dos conquistadores do reino de Sevilha, Córsega, Maiorca, Sicília, Sardenha e Nápoles; até Salomão, naquele texto que lhe é atribuído, terá profetizado de Jerusalém mais uma glória dos portugueses: *a mulher forte, de quem falava, entre despojos nascida, entre os despojos criada e de tão gloriosos despojos herdeira (...) a melhor negociante do reino do céu* (VII, 392), era a Rainha Santa Isabel.



No coração de Roma, a coluna de Trajano, imperador originário da Hispânia

No reino, a pobreza e a má administração provocavam perturbações que fragilizavam ainda mais o poder real. No ano de 1673 uma conspiração tentou devolver o trono a D. Afonso VI, que estava preso em Angra, nos Açores. A tentativa falhou e o rei foi transferido para Sintra em Outubro do ano seguinte (D. Pedro só assumiria o título de rei depois da morte do irmão, em 1683); não deixa de lembrar aos correspondentes a profecia dos trinta e dois anos e meio do Bandarra que se podiam aplicar

a este fato ou à recuperação pelos judeus de alguns dos tão pretendidos benefícios, como o direito de apelar diretamente ao papa. Vieira acredita até à ingenuidade nas soluções financeiras que podem resultar do regresso ao reino dos grandes comerciantes da diáspora sefardita com seus capitais, para evitar mais vergonhas; em Fevereiro de '74 as embaixadas de Paris e de Roma não recebiam dinheiro para as despesas correntes de funcionamento havia mais de dois anos. A imagem do reino está por demais fragilizada para vir a ser a cabeça de um império.

Chegou o Inverno que tanto afectava a saúde de Vieira em Roma, o que o levou a deitar contas à vida e a confiar ao embaixador: *O primeiro interesse que se me representa na tornada para Lisboa é sair de Roma; e não seria este o primeiro, se eu entendesse ou esperasse que naquela corte podia servir a V. S.a. Mas as experiências que tenho dela, antigas e presentes, me têm desenganado, que não é esta a idade em que o verdadeiro zelo e amor da Pátria haja de produzir naquela terra outros frutos, que o da contradição, desprezo e ódio, não faltando no da ingratidão tão natural em todos, e tanto mais quanto maiores* (III, 132-133).

Vieira abalou de Roma um ano depois de ter pregado o sermão de Santa Isabel, a 22 de Maio de 1675. Tinha sessenta e sete anos, uma queda por uma escada do Colégio Romano (em Abril de '73) deixara-lhe cicatrizes no corpo, descendo o rio Garonne teve um derrame no olho esquerdo e passou a usar óculos. Chegou ao porto de La Rochelle nos primeiros dias de Agosto. Já imaginava que não teria em Lisboa a recepção que lhe fizeram em Roma, teve a consolação de receber pelo caminho um convite da rainha de Inglaterra, D. Catarina, filha de D. João IV, mas preferiu viajar muito bem acompanhado na fragata que conduzia ao reino a noiva do grande amigo o duque do Cadaval, que ia casar pela terceira vez com uma jovem e nobre francesa de treze anos: *os seus anos não são para mãe de família*, reconhece o padre (Cartas, III, 194)... O duque, com trinta e sete anos e já pai de um rosário de bastardos, encontraria finalmente na pessoa da jovem duquesa d'Armagnac a grande companheira da sua vida, esposa apaixonada e mãe de uma numerosa prole que recheou de plenitude a longa vida de D. Nuno Álvares Pereira de Melo. Os judeus sefarditas de Amsterdão preparavam a grande festa da inauguração da nova e monumental Sinagoga Portuguesa, a 2 de Agosto; era rabino-mor da comunidade, que contava uns três mil fiéis, um português de Castro

Daire, Isaac Aboab da Fonseca, apaixonado como Vieira pela história do futuro e pelos textos dos profetas, desde os tempos em que ambos viviam no Brasil, um em Pernambuco e o outro no Maranhão.



Colégio dos jesuítas em Roma, onde habitou Vieira durante quase seis anos

Ao mesmo tempo, por terras do norte do continente americano, na cidade de Nova Iorque que tinha sido fundada pelos holandeses com o nome de Nova Amsterdão, os judeus maioritariamente de origem portuguesa e espanhola, foragidos das perseguições da Inquisição, beneficiavam finalmente da plena liberdade de culto a partir de 1673, quando a cidade voltou para o domínio holandês. Entre os pioneiros que contribuíram para que o forte original se tornasse numa cidade, encontrava-se um grupo de vinte e três judeus refugiados de Pernambuco, quando da restauração da soberania portuguesa por todo o Brasil, em 1654. A Kahal Kalosh Shearit Israel (Santa Congregação Remanescente de Israel) não possuía

ainda sinagoga definitiva em 1673, mas já se destacava como uma das comunidades mais prósperas e dinâmicas da nova colónia da América do Norte. Nesse mesmo ano o editor francês Gérard (ou François) Jollain publicava uma vista da cidade à margem do rio Hudson *à vol d'oiseau*; a gravura que ilustrava a capital do império que nascia era na realidade uma vista de Lisboa de 1593 (publicada por Georgius Bráunio). Ninguém imaginava que naquele reduto, comprado aos índios Lenapes por sessenta moedas, nascia um dos maiores impérios do mundo, um império diferente daquele outro sonhado pelos reis portugueses da dinastia de Avis e do qual Vieira se fez o último arauto.

O pregador regressava ao reino das miudezas, mas nos seus sonhos, sempre recheados de patriotismo, desenhava-se outro enredo, para enfeitar, com uma grandeza profética, a paisagem do próximo destino: *aquele soberbíssimo Tejo, primeiro domador do mesmo Oceano, a quem pagaram párias em pérolas o Indo e o Ganges, não coroados de juncos e espadas, como o Padre Tibre (o rio de Roma), mas com grinaldas de rubis e capelas de diamantes. Este soberbo mar, este soberbo rio, são os que fizeram praça a Isabel, e lhe descobriram nova terra, para que a pisasse* (VII, 408). A peça monumental mais impressionante do interior da basílica de São Pedro em Roma é o baldaquino do altar principal que fica por cima do túmulo de São Pedro, peça em bronze maciço com quase trinta metros de altura concebida e realizada por um jovem arquiteto e escultor de vinte e cinco anos, protegido do papa Urbano VIII (Maffeo Barberini), Giovanni Lorenzo Bernini. Levou onze anos a construir, de 1623 a 1634. A cerimónia da canonização da Rainha Santa Isabel, em 1625, no ano em que portugueses e espanhóis expulsaram os holandeses da cidade de Salvador da Bahia, no mesmo ano em que Pierre Minuit negociava com os índios de Manhattan, teve lugar debaixo da maquete em madeira que serviu de modelo para a realização da obra.

Vieira chegou a Lisboa a 23 de Agosto de 1675 e foi recebido pelo regente D. Pedro dois dias depois, friamente. Nem o padre esperava outra coisa.



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

**Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT –
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projecto
“UID/ELT/00077/2013”**

Este e-book reúne temas de conferências e de seminários ministrados nos últimos dez anos, alguns parcialmente publicados. Todos têm em comum a história da inovação científica e a definição de uma identidade comum aos povos de língua portuguesa. Na construção dos enredos destes temas entram, como figurantes principais, os padres da Companhia de Jesus que ocuparam o palco do mundo moderno com desempenhos brilhantes desde o século XVI, com o compasso de alguns intervalos. Os dois últimos capítulos evocam o padre António Vieira, o maior génio da nossa identidade, que bem merece um sermão. As fotografias que ilustram alguns textos são do acervo do autor e os mapas saem da pena de Sérgio Carvalho.